

# SUMÁRIO

MARÇO DE 1940

POLÍTICA AÇUCAREIRA	3
COMO IMPEDIR A DETERIORAÇÃO DO AÇÚCAR ARMAZENADO	4
DIVERSAS NOTAS: — O decreto-lei n.º 1.831 — Comissão Executiva e Conselho Consultivo do I. A. A. — A viagem do presidente do I. A. A. a São Paulo — Financiamento de Açúcar de Sergipe — Auxílio a Casas de Caridade — Fornecimento de Alcool-Motor ao Exército — O I. A. A. na Feira Mundial de Nova York — A Defesa da Safra 1939/40 — Missões Salesianas — Fornecimento de Canas para produção Extralimite	5
O PRESIDENTE DO INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL EM PERNAMBUCO	10
UM DESPACHO DO INTERVENTOR CORDEIRO DE FARIA	31
PÓDE A INDÚSTRIA DIRIGIR-SE A SI MESMA? — O. W. Willcox	32
ZENTRALBLATT FÜR DIE ZUCKERINDUSTRIE	37
LEGISLAÇÃO	38
RESOLUÇÕES DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.	42
DESPACHOS DO PRESIDENTE DO I. A. A.	45
DECISÕES ADMINISTRATIVAS	46
COMUNICADOS DO I. A. A.	47
ANUÁRIO AÇUCAREIRO	47
OPERACÕES DE RETROVENDA	48
ORIGENS HISTÓRICAS DA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA EM PERNAMBUCO — F. A. Pereira da Costa	49
CRÔNICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL	35
PARA FACILITAR A CONSERVAÇÃO DO AÇÚCAR	57
BALANCETE E ORÇAMENTO DO I. A. A.	60
ANÁLISE RETROSPECTIVA DA POLÍTICA AÇUCAREIRA NACIONAL — Adrião Caminha Filho	63
PRODUÇÃO E MOVIMENTO DE ALCOOL NO MUNDO	68
O AÇÚCAR NA ALIMENTAÇÃO INFANTIL — Geosino Paulino	69
O ALGODÃO RESOLVERIA O PROBLEMA DA MONOCULTURA	70
ATAS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.	72
A DEFESA DO BANGUÊ — Agamenon Magalhães	75
RAÇIONAMENTO DO AÇÚCAR NA ITÁLIA E NA INGLATERRA	75
USINA SALGADO	76
BORRACHA SINTÉTICA À BASE DE AÇÚCAR	77
INDÚSTRIAS LUIS DUREUX S/A.	78
FRANKFURTER ZEITUNG UND HANDELSBLATT	79
USINA SANTA TEREZINHA	80
GEOGRAFIA ECONÓMICA E SOCIAL DA CANA DE AÇÚCAR NO BRASIL	81
USINA CATENDE	82
QUADROS DA SECÇÃO DE ESTATÍSTICA DO I. A. A.	85
A INDÚSTRIA AÇUCAREIRA NAS ANTILHAS — A. Darteis	89
OS EFEITOS DAS CHUVAS SOBRE AS CANAS CORTADAS	94
O RESTABELECIMENTO DO SISTEMA DE QUOTAS NOS ESTADOS UNIDOS	96
A FIBRA DA CANA	97
CONVÊNIO DE AÇÚCAR ENTRE AS PRACAS DO RECIFE E DE SANTOS	98
A ATIVIDADE CEREBRAL E A ALIMENTAÇÃO AÇUCARADA	98
A PRODUÇÃO AÇUCAREIRA MUNDIAL EM 1939-1940	100
CONSUMO DE AÇÚCAR	101
A INDÚSTRIA AÇUCAREIRA ARGENTINA EM 1938	102
ESTÍMULO AOS PRODUTORES DE MATÉRIA PRIMA PARA A INDÚSTRIA DO AÇÚCAR E DO ALCOOL NA ITÁLIA	105
OS SUB-PRODUTOS QUE PODEM SAIR DE UMA USINA DE AÇÚCAR	106
DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA NA ÍNDIA	110
A SAFRA DE AÇÚCAR DE BETERRABA DA EUROPA EM 1938-39 — H. C. Prinsen Geerlign.	111
PUBLICAÇÕES	112
COMENTÁRIOS DA IMPRENSA	114

# Noticias de Petree & Dorr

MAIS DE 6.000.000 DE SACOS DE AÇUCAR

Mais da metade do açúcar produzido no Brasil sai das Usinas que utilizam Clarificadores DORR.

As Usinas que trabalham com a Clarificação Composta DORR produzem mais de 3.000.000 de sacos de açúcar na safra anual do Brasil.

No Brasil a menor Usina que possui Clarificador tem 8.000 sacos de produção anual. A Usina maior produz mais de 400.000 sacos com a Clarificação Composta DORR.

Pode melhorar sua eficiencia e rendimento de açúcar toda Usina pequena ou grande, com os Clarificadores DORR.

Mediante a experiencia de 20 anos com o Clarificador DORR, fica provado que a Usina sem Clarificador DORR perde mais do custo deste aparelho em 3 safras. E' barato o DORR.

Depois de provar a eficiencia e economia da Clarificação Composta DORR na sua Usina Villa Raffard, na safra passada, a Societé de Sucereries Brésiliennes encomendou outro processo de Clarificação Composta DORR para a sua Usina Porto Feliz. Tambem encomendou turbomixers para a mistura de leite de cal e 3 aquecedores de caldo de 75 metros de superficie cada um.

Para a safra nova de 1940, o Sr. João B. de Lima Figueiredo vai instalar um Clarificador DORR na Usina Itahyquara para trabalhar com a Clarificação Composta DORR junto com o DORR velho que fica secundario no processo. Tambem vai instalar turbomixers para a mistura de leite de cal e distribuidor de cal.

Na Usina Amalia, o Conde F. de Matarazzo Jr. vai instalar um filtro rotativo Oliver Campbell para a safra nova de 1940. No Brasil, agora, temos 7 Usinas trabalhando com o filtro Oliver.

Para as Usinas Monte Alegre e Tamoyo o Com. Pedro Morganti encomendou 6 balanças Howe para peso do caldo quente que sai da Clarificação Composta DORR e o caldo que vai para destilaria; tambem vai instalar balanças de mel. Fica o controle dessas Usinas numa base exata.

Na Usina Quissaman vai ser instalada uma caldeira Edge Moor de 345 C. F. para fornecimento de vapor ao turboalternador e destilaria nova.

A Casa Petree & Dorr agradece a oportunidade de colaborar nessas encomendas e instalações e deseja oferecer seus serviços a todos os Usineiros do Brasil.

Um aparelho que se amortiza a si proprio em 3 anos ou menos é BARATO. Os filtros OLIVER e a Clarificação Composta DORR com os Clarificadores DORR reembolsam o capital em 3 safras no máximo.

## PETREE & DORR ENGINEERS INC.

120 WALL STREET, NEW YORK CITY

Caixa Postal 3623 — Telefone 26-6084

RIO DE JANEIRO



# BRASIL AÇUCAREIRO

Orgão Oficial do  
INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

ANO VIII — VOL. XV

MARÇO DE 1940

N. 3

## POLITICA AÇUCAREIRA

As criticas que teem surgido ao decreto-lei de 4 de dezembro do ano passado obedecem evidentemente ao proposito de estabelecer confusão em torno do verdadeiro espirito dessa nova e oportuna peça da nossa legislação açucareira e, em ultima analyse, não representam outra coisa que uma tentativa frustrada de sabotagem da politica oficial do açúcar que o I. A. A. vem executando com exemplar objetividade, sem outro intuito que o de assegurar a estabilidade da economia açucareira do país, tornando possível, mediante rigoroso controle, o funcionamento harmonico de todos os seus elementos componentes. Pode-se dizer “tentativa frustrada”, porque o exame mais sumario do decreto-lei 1.831, amparado numa demonstração numerica irretorquível, revela a improcedencia das criticas formuladas por certos meios que pretendem — interpretando a seu modo os termos da lei — apresenta-la como uma arma de destruição dos pequenos produtores, banguzeiros e rapadureiros.

Não adianta acompanhar os criticos na exploração sentimental que estão fazendo; a literatura patetica de que se servem alguns deles carece de importancia. Num debate dessa natureza somente a argumentação imparcial e documentada conta. Os numeros dirão a ultima palavra; liquidando de vez a mistificação.

Acusa-se o decreto-lei 1831 de ser contrario aos interesses dos engenhos, para os quais representa uma terrivel ameaça, senão mesmo uma condenação à morte inapelavel. Diz-se que veio onerar com impostos as pequenas fabricas, até então isentas de quaisquer tributações. Argue-se contra ele o fato de ter limitado os engenhos rapadureiros, que desconheciam, na vigencia do regime anterior, restrições à sua capacidade produtora.

Vejam os numeros para confundir

definitivamente os criticos. Entre engenhos de rapadura e de açúcar, existem no Brasil cerca de 53 mil pequenas fabricas. Pelo regime tributario anterior ao decreto-lei de 4 de dezembro ultimo, todos os engenhos de açúcar estavam sujeitos a impostos. De acordo com as estatisticas, esses banguês eram em numero de 18.148. Quer dizer que das 53 mil pequenas fábricas existentes no país 18.148 eram tributadas.

O decreto-lei 1.831, muito ao contrario do que infundadamente se afirma, modificou o sistema de tributação num sentido de desafogo dos produtores marginaes e dentro de um criterio de justiça que obedece aos altos principios de economia social que informam a politica oficial do açúcar.

E' facil demonstrar com algarismos a assertiva. De acordo com o decreto-lei em apreço, foram excluidos da tributação todos os engenhos que produzem menos de 100 sacos e onerados os engenhos de rapadura que produzem anualmente acima de 60 cargas. Ora, as estatisticas mostram que existem 15.292 engenhos de açúcar cuja produção não alcança o limite minimo fixado pela lei. São, portanto 15.292 fabricas num total de 18.148 que se beneficiam com o novo sistema. Em outras palavras, na vigencia do decreto-lei 1.831 somente 2.856 banguês são onerados, ao passo que anteriormente todos o eram.

Quanto aos engenhos de rapadura, a situação que as estatisticas positivam é esta: existem 35.356, dos quais 30.588 produzem menos de 100 cargas por ano. Consequentemente, na conformidade do que estabelece a lei, apenas 4.768 rapadureiros passarão a ser onerados; os demais, isto é, 30.588 continuam isentos de qualquer tributação.

Verifica-se, pois, que o novo sistema tributario alcança ao todo, 7.264 pequenas fabricas, sendo 2.856 engenhos de açúcar e...

4.768 engenhos de rapadura. E como no regime anterior, eram todos os 18.148 engenhos de açúcar a pagar impostos, a conclusão resalta nitidamente: o decreto-lei 1.831 libertou do pagamento de taxas nada menos de 10.524 pequenas fabricas.

Como, pois, dizer que o sistema tributario criado pelo decreto-lei 1.831 é danoso aos pequenos produtores? Tal afirmação somente é possível numa argumentação falsa, que se funda numa deturpação deliberada da realidade.

Mas, ha ainda outros aspectos a considerar. A legislação anterior isentava de taxas os engenhos de rapadura e nestes se incluíam os que tinham produção equivalente a mais de 3 mil sacos de açúcar. Enquanto isso pequenos engenhos, produtores de menos de 100 sacos eram onerados. A desigualdade do tratamento é flagrante. Dentro dos principios que orientam o controle da economia açucareira tal situação não podia persistir por evidentemente injusta.

Toda a celeuma que se vem fazendo a proposito da tributação imposta aos engenhos rapadureiros de produção superior a 100 cargas se esborôa quando se sabe que a taxa cobrada não vai além de 8 réis por quilo. E quanto à limitação, — outro ponto visado pelos criticos — basta assinalar que a nova lei permite a fundação de novos engenhos rapadureiros onde quer que as necessidades do consumo exijam, o que não era permitido na lei anterior.

Os argumentos que aí ficam parecem-nos suficientes para reduzir às suas verdadeiras proporções as criticas que se tem levantado contra o decreto-lei 1.831. Alinhando cifras colhidas em estatísticas idoneas, que não podem sofrer contestação, mostramos que o decreto-lei 1.831, longe de conspirar contra os interesses dos pequenos produtores e o indiscutível direito que eles tem de viver, veio criar para esses respeitaveis elementos da economia açucareira condições mais favoraveis, ao mesmo tempo que reafirmou mais uma vez as linhas mestras do pensamento que serve de base à politica oficial.

## COMO IMPEDIR A DETERIORAÇÃO DO AÇUCAR ARMazenado

Na secção "Notas Tecnológicas sobre a cana de açúcar", redigida pelo dr. O. W. Willcox, "El Mundo Azucarero", de Nova York, em sua edição de dezembro último, resume uma comunicação do dr. W. S. Daubert perante a Associação de Técnica Açucareira de Luisiana.

Reproduzimos abaixo o resumo:

"Apresentam-se circunstâncias que impõem a necessidade de armazenar o açúcar por largos períodos, assunto em que os fabricantes de açúcar na Luisiana têm pouca experiência. O problema de armazenamento se reduz a saber se o açúcar será atacado por micro-organismo, isto é, se fermentará. A fermentação requer humidade.

O açúcar crú leva, ao ser armazenado, os grãos revestidos de uma capa fina de melaço. Se esse melaço tem uma densidade de 43 graus Baumé (80° Brix), haverá pouco ou nenhum risco de que ocorra alguma fermentação. Se a densidade é de 41.º Baumé, ocorrerá alguma fermentação, e, a densidades mais baixas, a fermentação será maior. Posto que a densidade do melaço seja uma função do seu conteúdo de agua, a qualidade da conservação de um açúcar depende da quantidade de agua que contenha o açúcar armazenado.

Dividindo a proporção de humidade no açúcar pela polarização, obtem-se uma cifra empirica útil; e se o quociente é, 0,333 ou menos, o açúcar se conservará bem, mas se o "fator de segurança" é mais alto, a qualidade de conservação do açúcar será pouco satisfatória. A experiência tem demonstrado que, para obter protecção segura, o fator de segurança deverá fixar-se em 0,25.

As particulas porosas e esponjosas do bagacinho contido na garapa deficientemente clarificada levam ao açúcar armazenado uma quantidade proporcionalmente consideravel de agua e, por consequencia, se torna preciso peneirá-las bem. Em geral, a clarificação minuciosa das garapas contribue muito para as qualidades de conservação do açúcar.

Uma vez que o açúcar tenha sido bem secado, o que se impõe é conservá-lo nessa forma. Além de conservar o açúcar a salvo da chuva, o problema principal consiste em protegê-lo contra a humidade atmosférica. A maneira mais segura de conseguir esse objetivo é aquecer o ar do depósito na temperatura em que se forma o orvalho.

Como isso exige despesas de instalação e funcionamento dos aquecedores, ha a alternativa de manter o armazem herméticamente fechado, para ventilá-lo só nos dias em que a temperatura exterior estiver relativamente seca".



## DIVERSAS NOTAS

### O DECRETO-LEI N.º 1831

Na sessão efetuada a 16 de janeiro último pela Comissão Executiva do I. A. A., lido o telegrama abaixo dirigido ao sr. Barbosa Lima Sobrinho pelo S. B. F. C. de Alagoas:

“O Sindicato dos Baguezeiros e Fornecedoros de Cana expressa vivos agradecimentos pela assinatura do decreto-lei 1831. Esperamos que o Instituto continue amparando as modestas aspirações de duas classes tão necessitadas da sua assistência.

Atenciosas saudações — Eustaquio Gomes de Melo, presidente”.

### COMISSÃO EXECUTIVA E CONSELHO CONSULTIVO DO I. A. A.

A Comissão Executiva do I. A. A. realizou, em 1938, 52 sessões ordinárias e 11 sessões extraordinárias. No ano passado, 52 sessões ordinárias e 9 extraordinárias.

O Conselho Consultivo efetuou 24 sessões ordinárias e 2 sessões extraordinárias, em 1938, e 12 sessões ordinárias e 4 sessões extraordinárias, no ano último.

Em cada um dos anos acima mencionados, a C. E. e o C. C. do Instituto do Açúcar e do Alcool reuniram-se uma vez, conjuntamente.

### A VIAGEM DO PRESIDENTE DO I. A. A. A SÃO PAULO

Na primeira sessão realizada, este ano, pela C. E. do Instituto do Açúcar e do Alcool, o sr. Barbosa Lima Sobrinho comunicou que estava de regresso de uma excursão feita ao Estado de São Paulo, onde tivera oportunidade de visitar algumas usinas. A Associação de Usineiros daquele Estado ha muito convidava o presidente do Instituto e os delegados junto à Comissão Executiva. Não quiz demorar mais a visita, com que atenderia a esses amáveis convites. Não demorara em São Paulo, mas tivera excelente impressão de tudo que pudera observar. Comparecera a sessões especiais da Associação de Usineiros e da Associação de Pequenos Produtores. Estivera nas Usinas Ester, Santa Barbara, Piracicaba e Monte Alegre, recebendo em todas elas gentilezas, que muito o haviam pe-

nhorado. Queria, pois, deixar consignado em ata o seu agradecimento aos proprietários dessas usinas e às suas dignas famílias, e pedia, por isso, ao dr. Monteiro de Barros que recebesse e transmitisse esses agradecimentos, que iriam constar de ata para lembrança de uma excursão agradável.

### FINANCIAMENTO DE AÇÚCAR DE SERGIPE

Em documento de 26-12-1939, firmado pelo respectivo presidente, sr. Walter Prado Franco, o Sindicato dos Usineiros de Sergipe se dirigiu à Delegacia Regional do Instituto, em Aracaju, requerendo, por seu intermédio, ao Instituto do Açúcar e do Alcool, um crédito rotativo, para financiamento, com pacto de retrovenda, de 50.000 sacos de açúcar cristal, depositados em armazens da Capital do Estado de Sergipe. O pedido do Sindicato está acompanhado de nota de urgencia, com a alegação da necessidade de pronto financiamento, para atenuar as consequências da dificuldade de colocação que vem sofrendo a produção de açúcar sergipano desta safra. Como ficou resolvido pela Comissão Executiva, a concessão do financiamento requerido dependia inicialmente do cumprimento, pelos produtores sergipanos, das quotas de abastecimento aos refinadores cariocas, relativas aos meses de dezembro e janeiro ultimos, num total de 22.500 sacos, ao preço de Rs. 47\$000 FOB Aracaju.

Segundo fôra anunciado previamente à Comissão Executiva, o sr. Walter Prado Franco, presidente do Sindicato dos Usineiros de Sergipe, esteve nesta Capital e, por determinação do presidente do I. A. A., entendeu-se com o Gerente do Instituto sobre os seguintes casos de interesses para os produtores de Sergipe, que determinaram a sua viagem ao Rio de Janeiro:

1) — Financiamento da produção do Estado, e 2) — Solução do caso da quota, do abastecimento ao Distrito Federal.

Dos entendimentos havidos deu já o Gerente do Instituto contas ao presidente. Foram resolvidas todas as duvidas em torno da quota de abastecimento ao Distrito Federal, ficando as parcelas relativas aos meses de dezembro e janeiro, desde já à disposição dos refinadores cariocas. Quanto ao financiamento de 50.000 sacos, resolvida a situação da quó-

ta de abastecimento ao Distrito Federal, nada mais impedia a respectiva operação, nos moldes das realizadas em Pernambuco e Alagoas, adotadas já as normas contratuais aprovadas pela Comissão Executiva.

Exposto o assunto e posto à votação em sessão da C. E., a 16 de janeiro ultimo, resolveu esta ratificar as providencias tomadas para os embarques imediatos das parcelas da quota de abastecimento ao Distrito Federal, relativas aos meses de dezembro e janeiro, e aprovar a concessão do financiamento aos produtores de Sergipe, nas seguintes condições:

1) — Financiamento de até 50.000 sacos de açúcar cristal; 2) — O financiamento terá caracter rotativo; 3) — O financiamento será feito à razão de 33\$000 por saco; 4) — O açúcar será depositado, à ordem do I. A. A., em armazens situados em Aracajú, pertencentes a firmas de reconhecida idoneidade, a critério da Delegacia Regional do I. A. A.; 5) — O seguro do açúcar depositado será obrigatório, por conta dos produtores, em companhias devidamente aprovadas pela Delegacia Regional; 6) — As armazenagens do açúcar correrão por conta dos produtores de Sergipe; 7) — A restituição do açúcar será feita contra prévio pagamento do valor do financiamento e mais os juros, à razão de 3% ao ano, pelo tempo do emprego do respectivo capital; 8) — Cada operação de financiamento será feita ao prazo maximo de 120 dias.

### AUXILIO A CASAS DE CARIDADE

Relativamente às importancias postas à disposição dos Estados de Alagoas e Rio de Janeiro, a titulo de reajustamento de direitos de exportação, proporcionalmente à produção nacional, no periodo da safra 1938/39, recebeu o presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool um telegrama do interventor Osman Loureiro, pedindo a applicação da importancia destinada ao Estado de Alagoas, 117:198\$000, em melhoramentos na Santa Casa de Maceió, e um officio do interventor Amaral Peixoto, sugerindo a distribuição da importancia de 237:954\$000, destinada ao Estado do Rio, pelas diversas instituições de caridade existentes na zona açucareira fluminense.

Posto a votos o assunto, na sessão efetuada pela C. E. do I. A. A., a 16 de janeiro ultimo, foram aprovadas as sugestões dos interventores nos dois Estados mencionados.

Por propôsta do sr. Barbosa Lima Sobrinho, a importancia de 237:954\$000 correspondente ao Estado do Rio de Janeiro, será distribuida às seguintes casas de caridade:

Santa Casa de Campos.....	100:954\$000
Maternidade de Campos. ....	15:000\$000
Orfanato S. José, de Campos..	15:000\$000
Santa Casa de Macaé. ....	30:000\$000
Santa Casa de Itaperuna.....	30:000\$000
Santa Casa de S. J. Barra....	10:000\$000
Hospital A. Vidal, São Fidelis..	20:000\$000
Hospital Natividade, Itaperuna	10:000\$000

Total ..... Rs. 237:954\$000

Os pagamentos serão feitos pela maneira mais pratica, a critério da administração do Instituto.

### FORNECIMENTO DE ALCOOL-MOTOR AO EXERCITO

O presidente do I. A. A. recebeu do chefe do Serviço Central de Transporte do Exército o seguinte officio:

“Ao sr. presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool.

I — Esta chefia róga a fineza de vossas ordens no sentido de ser informada, para seu controle, do total do alcool-motor que, muito gentilmente, foi emprestado a este S. C. T. E.

II — Outrossim, declara que as Cias. Brania de Petroleo, S. A. e Standard, estão autorizadas a fazer a entrega que fôr por vós solicitada, até o completo do débito deste Serviço para com esse Instituto.

III — Esta chefia aproveita a oportunidade para, muito sensibilizada, agradecer a esse Instituto, os valerosos serviços prestados ao Exército e a esta Repartição, assim como solicita estender estes agradecimentos aos srs. Pedro Loureiro e Sebastião Teixeira Brandão, pelo concurso eficás, fiel e fecundo que, na esfera de suas atribuições, contribuíram para que o fornecimento de alcool-motor aos corpos e estabelecimentos militares não soffresse solução de continuidade, em face do impasse surgido na aquisição desse carburante.

a) **Felicissimo Cardoso**—Ten.-Cel. Chefe”.

### O I. A. A. NA FEIRA MUNDIAL DE NOVA YORK

O presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool recebeu a seguinte carta do Comissario Geral na Feira de Nova York:



“Rio de Janeiro, 20 de Janeiro de 1940.

Ilmo. Snr. Dr. Barbosa Lima, Sr. Presidente  
D. D. presidente do Instituto do Açúcar  
e do Alcool.

Nesta.

Presado Senhor.

Junto tenho a honra de devolver a V. Excia o film em duas partes sobre a “Distilaria de Campos” que foi exibido numerosas vezes no “Pavilhão do Brasil na Feira Mundial de Nova York”.

Agradeço a V. Excia. a excelente cooperação deste Instituto com a representação brasileira e posso assegurar a V. Excia. que o film apresentado agradou imensamente ao publico americano.

Reitero a V. Excia. os meus protestos de alta estima e consideração.

**Armando Vidal — Comissário Geral”.**

#### **A DEFESA DA SAFRA 1939/40**

Na sessão efetuada pela C. E. do Instituto do Açúcar e do Alcool, foi apresentado pelo presidente novo estudo da Gerencia sobre as perspectivas da safra em curso. Já foram produzidos 10.301.284 sacos, estimando-se ainda uma produção de 3.068.810 sacos nos Estados cujas usinas estão funcionando. Eleva-se assim a 13.370.094 sacos a estimativa da produção da safra 1939/40. O estudo confirma a perspectiva do consumo interno no total de 11.700.000 sacos. Adicionando-se essa quantidade a de 580.000 sacos da quota de equilibrio destinada à conversão em alcool e à exportação para o exterior, assegura-se, desde logo, à safra um escoamento certo de 12.280.000 sacos.

Sendo de 13.370.000 sacos a estimativa da produção da safra e assegurado o escoamento de 12.280.000 sacos, restam 1.100.000 sacos que só poderão ter saída para o exterior. Essa cifra corresponde exatamente ao volume do excesso da produção da safra em curso sobre a limitação geral estabelecida para as usinas do país.

— Na sessão de 31 de janeiro ultimo, voltando ao assunto, a Gerencia indica que se acha integralmente cumprida a quota estabelecida para o Estado de Alagoas, em um total de 150.000 sacos de açúcar demerara, que já foram vendidos para o exterior.

Em Pernambuco do total de 190.000 sacos fixado para a sua quota de exportação, foram entregues, até aquela data, no Recife, 127.427 sacos de açúcar cristal e 5.899 de demerara.

Já foram exportados 31.000 sacos de cristal e vendidos, prontos para embarque, mais 50.800 sacos. Há a colocar ainda, dos estoques disponiveis, 45.628 sacos de açúcar cristal e 5.899 de demerara. O total a colocar nos mercados estrangeiros é de 108.200 sacos.

Segundo noticias agora recebidas, os produtores pernambucanos já estão iniciando as entregas dos 120.000 sacos de açúcar demerara, da quota de equilibrio, destinados à Distilaria Central de Pernambuco.

#### **MISSÕES SALESIANAS**

O reverendo monsenhor Pedro Massa pediu um auxilio pecuniário em beneficio das obras de assistencia, mantidas pelas Missões Salesianas do Rio Negro e Porto Velho, no Amazonas.

Na citada carta, monsenhor Massa alude às grandes responsabilidades que pesam sobre a obra a cargo dos Salesianos, e que não poderão levar a bom termo, sem o recurso à caridade publica.

Cita a carta em apreço, como prova do serviço que prestam à Patria as Missões Salesianas, a seguinte frase do general Alexandrino da Cunha: “As obras de assistencia das Missões Salesianas constituem hoje a segurança e amanhã a defesa das fronteiras do Brasil”.

Em parecer de 29 de janeiro ultimo, informou a Gerencia do I. A. A. que o Instituto contribue com um auxilio de 5:000\$0, para a referida obra, nos anos de 1937, 1938 e 1939, opinando por que tambem no corrente ano seja concedido o mesmo donativo, determinando a Comissão Executiva a abertura do necessário credito, para atender ao pagamento respectivo.

Com fundamento no parecer da Gerencia, a Comissão Executiva em sua sessão de 31 de janeiro, concedeu o donativo de..... 5:000\$0, para as Missões Salesianas do Rio Negro e Porto Velho, no Estado do Amazonas, autorizando a abertura do devido credito.

#### **FORNECIMENTO DE CANAS PARA PRODUÇÃO EXTRA-LIMITE**

Do Sindicato dos Banguzeiros de Ala-

gões recebeu o presidente do I. A. A. os seguintes telegramas, datados de 23 de janeiro:

“Usineiros dêste Estado estão exigindo que os fornecedores de canas contribuam sózinhos para a formação do extra-limite do açúcar de exportação. Sindicato dos Banguzeiros e Fornecedores de Cana de Alagôas solicitam a vossencia sejam abreviadas as medidas pleiteadas no memoria! que lhe foi presente, no sentido de que sejam sustados os funestos efeitos da deliberação dos usineiros em proveito de seus lucros injustificados. (Ass.) **Eustaquio Gomes** — Presidente”.

2.º — “Deliberação das usinas, negando-se a receber canas acima do limite ou recebendo por preço que arbitrarem, para pagamento remoto, vem trazer à classe dos fornecedores, justamente alarmada, prejuizos incalculáveis, uma vez que a sugestão ou solicitação das usinas é que se desenvolveram culturas que se mantem no mesmo nivel ha mais de quatro anos. A decisão foi tomada agora, em virtude das usinas terem desenvolvido cultura propria para livrar-se dos fornecedores que continuamente vem fornecendo materia prima. Apélo mais uma vez para vossencia no sentido de se apressarem as medidas pleiteadas em nosso memoria! de maio passado, agora renovadas com os documentos que remetemos, ou para serem tomadas providencias de emergencia que nos salvem dos propositos dos usineiros. Atenciosas saudações. — **Eustaquio Gomes de Melo** — Presidente”.

Encaminhando o assunto ao exame do gerente do Instituto emitiu o mesmo, a respeito, um parecer que, por proposta do sr. Alde Sampaio, foi transcrito na ata, da sessão da Comissão Executiva, efetuada a 31 de janeiro, devendo igualmente, constar da circular que fôr expedida sôbre a resolução que, a respeito do caso, tomar a referida Comissão.

E' o seguinte o parecer da Gerencia do Instituto :

“Nos dois telegramas acima transcritos, o sr. Eustaquio Gomes, presidente do Sindicato dos Banguzeiros e Fornecedores de Cana de Alagôas, recorre ao Instituto do ato dos usineiros do Estado de Alagôas, que exigem recaiam os encargos do extra-limite da

produção respectiva sôbre os fornecedores de cana exclusivamente.

Depreende-se dos telegramas que, ou os usineiros se recusam a receber canas acima das quotas de fornecimento de cada fornecedor, ou fazem ajustes, para pagamento de canas, conforme a liquidação das quotas de exportação.

O caso dos fornecedores compreende duas partes:

A primeira — é a que se refere aos fornecimentos de canas, dentro das quotas previstas para a constituição da produção legalmente limitada de cada usina, e não está sofrendo nenhuma impugnação ou duvida de parte dos plantadores de cana;

A segunda — é a que se refere aos fornecimentos de canas para a produção do extra-limite das usinas. Nesta parte estão se desavindo os fornecedores de cana e os usineiros.

Uns e outros, por motivos que não vêm ao caso apurar, dispõem de canas, que superam as possibilidades de produção das usinas, dentro das respectivas quotas.

Recebidas as quotas de fornecimento de canas previstas na lei 178, naturalmente se julgam os usineiros desobrigados de adquirir novos contingentes de materia prima de seus fornecedores, porque as suas obrigações estão estritamente cumpridas.

De fáto, o usineiro ao qual não interessar a continuação da moagem, disponha ou não de materia prima propria, depois de alcançar a sua usina a produção limitada pelo Instituto, tendo sido cumpridas as quotas legais dos fornecedores, poderá fechar a sua fábrica, sem qualquer satisfação a quem quer que seja, deixando sem utilização as canas proprias e as dos fornecedores, excedentes das respectivas quotas intra-limites.

Ora, se assim é, está evidente que qualquer quantidade de materia prima recebida pelos usineiros, acima das quotas de fornecimentos legais dos seus fornecedores, ficará sujeita a preço proporcional ao apurado no açúcar correspondente, destinado, por ora, à exportação para o exterior.

E' claro que, se uma parte do açúcar extra-limite reverter ao mercado interno, a preços normais, a parte proporcional de materia prima será reajustada ao preço correspondente.

Um outro aspecto do caso é o da obriga-



toriedade ou não de receber a matéria prima de fornecedores, no caso de continuar a moagem, acima da quota de produção.

Da mesma forma por que nenhuma lei obrigará o usineiro a continuar a moagem, depois de atingido o seu limite, penso, nada o obrigará a receber matéria prima de fornecedores, acima das respectivas quotas, mesmo que se disponham a continuar a moer, para fabricar açúcar extra-limite.

Esta tése não deverá, entretanto, ser defendida pelo Instituto.

Ao contrário, o I. A. A. deverá diligenciar por que, desde que uma usina resolva fabricar açúcar extra-limite, das vantagens ou desvantagens decorrentes tenha o fornecedor a faculdade de participar.

O preço dessa matéria prima oscilará, de acôrdo com o preço liquido apurado no açúcar obtido.

Calculado o preço da matéria prima, destinada à produção legal das usinas, em uma base que ao usineiro faculte um resultado normal na parte industrial da produção, o preço das canas destinadas a extra-limite deverá ser calculado na proporção do apurado no açúcar correspondente, de sorte a caber ao usineiro uma compensação suficiente para atender às eventualidades da parte industrial da produção.

Constatado o interesse de associar o fornecedor na produção extra-limite de qualquer usina, qual a proporção que lhe deverá ser assegurada nessa associação?

Cada usineiro conhece a proporção de canas de fornecedores que utiliza na sua safra intra-limite; a mesma proporção deverá o usineiro conceder aos fornecedores, para utilização de matéria prima destinada à produção extra-limite.

Daí, o usineiro tomará dos seus fornecedores, para o total do extra-limite que pretende fabricar, uma percentagem de cana igual à percentagem das quotas legais dos fornecedores para a produção limitada, distribuindo-a entre eles, na proporção da quota de cada um.

#### Artigo

Exemplificando :

Usina X — com um limite de . . . . 100.000 scs.

Canas de fornecedores. . . . .	40%
Canas próprias. . . . .	60%

Pretende fabricar extra-limite . . . . .	30.000 scs.
Receberá canas de fornec. para . . . . .	12.000 scs.
Receberá canas próprias para . . . . .	18.000 scs.

Os 12.000 sacos correspondem, por exemplo, a 10.000 toneladas de canas, devendo estas ser distribuídas entre os fornecedores.

A percentagem que a cada um deverá caber é a mesma que representa a quota de fornecimento legal sobre o total das canas de fornecedores nos 40% intra-limite.

(Sendo, por exemplo,—de 40.000 toneladas o fornecimento intra-limite, um fornecedor de 2.000 toneladas dispõe de 5% da quota total. Sobre as 10.000 toneladas para o extra-limite, a quota do mesmo fornecedor será de 500 toneladas).

No caso de haver fornecedores sem excesso de canas, as quotas, que lhes caberiam no extra-limite da Usina, serão redistribuídas entre os demais fornecedores que ainda disponham de matéria prima.

(Ass.) **Julio Reis** — Gerente.

O parecer da Gerencia foi discutido na sessão de 31 de janeiro da C. E. do I. A. A. Foi aceito na sua generalidade, suscitando apenas por parte do sr. Alde Sampaio uma emenda no seu periodo final.

Na parte em que se refere o parecer à redistribuição das quotas de fornecedores que não disponham de excessos de canas, entre aqueles que, depois da primeira contribuição de matéria prima para a produção extra-limite das usinas, ainda disponham de canas, propõe o sr. Alde Sampaio sejam incluídos os proprios usineiros, como simples fornecedores.

Tomaria, assim, o parecer da Gerencia, no seu periodo final, a seguinte redação :

“No caso de haver fornecedores sem excessos de canas, as quotas, que lhes caberiam no extra-limite da Usina, serão redistribuídas entre os demais fornecedores, que ainda disponham de matéria prima, **incluída, no caso, como simples fornecedora, a propria usina.**”

Generalizado, entre os delegados presentes, o debate, sobre o assunto, a Comissão Executiva, por proposta do presidente, tomou a seguinte resolução:

I — Atingido o limite de produção, não cabe ao usineiro obrigação de continuar a moer, se dentro do limite tiver sido rigorosamente atendida a percentagem de produção, correspondente aos fornecedores.

# O PRESIDENTE DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL EM PERNAMBUCO

A convite do sr. Agamenon Magalhães, interventor federal em Pernambuco, e do Sindicato dos Usineiros daquele Estado, esteve no Recife, para onde se transportou de avião, no dia 11 de fevereiro, o sr. Barbosa Lima Sobrinho, presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool. Na capital pernambucana, o presidente do I. A. A. recebeu varias homenagens das classes produtoras, do governo e da sociedade recifense.

## A SITUAÇÃO DA INDUSTRIA AÇUCAREIRA

No Grande Hotel, onde se hospedou, o sr. Barbosa Lima Sobrinho falou à imprensa local sobre problemas da industria açucareira. Nessa palestra, depois de acentuar as necessidades do país, no tocante ao alcool, como combustível, e de informar que a Distilaria de Campos, no Estado do Rio, apresentou, em 1939, uma produção de dez milhões de litros, o sr. Barbosa Lima Sobrinho referiu-se à defesa do açúcar, dizendo-se satisfeito com os resultados obtidos com a nova politica adotada no país a esse respeito.

A classe açucareira — acrescentou — atravessa uma situação promissora e a tendencia é para a consolidação da sua independencia economica e financeira.

Relativamente ao pedido de aumento do preço do açúcar, declarou s. s. nada poder adiantar, pois está sendo feito um inquerito sobre o assunto.

Respondendo a uma pergunta, falou ainda s. s. sobre a situação dos bangueseiros, em face do desenvolvimento das usinas, dizendo que tal situação, embora obedeça a um certo fatalismo economico, será estudada carinhosamente pelo Instituto que, como órgão controlador de toda a produção açucareira, tem o dever de se interessar pelo bem estar de todas as classes e pessoas que a ela estão ligadas. E acrescenta que a questão suscitada, mais uma vez, o assunto da importancia das distilarias, pois estas terão, certamente, a função de utilizar o açúcar dos banguês.

## VISITAS

Durante a sua permanencia naquele Estado nordestino, o presidente do I. A. A. percorreu grande parte da zona canavieira, visitando os principais nucleos de produção. Acompanhado de grande comitiva, o sr. Barbosa Lima Sobrinho visitou as usinas União e Industria, Catende, Santa Terezinha, Barreiros e Tiuna. Visitou, tambem, a Exposição Nacional de Pernambuco, a Escola Superior de Agricultura, a Usina Higienizado-

---

II — Os fornecedores poderão entender-se com a Usina para que continue a moer as canas dos lavradores, por conta e sob a responsabilidade destes.

III — Caso, porém, a usina produza açúcar extra-limite, dever-se-á manter, nessa produção suplementar, qualquer que seja a

sua quantidade, a percentagem correspondente a cada fornecedor.

IV — A liberação do açúcar extra-limite ficará subordinada à verificação das condições acima.

V — As sobras dos fornecedores serão rateadas entre os mesmos e a usina, proporcionalmente às quotas respectivas.



ra de Leite e varias realizações no governo do interventor Agamenon Moura.

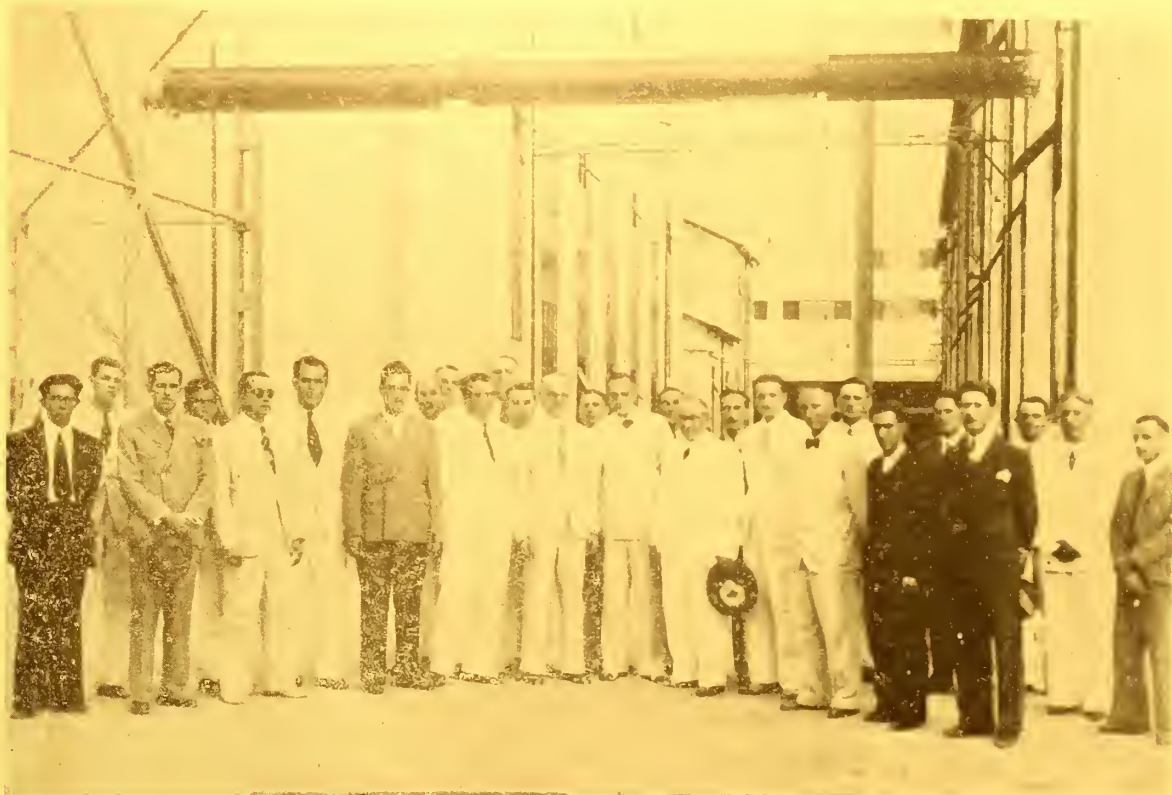
### O BANQUETE NO CLUB INTERNACIONAL NACIONAL

No dia 15 de fevereiro, o presidente do I. A. A. foi homenageado pelos usineiros pernambucanos, que lhe ofereceram um banquete no Club Internacional.

Oferecendo o banquete, o presidente do Sindicato dos Usineiros de Pernambuco, sr.

Barbosa Lima Sobrinho, justificou as suas atitudes e anseios, e testemunhou ao solícito presidente do órgão central da defesa da sua economia, o unânime reconhecimento da classe pelo muito que ela tem logrado obter do Instituto do Açúcar e do Alcool, nestes dois anos de vossa profícua presidência.

O nosso prazer pela vossa visita, dr. Barbosa Lima Sobrinho, é tanto maior, porque ela se realiza neste momento empolgante em que o nosso Estado vibra como nos seus mais belos e históricos dias de heroísmo. O



O sr. Barbosa Lima Sobrinho ao chegar à Distilaria do Cabo

Leoncio Araujo, proferiu o seguinte discurso:

“Exmo. sr. interventor, sr. comandante da Região, sr. prefeito da capital, meus prezados colegas e meus senhores. Dr. Barbosa Lima Sobrinho. Esta vossa visita ao ambiente da produção açucareira da vossa terra natal, atende a um velho e permanente desejo dos usineiros pernambucanos, conforme reiterados convites que vos endereçamos. Queriam eles, num mais proximo contacto, diante dos seus canaviais e das suas fabricas, em face das suas realizações e dos seus pro-

pernambucano viveu sufocado por sete anos de crises e empobrecimentos em que, sem estímulo, parecia sentir as suas energias exgotadas, as suas forças incapazes de qualquer reação. Mas, sacudido pelo patriótico entusiasmo de um governante moço, inteligente, culto, cheio de ardor civico e compreensão dos problemas publicos, despertou na plenitude da sua capacidade de ação, para, no curto periodo de vinte e sete meses recuperar mais no seu progresso, do que o perdido nos muitos anos ruinosos, antes decorridos.

O usineiro pernambucano, cuja tenacida-

cidade é a mesma que herdou dos seus antepassados, senhores de engenho, formou, incontinenti e decidido, ao lado do interventor Agamenon Magalhães, nesse arrebatador movimento pela recuperação econômica do Estado e enriquecimento da Patria. E, como que se operou um grande e verdadeiro milagre de transformação: de uma safra de pouco mais de dois milhões de sacos de açúcar, passou à outra de cinco milhões; da quase esterilidade e aridez das terras agric-

lidade, para a estabilidade das safras; da monocultura para a policultura. Mas, os resultados surpreendentes dessa política, não tiveram, egoisticamente, aplicação em reconfortos pessoais ou foram desviados para o embelezamento de outras regiões; ao contrário, reverteram, todos eles, em benefício da coletividade rural e da economia local: substituindo o mucambo em que vivia o operário do campo, por habitações modernas, confortáveis e higienicas; na manutenção de



No interior da Destilaria

las, pelo adubo e pela irrigação, ao imenso tapete de verdura dos canaviais de hoje; das 30 toneladas, para as 100 e 120 de rendimento cultural por hectare; dos 80 para os 110 quilos de açúcar de rendimento industrial por tonelada de cana; da cultura extensiva, para a intensiva; da rotina, para a agronomia; do latifúndio para a concentração agrícola; da luta armada por um palmo de terra, para as grandes áreas devolutas; da instabi-

escolas primárias e profissionais; em divertimentos populares, férias remuneradas; assistência médica, seguro e previdência, e melhor salário ao operariado; em abertura de estradas de rodagem que facilitassem as comunicações das pessoas e o transporte da produção, diminuindo o isolamento do homem do campo; na fundação, finalmente, de novas atividades, criadoras de riqueza e trabalho, barateadoras do custo da vida comum.



Ninguém, porém, sr. presidente, se constituiu do Açúcar e do Alcool, com a ataraxia com tanta coragem a essa reforma econômica e social, empenhando saídas, haveres, lucros e até dinheiro tomado por empréstimo, se não tivesse uma inabalável confiança na instituição criada pela clarividência do grande presidente Getúlio Vargas, nessa exemplar organização de economia, cuja direção, satisfazendo aos nossos reclamos, confiou o eminente chefe da Nação, à vossa inteligência e à vossa operosidade.

sacrifícios e constantes vigílias, obra que não é somente sua, porque dos lavradores, seus torneadores da matéria prima, dos humildes operários seus dedicados servidores, e, sobretudo, do patrimônio nacional.

Quando o usineiro pernambucano se dirige aos homens de responsabilidade, no poder público ou nas instituições oficiais, não o faz, não tem porque o fazer e, jamais o fará, para pedir a esmola de um auxílio, suplicar a caridade de uma proteção, porém, para reclamar (perdoai-me a ousadia) para



Vista geral da Distilaria Central de Pernambuco

Como vêdes, os usineiros pernambucanos não choram miséria, não se apresentam aos olhos dos seus patricios e governantes, como incapazes, atrazados, desorientados, perdulários, deshumanos ou ignorantes. Eles se orgulham e se honram em levar ao ambiente do seu arduo trabalho os homens de cultura, de inteligência e de governo, para que constatem, pessoalmente, o valor da sua obra maravilhosa, construída à custa de inauditos

reclamar um direito insofismável que lhe deve ser assegurado, em troca do seu enorme esforço e da soma imensurável de benefícios que eles oferecem quotidianamente, desde muitos anos, aos cofres públicos, à economia nacional, à própria civilização brasileira. E não reclamam um absurdo, reclamam um "justo preço" para o seu produto, produto obtido por processos caros e mediante uma luta diurna e noturna com uma longa

série de fatores e até com os rigores de uma Natureza quasi sempre contraria.

Pedem os usineiros de Pernambuco um preço justo, que corresponda às suas necessidades, que seja apenas igual à soma do decretado em 1934, com o aumento do custo da produção verificada daquele ano a esta parte. Queremos um aumento que não representa sacrificio algum para o consumidor, porque de alguns cem réis no preço do quilo de um produto cujo consumo diario se faz em gramas, em contraste com os aumen-

país; que garanto o prosseguimento dessa modelar organização corporativa em que o operario nacional se valoriza para um futuro prospero; que possibilite um transbordamento de lucros, para que, à semelhança do que aconteceu em São Paulo com a lavoura do café, surjam e se multipliquem em paralelo outras fontes de produção e de riqueza neste Nordeste de estoicismo e vibração.

Dr. Barbosa Lima Sobrinho: o usineiro pernambucano não duvida um só instante de que será atendido na sua modesta e justa



Vêem-se neste cliché, à direita, tanques para melaço, e, à esquerda, tanques para alcool.

tos de alguns mil réis já concedidos a outros produtos nacionais e estrangeiros que se consomem diariamente aos quilos, muitos dos quais pelos proprios produtores de açúcar. Pedimos um preço que venha garantir a perpetuação desse gigantesco parque açucareiro de tão elevada e nobre tradição, motivo de ufania para Pernambuco e para o Brasil; um preço que permita o engrandecimento da obra com que vimos dotando o Estado e o

pretensão, porque confia no conterraneo illustre, inteligente e probo que dirige o Instituto do Açucar e do Alcool, e porque tem uma fé inabalavel no espirito justo e persuasivel do presidente Getulio Vargas, seu patrono e defensor. De ambos, a industria açucareira tem sido objeto de constantes cuidados. Nunca, por um ou por outro, um pedido seu foi desatendido e não será, de certo, este o prejudicado. O chefe da Nação tem assistido a la-



voura com uma legislação oportuna e eficiente e o Instituto do Açúcar e do Alcool, uma das suas melhores realizações nesse sentido, tem alcançado os seus elevados fins. Do seu atual presidente, entre muitas providências em nosso favor, devemos destacar pela sua importancia, a estabilidade dos preços, o aumento das margens de financiamento e a repartição equitativa das quotas de equilíbrio, antes atribuidas somente a Pernambuco e Alagoas, quotas que deixaram de ser de sacrificio.

dustrial, do aperfeiçoamento do banguê, aos nossos dias; e o da nacionalização dos métodos agrícolas iniciado ha dois anos apenas. O segundo capitulo, teve como principal figura o governador Barbosa Lima. Entre as suas providencias administrativas de consolidação da campanha de renovação da industria, eneeitada pelo barão de Lucena, registra a historia do açúcar que dividiu o Estado em zonas açucareiras, a que regulou as relações entre usineiros e fornecedores de canas, a que auxiliou a extensão das linhas



A secção de dornas de fermentação da Distilaria

Sr. dr. Barbosa Lima Sobrinho: para terminar estas minhas desataviadas palavras, a que me obrigou o cargo, que a confiança do governo do meu Estado e dos meus colegas de industria me atribuiu, eu quero ter a alegria de salientar uma coincidência que se me afigura feliz. A historia da industria açucareira de Pernambuco divide-se em três capitulos distintos: o de Duarte Coelho, aos fins do seculo dezenove; o da reforma in-

ferreas particulares das usinas, a que duplicou a dotação de auxilios financeiros aos usineiros e, ainda, os ampliou de mais de 20%, caso a situação cambial elevasse o custo dos maquinismos e a que criou o ensino tecnico profissional agro-industrial de açúcar. O capitulo contemporaneo, de renovação agricola, inaugurado por Apolonio Salles, está sendo consolidado por Barbosa Lima Sobrinho. O atual presidente do Instituto do Açúcar e

do Alcool defendeu as zonas de produção açucareira, reajustou os limites de produção, harmonizou as relações entre usineiros e fornecedores de cana; estendeu os auxílios para montagens de destilarias de álcool anidro, ampliou o financiamento das safras e entre-safras, estuda a elevação dos preços do açúcar, tendo em consideração, principalmente, a presente situação cambial que tanto encareceu os maquinismos e utilidades importados, e cogita de criar em Pernambuco

Falou depois agradecendo o presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool.

Começou o sr. Barbosa Lima Sobrinho dizendo que desejava agradecer ao ilustre presidente do Sindicato dos Usineiros de Pernambuco as palavras que tão generosamente havia dito, a respeito do orador. Mais do que essas expressões, entretanto, agradecia aquelas outras, de que se valera o presidente do Sindicato para recordar e exaltar as realizações do governador Barbosa Lima.



Fotografia tirada por ocasião da visita do presidente do I.A.A. à Usina Salgado

uma escola técnica profissional para a lavoura e indústria da cana. Resta-nos, por conseguinte, meus senhores, erguer as nossas taças, fazendo votos para que o nome de Barbosa Lima Sobrinho continue a se inscrever na história da nossa principal economia, com o mesmo brilho com que nela se registrou o do seu ilustre tio, cuja memória, por tantos motivos, profundamente veneramos”.

Refere-se aos sentimentos de amizade filial, que o prendiam à figura desse grande pernambucano, pedindo licença para não silenciar a admiração profunda que lhe haviam inspirado numa convivência de intimidade, as virtudes e o saber de Barbosa Lima.

Reportara-se o orador do Sindicato às coincidências que lhe pareciam existir entre o programa de assistência às usinas, no governo Barbosa Lima, e a orientação da atual



presidência do Instituto do Açúcar e do Alcool. Não deixaria de apontar, naquela oportunidade, uma outra relação. Conhecera e estudara o orador o problema das usinas de açúcar de Pernambuco quando procurara se informar do que fôra a administração Barbosa Lima, no tormentoso período de seu governo. Os problemas hoje não eram diferentes, nas suas linhas essenciais, dos problemas que haviam preocupado o governo Barbosa Lima, mesmo porque só agora estavam eles encontrando a solução necessária. Referiu-se a que o programa de assistência às usi-

ticulares. Encontrara serviços de transporte público mantido às expensas da própria usina. E vira o reflorestamento, sob a fiscalização do Estado, procurando salvar as riquezas florestais de Pernambuco da fome insaciável das fornalhas.

Outra vitória do programa Barbosa Lima era a transformação industrial operada nas fábricas de açúcar. Queria o orador lembrar que a administração daquele governador proporcionara aos industriais de Pernambuco, em empréstimo, cerca de 10 ou 12 mil contos. A quantia poderia hoje parecer insigni-



Um aspecto do almoço oferecido pelos banqueiros

nas estava subordinado a condições expressivas, como a da necessidade de um plano de viação para o Estado ou a do reflorestamento. Somente agora se estava cumprindo esse programa esclarecido. Tivera ocasião de ver, na sua visita ao interior do Estado, as estradas das usinas ligadas umas às outras, por iniciativas dos próprios usineiros, ampliando-se, assim, o benefício das vias ferreas par-

ficante, mas avulta aos nossos olhos, quando se considera que excedia de muito toda a receita do Estado naquele tempo. Para avaliar o que fôra esse esforço bastaria pensar no que seria hoje a assistência de empréstimos superiores à receita atual de Pernambuco. Poder-se-á, assim, compreender o que representou a ação daquele governo, na renovação da indústria açucareira do Estado

para que ela se tornasse, como se tornou, capaz de lutar e de vencer.

O orador manifesta, a seguir as impressões recebidas na sua viagem à zona açucareira. A surpresa foi ainda maior do que a alegria, diante do espetáculo de tantas iniciativas e realizações vitoriosas. Exalta o trabalho de irrigação e diz que um esforço de tal monta não deve ter resultado da preocupação apenas de lucro de empresas particulares. Inspirou-a, decerto, a necessidade de defender toda a produção pernambucana, ameaçada de ir perdendo pouco a pouco a sua quota pelo desequilíbrio crescente entre

ria de entusiasmo o espírito do produtor, libertando-o, em pouco, da obsessão da máquina. A máquina, diz o orador, é fria de mais na dureza de seu contorno e no brilho de seus metais. A terra, não, a terra humaniza, estimula a solidariedade, dando aos homens, muito mais do que a máquina, o sentimento da comunhão.

Reportou-se ao que pôde ver nas usinas visitadas, vilas operárias excelentes, hospitais, casas de diversões, cooperativas, e armazéns modelares. De tudo o que viu nesse setor, pedia licença para recordar uma realização, que lhe parecia como que um sim-



O presidente do I.A.A., na Usina Central Barreiros

as safras do sul e as do norte. Considera, por isso, a irrigação como uma obra de salvação pública.

E com que alegria olhou, pensando em tudo isso, as ladeiras estereis cobertas com o verde muito claro dos canaviais novos! Acreditava mesmo que essa espécie de retorno à terra haveria de ter uma repercussão mais profunda na orientação da economia açucareira. O esplendor das novas colheitas enche-

bolo de todo esse trabalho social. Como símbolo, pertencia a todos os industriais. Era o fruto dessa renovação. Qual o símbolo? Os escoteiros de Catende. Comovera-se, vendo a marcha garbosa desses pequenos orfãos, desfilando num campo cercado de canaviais, de canaviais que pareciam investir-se numa admirável junção de proteção e de amparo.

Tudo o que vira fôra possível pela coincidência de uma série de fatores. E' que em



Pernambuco se encontrava aquele clima de "esforço produtivo" a que se referira, numa frase feliz, o general Eurico Dutra. Esse é o clima do Estado Novo. E é também o ambiente de Pernambuco, sob a administração criadora do interventor Agamenon Magalhães. Havia, por toda parte, a preocupação de trabalhar e de realizar, porque todos sentiam, como exemplo e estímulo, presente por todos os lugares, o dinamismo de um governo incansável.

havia sido estabelecida, na economia açucareira, pela ação esclarecida do presidente Getúlio Vargas. A função do Instituto, na questão dos preços, é uma função de equilíbrio. Não se compreenderia um preço que desse margem a lucros excessivos, um preço de valorização. Lembra o erro formidável da política do café. Mostrou que seria injusto garantir vantagens excessivas à custa da coletividade consumidora, num país de baixo padrão de vida, como o Brasil. Alude às dificuldades



O sr. Barbosa Lima Sobrinho, entre diretores da Usina Santa Terezinha

Continuando, o orador acentuou que não deixaria de se deter no assunto que tanto preocupa os usineiros de Pernambuco: a questão dos preços. Uma explicação leal seria de certo proveitosa, para a compreensão recíproca entre o Instituto do Açúcar e do Alcool e os produtores. Auscultara os sentimentos gerais. Queria compreender e ser compreendido, dentro dessa política de colaboração que

crescentes que haveriam de ir solapando o próprio Instituto, como o surto insopitável da super-produção, por mais severas fossem as leis e as penalidades. Continúa convencido de que não ha força capaz de manter uma instituição, que deixa de corresponder o interesse da comunhão, interesse que se póde conciliar com a defesa da produção, através dos preços justos.

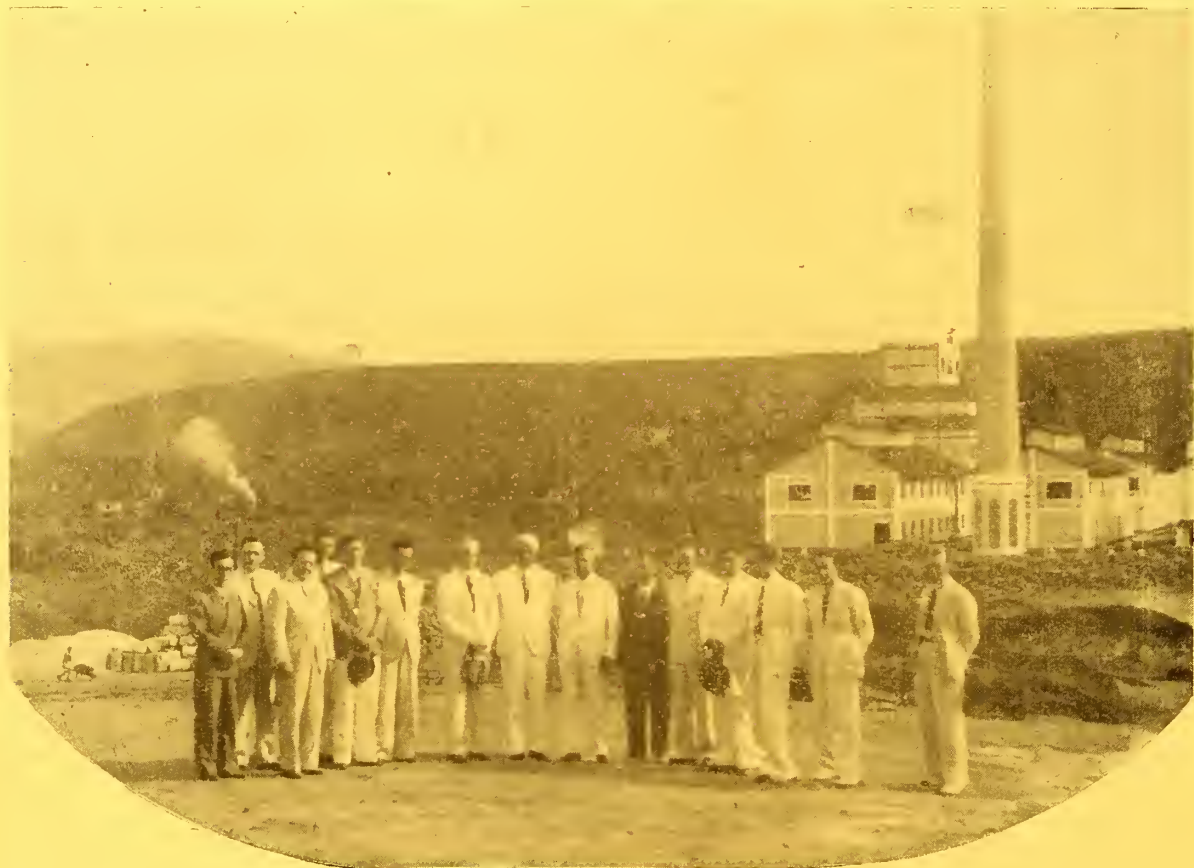
Entretanto, se os preços deixam de ser compensadores, também seria iníquo o esforço para mantê-los, pois que a obra de defesa passaria assim a ser antes uma obra de opressão e de asfixia.

De certo o que desejais, concluiu s. s. textualmente, é o que nós também desejamos: um preço justo. Nesse sentido o Instituto realiza os inqueritos necessários, para que o assunto seja dentro de muito pouco tempo solucionado. Pernambuco não pede favores, mas

Panificável, localizada em Ibura. Em seguida, dirigiu-se à Vila dos Contínuos e das Lavadeiras, inaugurando uma ponte sobre o rio Ibura. Visitou ainda a Vila dos Ferroviários e a Usina Higienizadora de Leite.

### O ALMOÇO OFERECIDO PELA LAVOURA

Às 13 horas, nos salões do Club Português, teve lugar o almoço de 300 talheres,



Na Usina Catende

não deixará nunca de reclamar a justiça que lhe seja devida. Quereis justiça e haveis de ter justiça.

#### NA FABRICA DE FARINHA PANIFICAVEL

No dia 16 de fevereiro, o sr. Barbosa Lima Sobrinho, em companhia do interventor Agamenon Magalhães e de outras autoridades, esteve em visita à Fabrica de Farinha

oferecido pela lavoura. O agape foi presidido pelo interventor Agamenon Magalhães.

#### FALA O SR. NETO CAMPELO JUNIOR

Saudando o sr. Barbosa Lima Sobrinho falou o sr. Neto Campelo Junior.

O presidente do Sindicato dos Plantadores de Cana de Pernambuco assim iniciou o seu discurso:

“Exmo. sr. dr. Barbosa Lima Sobrinho:



E' sem duvida muito grande a minha responsabilidade no instante em que devo interpretar os sentimentos dos plantadores de cana de Pernambuco, fornecedores e banqueiros, unidos pelos mesmos anseios e solidarizados pelas mesmas amarguras, porque, sendo a tarefa em si mesma difficil, terei de desempenhar-me perante v. excia., sem favor e sem lisonja, uma das mais altas e mais legitimas expressões da intelligencia e da cultura do Brasil.

Encoraja-me, entretanto, a certeza da complacência dos meus companheiros e a

E isto porque tínhamos todos a instintiva certeza de que iríamos ter em sua pessoa um novo e grande amigo, como o fora, entre os maiores, o seu digno tio, dr. Alexandre Jose Barbosa Lima à cuja memoria renderemos sempre as nossas melhores e mais sinceras homenagens.

E em pouco tempo, verificando com prazer que não falhavam as suas previsões, auxiliavam os plantadores de canas de Pernambuco pela hora em que lhes fosse possível dizer a v. excia. do seu reconhecimento e da sua confiança, numa grande manifestação



A visita do presidente do I. A. A. à Usina Tiúma

confiança na generosidade de v. excia. para com o velho amigo que tem merecido, desde muitos anos, a honra de sua estima.

Sr. dr. Barbosa Lima — os agricultores pernambucanos viveram um momento de emoção e de esperança quando o presidente Getulio Vargas, substituindo o ilustre sr. dr. Leonardo Truda na presidencia do Instituto do Açúcar e do Alcool, indicou o nome de v. excia.

em que v. excia. pudesse ter contacto com a maioria dos que fazem na terra pernambucana o cultivo da cana de açúcar”.

Depois de referir-se à pessoa do sr. Agamenon Magalhães, relembrando os serviços por s. excia. prestados à lavoura canavieira, prosseguiu o orador:

“Sr. dr. Barbosa Lima Sobrinho. Quando em principios desta fala me disse inter-

prete do pensamento dos meus colegas de classe não usei de um méro logar comum.

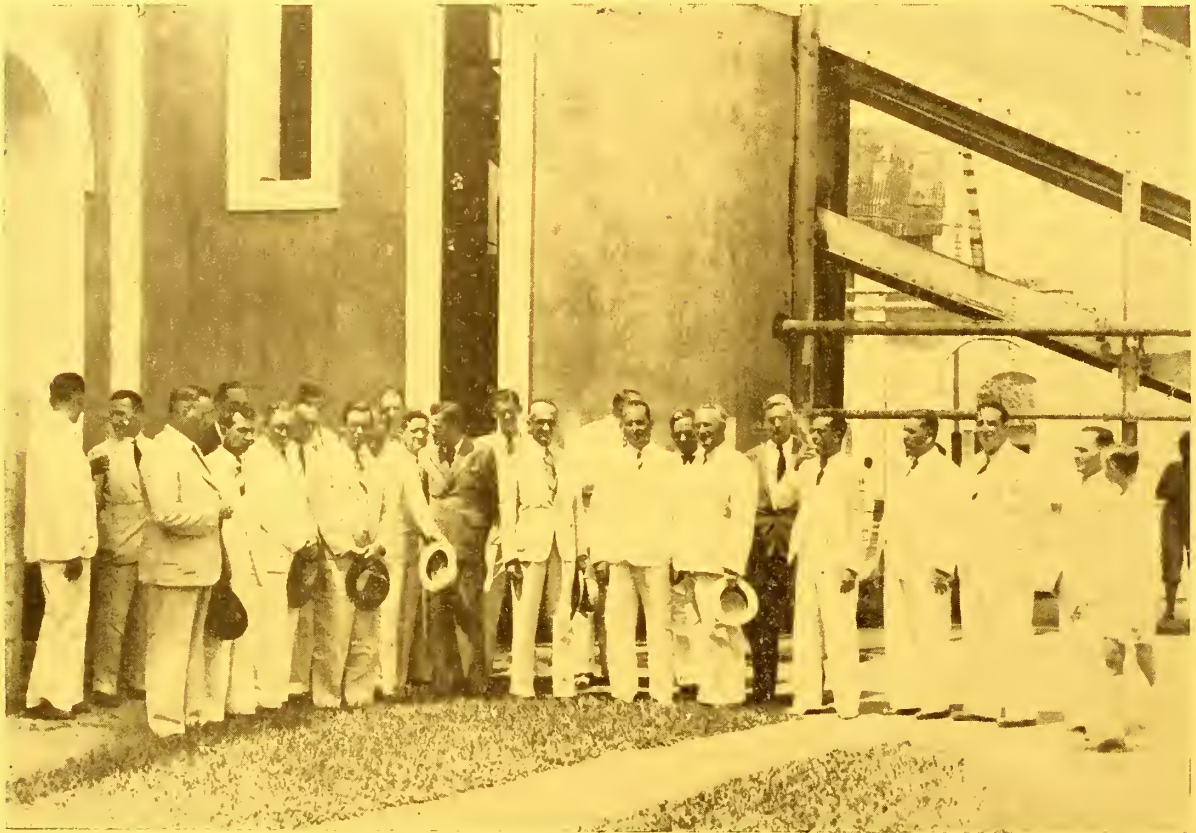
Eu sentia a necessidade de dizer, sem recriações injustas, mas com a consciencia de uma realidade, os motivos porque, à sensibilidade de v. excia. em sua recente visita aos grandes centros industriais de Pernambuco, deve ter chocado o doloroso contraste que se observa na economia açucareira do nosso Estado.

Ao lado de uma industria engrandecida e prospera, uma lavoura que se debate, quasi em estertor, numa luta de que só não sairá

Estes mesmos fatores que os usineiros por si sós não puderam demover, com características mais graves ainda se abatem aniquiladoramente sobre fornecedores e banqueiros.

Os primeiros não são os incapazes que muitos afirmarão, uns por desconhecimento da realidade, alguns outros, bem poucos felizmente, por deploravel injustiça e criminosa má fé.

Os segundos na sua honrada modestia não são uma reliquia de uma industria que se impõe progressista e poderosa.



O sr. Barbosa Lima Sobrinho visita a Usina União Industria

vencida com a aplicação, por parte do Poder Publico, de medidas indispensaveis, muitas delas até revestidas da maior urgencia.

Não vai longe o tempo em que os industriais pernambucanos viviam, tambem, em sua quasi totalidade, as maiores angustias, numa situação de quasi insolvencia e de grande depressão economica, porque ao lado das circunstancias climatericas, lhes faltava o credito e as suas produções se achavam sujeitas aos azares da mais tórpe especulação.

Ambos prescindem das belezas do culto das cousas raras e preciosas, porque constituem organismos vivos, forças que em meio ambiente mais propicio serão capazes de uma grande reação em proveito da economia geral, com uma intensidade de que é a melhor prova o seu atual contingente de contribuição, máo grado todas as amarguras e todos os obstaculos que se lhes contrapõem.

Mas, em tempo, para grandeza de Pernambuco e para nossa sincera alegria de pa-



triotas, pois não vivemos para a inveja, senão em luta corajosa pelo nosso soerguimento, medidas eficazes foram tomadas pelo homem que se fez defensor da economia brasileira que é o próprio Brasil, o presidente Getúlio Vargas, e a grande indústria nacional se salvou e se tornou poderosa no Sul, como entre nós, como acaba v. excia. de verificar.

O Banco do Brasil até então desconhecendo a existência dos usineiros, sobretudo os de Pernambuco, abriu-lhes as suas portas

ce que, infelizmente, beneficiando aos industriais, não foi, como o deveria ter sido pela ocorrência dos mesmos fatores que o determinaram, estendida aos fornecedores em débito com aqueles industriais recebedores de suas canas e que gozaram desse favor.

Grave injustiça que não devo silenciar, sobretudo porque, para gaudío meu, posso referir-me àquele usineiro pernambucano que numa nobre compreensão do favor rece-



Visita à sede do Sindicato dos Usineiros

dando-lhes o crédito necessário às suas atividades.

E o panorama rapidamente se modificou. As safras passaram a ser garantidas e seguras porque a adubação restabeleceu as forças da terra exausta por intenso trabalho multi-secular e a irrigação venceu as sécas e extinguiu os seus calamitosos efeitos.

Surgiu o I. A. A. e a ganancia especuladora desapareceu, vencida.

Os males anteriores careciam de remédio e veio, salvadoramente, o reajustamento econômico, medida de extraordinário alcan-

bido reduziu à metade a dívida dos seus fornecedores.

E não se diga que essas medidas salvadoras não foram extensivas aos plantadores de canas por culpa nossa.

Ao contrário, muito trabalhámos para que a media reajustadora favorecesse aos plantadores que continuaram presos aos seus compromissos, enquanto muitos dos industriais seus credores obtiveram reajustamento integral de suas dívidas.

Tinhamos a certeza de que era intenção

do governo contemplar-nos, em igual medida, com o seu favor.

Infelizmente uma interpretação excessivamente rígida da letra da lei, por parte da antiga direção da Camara de Reajustamento como que firmou uma jurisprudencia contra que baldaram todos os nossos esforços.

E' precisamente por isso que aqui estamos para dizer da nossa premente situação, pedindo ao mesmo tempo as medidas capazes de modifica-la.

O Instituto do Açucar e do Alcool na presidencia benemerita de v. excia. delibe-

redito agricola aos plantadores, de que já cogita, é certo, o regulamento da Carteira de Credito Agricola do Banco do Brasil, seja feita sob forma que o torne realizavel de facto, dado que nos moldes atuais são as exigencias impossiveis de serem atendidas que quasi nulos têm sido os resultados obtidos pelos pequenos produtores.

Entre nós, é dever de justiça realçar, só conhecemos o credito nos moldes exigidos pelas condições da lavoura, atravez das Cooperativas, que, amparadas e orientadas pelo Estado, financiam os produtores dentro de



**Um aspecto do banquete oferecido pelos usineiros Pernambucanos**

rou tomar a seu cargo a defesa dos banguzeiros em agonia, como tambem estabelecer justas normas em que se definam, na harmonia dos interesses, os direitos e deveres dos industriais e dos fornecedores, normas cm breve concretizadas na reforma da lei 173, reguladora da materia.

E' sem duvida precioso o amparo que vamos receber do I. A. A., mas é ao mesmo tempo indispensavel que a distribuição do

limites modestos ainda, é certo, mas que dentro em pouco ampliarão largamente esses limites porque é esse o desejo já varias vezes declarado do interventor Agamenon Magalhães, o que basta para encher-nos de imensa confiança, concededores que somos de como sabe o chefe do governo pernambucano realizar a sua vontade.

Urge, pois, a modificação que permita o credito agricola do Banco do Brasil trans-



formar-se em realidade para os pequenos produtores, pois, outro não teria sido o intuito do governo federal quando o instituiu.

Essa a medida de ampliação mais imperiosa e urgente, capaz de permitir a fornecedores, e banqueiros a necessária subsistência até que cheguemos ao ideal na indústria açucareira do Brasil com o desaparecimento dos baixos tipos de açúcar pela criação de usinas cooperativas ao mesmo tempo fazendo com que o homem do campo não fique estacionário, enquanto a máquina evoluindo, o absorve.

mente protege, na realidade, o proprietário de que o fenômeno econômico se não pode sobrepôr ao fato social.

Amparar e defender a pequena propriedade e a pequena indústria e contribuir para uma melhor distribuição da riqueza, com evidentes vantagens para o erário público e para a própria tranquilidade da ordem constituída”.

Após outras considerações, declarou o sr. Neto Campelo Junior:

“Em junho de 1932, no Estado de Louisiana, organizou-se a primeira usina coope-



Ao regressar ao Rio, o presidente do I. A. A. despede-se do interventor federal em Pernambuco

Estamos confiantes de que chegaremos a esse “desideratum” pelas provas muitas vezes recebidas de que o governo do Brasil não desdenhará de conhecer das nossas justas reclamações, atendendo-as sempre na medida do possível.

A morte dos fornecedores e dos banqueiros seria a vitória do latifúndio sobre a pequena propriedade que a lei brasileira sabia-

rativa americana, surgindo no ano seguinte, ante os resultados obtidos com essa experiência, mais cinco usinas nos mesmos moldes, com o aproveitamento dos verdadeiros agricultores, única hipótese em que poderá ser considerada interessante à economia pública a acumulação das atividades agrícolas e industriais nas zonas das usinas.

Em Pernambuco verifica-se infelizmen-

te o contrario, e é preciso não esquecermos que toda a magestade do nosso grande parque açucareiro representa um acúmulo de milhares de contos de réis, em proveito de um pequeno número de individuos enquanto a maioria dos habitantes das respectivas zonas se pauperiza de dia para dia.

Em nosso Estado, não é demais afirmar, verificou-se como que uma paralisação do progresso das cidades vizinhas das usinas

des capitais com as facilidades e encantos da vida moderna.

E como consequencia desse fato, uma verdadeira parada do progresso de cidades que outróra ofereciam as melhores espectativas.

Mas, sejamos justos e verdadeiros. Não é o grande industrial o unico, nem mesmo o maior responsavel por essa situação.

A maior quota dessa responsabilidade



Um aspecto do "stand" do I.A.A. na Exposição Nacional de Pernambuco

cujos aspectos atuais são os mesmos de tempos já distantes.

E é facil a explicação. Enquanto ao tempo dos banguês a riqueza era distribuida por centenas e milhares de lavradores, embora não atingindo cifras elevadas em relação a cada lavrador isoladamente, que por isto mesmo limitava o seu conforto, no aproveitamento dos seus lucros, à propria zona de suas atividades, o usineiro, senhor de grande fortuna, buscou, como é natural, as gran-

cobes àqueles que não souberam continuar a obra extraordinaria do governador Barbosa Lima, cujos detalhes v. exc. conhece com precisão e que continuada ofereceria sem dúvida um aspecto bem diverso do que vive Pernambuco atualmente.

Criando as primeiras usinas no Estado era pensamento do ilustre pernambucano de cujo nome é v. excia. herdeiro digno e brilhante sucessor, fazer dos plantadores de cana os proprietarios das grandes fabricas que de-



veriam, criando um tipo superior de açúcar fazer a riqueza dos seus donos e a prosperidade, em outras condições de equilíbrio social e economico, do proprio Estado.

Esta e a realidade reconhecida até mesmo por alguns industriais pernambucanos, reconhecimento que registro, para honra desses homens dignos, com a maior alegria.

Peço a v. excia. que me permita dizer o que li à pagina 27, da revista das Associa-

ções Cooperativas do Açúcar. Se os proprietarios do solo forem comprantados sob o controle de capitalistas estrangeiros ou gerentes cujo interesse esta exclusivamente em aumentar os lucros da empresa em beneficio dos proprietarios da mesma, ha probabilidades dos efeitos sobre a organização da sociedade rural serem ainda mais desastrosos. Infelizmente estas parecem ser as condições em que se encontra a produção de cana de açúcar



Outro aspecto do "stand"

ções Cooperativas do Açúcar, da America do Norte, em seu numero 8, de março de 1938. Sob o titulo "Efeitos Sociais de Concentração do Contrôlo sobre a industria açucareira" diz a citada revista: "A lavoura em grande escala, quando se acha sob o controle de capitalistas particulares, pôde ter consequencias desastrosas no país onde fôr praticada, visto tender a concentrar a riqueza, poder politico e controle social nas mãos do pequeno numero de proprietarios rurais que do-

na maior parte da América Latina. Embora parte da cana seja produzida por pequenos agricultores independentes, acham-se estes à mercê das grandes empresas ou plantadores particulares visto que o pequeno agricultor não tem outra alternativa senão vender a cana de sua produção às grandes usinas situadas na vizinhança".

Mas ainda é tempo de ser modificada a situação e os fatos nos autorizam a convicção de que o governo do Brasil operará a ne-

cessaria transformação dos quadros atuais cometendo a cultura das terras aos lavradores, com a industrialização feita pelos usineiros que nem por isso terão diminuídos os seus lucros e o seu patrimônio.

Em abono de nossa tese aprez-me referir as afirmativas recentes do sr. Costa Azevedo, o extraordinario criador dessa monumental organização agricola-industrial que é a Usina Catende, confessando a insignificancia dos seus lucros na parte agricola, lucros que jámais corresponderiam aos vultosos capitais por ele invertidos.

Mas esses lucros insignificantes de fato para esse grande industrial bastariam às modestas aspirações dos lavradores pernambucanos cuja inversão de capitais é igualmente modesta.

Essa a solução para os casos já existentes, devendo ser adotada a solução americana para o caso dos "banguês" em que devemos reconhecer uma industria inferior mas na qual não pôde ser desprezada de modo algum o fator humano.

O brusco desaparelhamento dos "banguês" seria um crime que felizmente não será consumado e de que jámais nos arreceiaremos pela merecida confiança que depositamos nos governos do Brasil e de Pernambuco sempre solícitos na acolhida das nossas reclamações.

Sr. dr. Barbosa Lima Sobrinho. Devo afirmar em nome dos lavradores de Pernambuco a mais ampla confiança na ação esclarecida de v. excia., que sem a estreiteza dos regionalismos estereis tem sabido ser grande amigo do nosso Estado.

Permita v. excia. que antes de terminar eu saliente a presença nesta hora de uma representação dos lavradores alagoanos cujos problemas, em tudo iguais aos nossos, servem para provar que as nossas aspirações não são adstritas aos limites de Pernambuco, mas são na verdade aspirações de toda a região nordestina do Brasil.

Reconheço ter sido demasiado longo em minha explanação, o que era entretanto, mister fazer para corresponder à expectativa de meus companheiros. Fi-lo, porém, com a certeza de que não falo ao homem publico da especie daqueles que passam e olham apressadamente os problemas nacionais, mas ao contrario neles se aprofunda, buscando-lhes a solução.

E é na certeza de que as aspirações nordestinas e brasileiras dos lavradores da cana terão em v. excia. o desejado defensor, que

comigo se levantam, bebendo à sua saúde e à sua felicidade, os plantadores de Pernambuco".

## O DISCURSO DO PRESIDENTE DO I. A. A.

O sr. Barbosa Lima Sobrinho começou o seu discurso de agradecimento, exaltando a classe dos banguzeiros e dos fornecedores.

Preferia — disse — chamar a todos de banguzeiros porque os fornecedores algum tempo tiveram os seus banguês. Não tivera oportunidade nessa visita a Pernambuco de visitar um banguê deste Estado mas conhece bem, conhece de velha data o engenho de açúcar. Guarda na memoria como uma grande lembrança os dias em que visitou os banguês de sua terra. E para dizer a verdade o banguê é Pernambuco. Qual o forte mais resistente contra a invasão holandeza senão o banguê? Donde saíram os herois que lutaram contra o invasor?

Evocou a seguir, as cidades de Pernambuco, onde a industria açucareira, os velhos banguês têm as suas sedes: Goiania, Nazaré, Serinhãem e tantos outros municipios. As grandes familias pernambucanas são as familias provindas dos engenhos.

Referiu-se, depois, à grande luta travada pelo senhor de engenho para enfrentar as dificuldades em que a industria do açúcar hoje se encontra. Conhece bem essas dificuldades. Tem uma noção perfeita do assunto. E lembrou, então, as suas atividades como presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool no sentido de assegurar ao banguzeiro medidas compatíveis com o seu esforço, medidas que pudessem amenizar os seus sofrimentos. Ele mesmo expuzera a situação dos banguzeiros ao presidente Getulio Vargas e acentuára a necessidade de medidas que viessem assegurar aos mesmos uma melhoria. Tivera exito e o presidente da Republica acatara a sua idéa. Diz textualmente o presidente do I. A. A., dirigindo-se aos banguzeiros: "Podeis ver bem os propositos do Instituto do Açúcar e do Alcool. O programa não é facil mas será encarado com todo o esforço".

Fez ver ainda no seu discurso o sr. Barbosa Lima Sobrinho que desejava ouvir a todos na audiéncia que teria naquela tarde. Queria sentir melhor as necessidades de todos para depois atendê-los da melhor forma. E acrescentou: "Assumo neste momento um compromisso com os banguzeiros, de tudo



fazer por essa classe e atendê-los em tudo o que me for possível”.

O banguê tem tantas glorias, tem tantas responsabilidades que não compreende venha a deixar os banguêzeiros sem a sua assistência imediata.

Terminou o sr. Barbosa Lima Sobrinho o seu discurso dizendo aos banguêzeiros que podiam confiar na ação do presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool.

E ergueu a sua taça em pról da grandeza dos banguêzeiros pernambucanos.

### O BRINDE DE HONRA

Por ultimo, falou, erguendo o brinde de honra ao Presidente da Republica, o sr. Novaes Filho, prefeito do Recife e elemento de destaque da lavoura pernambucana.

### NA CAIXA DE CREDITO IMOBILIARIO

Retirando-se do Club Português, o sr. Barbosa Lima Sobrinho esteve na Caixa de Credito Imobiliario, sobre cujo movimento recebeu esclarecimentos do secretario da Fazenda.

Em seguida, esteve na Vila Agamenon Magalhães, visitando a Cooperativa dos Agricultores e a Estação de Fruticultura. A's 17 horas, o presidente do I. A. A. compareceu á séde da Sociedade de Agricultura, onde deu audiencia aos fornecedores e banguêzeiros.

### O REGRESSO

O regresso do sr. Barsosa Lima Sobrinho a esta capital verificou-se no dia 18 de fevereiro, pelo “Oceania”, tendo s. s. chegado ao Rio a 21.

### O QUE VIU EM PERNAMBUCO O SR. BARBOSA LIMA SOBRINHO

A Agencia Nacional distribuiu à imprensa a seguinte entrevista que lhe foi concedida pelo sr. Barbosa Lima Sobrinho, ao chegar a esta capital:

“— Fui a Pernambuco visitar a Distilaria do Cabo e o “stand” do Instituto, na Exposição Nacional de Recife. Não me deterei nas referencias a essa Exposição, que na verdade apresenta em suas linhas gerais, uma

mostra expressiva do plano de progresso do Estado. Muitas vezes me detive no que é a Exposição; e o que todos ainda ficaram abaixo das impressões pessoais de quem visitar o Parque 13 de Maio, percorrendo os pavilhões dos municipios e das industrias do Estado. O Interventor Agamenon Magalhães conseguiu fazer uma revista das atividades pernambucanas, para evidencia de que seu Estado não renuncia ao direito de marchar à vanguarda do progresso nacional. Mais do que uma exposição, o certame recifense se nos apresenta como um programa de ação.

— Viu tambem a Distilaria do Cabo?

— Sim. Trata-se de uma distilaria construida pelo Instituto do Açúcar, para a fabricação de alcool anidro. Tem a capacidade de 60.000 litros diarios e constitue uma iniciativa de grande porte. O inicio de sua atividade foi um pouco retardado pela guerra européia, que dificultou a entrega de produtos quimicos necessarios. Mesmo assim, estamos tomando todas as providencias para que ela inicie os seus trabalhos no começo da segunda quinzena de março proximo, embora a inauguração oficial tenha sido marcada para quando o sr. Presidente Getulio Vargas possa visitar o Estado de Pernambuco.

— Quanto ao dominio do açúcar, que nos diz?

— Volto encantado com o que vi e observei. O esforço das usinas de Pernambuco é muito grande. Não falo apenas na perfeição, ou excelencia das maquinas, nas usinas de grande rendimento, ou nas distilarias modernas. Notavel é a ação de assistencia social, que hoje representa cerca de oito mil contos, nas despesas anuais das usinas. As casas de operarios não são mais os mucambos primitivos, ou aquelas cabanas de quatro aguas das aldeias africanas. O trabalho de reconstrução é intenso, dentro de programas corajosos. A Usina Catende está construindo, em média, uma casa por dia. Tiama pretende levantar duzentas casas no ano corrente. E assim todas as outras, nesse pareo meritorio, para a melhoria da habitação operaria. Na Usina Trapiche encontrei vilas proletarias excelentes e confortaveis. Não falta assistencia medica, pelo menos, nas usinas maiores. Ha propriedades com mais de 16 escolas, sustentadas pela usina. Existem tambem cinemas e casas de divertimento para os operarios. Não são raros os radios nas habitações proletarias. Quanto ao barracão antigo, origem de tantos maleficios, hoje são administrados com a preocupação de vender

pelo custo. Em algumas usinas se converteram mesmo em cooperativas, com vantagens para todos. Encontramos até uma especie de asilo para órfãos, com mais de 30 meninos reunidos numa organização interessante: são os escoteiros de Catende. Dispõem de uma oficina de sapateiros, de maquinas para impressão e de uma pequena fabrica de gelo. O apurado de suas vendas pertence á escola, que ainda cultiva uma pequena horta.

— E são antigas essas organizações?

— Não. Pode-se dizer que não existiam, antes de 1930 senão em parte muito pequena. Havia uma ou outra escola, cinemas, um pouco de assistencia medica. Não ha paralelo, porém, entre as duas fazes. De um grande usineiro ouvi a declaração sincera de que hoje eles obedeciam a um novo espirito. A legislação social os estimulou, mostrando o que era necessario fazer. Por outro lado, a politica do açúcar, proporcionando-lhes estabilidade, concorreu para que se dedicassem mais esforçadamente á ação social. Nos dois aspectos, a atividade nova das usinas está em correspondencia com a politica social iniciada e realizada pelo governo do sr. Getulio Vargas. Quanto ás casas operarias o que se nota nas usinas de Pernambuco é um reflexo da campanha promovida pelo sr. Agamenon Magalhães contra os mucambos de Recife. Os usineiros deviam seguir de perto essas iniciativas e realizações.

— Mas, de tudo o que vi nas usinas, o que mais me surpreendeu foi o trabalho de irrigação.

— Em todas as usinas?

— Em quasi todas. O orientador desse movimento é o atual secretario da Agricultura do governo Agamenon Magalhães, sr. Apolonio Sales. O sr. Apolonio Sales viu o que se faz em Hawaí, e voltou propagandista ardoroso da irrigação. Pernambuco, mesmo na zona canavieira, está sujeito a secas, que podem prejudicar intensamente o volume de suas safras. Basta dizer que, em 1936 e 1937, aquele Estado sofreu reduções enormes na produção. Numa delas, ficou abaixo da metade do seu limite. Na outra sofreu tambem um corte grande. E essas reduções serviram de estímulo ás safras do Sul, comprometendo a posição de Pernambuco nos mercados consumidores. Daí a necessidade de conseguir a estabilidade das safras, o que só a irrigação e a adubação poderiam proporcionar. Convencido dessa necessidade, entregou-se Pernambuco ao trabalho, com entusiasmo e clarividencia. Em

pouco mais de um ano de esforços, a zona irrigada se tornou consideravel, parte com os recursos exclusivos dos industriais, parte em cooperação com o governo do Estado. Mais de 2.000 hectares foram preparados para a irrigação, em cooperação com o Governo Estadual. Diversas usinas já possuem areas grandes irrigadas, como Santa Terezinha, Catende e Tiama, cada uma delas com cerca de 2.000 hectares irrigados. Em conjunto, existem mais de oito mil hectares, ao mesmo passo que aumenta em todas as usinas o emprego da adubação. Quando é possível, faz-se a irrigação por gravidade. Outras vezes, por elevação. Muitos açudes existem nessas usinas e alguns deles como resultado de obras de grandes proporções; exemplo o Ricopeba, em Tiama. Se se levasse em conta a zona do Estado, que não está sujeita a secas, ou aquelas nas quais a redução das safras pelas secas não atinge a uma situação catastrophica, poderíamos considerar assegurada, em pelo menos, três quartas partes, a produção normal de Pernambuco.

— Quanto aos banguês?

— Não atravessam situação favoravel. Eles mesmos se excluíram da obra de defesa criada em 1933. A experiencia não aprovou essa posição de isolamento. Desamparados e divididos acham-se à mercê de intermediarios e especuladores. Compareci a uma grande reunião de interessados, no Sindicato de Banguizeiros e Plantadores de Cana e tive o prazer de ver assentadas e aceitas as bases do programa de defesa. Sem amparo, o banguê não resistirá à luta atual e não poderá cuidar do seu aperfeiçoamento. Os beneficios indiretos resultantes da defesa do cristal não compensam mais os sacrificios advindos da especulação do intermediario e da desorganização do mercado produtor. Porque não incluir tambem o banguê nos programas de exportação ou sobretudo na conversão a alcool dos excessos das safras? Estuda tambem o Instituto a questão do financiamento, para uma solução possível.

— E os fornecedores de canas? Estarão eles satisfeitos com a atual politica do açúcar?

— Não ha motivos para que a combatam. Os inconvenientes advindos da limitação deixaram o fornecedor numa posição perigosa. Destinada a ampara-los, a lei n.º 178 não satisfaz mais aos seus objetivos. Ouvi queixas gerais, tanto entre os fornecedores, como entre os proprios usineiros. As obrigações reciprocas não ficaram perfeitemen-



te definidas e ha varios casos que exigem soluçao conveniente. Pedi aos interessados que nos proporcionem os elementos necessarios à feitura de uma nova lei. Desejo receber sugestões e, sobretudo, a exposiçao de casos concretos, de conflitos e de choques de interesses que tenham surgido, para que o principio legal esteja em correspondencia com a complexidade do fenomeno e a variedade dos casos ocorrentes. Ofereceremos depois ao governo os resultados de nossos estudos e observaçoes, dentro de um prazo o mais curto possivel.

— Fala-se muito em aumento de preços do açucar? Que existe a respeito?

— O Instituto está realizando minucioso inquerito em torno do custo de produçao do açucar, para estabelecer as devidas conclusões. Enquanto não se concluir esse inquerito, nada poderemos adiantar. No banquete que os usineiros de Pernambuco me ofereceram, o presidente do Sindicato, sr. Leoncio Araujo, discutiu a questao dos preços atuais, considerando insuficientes. Na resposta, não me limitei a aludir ao inquerito e à impossibilidade de antecipar opinioes. Recordei os fundamentos da propria politica do Instituto, mostrando que não incidiríamos no erro de uma orientaçao valorizadora que tão nefasta havia sido ao café. Os preços deviam ser compensadores, mas não excessivos, pois que o exagero das cotações acabaria tornando-se nocivo ao proprio interesse dos usineiros. Nenhuma organizaçao de defesa resistiria ao combate de tantos interesses atingidos pelas cotações exageradas, nem haveria limitaçao que pudesse enfrentar o estimulo de lucros altos. Não devemos esquecer que a maior vantagem da politica do açucar deve ser a estabilidade dos preços. E' claro, porém, que se o preço deixa de ser compensador, seria absurdo, sob o titulo de defesa manter uma organizaçao, que assim se teria tornado de sacrificio. Por isso aguardamos o resultado do inquerito, que está quasi concluido, para que o Instituto se oriente de acordo com esses principios.

— Que nos diz das demais atividades do Estado? E da administração do Sr. Agamenon Magalhães?

— O Sr. Agamenon Magalhães, está realizando uma apreciavel obra. E o que mais nos surpreende na sua administração é que não ha setores abandonados. Trabalha-se de todos os lados e em todos os dominios. O sr. Agamenon Magalhães, não é apenas um administrador. O que mais se destaca na sua

personalidade é o entusiasmo do "mencur". Não trabalha a frio. Quer sempre o clima da emoçao. E faz toda a gente trabalhar pelo Estado Novo, mesmo os que se acham fora do governo. Haja vista a campanha dos mucambos, plenamente vitoriosa, como pude verificar do proprio avião que me transportava, encontrando, entre os mangues da cidade, as manchas dos telhados novos. Cerca de duas mil casas já foram construidas e estão habitadas por gente pobre, condutores de bondes, fiscaes, chauffeurs, pequenos funcionarios. E o programa para o segundo ano da campanha pretende levantar mais de três mil casas. A açao do governo empolgou todas as atenções e crescem as adesões, conquistadas pelo exemplo e pela pregaçao do Interventor. O que se encontra na campanha dos mucambos ocorre tambem no plano para a expansao do cooperativismo, que é a iniciativa de maior alcance da atual administração pernambucana. Não se pense, porém, que esse esforço na campanha dos mucambos, ou na organizaçao cooperativista, absorva toda a atividade do governo. Muitas e muitas outras realizações atestam o seu trabalho, como a Penitenciaria Agricola de Itamaracá, a construçao de estradas e pontes, as obras publicas em geral, o Instituto Agronomico, a Estaçao de Fruticultura do Bongi, a Instruçao Publica, a vigilancia na segurança do Estado. E tudo dentro de recursos modestos, sem prejuizo do equilibrio das finanças estaduais. A divida flutuante encontrada está muito reduzida. E ainda ha saldo no orçamento. Como se vê, trata-se de uma obra de conjunto e não de um esforço fragmentario. Com a sua "equipe" de valores novos, o sr. Agamenon Magalhães transforma o Estado de Pernambuco e o contágio de sua atividade e de seu entusiasmo multiplica os cooperadores dessa admiravel obra de governo".

---

#### UM DESPACHO DO INTERVENTOR CORDEIRO DE FARIA

O interventor federal no Estado do Rio Grande do Sul, de acôrdo com informações e parecer do Conselho Técnico de Economia e Finanças, resolveu não atender ao pedido para criaçao do Instituto de Alcool e Aguardente, feito por diversas entidades.

# PODE A INDUSTRIA DIRIGIR-SE A SI MESMA?

O. W. WILLCOX

## A ECONOMIA DIRIGIDA APLICADA A INDUSTRIA AÇUCAREIRA

(Tradução autorizada de Teodoro Cabral)

### CAPITULO IV

#### O CONTINGENTAMENTO NO BRASIL

O Brasil é um país de distancias imensas, com uma extensão territorial comparavel à dos Estados Unidos. O clima varia de temperado e sub-tropical no sul a tropical no norte.

A população, que na maioria se acha concentrada na metade oriental do país se eleva a 42 milhões de habitantes, que em grande parte são brancos de origem portuguesa, espanhola e italiana. No tempo da escravidão foi introduzido um certo numero de negros. O interior, especialmente a bacia amazonica, ainda conserva numerosas tribus de indios e ainda está pouco desenvolvido. As regiões mais densamente povoadas ficam ao sul; esta parte é bem provida de estradas de ferro, mas, no conjunto, falta ao país um bem desenvolvido sistema de transportes e o intercambio entre o norte e o sul limita-se quasi que só à navegação costeira.

Bem que haja consideravel industria manufactureira no sul, a principal industria é a agricultura. O café é a principal cultura e o maior artigo de exportação.

A fórmula de governo é a de uma república federal, composta de vinte Estados, o Distrito Federal e o Territorio do Acre. Teoricamente, a organização politica é similar à dos Estados Unidos. Cada um dos vinte Estados tem a sua propria constituição, de acordo com a qual elege o seu presidente (governador) e um parlamento estadual. Acima de tudo está o Governo Federal, com um presidente nacional e um parlamento nacional, eleitos em conformidade com a ultima constituição em vigor. As condições politicas são, em conjunto, um tanto mais estaveis que em alguns dos outros países sul-americanos, bem que lá não sejam desconhecidos os levantes e revoluções; ha poucos anos, o governo nacional e os governos estaduais foram derribados por uma ditadura provisoria, que eventualmente res-

taurou a ordem antiga com algumas modificações materiais (1).

A historia do açúcar no Brasil teve o seu inicio em 1521. (2). A cultura da cana estabeleceu-se primeiramente no local que geograficamente se denomina o angulo nordeste do continente sul-americano, hoje ocupado pelos Estados produtores de açúcar: Sergipe, Ceará, Alagôas e Pernambuco, figurando o ultimo Estado como o mais importante produtor de açúcar. A principio a industria era feita com o trabalho escravo e até tempos recentes essa parte do país enviou consideraveis quantidades de açúcar para os mercados europeus.

No decorrer dos tempos a cultura da cana espalhou-se para o sul, pelos Estados sub-tropicais de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro; mas a industria açucareira desses Estados, se bem que consideravel, não se acha na mesma escala relativa do norte. Uma das razões é que os Estados brasileiros do sul estão muito mais interessados na cultura do café, de que fornecem mais de metade da produção mundial. Esses Estados sulistas tambem prestam muita atenção à industria manufactureira e neles se acham as maiores cidades. Essa região, embora possuindo um certo numero de usinas modernas, não produz bastante açúcar para abastecer a grande população do sul, sendo coberta a diferença com embarques dos Estados nortistas.

O brasileiro come, em média, 50 libras de açúcar por ano. Compare-se com o consumo "per capita" de 100 libras nos Estados Unidos e de 110 libras na Australia. Há, pois, larga margem de possivel aumento do mercado interno para o açúcar brasileiro.

Como industria, a produção açucareira do Brasil apresenta notaveis contrastes. Num extremo estão os grandes estabelecimentos industriais, dotados com todo o equipamento moderno, que móem mais de 1.000 toneladas



de cana por dia; no outro estão as pequenas fabricas, que empregam dois a tres homens e beneficiam algumas centenas de toneladas de cana numa safra inteira. De permeio, ha toda uma gradação de tamanho e eficiencia. Para fins estatísticos e fiscaes, as empresas açucareiras do Brasil são arroladas em tres categorias: (1) **usinas**, que possuem aparelhos de vacuo e turbinas centrifugas para separar os cristais de açúcar do melaço; (2) **usinas**, que possuem aparelho de vacuo e não possuem turbinas ou que possuem turbinas e não possuem aparelhos de vacuo; (3) **engenhos**, que não possuem aparelhos de vacuo, nem turbinas centrifugas. Mostram as ultimas estatísticas que ha em todo o país 341 estabelecimentos da primeira categoria, 408 da segunda e não menos de 24.923 da terceira. A maioria dos estabelecimentos da terceira categoria — os **engenhos** — são fabricas muito primitivas, sendo, de fato, sobreviventes do tipo descrito pelos viajantes do seculo dezeseis. Consiste geralmente o equipamento de um engenho de uma tosca moenda movida por uma roda de agua ou por uma junta de bois; as demais das vezes o seu trabalho se limita a esmagar a cana produzida pelo trabalho do proprio dono da moenda e membros de sua familia. Os **engenhos** um tanto mais pretenciosos têm uma caldeira a vapor e um motor para o esmagamento e para o processo de cozimento do açúcar e podem alargar a escala de suas operações pela compra de cana cultivada pelos lavradores vizinhos. Dada a falta do aparelho de vacuo e sobretudo da turbina centrifuga, o produto do **engenho** não é mais que um açúcar inferior, comparavel ao **gur** produzido pelas fabricas de açúcar dos nativos hindús, e geralmente é vendido no local, às classes menos abastadas, ou a refinarias.

O açúcar branco para os mercados urbanos e para os consumidores que não se satisfazem com o açúcar de engenhos é fornecido pelas usinas mais bem aparelhadas e pelas refinarias. Bem que os engenhos excedam largamente o numero das usinas, a sua produção englobada mal chega a um terço do total, que se eleva a cerca de 900.000 toneladas por ano. Por outro lado, 23,3% do total é produzido pelas onze maiores usinas.

Apresenta-se-nos, assim, a industria açucareira brasileira como uma atividade dispersa por um imenso territorio, compreendendo estabelecimentos de todos os tamanhos e graus de eficiencia, desde as usinas gigantescas de grandes companhias até o que

na verdade se pode chamar *uma rodinha* da industria de cabana, funcionando sob condições infinitamente variadas de solo, clima e facilidades de distribuição de mercaderia. Nessa industria heterogenea, não é em materia de eficiencia tecnologica que se observa a menor das diferenças. Devido à rudeza de seu equipamento e de seus metodos, os engenhos e pequenas usinas muitas vezes não recuperam sequer metade do açúcar contido nas canas que moem e mesmo em muitos dos estabelecimentos mais custosamente equipados não ha dirigentes tecnicamente experimentados como se encontram nas mais adiantadas regiões açucareiras, como Hawai ou Cuba, por exemplo. Por outro lado, ha um certo numero de fabricas não somente equipadas da maneira mais moderna como também muito habilmente dirigidas. Ha, pois, uma grande diversidade no custo por unidade produzida, associada a uma grande diversidade nas margens individuais de lucro.

A historia economica da industria açucareira brasileira nos periodos da guerra e de após-guerra surgiu a norma geral que dominou na industria açucareira mundial. A principal diferença foi que os produtores brasileiros não tiveram oportunidade de participar, de inicio, da corrida louca que se verificou em outros países produtores de açúcar de cana depois de quasi destruida, durante a guerra, a industria europeia do açúcar de beterraba. Quando, na esteira desse cataclismo, começou e fez-se sentir no Brasil a subida "natural" do preço do açúcar, o governo, usando dos poderes de que se achava investido, restringiu a exportação do açúcar brasileiro para proteger o consumidor nacional contra os preços exagerados. Esse ato adiou, mas não impediu a expansão final da industria. O mercado brasileiro do açúcar não escapou à pressão que em toda parte forçou o preço do açúcar a alto nível nos poucos anos que precederam o de 1929. Nem faltaram as usuais consequencias. Como em outras regiões, a industria expandiu as suas facilidades apoiada em capital tomado por emprestimo. Veio depois a grande depressão e a queda precipitada dos preços, cujos efeitos eram agravados com o declínio do consumo "per capita". Os produtores sentiram-se apertados entre as consequencias da supercapitalização e do excesso de equipamento, de um lado, e, de outro lado, de um excesso de açúcar que o mercado interno não absorveria

senão a preços ruinosos e que não poderia ser exportado senão com grandes sacrifícios.

E, precisamente como em outros países, quando surgiram condições similares, os produtores brasileiros recorreram à intervenção governamental para salva-los da ruína.

Por esse tempo, a grande depressão afetava outros, departamentos da economia nacional e, no parecer de certos elementos da população, o governo existente não parecia ter um programa adequado às necessidades da crise. Seja como fôr, houve uma mudança um tanto forçada no governo, que passou ao controle de um Interventor, (3) na pessoa de Getulio Vargas, que foi investido de poderes ditatoriais e cujo programa era dar ao Brasil, tanto quanto possível, uma "economia dirigida". Nada temos a ver, aqui, com os aspectos gerais desse programa, exceto no que diz respeito a uma economia dirigida para a indústria açucareira brasileira.

A primeira situação a ser enfrentada era a de se encontrarem os preços do açúcar precisamente abaixo do custo médio de produção. Esses preços estavam a tal nível, que uma larga proporção dos produtores não sómente não podia continuar a produzir, a não ser com prejuízo, como não podiam satisfazer os compromissos assumidos durante a alta do açúcar. Havia, pois, a perspectiva de uma bancarrota geral nos negócios açucareiros.

Proporcionalmente, o excesso (de açúcar em relação à possibilidade de venda) não era tão grande quanto o de outros países na mesma época, elevando-se, no Brasil, a cerca de dez por cento sobre a produção total. Mas, em economia analítica, compreende-se bem o pernicioso efeito de um excesso, mesmo assim pequeno. Segundo a lei de Davenant e King, cada "deficit" de produção e, inversamente, cada excesso de produção, causa, no primeiro caso, um aumento e no segundo caso uma redução, no preço, que, em ambos os casos, serão desproporcionados à porcentagem do "deficit" ou do excesso de produção. Essa lei expressa um dos fenômenos que se acham implícitos na lei geral da oferta e da procura; um excesso de apenas dez por cento sobre as necessidades, pelo fato de que representa uma fração inabsorvível de todo o estoque, pôde ser oferecido no mercado dez vezes durante o ano sem achar comprador. O efeito psicológico é que a oferta visível parece ser dez vezes maior do que realmente é.

A situação tendo sido diagnosticada como

oriunda de (a) existir um excesso invendável e de (b) reinarem preços baixos, surgiu a questão de saber-se que medidas construtivas deveriam ser aplicadas. O governo intervencionista confiou a formação de um plano a um grupo de homens, inclusive industriais do açúcar, os quais evidentemente eram movidos pelo desejo de achar a melhor solução possível.

Já antes de ser iniciado o trabalho do plano que a seguir descreveremos, foi tomada uma resolução quanto a que especie de plano não deveria ser adotada. Não eram desconhecidas no Brasil as crises económicas devidas à superprodução de um género agrícola; o caso da indústria caféeira brasileira é um exemplo clássico. O solo e o clima dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo fornecem um "habitat" ideal para a planta do café. Ha anos passados era forte a procura mundial de café e os plantadores tiveram uma tentação irresistível de expandirem-se, o que fizeram até que a produção brasileira excedeu largamente o que os mercados poderiam receber a preços que dessem a desejável compensação; e, como de costume em casos tais, surgiu o pedido de assistência ao governo. A ação do governo assumiu a forma da "valorização", muito conhecida dos estudiosos da historia do café; o governo federal inspirou-se na crença de que, se fosse retirada temporariamente do mercado uma considerável quantidade da colheita do café, o preço subiria e o que o café previamente retirado poderia subsequentemente ser devolvido ao mercado a melhor preço. Nessa conformidade, o governo estabeleceu o Departamento do Café, autorizando a emitir obrigações para a compra e armazenamento de uma suficiente quantidade do género, que ficava depositada como garantia das obrigações emitidas. Entretanto os plantadores do interior foram deixados inteiramente livres de continuar, senão de aumentar a sua anterior escala de produção.

O resultado foi o que poderia ter previsto qualquer estudioso inteligente de economia analítica. O café "valorizado" continuou a pender sobre o mercado à vista de toda a gente; novos estoques continuaram a acumular-se; as obrigações do governo venceram-se; o café depositado tinha de ser vendido antes da nova safra; o mercado do café desgarrava e o resultado foi que o excesso teve de ser eliminado, sendo parte lançada ao mar e o resto queimado. Em vista do fiasco, cujas desastrosas consequências são ain-



da agudamente evidentes para todo brasileiro, está claro que a valorização do açúcar era algo a ser evitado.

Diga-se, de passagem, que o governo dos Estados Unidos também teve ensejo de queimar os dedos no fogo da valorização. Estão ou devem estar frescos na memória, de todo americano os resultados da experiência de Hoover com o trigo. Foi a mesma idéia de que se podia elevar o preço do trigo utilizando fundos do governo para retirar do mercado a parte excedente da oferta e de que a porção assim temporariamente retirada poderia ser restituída subsequentemente sem prejuízo. Houve o mesmo funesto resultado da dissipação dos dinheiros públicos e, finalmente, o mercado arruinado pela continua sobreoferta. Diz-se que um dos principais ensinamentos da história é que os homens nada aprendem dos ensinamentos da história; em todo caso, parece ser verdade que no tempo de Hoover os americanos nada aprenderam da lição da valorização brasileira. Mas estava bem claro, para os arquitetos do novo plano ("new deal") brasileiro que a salvação da indústria do açúcar no Brasil não estava no caminho da valorização.

Antes de entrarmos na discussão dos detalhes mecânicos dessa fase da economia dirigida no Brasil, resumiremos os objetivos específicos a serem alcançados e o traçado dentro do qual deveriam ser atingidos esses objetivos.

Um dos primeiros objetivos do programa açucareiro era garantir que não aumentasse o excesso da produção, o que poderia resultar da atividade daqueles que ainda poderiam produzir açúcar lucrativamente, bem como dos esforços dos produtores marginais ou submarginais que poderiam tentar, mais ou menos em vão, transformar os seus prejuízos em lucros pela expansão da escala de suas operações. O caminho óbvio para atingir esse objetivo era impor um limite à produção; pagar a indústria no ponto em que se achava. Devia-se proibir a todo produtor, lavrador ou fabricante, produzir mais que a quantidade média de açúcar que produzira durante um certo prazo de anos anteriores, interdizendo-se o estabelecimento de novas empresas açucareiras.

O segundo objetivo era eliminar o excesso existente, que era um poderoso fator da conservação da rebaixa do preço no mercado interno. Desde que esse excesso não podia ser absorvido pelos consumidores brasileiros, o único meio de extingui-lo era removê-lo do

país ou encontrar, para ele, qualquer emprego não alimentar.

Além do problema do excesso existente, havia o problema de tratar dos futuros excessos. Havia três meios possíveis de atacar a questão. Um seria simplesmente reduzir a produção às necessidades reais do mercado interno; o segundo seria forçar a exportação anual do excesso à custa de todos os produtores em comum; o terceiro estaria dentro da proposta já mencionada: seria o de achar para o excesso de açúcar um emprego não alimentar, dando-lhe, assim, o caráter de um componente a mais da riqueza nacional. Reduzir a produção às necessidades reais do mercado interno implicaria em muito mais dificuldade do que simplesmente manter a indústria no "status quo". Forçar a exportação do excesso seria apenas um pouco melhor que lançá-lo ao mar, pois, nas condições vigentes, o açúcar brasileiro não poderia penetrar em nenhum mercado estrangeiro, mesmo no chamado mercado livre, a não ser pagando direitos aduaneiros que reduziriam o lucro a um resíduo infinitesimal; a esse respeito o açúcar brasileiro está em piores condições que o açúcar australiano, que goza de uma certa preferência tarifária no mercado britânico.

Em tais circunstâncias, o terceiro recurso — o de converter o excesso de açúcar em outras formas de riqueza nacional — seria a todos os respeitos o preferível e sucedia haver um meio fácil de realizar esse propósito. Bem que seja um país de vasta extensão, o Brasil tem sido pouco explorado e, até o presente, ainda não foi achado nenhum depósito de petróleo dentro dos limites nacionais. (4). A quantidade de carvão nacional também é deficiente. Toda a gasolina tem de ser importada e, devido às dificuldades de transportes, é vendida a preços relativamente altos em várias partes do país. Todavia, constroem-se estradas e o número de automóveis em uso é grande e aumenta. Ora, descobriu-se que a mistura de gasolina e álcool anidro, que pôde ser fabricado com o suco da cana, é um combustível perfeitamente aceitável para os motores de combustão interna. O programa de uma economia dirigida para a indústria açucareira, como parte integrante da economia nacional, poderia, pois, apelar para uma diversão do excesso da produção de açúcar para preencher, ao menos parcialmente, um vácuo na economia nacional do combustível, com vantagem não somente para os açúcar como também sem gravame suplementar para os consumidores de combusti-

vel e ainda com a vantagem adicional de libertar a nação, em parte, da dependencia de materiais estrangeiros. Esse recurso pareceu atraente não só como um alívio para as dificuldades presentes, como também como uma promessa de grande alcance futuro para os produtores de açúcar, pois lhes abria possibilidades de expansão, cujo unico limite é a quantidade de alcool-gasolina que os automoveis tenham de gastar.

O quarto e não menos importante objetivo era efetuar uma refôrma na estrutura do preço no mercado do açúcar, de modo a evitar a bancarrota que ameaçava os produtores, preço que deveria habilita-los a conservarem as suas fabricas em funcionamento e dar-lhes o equivalente de um "salario de vida".

Surgiu a questão do que seria um preço razoavel e a quem deveria ser pago. Ao economista analitico da escola liberal ou do "laissez-faire", a resposta parece simples e direta. Que se deixe atuar livremente a lei da oferta e da procura. Dois terços ou mais da industria brasileira são anacronicos. Em nossos dias de aperfeiçoadas maquinas de fabricagezeiros, são demasiado inefficientes para o usineiro que exige do publico que lhe pague para fazer açúcar sem aparelho de vacuo ou sem turbina centrifuga; e quanto aos banquezeiros, são demasiado inefficientes para merecerem ser conservados. Que fique o negocio nas mãos daqueles que podem fornecer açúcar ao publico ao minimo preço possivel. A função unica da industria é satisfazer as necessidades dos consumidores a preços livremente estabelecidos pela concorrência livre; nenhum preço pôde ser razoavel para os consumidores, se é fixado arbitrariamente para manter emprêsas anti-economicas, impedindo a expansão dos industriais efficientes, que poderiam oferecer ao publico mercadorias produzidas a baixo preço e vendidas, consequentemente, a baixo preço.

A tal conclusão leva, infalivelmente, a economia analitica; e, se outra economia não houvera, a não ser a analitica, a questão poderia ser encerrada. Mas, onde acaba a economia analitica, começa a economia social construtiva. A missão da economia social construtiva é salvar situações que a sua congênera analitica está prestes a abandonar como desenganadas. Onde uma alega que a industria não tem outra função, que não seja abastecer os consumidores da maneira mais eficiente e ao mais baixo preço possivel, replica a outra que sustentar os produtores não

é a menos importante das funções da industria. Os usineiros e banquezeiros anacronicos tinham de ser salvos porque precisavam de salvação e porque, dentro de um amplo ponto de vista economico social (ponto de vista que a economia analitica habitualmente abandona a priori), a comunhão social teria muito mais a ganhar salvando-os, que a perder pagando mais alguns réis por quilo de açúcar. Concedamos que até tres quartos de todas as fabricas de açúcar brasileiras sejam economicamente enfermas; mas, abandonando-las simplesmente aos rigores da livre concorrência seria criar maiores dificuldades que as que se deveriam remediar; seria a bancarrota em larga escala; regiões inteiras — e não só as regiões que produzem açúcar — sentiriam a perda do poder aquisitivo da massa (adiante se verá que sentido se pôde dar a essa especificação particular na economia brasileira) e uma porcentagem apreciavel da população brasileira passaria para as fileiras dos descontentes. E não é preciso explicar o que, na America Latina, significa descontentamento em larga escala.

O preço a ser fixado e mantido tinha, pois, de ser bastante alto para salvar a maioria, senão todos os produtores, tanto efficientes como inefficientes e, todavia não tão alto que lesasse os consumidores de modo a provocar decrescimento no consumo ou a produzir uma reação publica hostil, que exerceria represalia contra a projetada economia dirigida.

Isso quanto aos objetivos a serem alcançados. Restava discutir os meios de ação.

Em primeiro lugar, tendo em mente os metodos e os resultados das passadas valorizações, o que se tinha de fazer pelo açúcar deveria ser realizado sem o menor onus para o tesouro publico ou para o credito publico. Isso queria dizer que qualquer que fosse a salvação a vir para a industria, teria de vir unicamente por meio da elevação do preço a ser estabelecido pelas medidas regulamentares a serem postas em vigor.

Em segundo lugar, não se estabeleceria nenhuma nova burocracia com poderes arbitrarios para dominar a industria na execução de um programa regulamentar; pelo contrario, o controle da industria deveria ser posto nas mãos da propria industria, para ser exercido dentro das largas linhas do programa a ser traçado na respectiva legislação. Uma vez concluida a organização autorizada por essa legislação, a industria seria investida no poder e na responsabilidade de fiscalizar-se



a si mesma pelos seus próprios agentes, que teriam acesso direto aos tribunais para reprimir os recalcitrantes. Com efeito, o governo teria representação no departamento central de controle, mas as atribuições desse departamento seriam estritamente definidas e não teria o poder de modificar o plano original sem o previo consentimento de um corpo consultivo composto de representantes eleitos pelos lavradores de cana e usineiros.

(Continúa).

(1) A proposito do que diz o autor sobre a organização política brasileira, tenha-se em mente que o livro foi publicado em 1936. — Trad.

(2) N. da R. — Ha aqui um engano da parte do autor. A maioria dos historiadores situa entre 1532 e 1533 a montagem do primeiro engenho de açúcar no Brasil — o Engenho São Jorge, mandado instalar na Capitania de São Vicente, por Martim Afonso de Souza. Porto Seguro, na sua "Historia Geral do Brasil" (3.<sup>a</sup> edição, pg. 124, Cia. Melhoramentos de São Paulo), declara: "Igualmente sabemos que os produtos, que iam então do Brasil ao reino, pagavam de direitos, na Casa da India, o quarto e vintena dos respectivos valores, e, que, no numero desses produtos entravam não só alguns escravos, como, em 1526, algum assucar "de Pernambuco e Tamaracá". Pereira da Costa, em um estudo que publicamos neste numero, atribue a Pernambuco a primazia na fa-

bricação do ~~trabalho~~ produto, provavelmente baseando-se naquela afirmação de Vargas.

(3) N. da R. — Deixar e de todo outras observações de Willeox que mereçam reparos, convem, já que o seu livro é divulgado largamente em toda a parte, observar que o sr. Getúlio Vargas, elevado ao poder pelo movimento de 1930, tomou o titulo de chefe do Governo Provisorio. Interventores são as pessoas nomeadas por s. ex. para dirigir a administração dos Estados, no lugar dos antigos governadores ou presidentes.

(4) N. da R. — O ano de 1939 confundiu definitivamente os derrotistas que não acreditavam na existencia de petroleo no Brasil.

### "ZENTRALBLATT FÜR DIE ZUCKERINDUSTRIE"

Com o 27.<sup>o</sup> numero do seu 63.<sup>o</sup> ano saiu, pela ultima vez, esta tradicional revista da industria açucareira tchecoslovaca, que se publicava em alemão. D'ora avante será publicado apenas um boletim em lingua tcheca, o "Listy cukrovárnícke", que dará um breve resumo dos artigos publicados em alemão.

Na nota em que se despede dos seus leitores, o Dr. Kopecky (sucessor do engenheiro Fallada — que se afastou em Março de 1938 — na direção desse importante órgão) dá um breve balanço dos trabalhos da revista e dos seus colaboradores, a cujos nomes está ligada uma boa parte do progresso da técnica da produção açucareira.

BRASIL-CHILE - BOLIVIA - ARGENTINA - PERÚ

**MAURICIO HOCHSCHILD & Cia. LTDA.**

Importadores de enxofre refinado de primeira qualidade de procedencia chilena - boliviana - peruana.

**RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 69/77 — 5.<sup>o</sup> andar

Salas 17-18 — Tel. 43-5141

Telegramas: "HOCHSCHILD"

Cx. Postal 3658

**SÃO PAULO**

Rua Barão de Itapetininga, 297

Sala 404 — Tel. 4-3773

Telegramas "HOCHSCHILD"

Cx. Postal 2787

# LEGISLAÇÃO

## BRASIL

### DECRETO-LEI N.º 1.995 — De 1.º de Fevereiro de 1940

#### Dispõe sobre o uso oficial da correspondência postal e telegráfica e dá outras providências

O Presidente da Republica, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º A correspondência postal e telegráfica oficial da União e do Território do Acre será taxada, para efeito de escrituração, de acordo com os artigos 6.º e 24, n.º 6, da Lei, n.º 537, de 11 de outubro de 1937, preenchidas as formalidades exigidas por essa mesma lei.

§ 1.º A importância relativa ao produto dessas taxas será levada à receita do balanço industrial do Departamento do Correios e Telégrafos.

§ 2.º A correspondência postal só em casos excepcionais será expedida como expressa ou registrada.

§ 3.º A correspondência telegráfica será usada exclusivamente no interesse do serviço público e só quando este for de natureza urgente. De preferência, será utilizado código e, quando em linguagem clara, redigida de modo sucinto.

Art. 2.º A correspondência oficial postal e telegráfica dos Estados, Municípios e do Distrito Federal, terá curso com taxas reduzidas, de acordo com os artigos 6.º e 24, n.º 7, da Lei n.º 537, de 11 de outubro de 1937, preenchidas as formalidades estabelecidas por essa mesma Lei, devendo, porém, o pagamento dessas taxas realizar-se dentro do mês subsequente ao da sua apresentação, sob pena de ficarem suspensos os favores deste artigo.

Parágrafo único — O disposto neste artigo aplicar-se-á às entidades autárquicas ou para-estatais.

Art. 3.º As vantagens concedidas pelos artigos anteriores não se aplicarão às correspondências postal e telegráficas expedidas para o exterior, ou por via aérea, bem como às transferências de valores.

Parágrafo único — Em qualquer das hipóteses previstas neste artigo, as taxas serão pagas no ato da respectiva apresentação.

Art. 4.º Continuarão em vigor as disposições dos artigos 11 e 26, da Lei n.º 537, de 11 de outubro de 1937, bem como as exceções já estabelecidas em instruções que regulam a execução do serviço postal aéreo no país.

Parágrafo único — As disposições dos citados artigos 11 e 26 são extensivas à Comissão Censitária Nacional.

Art. 5.º O Departamento dos Correios e Telégrafos organizará, para cada Ministério, um código telegráfico oficial e listas de endereços de repartições e de assinaturas de telegramas.

Art. 6.º Ficam revogados o artigo 36 e seus parágrafos, do Regulamento do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários aprovado pelo Decreto n.º 1.918, de 27 de agosto de 1937; o Decreto-lei n.º 52, de 8 de dezembro do mesmo ano; e, ainda, todas as disposições em contrário as deste decreto-lei.

Art. 7.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 1.º de fevereiro de 1940; 119.º da Independência e 52.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.  
Francisco Campos.  
A. de Souza Costa.  
Eurico G. Dutra.  
Henrique A. Guilhem.  
Mauricio Nabuco.  
Fernando Costa.  
Gustavo Capanema.  
Waldemar Falcão.

(D. O. 3-2-40).

## SERGIPE

### DECRETO-LEI N.º 261 — De 30 de Janeiro de 1940

#### Dispõe sobre o financiamento da safra de 1940 a 1941, e, dá outras providências

O interventor federal no Estado de Sergipe, na conformidade do disposto no artigo 6.º, n.º IV, do Decreto-Lei n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, e



atendendo à necessidade de amparar a indústria açucareira de Sergipe, que constitue a base principal de sua economia.

#### DECRETA:

Art. 1.º O Governo do Estado autorizará um estabelecimento bancário a contratar, com a garantia do Estado, a realização de empréstimos em dinheiro aos produtores de açúcar de Sergipe, com a obrigação, para este, de destinarem parte das importâncias recebidas aos plantadores de canas que forneçam às usinas.

§ 1.º Esses empréstimos serão efetuados a título de financiamento da entre-safra de 1940 a 1941, e não poderão ultrapassar o equivalente a dez mil réis (10\$000) por saco de açúcar de cristal branco, de primeiro játo, e a nove mil réis (9\$000) por saco de açúcar demerara, tomando-se por base 80% da produção das usinas do Estado na safra do mesmo período, feita a estimativa pelas partes contratantes — com observância, porém, das limitações oficiais do Instituto do Açúcar e do Alcool.

§ 2.º Desses empréstimos a parte destinada a adiantamento aos fornecedores de canas será proporcional às respectivas quotas de fornecimento.

§ 3.º Os juros a cobrar serão de 9% a. a., eleváveis a 10% a. a., no caso de mora e o prazo dos contratos o que as partes acordarem.

§ 4.º Os contratantes poderão estipular outras condições que julgarem convenientes aos seus interesses desde que não colidam com as disposições do presente Decreto-Lei.

Art. 2.º As importâncias totais dos empréstimos serão divididas em tantas prestações quantas fôrem as semanas que medirem entre a assinatura de cada contrato e o dia 20 de setembro do corrente ano.

Art. 3.º Fica criada uma taxa especial de doze mil réis (12\$000) por saco de açúcar cristal, de primeiro játo, e de onze mil réis (11\$000) por saco de açúcar de qualquer outro játo ou qualidade que fôr produzido, durante a referida safra pelos usineiros que se utilizarem dos benefícios do presente Decreto.

§ 1.º Esta taxa se destina à amortização ou pagamento — do capital mutuado, juros e demais obrigações dos devedores.

§ 2.º Juntamente com a taxa serão pagos mais cem réis (\$100) por saco de açúcar de qualquer qualidade, a título de indeniza-

ção de despesas de avaliação, instalação e outras, feitas pelo Banco mutuante.

Art. 4.º A arrecadação da taxa sera feita pelo Banco mutuante, na mesma ocasião em que arrecada a taxa de tres mil réis (3\$000) de defesa da produção, criada pelo decreto federal n.º 20.761, de 7 de dezembro de 1935.

Parágrafo único. Os açúcares não poderão ser retirados dos armazens em que se encontrem, nem despachados pela Recebedoria, sem o prévio pagamento da taxa.

Art. 5.º Os contratantes só poderão transportar seus açúcares pela "Viação Fereca Federal Leste Brasileiro", por barcaças ou saveiros, sob pena de incorrerem nas cominações do presente Decreto.

Art. 6.º A taxa de que trata o art. 3.º vigorará na colheita da safra de 1940-1941 e só incidirá sobre açúcares despachados de fábricas que tiverem contratado financiamento para aquele período com o Banco do Brasil, ou qualquer outro, que se ajustar com o Governo.

Art. 7.º Poderá ser cobrada uma sobre-taxa, combinada entre as partes contratantes, no caso de insuficiência da amortização pela taxa estabelecida no art. 3.º

Parágrafo único. O Banco do Brasil ou qualquer outro que se ajustar com o Governo, nessa hipótese, solicitará do Secretário da Fazenda as providências necessárias para a cobrança da sobre-taxa.

Art. 8.º O pagamento do primeiro lote remetido pelo usineiro poderá ser efetuado por ocasião do despacho do lote seguinte, o pagamento do segundo, por ocasião do despacho do terceiro, e assim, sucessivamente, sendo, porém, efetuado o pagamento da taxa correspondente ao último lote de açúcar, na ocasião do despacho deste, sob pena de execução do contrato na forma deste Decreto. Não poderá, porém, qualquer lote ser superior a um décimo da produção total calculada para a usina na safra de 1940-1941.

Art. 9.º Não sendo paga a taxa do lote anterior, na ocasião de sair o seguinte, será apreendido todo o açúcar da usina para cobrir qualquer pagamento, ficando o Banco mutuante com o direito de promover a execução do contrato do financiamento que tiver assinado com o mutuário, o qual, por esse motivo se considera vencido.

Art. 10. Quando a importancia arrecadada de um contribuinte, em virtude da taxa de que trata o art. 5.º, fôr suficiente para o pagamento do capital que lhe houver sido

mutuado, juros, despesas e mais responsabilidades decorrentes do contrato. considerar-se-ão extintas as taxas criadas pelo presente Decreto-lei em relação ao mesmo contribuinte, sendo em consequência, suspensa imediatamente a respectiva cobrança.

Art. 11. A arrecadação será entregue, diretamente, ao estabelecimento, pela forma que fôr estipulada no contrato, sendo assegurada a maior eficiência e regularidade na sua cobrança.

Art. 12. Os Postos Fiscais funcionarão ininterruptamente do início ao fim da futura safra.

Art. 13. O açúcar transportado clandestinamente será apreendido, e lavrado o competente auto pelo fiscal, assinado pelo condutor, ou a rogo deste, por duas testemunhas, sendo o processo encaminhado à Secretaria da Fazenda.

Parágrafo único. O açúcar apreendido de remessas clandestinas será vendido imediatamente por Corretor à ordem do Secretário da Fazenda, e o produto total entregue ao Banco mutuante para crédito do infrator, sem prejuízo das multas adiante estabelecidas.

Art. 14. Para completo contrôlo do serviço de fiscalização, os contratantes obrigam-se a fornecer, aos sábados, à Secretaria da Fazenda e ao Banco contratante, um mapa de todo o açúcar produzido bem como o do remetido para Aracajú, durante a semana, com discriminação da qualidade e data da remessa, sendo o modelo do mapa fornecido pela referida repartição estadual.

Art. 15. Nenhum contratante poderá remeter os seus açúcares para outra praça que não a de Aracajú, sem pagamento prévio da taxa ao Banco mutuante.

Art. 16. Nenhum produtor poderá contratar financiamento da safra, dando em garantia a taxa de que trata o presente decreto, senão com o Banco devidamente autorizado, nos termos do art. 1.º do presente decreto.

Art. 17. Fica estabelecido que as usinas localizadas no Estado, beneficiadas pelo financiamento, sómente poderão dar início às suas moagens, a partir de 20 de setembro próximo vindouro.

Art. 18. Fica estabelecida para cada infração do presente Decreto, além da apreensão prevista no Art. 13, a multa de cinco contos de réis (5:000\$000) a cem contos de réis (100:000\$000), elevada ao dobro, em caso

de reincidência, e cobravel por executivo fiscal.

Art. 19. O Governô do Estado assegurará as necessárias garantias para os empréstimos que forem feitos aos produtores de açúcar, mediante as condições ajustadas no contrato a ser lavrado.

Art. 20. O Secretário da Fazenda baixará as instruções que forem necessárias à execução do presente Decreto, ficando autorizado pelo Governô do Estado a praticar todos os atos indispensáveis ao exato e fiel cumprimento das disposições ora decretadas.

Art. 21. Ao Banco financiador fica assegurada a faculdade de efetuar financiamento em condições diferentes das ajustadas com o Governô do Estado. Nestes casos, serão observados os dispositivos deste Decreto, menos o das garantias a que se refere o Art. 19.

Art. 22. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governô do Estado de Sergipe, Aracajú, 30 de janeiro de 1940, 51.º da República.

**Eronides Ferreira de Carvalho.**  
**Epifanio da Fonseca Dória.**

(D. O., de Sergipe, 31-1-40).

## ESTADO DO RIO

### Decreto-lei n.º 74, de 9 de Fevereiro de 1940

O Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro, usando da atribuição que lhe confere o Art. 6.º, n.º IV, do Decreto-Lei numero 1.202, de 8 de Abril de 1939,

Decreta :

Art. 1.º — O Governô do Estado do Rio de Janeiro efetuará, com um banco, operações de crédito necessárias para a realização de empréstimos em dinheiro aos produtores de açúcar do Estado e aos lavradores de canas que cultivarem em suas proprias terras e fornecerem o produto de suas lavouras às usinas de açúcar.

§ 1.º — Esses empréstimos serão feitos a titulo de financiamento da entre-safra do corrente ano e não poderão ultrapassar o equivalente a 6\$000 por sacco de açúcar cristal branco de primeiro jato e a 9\$000 por



carro de 1.500 quilos de cana, tomando-se por base 80% da produção na safra 1940-41, feita a estimativa pelas partes contratantes, com observância, porém, das limitações oficiais do Instituto do Açúcar e do Alcool.

§ 2.º — Esses empréstimos aos produtores de açúcar serão calculados somente sobre o açúcar fabricado e nunca sobre as canas por eles cultivadas.

Art. 2.º — As importancias totais dos empréstimos serão fornecidas aos mutuários, no mínimo, em 3 (três) parcelas mensais iguais.

Art. 3.º — Ficam estipuladas as taxas especiais:

a) — de rs. 11\$000, por carro de cana de 1.500 quilos que fôr fornecido aos usineiros, no decorrer da safra de 1940, pelos lavradores que se tiverem utilizado dos benefícios deste Decreto.

b) — de rs. 7\$000 por saco de açúcar de qualquer jato que for produzido durante a mesma safra, pelos usineiros, igualmente beneficiados — taxas que se destinarão à amortização ou pagamento do capital a uns ou a outros mutuados, juros e demais obrigações dos devedores.

Art. 4.º — Juntamente com as taxas especiais acima referidas, pagarão os usineiros financiados rs. \$060 por saco de açúcar que produzirem e os lavradores rs. \$080 por carro de canas que fornecerem, a título de indenização de avaliação de safra, fiscalização e outras, que o banco fizer no decurso das operações contratadas.

Art. 5.º — A arrecadação da taxa e da quota de indenização de despesas relativas aos lavradores far-se-á por intermédio dos usineiros (em relação às taxas que receberem), os quais recolherão ao banco as importancias arrecadadas o mais tardar até o dia 20 de cada mês civil que se seguir ao do fornecimento das canas que daqueles receberem.

§ 1.º — O usineiro que deixar de arrecadar a taxa ou a quota de indenização de despesas relativas aos lavradores de que trata o presente artigo ficará pessoalmente responsável pela importância que deixou de ser arrecadada.

§ 2.º — O usineiro que efetuar qualquer pagamento por conta do preço das canas que lhe forem fornecidas, ainda mesmo que por compensação de dívida preexistente, sem que tenha feito a arrecadação das respectivas taxas e quotas, ficará pessoal e solidariamente responsável pelo pagamento das importân-

cias das mesmas taxas e quotas e das multas correspondentes, em que houver ocorrido o lavrador, sendo, consequentemente, nestes casos, a cobrança intentada pelo banco contra ambos — lavrador e usineiro.

Art. 6.º — A arrecadação da taxa e da quota relativa ao açúcar far-se-á por intermédio da Companhia Estrada de Ferro Leopoldina, quando por essa Estrada embarcado o produto, e diretamente pelo banco, em Campos, no dia em que sair o produto da usina, quando qualquer outro meio de transporte seja utilizado pelos produtores.

Art. 7.º — A falta do pagamento, em tempo útil, das taxas e quotas importará na sua elevação moratória: para rs. 12\$100, a taxa de que trata o artigo 3.º, letra "a"; para rs. 7\$700, a taxa de que trata o mesmo artigo, letra "b"; e para rs. \$070, e rs. \$100, respectivamente, as quotas referidas no artigo 4.º

Art. 8.º — Aos lavradores e usineiros que infringirem qualquer das demais disposições deste Decreto será aplicada a multa de 10%, sobre a respectiva importância dos empréstimos que houverem contratado, quando judicialmente executados os contratos.

Art. 9.º — Quando a importância arrecadada de um contribuinte fôr bastante para o pagamento do capital que houver sido mutuado, juros e despesas decorrentes do contrato, considerar-se-ão extintas as taxas e quotas criadas pelo presente Decreto, em relação ao mesmo contribuinte, sendo, em consequência, suspensa, imediatamente, a respectiva arrecadação.

Art. 10 — A moagem das canas nas usinas do Estado do Rio de Janeiro, não poderá ser iniciada antes de 1.º de junho de 1940.

Art. 11 — O Governo do Estado entrará em entendimento com a Prefeitura do município de Campos, no sentido de não serem ali recolhidos, quaisquer impostos sobre canas e açúcares de lavradores e usineiros beneficiados com os favores do financiamento, sem prévia exibição do conhecimento de quitação das taxas e quotas estipuladas; e fiscalizará por intermédio do delegado especial do Governo, na cidade de Campos, e por outras formas que julgar convenientes, a execução deste Decreto. Essa fiscalização, todavia, não impede a do banco que fica irrevogavelmente autorizado a verificar por prepostos de sua imediata e exclusiva confiança, e sempre que o entender, o exato cumprimento das disposições deste Decreto, por parte dos usineiros e lavradores, diretamente junto a estes ou

# RESOLUÇÕES DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.

## RESOLUÇÃO N.º 14/40

de 28 de Fevereiro de 1940

Dispõe sôbre a montagem de novas usinas, com fundamento no Decreto-Lei n.º 1.546, de 29 de Agosto de 1939

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, usando das atribuições que lhe são facultadas por lei, resolve:

Art. 1.º — A autorização para montagem de novas usinas, com fundamento no Decreto-Lei 1.546, de 29 de Agosto de 1939, deverá ser solicitada ao Instituto do Açúcar e do Alcool, mediante requerimento que se processará de acôrdo com o disposto na presente Resolução.

Art. 2.º — A autorização a que se refere o artigo anterior poderá ser requerida:

- a) — pelas sociedades cooperativas que se organizarem para a exploração de usinas;
- b) — pelos interessados na montagem de usinas, cujas canas provenham de fornecedores na razão de 90%, pelo menos.

Art. 3.º — O requerimento que será dirigido ao Presidente do I.A.A., satisfeitas as exigências da Lei do Sêlo, indicará obrigatoriamente:

- a) — nome e qualificação do requerente;
- b) — as lavouras, existentes na Data do Decreto-Lei 1.546, cujo aproveitamento será feito pela usina, com a especificação das respectivas

áreas, localização, proprietário e regime de exploração agrícola, a época de sua formação e os fins a que se destinavam;

- c) — o local em que será instalada a Usina, bem como os meios de transporte para os centros de consumo;
- d) — o regime de propriedade e exploração da Usina;
- e) — as especificações técnicas sôbre o aparelhamento e capacidade da Usina.

Art. 4.º — As especificações a que alude a alinea e do artigo anterior poderão ser apresentadas depois do pronunciamento da Comissão Executiva favoravel à montagem da nova Usina.

Parágrafo único — Neste caso, deferida a pretensão, o interessado será obrigado a apresentar as especificações a que alude este artigo, dentro do prazo de trinta dias.

Art. 5.º — Sempre que o interessado fôr pessoa jurídica o requerimento deverá ser acompanhado de certidão provando o registro e arquivamento do respectivo ato constitutivo no Departamento Nacional de Indústria e Comércio ou no Registro de Títulos e Documentos, conforme o caso. Essa certidão conterà sempre o inteiro teor do ato constitutivo. (Estatuto ou contrato).

Art. 6.º — No caso da letra a do art. 2.º, o requerimento deverá ser acompanhado:

- a) — da prova do registro no Ministério da Agricultura, nos termos do Decreto-Lei n.º 581;
- b) — de um exemplar dos Estatutos;

perante terceiros que com eles, e relativamente aos produtos taxados, tenham relações ou negócios.

Art. 12 — A Secretaria de Finanças controlará todo o serviço dos empréstimos e respectivas amortizações, organizando para isto as competentes contas correntes, mediante dados, que lhes serão remetidos pelos usineiros, pela Estrada de Ferro Leopoldina e pelo banco que financiar o serviço, devendo proceder a diligências e exercer fiscalizações toda vez que o interesse do Estado aconselhar.

Art. 13 — O presente Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

O Secretário das Finanças assim o tenha entendido e faça executar.

Palácio do Governô, em Niteroi, 9 de Fevereiro de 1940.

(aa.) **Ernani do Amaral.**  
**Valfredo Martins.**

(D. O., 10-2-40).



- c) — da relação nominal dos seus associados com a indicação das respectivas propriedades agrícolas e áreas de lavoura.

Parágrafo único — Dos Estatutos da Cooperativa deverá constar a clausula de que dela sómente poderão fazer parte plantadores de cana, fornecedores da Usina.

Art. 7.º — Os interessados, em número suficiente para constituição de uma cooperativa, poderão requerer, em conjunto, a concessão do favor a que alude o Decreto-Lei 1.546, desde que se obriguem a organizar a cooperativa dentro do prazo de 90 dias a contar da data da decisão favorável da Comissão Executiva.

Parágrafo único — Neste caso, a decisão da Comissão Executiva sómente se tornará efetiva depois de provada a constituição e registro da cooperativa, nos termos do art. 5.º, e aprovadas as especificações, de acôrdo com o disposto no art. 20.º

Art. 8.º — Em qualquer dos casos previstos nas letras a e b do art. 2.º, o requerimento deverá ser acompanhado da prova de propriedade das fazendas ou sítios em que se acham situadas as lavouras bem como da anuência expressa dos respectivos proprietários em se tornarem fornecedores de cana à futura usina.

Art. 9.º — Apresentado o requerimento à Delegacia Regional competente, diretamente ou por intermédio da Coletoria Federal, será o mesmo atuado e entregue ao fiscal que fôr incumbido da inspeção a que se refere o artigo seguinte.

Art. 10.º — O fiscal procederá a minuciosa inspeção, informando, em relação a cada uma das propriedades agrícolas;

- a) — os nomes dos respectivos proprietários e se os mesmos exploram diretamente as suas propriedades ou se o fazem através de terceiros, e neste último caso qual a natureza da relação jurídica existente entre o proprietário do solo e o seu cultivador;
- b) — qual o estado e a área das lavouras e se as mesmas já eram existentes à data do Decreto-Lei 1.546, e quais os fins a que se destinavam;
- c) — se as lavouras podem ser aproveitadas em engenhos ou usinas próximas;

d) — se será praticável o aproveitamento das canas dos sítios ou fazendas de que se tratar, pela futura usina, tendo em vista a localização dos primeiros e da segunda, a natureza do terreno, as vias de comunicação e as distancias;

e) — quaisquer outros fatos ou circunstâncias que lhe pareçam úteis para a decisão do processo.

Art. 11.º — Apresentado o relatório do fiscal, a Delegacia Regional verificará se foram observadas as disposições desta Resolução, proferindo, se necessário, despacho ordenatório, pelo qual mandará sanar as irregularidades e corrigir as faltas porventura existentes.

Art. 12.º — Instruído o processo de conformidade com o disposto nos artigos precedentes, a Delegacia Regional remeterá o processo ao Instituto.

Art. 13.º — Sómente serão processados de acôrdo com esta Resolução os requerimentos provenientes dos seguintes Estados: — Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso e do Território do Acre.

Parágrafo único — Os requerimentos de outros Estados, que porventura venham a ser apresentados, serão atuados pela Delegacia Regional e remetidos imediatamente ao Instituto.

Art. 14.º — O processo dará entrada no Instituto, através da Secretaria que o numerará, remetendo-o à Fiscalização, afim de que esta se manifeste sôbre as informações dos fiscais.

Art. 15.º — Devolvido o processo à Secretaria será o mesmo remetido à Gerência, para que esta opine a respeito.

Art. 16.º — Informado pela Gerência será o processo enviado pela Secretaria à Secção Jurídica.

Parágrafo único. — Caso a Gerência ou a Secção Jurídica solicite a realização de qualquer diligência, a Secretaria providenciará o respectivo cumprimento, devolvendo o processo àquela Secção.

Art. 17.º — Os processos a que alude esta Resolução sómente poderão receber decisão definitiva da Comissão Executiva, de-

pois de findo o prazo a que se refere o art. 4.º do Decreto-Lei 1.546 e de examinados todos os processos que hajam dado entrada no Instituto, dentro do aludido prazo, e tenham por fundamento o art. 1.º do citado Decreto-Lei.

Parágrafo único — Para o fim previsto neste artigo os processos a que se refere a presente Resolução, depois de instruídos de acordo com o disposto nos artigos anteriores, serão reunidos, em grupos, por Estados, pela Secção Jurídica.

Art. 18.º — Devolvido o processo, com o parecer da Secção Jurídica, a Secretaria encaminhá-lo-á à Presidência para o competente julgamento, pela Comissão Executiva.

Art. 19.º — Deferido o pedido pela Comissão Executiva, o processo será encaminhado à Gerência que fará organizar o "dossier" da nova Usina e expedirá as comunicações necessárias aos interessados, à Delegacia Regional competente e às Secções de Fiscalização e Estatística, devolvendo o processo, a seguir, à Secretaria, para o respectivo arquivamento.

Art. 20.º — Em qualquer hipótese, concedida a montagem de nova usina, esta não poderá funcionar, nem será considerada definitiva a concessão, enquanto não fôr inspecionada por técnico do Instituto, que verificará se foram observadas as especificações aprovadas.

Art. 21.º — Nos processos a que se refere a presente Resolução será obrigatória a audiência da Secção Técnica sobre as especificações a que alude a alínea e do art. 3.º.

Parágrafo único — A Secção Técnica poderá, em seu relatório, sugerir a modificação do aparelhamento da usina de forma a melhorar-lhe o rendimento ou alterar-lhe a capacidade de produção por forma a que esta não seja superior à quota que lhe haja sido

fixada, admitida uma tolerância de 20%.

Art. 22.º — As quotas das usinas cuja montagem venha a ser permitida, nos termos desta Resolução, serão calculadas em função das áreas plantadas e não poderão exceder a 50.0000 sacos, para cada Estado.

Art. 23.º — Na distribuição da quota a que alude o artigo anterior, serão atendidas, em primeiro lugar, as sociedades cooperativas.

Art. 24.º — Sendo a quota a que se refere o art. 22.º insuficiente para atender aos pedidos de todos os interessados, em face da extensão das respectivas áreas de lavoura, o Instituto, depois de atendidas as sociedades cooperativas, fará uma redução proporcional em todos os contingentes de cana, dos demais interessados, por forma a ajustar o respectivo total ao limite máximo referido no art. 22.º.

§ 1.º — Serão reduzidos, em primeiro lugar, os contingentes das maiores propriedades agrícolas.

§ 2.º — Em segundo lugar, serão reduzidos os contingentes das usinas mais próximas da zona litorânea ou de mais fácil acesso.

§ 3.º — Em terceiro lugar, serão reduzidos os contingentes das usinas que abrangem o menor número de plantadores de cana.

Art. 25.º — Serão excluídas do favor de que trata o art. 1.º do Decreto-Lei 1.546 as propriedades agrícolas cujos contingentes, depois de reduzidos, nos termos do artigo anterior, se tornarem insuficientes, pelo seu valor, para a manutenção regular do respectivo proprietário e sua família.

Sala das sessões da Comissão Executiva, aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano de mil novecentos e quarenta.

**Barbosa Lima Sobrinho**  
Presidente

**RECIFE • SERRA GRANDE ALAGOAS • MACEIÓ**

**USINA SERRA GRANDE S/A**

**ASSUCAR**

**TODOS OS TIPOS**

**"U S G A"**

**O COMBUSTIVEL NACIONAL**



## DESPACHOS DO PRESIDENTE DO I. A. A.

O sr. Barbosa Lima Sobrinho, presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool despachou os seguintes processos:

2.317/39 — Antonio Justino de Godoy — Muriaé — MG. — Transferência de engenho de Simpliciano José de Assis. — Deferido, em 26-1-40.

184/39 — Antonio Rodrigues dos Reis — Pedra Branca — MG. — Transferência de engenho para Joaquim Silverio Gonzaga. — Deferido, em 26-1-40.

2.785/39 — Antonio José de Sant'Ana — Tupaciguara — MG. — Transferência de engenho para Antonio Luiz da Costa — Deferido, em 26-1-40.

3.460/39 — Domingos D'Elia — Três Pontas — MG. — Transferência de engenho de Elisa Carvalho. — Deferido, em 30-1-40.

3.301/39 — Joaquim Ribeiro Ferreira de Paiva — Alvinópolis — MG. — Montagem de engenho rapadureiro. — Indeferido, em 12-1-40.

3.422/39 — José Paulo de Avila — Santa Isabel — SP. — Inscrição de fábrica de aguardente. — Mandado arquivar, por já se achar inscrita, em 15-1-40.

3.410/39 — José Rodrigues Pereira — Formosa — GO. — Inscrição de engenho. — Deferido, em 15-1-40.

1.216/39 — José Ferreira de Queiroga — Pombal — PB. — Inscrição de fábrica de aguardente e rapadura. — Deferido, em 12-1-40.

2.839/39 — Jorcelin José Pires — Ipameri — GO. — Inscrição de engenho. — Indeferido, em 12-1-40.

3.115/39 — José Scolfora — Castelo — ES. — Inscrição de engenho. — Mandado arquivar, por já se achar inscrito, em 12-1-40.

3.279/39 — Luiz & Vitorio Magon — Socorro — SP. — Inscrição de fábrica de aguardente. — Deferido, em 12-1-40.

2.882/39 — Manoel Barbosa da Cruz — Pacoti — CE. — Transferência de engenho para Luiz Ferreira Braga. — Deferido, em 12-1-40.

3.417/39 — Mario Ramos Fernandes — Santa Isabel — SP. — Inscrição de fábrica de aguardente. — Mandado arquivar, por já se achar inscrito, em 15-1-40.

3.408/39 — Martinho Nunes Lopes — Formosa — GO. — Inscrição de engenho. — Deferido, em 15-1-40.

3.409/39 — Teotônio Fernandes Graça — Formosa — GO. — Inscrição de engenho. — Deferido, em 15-1-40.

2.347/39 — Antonio José da Silva — Parámirim — BA. — Restabelecimento de inscrição de engenho — Deferido, em 15-1-40.

3.418/39 — Adolfo Bonifacio Ramos — Santa Isabel — SP. — Inscrição de fábrica de aguardente — Mandado arquivar, por já se achar inscrito, em 12-1-40.

1.601/39 — Aristoteles Pereira — Itaperuna — RJ. — Inscrição de engenho rapadureiro. —

Mandado arquivar, por já se achar inscrito, em 12-1-40.

1.687/38 — Benedito Pereira da Silva — Parámirim — BA. — Inscrição de engenho — Deferido, em 12-1-40.

1.804/38 — Custodio Soropio de Menezes — Pitangui — MG. — Inscrição de engenho. — Indeferido, em 15-1-40.

3.142/39 — Cipriano Cocco — Castelo — ES. — Inscrição de engenho. — Foi mandado arquivar, por já se achar inscrito, em 12-1-40.

3.373/39 — Custodio João da Mata — Bomfim — MG. — Inscrição de engenho rapadureiro. — Deferido, com o limite de 50 cargas de rapadura, em 15-1-40.

766/39 — Concesso Barbosa de Magalhães — Guanhães — MG. — Inscrição de engenho. — Deferido, em 15-1-40.

936/38 — Camilo Martins Borges — S. Sebastião do Paraíso — MG. — Recorre da exigência de dupla inscrição. — Mandado arquivar, por já se achar inscrito, em 15-1-40.

1.776/39 — Doroteu Sobreira da Cruz — Joazeiro. — CE. — Inscrição de engenho — Deferido, em 12-1-40.

3.412/39 — Evaristo Martins de Brito — Formosa — GO. — Inscrição de engenho. — Deferido, em 15-1-40.

3.189/39 — Eugenio Spadorotto — Itaperuna — RJ. — Inscrição de engenho rapadureiro. — Mandado arquivar em 12-1-40.

2.770/39 — Francisco Martins — Tefé — AM. — Transferência de engenho de Antonio Diniz de Oliveira Santos. — Deferido, em 12-1-40.

3.419/39 — Firmino Alves de Oliveira — Santa Isabel — SP. — Inscrição de fábrica de aguardente. — Mandado arquivar, por já estar inscrito, em 15-1-40.

3.435/39 — Joaquim Martins Borges — Ipameri — GO. — Inscrição de engenho rapadureiro. — Deferido, em 15-1-40.

3.058/39 — João Luiz Pedrosa — Nepomuceno — MG. — Inscrição de engenho. — Foi arquivado, por já se achar inscrito, em 12-1-40.

1.045/39 — Jorge Vieira da Costa — Pacoti — CE. — Inscrição da fábrica de aguardente. — Deferido, em 12-1-40.

3.295/39 — José Tiburcio do Prado — Paraguassú — M.G. — Inscrição de engenho e instalação de turbina. — Foi mandado arquivar em 15-1-40.

---

Numerosas investigações provaram que a ingestão do açúcar ou de doces uma hora após as refeições estimula a produção de suco gástrico e facilita a digestão. Dr. Adrião Caminha Filho.

Os australianos e os neozelandeses figuram entre os povos mais sãos e vigorosos do mundo e consomem, "per capita", mais de 100 libras de açúcar por ano. — Dr. Adrião Caminha Filho.

# DECISÕES ADMINISTRATIVAS

## DIRETORIA DAS RENDAS INTERNAS

**Dia 8 de Fevereiro de 1940**

Ofícios :

Ao sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Minas Gerais :

N.º 28 — Comunicando que tendo presente o processo fichado no Tesouro Nacional sob n.º 3.900, de 1940, em que o coetor federal de Uberlândia, nesse Estado, consulta se o atacadista de álcool e aguardente deve dar entrada no livro modelo 30, anexo ao regulamento aprovado pelo Decreto-lei n. 739, de 24 de setembro do ano passado, de todo o produto adquirido, embora já o receba engarrafado, rotulado, e selado, ou somente do produto comprado em vasilhame de capacidade superior a um litro, acompanhado das respectivas estampilhas e cujo engarrafamento, estampilhagem e rotulagem terá que ser procedido em seu estabelecimento, contendo o seu nome, como engarrafador, nos rótulos, resolvi, por despacho de 30 de janeiro último aprovar a seguinte decisão proferida por essa Delegacia :

“Responda-se que o livro Mod. 30 se destina somente à escrituração do movimento de

entrada e saída de álcool e aguardente recebidos acompanhados das estampilhas não sendo devida a escrituração, no mesmo, do produto recebido já engarrafado e selado.

Encaminhe-se o presente despacho à consideração da Diretoria das Rendas Internas”.

(D. O., 10-2-40).

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

GABINETE DO MINISTRO — EXPEDIENTE  
DO SR. MINISTRO

**Dia 5 de Março de 1940**

Circulares :

N.º 9 — De acordo com o resolvido no processo n. 97.428-39, declaro aos srs. chefes das repartições subordinadas a este Ministério, para seu conhecimento e devidos efeitos, que, dada a organização especial do Instituto do Açúcar e do Alcool, devem ser arquivados todos os processos de infrações regulamentares, contra ele instaurados e pendentes de decisão em qualquer instância. — **A. de Souza Costa.**

(D. O., 7-3-40).

## Srs. USINEIROS:

Na ocasião da limpeza e reforma dos vossos maquinismos consultem preços e peçam amostras do produto

## NEGROLIN

O melhor impermeabilizante, para pintura dos maquinários, ferragens, locomotivas, etc.

PEDIDOS E INFORMAÇÕES COM

**LUIZ SANTOS**

Caixa Postal 366

São Paulo



# COMUNICADOS DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

## COMUNICADO — N.º S. J. I

Em 28 de Fevereiro de 1940

### Montagem de novos engenhos de rapaduras e aguardente

O Instituto do Açúcar e do Alcool comunica, para esclarecimento dos interessados, que de acôrdo com o disposto no art. 14 do Decreto-lei 1.831, continúa proibida, nos termos da legislação em vigor, a instalação, no territorio nacional, de novas fábricas de açúcar, rapadura ou aguardente.

O § 1.º do art. 14 acima referido permite que o Instituto autorize, a titulo excepcional, a montagem de novos engenhos de rapadura ou aguardente, de tração humana ou

animal, desde que os respectivos limites não excedam a 200 cargas. Mas a montagem de novos engenhos, com fundamento nessa exceção, só poderá ser feita, depois da autorização do Instituto, sob as penas do art. 22 do aludido Decreto-lei.

A exceção contida no § 1.º do art. 14 acima mencionado se destina, tão sómente, a resolver o problema do abastecimento, nos lugares de difficil acesso e que não disponham de fábricas daqueles produtos.

Por isso mesmo, o Instituto será extremamente rigoroso no exame dessas pretensões, por fôrma a conceder a medida excepcional sómente quando esteja convencido de que o abastecimento de um determinado lugar é economicamente impraticavel, por outros meios, devido às extraordinarias difficuldades de transporte.

## “ANUARIO AÇUCAREIRO”

Sobre o “Anuario Açucareiro”, de 1938, publicou a “Zentralblatt für die Zuckerindustrie”, de Magdeburgo, Alemanha, a seguinte nota, no seu numero de 13 de janeiro ultimo:

“Anuario Açucareiro”. Editado por “Brasil Açucareiro”, Rio de Janeiro.

Pela quarta vez, o Instituto brasileiro do Açúcar e do Alcool, dá à publicidade seu “Anuario”. O trabalho em questão divide-se em quatro partes: Na primeira, bem volumosa, — o açúcar na vida economica do Brasil — encontram-se informes bem detalhados sobre a cultura da cana e a produção do açúcar, e estatísticas comparadas dos lucros e do valor dos diversos produtos agricolas brasileiros, de um certo numero de anos para cá. Seguem-se dados sobre as fabricas de açúcar, de per si, quadros sobre produção e consumo nos Estados, individualmente, exportação, preços, produção de alcool, etc. Excelentes graficos sobre a obra do Instituto do Açúcar e do Alcool e numerosos quadros estão distribuidos no volume. A segunda parte, além de uma exposição sobre o fabrico do açúcar na vida economica de Per-

nambuco, contem pormenores interessantes e de valia para o comercio sobre as fabricas de açúcar, pela ordem de Estados. A terceira parte ocupa-se do movimento mundial do açúcar, com estatísticas detalhadas sobre produção, consumo, preços e épocas de colheita. A quarta parte do “Anuario” insere uma exposição circunstanciada sobre a industria açucarcira em Pernambuco e um ligeiro apendice sobre tecnica açucareira. Um indice das materias contidas e de anunciantes encerra o livro. Para orientação geral sobre as coisas do açúcar e do alcool no Brasil, recomenda-se muito bem o trabalho referido — Sippel.”

O açúcar constitue uma das melhores fontes de energia fisiológica de efeitos quasi imediatos. A sua utilização pelo homem se faz desde a primeira idade e a criança exige e pede substancias açucaradas, pois que o açúcar tem grande importância na formação do tecido muscular e no metabolismo geral. — Dr. Adrião Caminha Filho.

Um quilo de açúcar desenvolve no corpo 3.938 calorias e proporciona 112% da energia que um homem necessita diariamente para o desenvolvimento geral de suas atividades. Dr. Adrião Caminha Filho.

# OPERAÇÕES DE RETROVENDA

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

FINANCIAMENTO AOS PRODUTORES DOS ESTADOS DE ALAGÔAS, PERNAMBUCO E SERGIPE

SAFRA 1939/40

Compras já efetuadas :

## RECIFE

### CRISTAL :

Até 27-1-940 . . . . .	1.289.768 scs.	46.431:648\$000
" 3-2-940 . . . . .	13.817 "	497:412\$000
" 7-2-940 . . . . .	70.916 "	2.552:976\$000
" 8-2-940 . . . . .	19.185 "	690:660\$000
" 10-2-940 . . . . .	36.429 "	1.311:444\$000
" 12-2-940 . . . . .	3.744 "	134:784\$000
" 13-2-940 . . . . .	26.849 "	966:564\$000
" 19-2-940 . . . . .	41.894 "	1.508:184\$000
" 26-2-940 . . . . .	37.627 "	1.354:572\$000
	<hr/>	
	1.540.229 scs.	55.448:244\$000

### REFINADO :

Até 30-12-39 . . . . .	5.593 scs.	234:906\$000
------------------------	------------	--------------

### GRANFINA :

Até 27-1-940 . . . . .	53.678 scs.	2.254:476\$000
" 10-2-940 . . . . .	8.706 "	365:652\$000
" 26-2-940 . . . . .	11.394 "	478:548\$000
	<hr/>	
	73.778	3.098:676\$000

## MACEIO'

### CRISTAL :

Até 23-1-940 . . . . .	27.174 scs.	978:264\$000
------------------------	-------------	--------------

### DEMERARA :

Até 23-1-940 . . . . .	4.206 scs.	138:027\$400
" 26-2-940 . . . . .	1.513 "	49:929\$000
	<hr/>	
	5.719 scs.	187:956\$400

## ARACAJÚ

Cristal: — Comprado em Janeiro e Fevereiro	38.257 scs.	1.262:481\$000
--	-------------	----------------

6-3-1940

**LUCIDIO LEITE**  
Contador



# ORIGENS HISTÓRICAS DA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA EM PERNAMBUCO

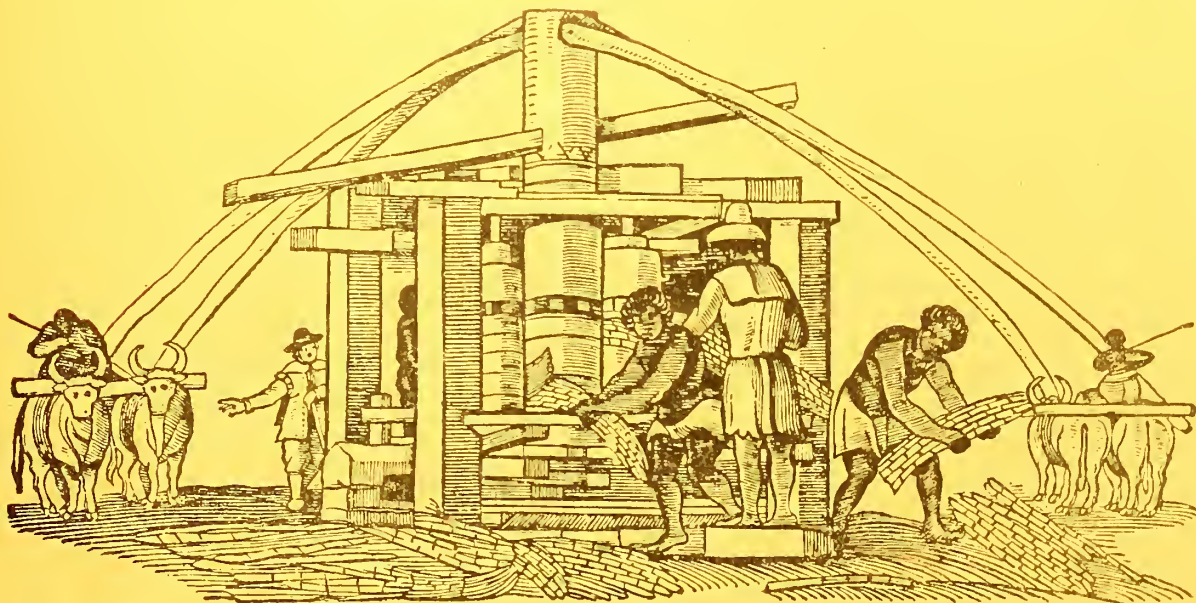
F. A. Pereira da Costa.

*O trabalho que publicamos abaixo é da lavra do historiador pernambucano Pereira da Costa e foi publicado pela primeira vez nos Anais da Conferência Açucareira reunida em 1905, no Recife :*

A extração do açúcar da bela graminea "*Saccharum officinarum*", segundo a classificação botânica de Lineo, vem de épocas remotíssimas; e quanto à filiação histórica

depois a experiência novos processos para a obtenção do açúcar em maior quantidade, "inventando o engenho humano novos artificios", dos quais, porventura, vem o nome de "engenho" dados aos estabelecimentos de fabricação do açúcar, como presume o nosso historiador Frei Vicente do Salvador, ou por ser — a oficina do açúcar espaçoso teatro da indústria do humano engenho, — na frase de Loreto Couto.

E de todos êsses processos rudimentais



da sua origem geográfica, não restam elementos positivos para precisamente determiná-la.

Rudimentaríssimo, como foi em sua origem o processo empregado para a obtenção do açúcar, golpeando-se as canas com um facão, e expondo-se ao sol o licor que escassamente corria para cristalizar, cujo resultado era tão insignificante, que êsse "Mel de cana", ou "Sal de Cana", como então se chamava ao produto, tinha apenas aplicação medicinal, como uma panacéia qualquer; ditou

se usou na colônia do Brasil, no início da indústria do açúcar entre nós, contemporaneamente à colonização das suas terras, — como foram, na frase do mencionado historiador, os dos pilões, de mós, e os de eixos, e êstes últimos os mais usados, que eram dois eixos, postos um sôbre o outro, movidos por uma roda que andava com uma outra muito campeira chamada bolandeira, a qual ganhando vento movia e fazia andar outras quatro, e os eixos em que a cana se moia.

Além dêsse maquinismo, movido por

animais, ou pelo impulso de uma quédá d'água sôbre uma grande roda convenientemente disposta, havia um outro — de duas ou três gangorras de paus compridos e grossos, nas quais se esprimia a cana depois de moida nos eixos, conduzindo-se depois o caldo a cozer nas fornalhas. Para o assentamento de todo êsse maquinismo e trabalhos de fabricação do açúcar, era necessário um casarão de 150 palmos de extensão sôbre 50 de largura, o que reunido às despesas de montagem do engenho representava, na época, não pequena quantia.

Eis aí, portanto, o tipo do nosso primitivo engenho.

Depois, nos primeiros anos do século XVII, ao tempo do govêrno geral de D. Diogo de Menezes (1608-1613), vindo ao Brasil um padre espanhol, que havia estado no Perú, ensinou um sistema de mais fácil fabricação do açúcar, por meio de aparelhos menos complicados e de preços muito reduzidos, consistindo, como descreve Frei Vicente do Salvador, — “Somente tres páus postos de por alto muito justos, dos quaes o do meio com uma roda de agua, ou com huma almanjarra de bois ou cavalos se move, e faz mover os outros; passada a cana por eles duas vezes larga todo o summo sem ter necessidade de gangorras, nem de outra cousa mais que cozer-se nas caldeiras, que são cinco em cada engenho, e leva cada huma duas pipas pouco mais ou menos de mel, além de huns tachos grandes, em que se põem em ponto de assucar, e se deita em fôrmas de barro no tendal, donde as levão á casa de purgar, que hé mui grande, e postas em andainas lhes lanção hum bolo de barro batido na boca, e depois daquelle outro, com o assucar se purga, e faz alvissimo, o que se fez por experiencia de huma gallinha, que acertou de saltar em huma fôrma com os pés cheios de barro, e ficando todo o mais assucar pardo, virão só o lugar da pegada ficou branco”.

O autor dos “Dialogos das grandezas do Brasil”, traçados pelos anos de 1618, acrescenta, referindo-se ao mêsmo fato, que êsse sêgrêdo foi completamente desconhecido, por muitos anos, dos que primitivamente lavraram o açúcar em Pernambuco, — porque do mêsmo modo que primeiramente o faziam dêsse o gastavam.

Como refere o citado escritor, o “Engenho d'água” foi o tipo primitivo de nossas fábricas de açúcar, até que começaram a aparecer os denominados “Trapiches”, movidos a bois; e descrevendo a um e outro, atenden-

do, quer aos sistemas de montagem, quer aos processos de fabricação do açúcar, conclue que se gastava na construção de tais engenhos — ao redor de 10.000 cruzados pouco mais ou menos, — que na época se considerava por muito elevada quantia, de sorte que só quem tivesse “muitas forças e cabedal” podia levantar um engenho obedecendo a um e a outro tipo.

Os mais bem montados engenhos, dispendo de boas terras, bastante água para as moendas, e de matas proximamente situadas para a extração de lenha e madeira, faziam anualmente de seis a dez mil arrobas; e quando se sabe aproveitar êste açúcar costuma ser muito bom, e outros somenos, e algum sumamente mau, segundo as habilitações dos mestres da fábrica; — e os engenhos de menor porte costumam fazer de três a cinco mil arrobas, sendo portanto de pouco proveito para seu dono.

Cada engenho tinha para o seu serviço “50 peças de bons escravos”, 15 ou 20 juntas de bois, com seus carros convenientemente aparelhados, “cobres bastantes e bem concertados”, bons oficiais, e formaria completa; e requeria ainda dinheiro bastante para o seu custeio, “e dádivas de muita importância a particulares”.

Aos engenhos de “três páus”, chamados “Entrosas”, de menos fábrica e custo, segundo a mencionada descrição traçada por Frei Vicente do Salvador, se deve, a seu juízo, o desenvolvimento da fabricação do açúcar no Brasil; e efetivamente, aceitando os nossos agricultores o novo sistema, quer substituindo os antigos maquinismos, quer levantando-se novas fábricas sob o tipo em questão, via-se já em 1627 cem engenhos em Pernambuco, cincoenta na Baía, dezoito ou vinte em Itamaracá, e outros tantos na Paraíba, mas de pouco proveito para os agricultores daquela época, porque a grande produção do açúcar concorrera para tirar-lhe o valôr, dando tão pouco preço, que nem mêsmo salvara as despesas do fabrico.

A cana de açúcar, a “*Saccharum officinarum*”, é indígena ou exótica?

Este objeto já constituiu assunto de uma grande controvérsia e o nosso cronista, o padre Fr. Antonio de Santa Maria Jaboatão, discute-o desenvolvidamente, opinando que é indígena, firmando seus argumentos, principalmente, no juízo de um escritor do século XVII, o historiador F. de Brito Freire, que referindo-se à capitania de São Vicente, hoje São Paulo, diz, que ali acharam os portugue-



ses um modo de fazer açúcar que se cria, donde saiu a cultura útilissimamente a Nova Lusitania, que ele chama ao Brasil.

Esta afirmativa e com poder de autoridade de palavras o que já anteriormente havido o escritor seiscentista Simão de Vazcellos, bem como o Lery, um dos companheiros de Villegaignon na sua excursão ao Rio de Janeiro em 1557, e anos depois, o nosso cronista Gabriel Soares, afirmando que, na Índia não se dão as canas, se não regam os canaviais, com as hortas, e se lhes não esterçam as terras; ao passo que no Brasil plantam-se pelos altos e pelos baixos, sem se esterçar a terra uma só vez, e ha muitos canaviais de trinta anos, ordinariamente as terras baixas nunca caçam, e as altas dão qua-

se fabricar o açúcar, e o ensinando na Europa estabeleceram fábricas nas illas da Madeira e das Canarias, e em seguida na America, onde já existiam na ilha de São Domingos em fins do seculo XV.

Desenvolvendo-se, porém, o cultivo da cana e a fabricação do açúcar na ilha da Madeira, graças a iniciativa e empenhos do infante D. Henrique, que para esse mister contratara mestres habilitados na Sicilia, entao um grande centro de produção de açúcar, veiu daquela ilha para a capitania de S. Vicente a semente da cana cultivada, por iniciativa do seu donatário Martin Afonso de Souza, que aí fundou um engenho sob o nome de São Jorge.

Martim Afonso é seu irmão Pero Lopes de Souza, como refere o dr. Freire Alemão



tro, cinco e mais novidades; e dizia-se mesmo, nessa época, que a "cana mirim ou crioula é a cana indigena do Brasil, a qual, encontrada em São Vicente, foi transplantada para todas as capitancias do Brasil".

Enfim, o brigadeiro Antonio de Almeida Lara, primeiro que cultivou a cana de açúcar em Cuiabá, foi tirar as primeiras plantas das terras habitadas pelos indios "Parecis", como refere o bispo Azeredo Coutinho na sua "Memória sobre o preço do açúcar", impressa em 1794.

Seja como fôr, o que é geralmente aceito, e corrente mesmo, é que os portugueses e espanhois, que primeiro descobriram a Índia, foram tambem os primeiros que aprenderam dos indios o modo de cultivar a cana

no seu contrato social com João Veniste, Francisco Lobo e Vicente Gonçalves para fundarem dois engenhos, sendo um na ilha de Itamaracá e outro em São Vicente, destinando-se para o desta capitania as terras do engenho São Jorge, contrato esse que foi lavrado entre os anos de 1533 e 1534, quando a cana já era cultivada em São Vicente e na ilha de Itamaracá.

Efetivamente, a cultura da cana e o fabrico do açúcar em Itamaracá vinham já de anos anteriores( acaso, devido isto à iniciativa de Christovão Jacques, que allí fundára uma feitoria, como se comprova dos livros da Casa da India, em Lisbôa, onde se pagavam os dizimos dos produtos do Brasil remetidos para a metrópole, pelos quais se vê que

em 1526 chegára a Portugal algum açúcar procedente de Pernambuco, como então se chamava Itamaracá, cujo fato, comprovado por tão autêntico documento, manifesta a nossa prioridade no cultivo da cana e fabrico do açúcar, destruindo destarte o que Frei Gaspar da Madre de Deus e outros escritores dizem com relação à capitania de São Vicente, por sua própria conta e sem provas documentadas que firmem quanto escreveram sôbre o assunto.

Coube, em bôa hora a Pernambuco, quando em 1534 el-rei D. João III repartiu as terras do Brasil em capitánias hereditárias, a conferência da sua donatoria a Duarte Coelho, fidalgo de preclara estirpe, inteligente, enérgico, e homem de vistas largas, e portador de um nome ilustre pelo importante papél que representou na Índia como guerreiro, diplomata e administrador; e merecendo-lhe a agricultura particular empenho, e tendo de embarcar para o Brasil, ou mesmo depois que fundou a sua còlônia de Pernambuco, contratou na Europa a montagem de alguns engenhos, cujos trabalhos foram executados aqui por judeus industriais fugidos á fúria religiosa da metrópole, e mandou vir de São Tomé e da Madeira operários conhecedores do processo de fabricação do açúcar, para o serviço de direção das fábricas que se iam levantando.

Teve Pernambuco, portanto, o início da indústria do açúcar com o levantamento da sua primeira fábrica, o Engenho Nossa Senhora da Ajuda, situado nos arredores de Olinda, e pertencente a Jeronimo de Albuquerque, cunhado do donatario, cujas terras lhe fizera doação. Esse engenho, que atravessou um longo periodo, chamou-se depois "Forno da Cal", e caindo em abandono, conserva ainda a propriedade êste nome da sua antiga fábrica de açúcar.

Segundo comunicações dirigidas a Dom João III por Duarte em carta de 27 de abril de 1542, deu êle ordens — "à se fazerem os engenhos de açúcar que trouxe contratados de Lisbôa, fazendo tudo quanto me requerem, e dando tudo o que pediram sem olhar o proveito nem interêsse algum meu, mas para a obra ir avante como desejo; temos grande soma de cana plantada pelo povo com todo o trabalho, e dando a todos os auxilios que me são possiveis, cedo acabaremos um engenho mui grande e perfeito e se hão ordenado a começar outros..."

Em carta de 22 de março de 1548, dirigida ao rei, comunica o donatario que o al-

moxarife Vasco Fernandes de Lucena queria levantar um engenho em umas terras que lhe doara, para cujas despesas pedia licença para explorar e exportar algum pau-brasil para Portugal, o que certamente obteve, em face dos favoraveis conceitos com que o donatário se expressa: e de um documento do mesmo ano, consta que existia já um engenho em Iguarassú, pertencente ao colono Afonso Gonçalves, acaso o primeiro que se levantou nas suas terras.

No ano seguinte, como ainda escreve o donatário, entregando-se todos os moradores aos labores da vida, cuidavam alguns na plantação de canaviais e no levantamento de engenhos de açúcar, — porque são poderosos para isso; — os proprietários das fábricas já constituídas e safreando exportavam os seus produtos para a metrópole e, mencionando o gênero de trabalho dos colonos, trata dos mestres de engenho, acaso os profissionais que se incumbiam da sua montagem, dos mestres de açúcar, e dos "oficiais de fôrmas e sinos para os açúcares"; de sorte que, em 1550, como consta também de carta do mesmo donatário dirigida ao rei, Pernambuco possuia já — cinco engenhos moentes e correntes, e que cada dia se faziam mais fortes as suas casas pela maneira de uma que êle havia feito.

Nessa época já estava em vigor o Regimento de 17 de Dezembro de 1548, dado a Tomé de Souza quando veiu investido do cargo de governador geral do Brasil, com uma certa superintendência sôbre os donatários das capitánias; e atendendo o mesmo Regimento aos interêsses coloniais e agricolas do país, fez "applicavel ás demais capitánias" certas disposições particularmente dadas com relação à Baía, a séde do govêrno geral.

Em virtude de tais disposições, foi ordenado que se dessem de sesmarias as terras vizinhas das ribeiras às pessoas que tivessem posses para levantar engenhos de açúcar, ou outras coisas, dentro de um certo prazo, convenientemente assinado, sob a condição de levantarem torres, ou casas fortes para a defesa dos mêsmos engenhos e povoações dos seus respectivos limites.

Impôs o mêsmo Regimento aos senhores de engenho a obrigação de moer as canas dos lavradores vizinhos, que os não tivessem, ao menos seis vezes no ano, recebendo por paga a porção de cana que o governador taxaesse.

(Continúa).



## CRONICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL

O quadro abaixo, tomado do "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", dá o consumo de açúcar nos principais países europeus nas tres ultimas safras :

	1938-39 tons.	1937-38 tons	1936-37 tons
Reino Unido.....	2.302.366	2.313.939	2.323.315
França.....	1.106.428	1.083.196	1.157.052
Belgica.....	244.547	251.693	251.292
Holanda.....	319.271	317.375	321.889
Alemanha.....	2.399.427	2.021.971	2.026.726
Tchecoslovaquia.....	385.246	428.251	424.088
Suecia.....	341.519	312.831	301.718
Italia.....	377.756	352.844	319.944
Polonia.....	505.913	453.897	412.058
Hungria.....	152.413	115.274	100.773
Rumania.....	131.139	117.129	118.287

### BELGICA

A safra açucareira está completamente terminada e produzirá provavelmente cerca de 260.000 toneladas, valor bruto.

A 15 de dezembro último as usinas de Hainaut concluíram a sua fabricação. As chuvas dos meses de outubro e novembro prejudicaram a remessa de beterraba às fabricas, retardaram as sementeiras dos cereais de outono e tornaram difícil, mesmo impossível em numerosas regiões, o trabalho de outono e a adubação antes do inverno, para a cultura da beterraba em 1940.

Em Brabant a safra finda se caracterizou, sobretudo, pelos baixos rendimentos de açúcar, em virtude dos fatores anteriormente assinalados. Demais, as usinas sofreram muitos acidentes mecanicos, ocasionados pelo clima particularmente umido dos meses de outubro e novembro de 1939.

### IRLANDA

Os primeiros meses da guerra encontraram a população da Irlanda em dificuldades com relação aos seus suprimentos de açúcar e, a julgar pelo que tem escrito a respeito a imprensa do país, não têm sido pequenas as reclamações em consequencia de uma falta temporaria de açúcar, que se deve ao fato de muitos consumidores terem feito compras avultadas para reserva. Os preços de retalho, que no inicio das hostilidades eram de 3d. por libra, foram aumentados de 1 e meio penny, dos quais 3/4d. é o imposto extra cobrado pelo governo para aumentar as rendas.

Mas o preço vigorante na Irlanda não é muito elevado que o da Inglaterra e parece ter sido fixado pelo governo nessa base, pois o imposto total é também de 2 1/2d por libra.

Quando a guerra irrompeu, a Irlanda — a única unidade do Imperio Britânico que decidiu permanecer neutra — precisava importar 40 por cento do açúcar necessario ao seu consumo, que é de 100 mil toneladas. A Companhia Açucareira Irlandesa foi então encarregada de adquirir as 40 mil toneladas de açúcar que faltavam, mas na impossibilidade de adquirir o produto na Europa e com os preços do açúcar americano elevado de 50 por cento, as importações foram feitas a preços de 15s. e mais o quintal, o que equivale a 4 1/2d. por libra. O governo afirma que a media dos açúcares importados e produzidos no país poderia folgadoamente atender às necessidades do ano passado, todavia era mister encarar o problema do suprimento em 1940, quando as reservas estariam exaustas e os preços grandemente elevados. Assim a elevação verificada em fins do ano passado nos preços de retalho representava uma media de todo o ano e esperava-se que não houvesse necessidade de novos aumentos. O governo decidiu tomar medidas afim de importar bastante não só para atender ao consumo até que seja possível utilizar a safra de 1940-41 como para formar um estoque de reserva, de modo que será preciso importar para este ano 50 mil toneladas, que o governo irlandês espera adquirir pelos preços vigorantes na Inglaterra.

### ITALIA

A safra de 1939, informa "L'Industria Saccarifera Italiana", terminou com os seguintes resultados :

Superficie reservada para o cultivo....  
150.660 Ha.

Superficie realmente cultivada.....  
140.500 Ha.

Beterraba entregue (para a produção de açúcar e alcool) 33.732.899,50 quintais.

Produção media de beterraba por hectare: na base da superficie reservada 233,90 quintais; na base da superficie cultivada 240,16 quintais.

A Comissão Suprema de Autarquia, em

resolução aprovada a 14 de outubro de 1938 estimava em 165.000 hectares a superfície cultivada necessária para fazer frente à produção de açúcar e álcool necessários ao país.

Dadas imediatamente todas as providências necessárias pelo Consorcio Nacional de Produtores de Açúcar e pela Associação Nacional dos Plantadores de Beterraba, foram renovados os contratos firmados para a safra de 1938, exceto no que se relacionava com o preço, que foi aumentado na base do aumento sofrido pelos demais generos. Por outro lado, o Ministério da Agricultura, a título de propaganda, instituiu um concurso nacional interessando produtores de materia prima e fabricantes, para o qual foram estabelecidos premios num total de £00.000 libras. Todavia, os resultados alcançados ficaram muito aquém da expectativa, pois se aumentou a area de cultivo em algumas regiões, em troca decresceu em outras e se manteve estacionaria em terceiras.

E' preciso lembrar, entretanto, que o ano de 1939 marcou um grande desenvolvimento da produção de trigo, o que de certa maneira prejudicou as possibilidades de aumento da area de cultivo da beterraba; por outro lado, os fatores naturais foram quasi todos adversos, a começar pela séca que se seguiu à sementeira e continuando pelas fortes chuvas caídas em meados de abril, seguidas de perto por fortes ventos, que secaram a parte superior da terra, formando uma crosta que determinou a perda de varias plantações. Só em junho e julho as condições meteorológicas se tornaram mais favoraveis.

Em principios de agôsto foram feitas analyses das primeiras amostras de beterraba, que apresentaram um resultado inferior, tanto em polarização quanto em pureza, aos obtidos na safra anterior. Foram achados:

Polarização media — 16,43%, contra 16,67% em 1938.

Peso medio — 362 gramas, contra 396 em 1938.

Pureza — 85,98%, contra 86,38 em 1938.

Outro fator que contribuiu para diminuir a safra do ano passado foi o aparecimento de pragas em algumas regiões produtoras, especialmente em Ravena e Ferrara, onde cerca de 10% das plantações ficaram literalmente destruidos.

\* \* \*

Um aumento sensível das plantações de beterraba, é previsto na primavera de 1940

na Italia. Ao passo que a superfície cultivada não atingiu senão a 143.000 hectares em 1939, elevar-se-á a 180.000 hectares em 1940.

Por essa última superfície espera-se uma produção de açúcar de 450.000 toneladas e 700.000 hectolitros de álcool.

Foi construída uma nova fabrica de açúcar em Tresigallo.

## PORTUGAL

O governo português expediu um decreto aplicando a taxa de salvação nacional ao açúcar importado, e que transcrevemos, em seguida, na integra, por se referirem os seus "consideranda" a aspectos do commercio açucareiro na Europa pouco conhecidos no Brasil:

"Considerando que a taxa de salvação nacional a aplicar ao açúcar importado tem sido fixada levando em conta as cotações averiguadas nos mercados europeus de exportação; considerando que a alta do açúcar nos mercados europeus torna mais favoravel a sua compra nos mercados de fóra da Europa, onde as cotações são por vezes inferiores; tendo em vista que esse fato diminua a proteção de que goza o açúcar colonial, por o açúcar estrangeiro poder ser adquirido, fóra da Europa, a preço inferior ao averiguado nos mercados europeus com o fim de determinar a taxa de salvação nacional, o que se traduz em prejuizo para o Tesouro e para a nossa industria açucareira, sem beneficio para o consumidor; usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º A taxa de salvação nacional a que se referem o § 1.º do artigo 1.º do decreto n.º 18.458, de 14 de Junho de 1930, artigo 1.º do decreto n.º 18.020, de 1 de Março de 1930, artigo 9.º do decreto n.º 27.912, de 31 de Julho de 1937, e o § 1.º do artigo 1.º do decreto n.º 18.019, de 1 de Março de 1930, será fixada mensalmente, por despacho do Ministro das Finanças, tendo em conta a cotação media, que na primeira quinzena do mês anterior, àquele em que tiver de vigorar, o açúcar a que aqueles diplomas se referem houver tido no mercado mundial de exportação onde tenha sido mais baixa tal media.

Art. 2.º A taxa de salvação nacional fixada nos termos do artigo anterior será aplicada ao açúcar de origem estrangeira chegado aos portos do continente e ilhas adjacen-



tes desde o início do ano de 1938, o que se encontra nas alfândegas e em mazenais aduaneiros, e ainda de açúcar colonial importado nas condições do artigo 3.º do decreto-lei n.º 24.287, de 2 de Agosto de 1938.

Art. 3.º Até que seja fixada a taxa de salvação nacional como neste diploma se determina, os importadores de açúcar estrangeiro e colonial de que trata o artigo anterior deverão prestar fiança nas alfândegas quanto á diferença entre a taxa de salvação nacional que vigorou no mês anterior, e a que vier a ser fixada”.

### VATICANO

A comissão cardinalicia encarregada da administração da Cidade do Vaticano decretou o racionamento de certos produtos, inclusive o açúcar.

Essa decisão tem por objetivo evitar a saída desses produtos para o exterior.

Efetivamente, a Cidade do Vaticano, gozando de direitos aduaneiros especiais e não tendo o imposto de consumo, os preços dos generos são inferiores atualmente aos da cidade de Roma.

### AFRICA DO SUL

No tocante à produção, a safra, 1938-39 da Africa do Sul representou um “record”, informa “The International Sugar Journal”. O total de açúcar produzido elevou-se a 522.732 toneladas curtas (474.220 toneladas métricas). A quantidade de cana moída foi de 4.658.962 toneladas curtas. O rendimento de açúcar foi, portanto, de 11,22 por cento sobre o peso da cana ou de 8,91 por cento de cana por tonelada de açúcar.

Do ponto de vista do tempo, a estação, em conjunto, pôde ser considerada favorável, não obstante alguns periodos de sêca e as chuvas irregulares durante a fase de crescimento da cana. O conteúdo de sacarose foi muito mais elevado do que a média dos últimos dez anos; a pureza do caldo nos últimos meses da colheita atingiu a um maximo de 37 e o conteúdo da fibra foi baixo, chegando em agosto ao minimo de 14,17 por cento. Essa melhoria durante a colheita foi devida ao fato de que as socas, que incluíam toda a cana Uba, foram colhidas em primeiro lugar, e, em seguida, as outras variedades. Do total da safra, 32,2 por cento consistiam da Uba, 35,2 por cento de Co. 290, 21 por cento de Co. 281 e 11,3 por cento de POJ, princi-

palmente 2725. As proporções variavam de 100 para a fabrica: a Umfolozi, por exemplo, apresentou 56,3 por cento de POJ, enquanto quatro fabricas apresentaram de 50 a 60 por cento de Uba.

O aumento verificado na produção de açúcar na Africa do Sul não resultou de uma maior extensão de terra cultivada e sim de melhores rendimentos de outras variedades. A diferença entre os dois tipos patenteia-se com estas cifras: durante o ano que terminou em abril de 1938, 103.949 acres plantados de cana Uba renderam 2.118.070 toneladas, ou seja, a percentagem de 20,38 por acre; no mesmo ano 67.886 acres de outras variedades renderam 1.692.893 toneladas, ou seja, uma percentagem de 28,91 por acre.

O açúcar exportado na safra 1938-39 atingiu a 223.784 toneladas, que representaram 42,8 por cento da produção total.

### ARGENTINA

Segundo informações publicadas por “La Industria Azucarera”, órgão do Centro Açucareiro Argentino, o consumo e o estoque de açúcar na Republica vizinha, durante o ano de 1939, em comparação com os cinco anos anteriores, foram os seguintes :

Anos	Consumo anual	População	Consumo por hab. (quilogramos)
1934. . . .	369.957.000	12.294.094	30,3
1935. . . .	370.102.000	12.376.052	29,9
1936. . . .	404.160.500	12.562.262	32,17
1937. . . .	404.160.500	12.761.611	31,67
1938. . . .	409.301.000	12.942.000	31,6
1939. . . .	421.270.570	13.109.000	32,16

As entregas de açúcar ao consumo, em 1936, foram de 445.804.000 quilos, resultando excessivas devido à desorganização do mercado, por falta de acordo para regular as vendas, e as entregas em 1937, de 362.517.000 quilos, resultaram diminuidas pelo excesso das entregas em 1936, que não foram absorvidas pelo consumo nesse ano e que passaram para parte do ano seguinte. O consumo real de cada um dos dois anos ficou calculado em . . . . . 404.160.500 quilos, e com essa base foi computado o consumo por habitante.

### ESTOQUES (toneladas)

Estoque a 1.º de Janeiro de 1939. . . . .	329.855
Produção da safra de 1939. . . . .	521.594
Importação de 1939 (cifra oficial a 30 de novembro). . . . .	18
	<hr/>
	851.467

## EXISTENCIA EM 1939

Entregas ao consumo em 1939. . . . .	421.271
Entregas ao consumo em 1939 do açúcar im- portado. . . . .	18
Exportação em 1939. . . . .	32.481
Perda pela refundição e avaria. . . . .	699
	<hr/>
	454.469
Estoque a 1.º de Janeiro de 1940. . . . .	306.993

## CUBA

Segundo informa a revista "Cuba Economica y Financiera", a safra açucareira cubana de 1939 acusou, em comparação com a de 1938, baixa nos rendimentos agrícolas e industrial. A mesma revista publica os quadros que a seguir reproduzimos:

RENDIMENTO AGRICOLA  
(Arrobas de cana por "caballeria")

Provincias	1938	1939
Pinar del Rio. . . . .	56,368	48,235
Habana. . . . .	43,107	40,532
Matanzas. . . . .	42,294	39,811
Santa Clara. . . . .	51,015	45,756
Oriente. . . . .	44,836	35,813
Camaguey. . . . .	54,726	46,756
	<hr/>	<hr/>
Media nacional. . . . .	48,175	41,691

## RENDIMENTO INDUSTRIAL

Provincias	1938	1939
Pinar del Rio. . . . .	12,96	12,45
Habana. . . . .	13,03	12,29
Matanzas. . . . .	13,26	12,22
Santa Clara. . . . .	12,73	12,11
Camaguey. . . . .	13,12	12,21
Oriente. . . . .	12,62	12,60
	<hr/>	<hr/>
Media nacional. . . . .	12,89	12,31

NOTA — Caballeria, medida usada em Cuba que equivale a 13.430 metros quadrados.

## ESTADOS UNIDOS

O "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", de 18 de janeiro ultimo, divulga dados numéricos sobre os açúcares que entraram nos Estados Unidos no decorrer do ano passado.

As estatísticas distribuem-se em três quadros. Os dois primeiros se referem às entradas de açúcar bruto por portos e por paí-

ses de origem; o terceiro apresenta um resumo das entradas de açúcares bruto e refinado distribuídos por países de origem.

Em 1939, os Estados Unidos receberam 4.068.646 toneladas longas de açúcar bruto, contra 4.000.694 toneladas em 1938 e . . . . . 4.296.330 em 1937. O quadro que se segue discrimina os portos de entrada:

Açúcar bruto entrado nos Estados Unidos em 1939 por  
por portos de entrada

	1939	1938	1937
New York. . . . .	1.216.251	1.172.527	1.350.685
Boston. . . . .	339.702	308.353	325.275
Filadélfia. . . . .	620.134	548.125	619.872
Baltimore. . . . .	298.549	267.457	239.696
Savannah e Galveston. . . . .	327.711	396.092	386.314
New Orleans. . . . .	695.757	765.768	786.999
Norfolk. . . . .	8.593	4.464	5.385
São Francisco. . . . .	561.639	537.908	582.104
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	4.068.646	4.000.694	4.296.330

A distribuição por países de origem está feita no seguinte quadro:

Açúcar bruto entrado nos Estados Unidos em 1939 por  
países de origem

	1939	1938	1937
Cuba. . . . .	1.441.557	1.387.171	1.594.867
Porto Rico. . . . .	711.635	665.883	698.069
Filipinas. . . . .	791.019	803.982	811.423
Hawai. . . . .	778.683	776.277	856.216
Ilhas Virgens. . . . .	5.023	3.487	7.069
Republica Dominicana. . . . .	29.503	54.031	57.735
Varios países. . . . .	34.019	53.189	37.548
Luisiana e Florida. . . . .	277.207	256.674	233.403
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	4.968.646	4.000.694	4.296.330

As entradas de açúcar bruto e refinado somaram, em 1939, 4.818.097 toneladas contra 4.714.979 toneladas em 1938 e 5.024.932 toneladas em 1937. Os países que forneceram esse açúcar são os seguintes:

Açúcar bruto e refinado entrado nos Estados Unidos em  
1939, por países de origem

	1939	1938	1937
Cuba. . . . .	1.747.252	1.711.402	1.939.509
Porto Rico. . . . .	830.873	758.665	805.136
Filipinas. . . . .	841.019	853.982	861.988
Hawai. . . . .	790.002	788.336	867.444
Ilhas Virgens. . . . .	5.023	3.487	7.069
Republica Dominicana. . . . .	29.503	54.031	57.735
Varios países. . . . .	39.812	70.294	57.835
Luisiana e Florida. . . . .	534.613	474.782	428.216
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	4.818.097	4.714.979	5.024.932



## JAMAICA

Segundo as informações de outubro último, a cifra da produção, em seguida à seca contínua, desceu de 1.259.000 quintais a 1.183.000 quintais, contra 1.198.400 em 1938-39 e 946.000, em média, durante o período quinquenal precedente. Resultados: 98,7% e 125%.

Todo o litoral setentrional da Ilha sofreu uma forte seca durante o mês, cessando somente nos últimos dias, quando caíram chuvas abundantes sobre Jamaica.

## JAPÃO

A produção de açúcar do Japão, incluindo a Ilha Formosa, para a safra de 1939-40, é calculada em 1.522.984 toneladas métricas, valor bruto, que, comparadas com... 1.689.608 toneladas correspondentes ao último ano, acusam uma diminuição de 166.624 toneladas, ou seja aproximadamente 9%, segundo informações recebidas de Tokio por Lamborn & Cia. A produção do último ano foi um "record" para o Império japonês.

De 1.522.984 toneladas calculadas para a safra corrente, espera-se que 1.485.392 toneladas sejam produzidas de açúcar de cana e 37.592 toneladas de açúcar de beterraba. Da produção total do último ano, 1.646.704 toneladas corresponderam ao açúcar de cana e 42.904 ao de beterraba.

O consumo de açúcar no Japão é aproximadamente de 1.117.600 toneladas anuais. Espera-se vender o saldo da produção à China.

## JAVA

Por ordem governamental, a produção açucareira para a safra de 1941 foi fixada em 1.750.000 toneladas.

Devemos observar que o governo, a princípio, fixara a safra de 1939 em 1.400.000 toneladas, quantidade que foi elevada, em seguida, a 1.550.000 toneladas. A 1.º de outubro a estimativa ascendia a 1.566.393 toneladas. A produção em 1938 foi de..... 1.398.927 toneladas.

Em 1940, essa marcha ascendente é interrompida. Com efeito, para este ano, a quantidade foi fixada em 1.475.000 toneladas, em obediência ao acordo internacional, no tocante às quotas de exportação.

Realizaram-se as perspectivas de que seria autorizada uma produção maior para 1941.

Nivas tinha proposto fixar a safra em 700.000 toneladas.

As possibilidades de vendas amadoras de açúcar de Java, entre outras com destino às Índias Britânicas, onde, apesar de melhor safra que em 1940, quantidades importantes do produto poderiam ser colocadas, fizeram ponderar a balança para uma safra de 1.750.000 toneladas em 1941.

Sabe-se que o governo aceitou a proposta do Ministério dos Negócios Econômicos, sustentada por uma minoria da Nivas.

## PARA FACILITAR A CONSERVAÇÃO DO AÇÚCAR

Os produtores de açúcar da Luisiana — in forma "Facts about Sugar" — estão agora preocupados com o problema do armazenamento do açúcar para longos períodos. O problema reduz-se a saber se o açúcar, armazenado durante muito tempo, será atacado por micro-organismo, isto é, se fermentará. A fermentação, como se sabe, precisa da umidade. Ao ser armazenados os grãos de açúcar bruto são recobertos por uma película de melão; e quando o melão tem a densidade de 43 Baumé (80 Brix) quasi não haverá perigo de fermentação. Se a densidade for de 41 Baumé haverá pequena fermentação, que aumentará à medida que diminuir a densidade.

Uma vez que a densidade de um melão está em função de seu conteúdo de água, a conservação depende da quantidade de água contida no açúcar armazenado. Uma cifra útil, embora empírica, obtém-se dividindo a percentagem de umidade no açúcar pela polarização. Se o quociente for 0,333 ou mais baixo, o açúcar conservar-se-á; se esse "fator de segurança" for mais alto, a conservação será problemática. A experiência demonstra que para uma proteção maior esse fator deve ser estabelecido em 0,25. Um exame dos açúcares de 26 fabricas da Luisiana deu os seguintes resultados: 14 fabricas apresentaram açúcar de boa conservação com fatores de segurança variando de 0,159 a 0,243; 9 fabricas apresentaram açúcar de conservação duvidosa, com fatores de segurança variando de 0,253 a 0,328; 3 fabricas apresentaram açúcar impróprio para armazenamento demorado, com fatores de segurança variando de 0,335 a 0,558. As partículas porosas e esponjosas do bagaço contidas no caldo que não é bem clarificado transmitem ao açúcar uma regular quantidade de água, decorrendo daí a necessidade de serem essas partículas inteiramente eliminadas. Em geral, uma cuidadosa clarificação do caldo concorre para tornar o açúcar de mais fácil e segura conservação. Depois de seco na fabrica, o açúcar deve ser conservado nesse estado. Para proteger o açúcar da humidade atmosférica o meio mais seguro é conservar o ar do depósito aquecido bem acima da temperatura do orvalho ou então, processo esse menos dispendioso, tornar o depósito impermeavel ao ar, ventilando-o apenas nos dias em que a temperatura exterior for relativamente baixa.

# Les Usines de Melle

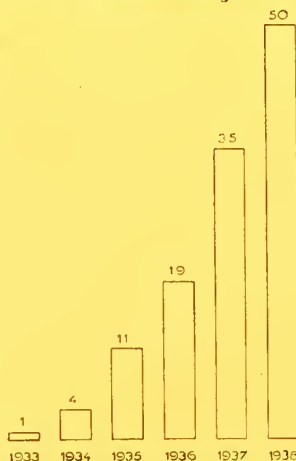
SOCIÉTÉ ANONYME AU CAPITAL DE FR. 17.000,000

Anciennement: DISTILLERIES des DEUX - SÈVRES - MELLE (Deux-Sèvres) FRANCE

DISTILARIAS APLICANDO O NOVO PROCESSO DE  
FERMENTAÇÃO DAS USINES DE MELLE  
(PATENTEADO EM TODOS OS PAISES)

Mais de 50 instalações na Europa: em França, Alemanha, Austria, Belgica, Italia, Suíça, Tchecoslovaquia, realizando uma produção diaria de 1.000.000 de litros de alcool.

Grafico do desenvolvimento do processo de fermentação



Capacidade de produção  
diaria em litros

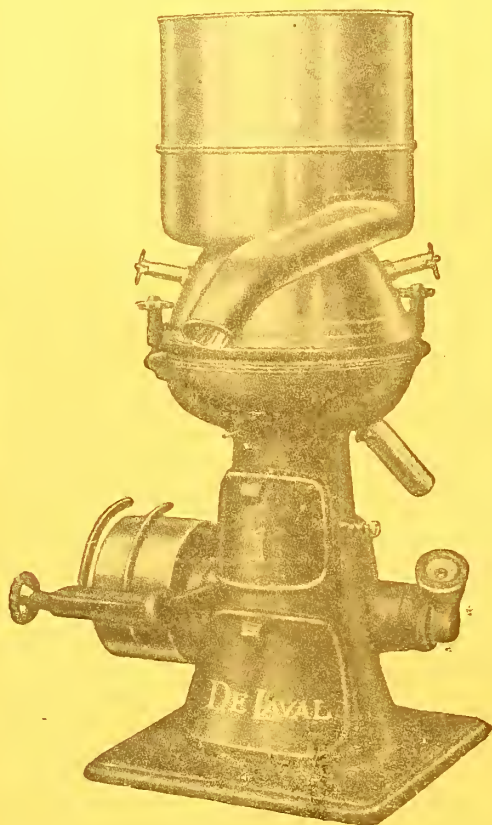
## INSTALAÇÕES NO BRASIL

Amália (Em funcionamento)	10.000
Barcelos	10.000
Catende	30.000
Laranjeiras	4.000
Outeiro	5.000
Piracicaba	15.000
Porto Peliz	20.000
Santa Barbara	6.000
Santa Cruz	15.000
Utinga	10.000
Vassununga	3.000
Vila Raffard	20.000
Brasileiro (Em montagem)	15.000
Ponte Nova	20.000
Quissaman	15.000
Serra Grande	12.000
Timbó Assú	5.000

O novo processo de fermentação das USINES DE MELLE proporciona as seguintes vantagens:

- Notavel aumento do rendimento de fermentação
- Aumento da capacidade de produção das instalações de fermentação
- Grande segurança e funcionamento tornando quasi automatico o trabalho
- Melhor qualidade do alcool fabricado.

Usineiros e distiladores, peçam informações a **GEORGES P. PIERLOT**  
Avenida Beira Mar, 210 — Tel. 42-8607 — Caixa Postal 2984  
RIO DE JANEIRO





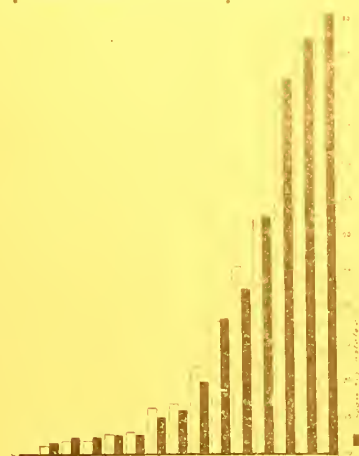
# Les Usines de Melle

SOCIÉTÉ ANONYME AU CAPITAL DE FR. 17 000.000

Anciennement: DISTILLERIES des DEUX - SEVRES - MELLE  
(Deux Sèvres) - FRANCE

## Processos azeotropicos de deshidratação e fabricação direta do alcool absoluto

### Desenvolvimento mundial dos processos azeotropicos



### INSTALAÇÕES NO BRASIL

Usina	Capacidade (Litros)
Usina Catende — Aparelho novo — 4ª tecnica — Em funcionamento — Construtor: Etablissements Barbet. ....	30.000
Usina Santa Teresinha — Aparelho novo — 4ª tecnica — Em funcionamento — Construtor: Estabelecimentos Skoda. ....	30.000
Usina Timbó Assú — Aparelho novo — 4ª tecnica — Em funcionamento — Etablissements Barbet. ....	5.000
Distilaria Central do Cabo — Aparelho novo — 4ª tecnica — Em montagem pelos Est. Skoda. ....	60.000
Usina Cucaú — 4ª tecnica — Em montagem — Construtor: Estabelecimentos Skoda. ....	15.000
Usina Trapiche — 4ª tecnica — Em montagem — Construtor: Est. Skoda. ....	15.000
Usina Santo Inacio — Aparelho novo — 2ª tecnica — Em montagem pelos Estabelecimentos Skoda. ....	5.000
Usina Tiúma — Aparelho novo — 4ª tecnica — Em montagem pelos Est. Skoda. ....	21.000
Usina Nossa Senhora das Maravilhas — Aparelho novo — 2ª tecnica — Em construção — Etablissements Barbet. ....	15.000

Usina	Capacidade (Litros)
Usina Pumatí — 1ª tecnica — Em construção. ....	20.000
Usina Serra Grande — Aparelho novo — 4ª tecnica — Em montagem — Etablissements Skoda. ....	12.000
Usina Brasileiro — Aparelho novo — 1ª tecnica — Em construção pelos Estabelecimentos Barbet. ....	15.000
Usina Paínciras — Aparelho sistema Guillaume transformado em 4ª tecnica pelos Est. Skoda — Em montagem. ....	5.000
Distilaria Central de Campos — 2 aparelhos mixtos — 2ª e 3ª tecnicas — Em funcionamento — Construida pelos Estabelecimentos Barbet. ....	60.000
Conceição de Macabú — Em funcionamento — Aparelho Barbet transformado em 2ª tecnica pelos mesmos Estabelecimentos. ....	9.000
Companhia Engenho Central Laranjeiras — Aparelho Barbet transformado em 4ª tecnica pelo Est. Barbet — Em funcionamento. ....	6.000
Cia. Usina do Outeiro — Em funcionamento — Aparelho Sistema Guillaume, transformado em 4ª tecnica — Construtor: Barbet. ....	5.000
Usina do Queimado — Em funcionamento — Aparelho Barbet transformado em 4ª tecnica — Construtor: Barbet. ....	6.000
Usina Santa Cruz — Aparelho sistema Barbet, transformado pelos Est. Skoda — Em funcionamento. ....	12.000
Usina São José — Aparelho novo — 4ª tecnica — Em funcionamento — Construtor: Skoda. ....	20.000
Companhia Engenho Central Quissaman — Aparelho novo — 4ª tecnica — Em montagem — Construtor: Est. Barbet. ....	15.000
Usina Barcelos — Aparelho transformado em 4ª tecnica pelos Est. Skoda. ....	10.000
Distilaria de Ponte Nova — Aparelho novo — 4ª tecnica — Em construção pelos Est. Skoda. ....	20.000
Usina Amalia — F. Mattarazzo Jr. — Retificador Barbet, transformado em 4ª tecnica pelos Estabelecimentos Barbet — Em montagem. ....	10.000
Usinas Junqueira — Aparelho de Distilação — Retificação continua, transformado em 4ª tecnica pelos Estabelecimentos Skoda — Em funcionamento. ....	20.000

Para todas as informações dirija-se a **GEORGES P. PIERLOT**

Avenida Beira Mar, 210 — Tel. 42-8607 — Caixa Postal 2984

RIO DE JANEIRO

# INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

BALANCETE EM 29 DE FEVEREIRO DE 1940

## A T I V O

### Ativo Fixo

Bibliotéca do Instituto .....	31:199\$700	
Construção de Distilarias :		
Pernambuco .....	21.727:666\$200	
Ponte Nova .....	3.864:965\$300	25.592:631\$500
Distilarias Centrais — Campos — Custo de Instalação	18.853:047\$500	
Imoveis .....	2.338:961\$900	
Laboratórios — Recife — Aparelhos e Utensilios ..	54:715\$100	
Material Permanente (Secção do Alcool Motor) ...	18:849\$000	
Moyeis e Utensilios .....	551:298\$000	
Tanques, Maquinismos, Bombas, Acessorios e Instalações etc. ....	572:403\$200	
Vasilhames e Tambores .....	958:119\$100	
Veículos .....	182:122\$700	49:153:347\$700
Titulos e Ações .....	10.307:000\$000	59.460:347\$700

### Empréstimos

Caixa de Empréstimos a Funcionários .....	97:025\$800	
Custeio de Refinarias .....	2.000:000\$000	
Empréstimos a Produtores de açúcar .....	1.701:951\$900	
Financiamento a Distilarias .....	13.169:822\$750	16.968:800\$450

### Despesas Diferidas

Açúcar c/Despesas .....	2.286:721\$900	
Aluguéis .....	17:004\$500	
Comissões .....	101:591\$900	
Despesas de Viagem .....	85:430\$400	
Despesas Gerais .....	43:552\$100	
Despesas Judiciais .....	158\$300	
Diarias .....	42:272\$100	
Diversas Despesas .....	109:494\$200	
Estampilhas .....	432\$800	
Gratificações .....	3:600\$000	
Laboratórios — Recife — Drogas e Materiais .....	100\$500	
Material de Escritorio .....	113:561\$800	
Portes e Telegramas .....	17:205\$900	
Publicações de Boletins Estatísticos .....	7:679\$000	
Vencimentos .....	347:169\$500	3.175:974\$900

### Contas de Resultado

Alcool Motor c/ Fabrico .....	805:481\$500	
Anuario Açucareiro — Ano 1938 .....	78:636\$900	
— Ano 1939 .....	20:451\$900	99:088\$800
Compras de Açúcar .....	5.003:787\$100	
Compras de Açúcar C/ Retrovenda .....	49.481:013\$400	
Compras de Alcool .....	382:468\$020	
Compras de Gasolina .....	11:130\$600	
Despesas do Alcool Motor .....	121:973\$125	
Distilarias Centrais — Campos — Despesas de Fabricação .....	915:725\$700	
Financiamento de Açúcar para Exportação p/c/de Terceiros .....	620:361\$200	
Financiamento de Açúcar para Exportação c/ de Compensação-Liberação — Extra Limite .....	2.114:439\$600	
Livros e Boletins Estatísticos .....	43:354\$020	
Materia Prima .....	2.716:461\$550	
Vendas de Açúcar .....	176:968\$400	62.492:253\$015

### Devedores Diversos

Adiantamento p/Compras de Alcool .....	707:074\$400	
Cobrança do Interior .....	77:543\$400	
Contas Correntes (Saldos Devedores) .....	4.761:799\$116	
Instituto de Tecnologia C/Subvenção .....	32:993\$026	
Letras a Receber .....	952:017\$900	6.531:427\$842



Caixas e Bancos

Caixa — Séde do Instituto . . . . .	100.000.000	
Banco do Brasil — Rio :		
C/Arrecadação . . . . .	108.056.100	
C/ Taxa s/ Açúcar de Engenhos . . . . .	17.000.000	
C/Movimento . . . . .	102.122.000	
C/Com Juros — Caixa de Empregados e Funcionarios . . . . .	19.475.000	
C/Depositos Especiais . . . . .	113.548.000	50.178.768.700
Delegacias Regionais c/ Suprimentos . . . . .		25.355.845.820
Distilarias Centrais c/ Suprimentos . . . . .		173.295.860

Contas de Compensação

Açúcar Caucionado . . . . .	19.481.013.840	
Açúcar Depositado em Penhor . . . . .	3.000.000.800	
Banco do Brasil c/ Creditos . . . . .	10.567.140.810	
Contratos de Compras de Açúcar p/Exportação . . . . .	8.714.645.860	
Depositarios de Titulos e Valores . . . . .	2.001.800	
Operações a Termo . . . . .	4.978.252.800	
Titulos e Valores Apenhados . . . . .	1.003.000.800	
Valores Caucionados . . . . .	67.727.800	
Valores em Hipoteca . . . . .	27.078.054.840	104.891.833.850

PASSIVO

Fundos Acumulados

Arrecadação de Sobre-Taxa s/ Excesso de Produção de Açúcar . . . . .	10.723.800	
Arrecadação de Sobre-Taxa s/ Produção de Açúcar . . . . .	2.391.410.800	
Taxa s/Açúcar . . . . .	133.923.688.230	
Taxa s/Açúcar de Engenhos . . . . .	1.752.748.820	
Taxa s/ Açúcar de Refinarias . . . . .	13.930.860	138.092.505.860

Reservas

Juros Suspensos . . . . .	443.726.800	
Reserva do Alcool Motor . . . . .	2.594.469.226	3.038.196.826

Contas de Resultado

Alcool Aldeído — Produção Distilarias Centrais . . . . .	8.484.800	
Alcool Anídoro — Produção Distilarias Centrais . . . . .	1.144.652.840	
Alcool Comprado a Receber . . . . .	840	
Multas . . . . .	271.571.830	
Oleo de Fúzel — Produção das Distilarias Centrais . . . . .	35.480.840	
Revista "Brasil Açucareiro" . . . . .	1.515.860	
Sobras e Vasamentos . . . . .	4.053.800	
Vendas de Alcool Motor . . . . .	719.369.975	
Vendas de Alcool s/Mistura . . . . .	622.138.800	2.807.265.875

Despesas Diferidas

Juros . . . . .		23.163.860
Banco do Brasil c/Financiamento . . . . .	49.432.859.900	
Contas Correntes (Saldos Credores) . . . . .	8.560.665.850	
Depositos Especiais . . . . .	1.313.202.860	
Depositos de Taxa s/Rapadura a Restituir . . . . .	358.071.860	
Ordens de Pagamento . . . . .	467.018.200	
Vales Emitidos s/Alcool Motor . . . . .	208.277.850	
Vales Emitidos s/Alcool Motor — Em Liquidação . . . . .	35.484.856	60.375.583.056

Contas de Compensação

Açúcar Exportação a Entregar . . . . .	8.714.645.860	
Açúcar Vendido a Entregar . . . . .	4.978.252.800	
Banco do Brasil c/ Caução de Açúcar . . . . .	49.481.013.840	
Créditos á n/Disposição . . . . .	10.567.140.810	
Depositantes de Titulos e Valores . . . . .	67.727.800	
Outorgantes de Hipoteca . . . . .	27.078.054.840	
Penhor Mercantil :		
Usina Brasileiro S.A. . . . .	1.003.000.800	
Cia. Usinas Nacionais . . . . .	3.000.000.800	4.003.000.800

Titulos e Valores Depositados . . . . .	2.001.800	104.891.833.500
---	-----------	-----------------

309.228.546.977

LUCIDIO LEITE  
Contador

Riô, 29-2-39.

# INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

ORÇAMENTO PARA 1940 — POSIÇÃO EM 29 DE FEVEREIRO DE 1940

Nos.	Verbas	Duodécimo	Saldo anterior	Quota Mensal	Despesas mês: Fevereiro	Total Despesas	Média mensal	Credito anual	Saldo do Credito anual
<b>PESSOAL :</b>									
1	Comissão Executiva . . . . .	19:400\$000	9:600\$000	29:000\$000	11:600\$000	21:400\$000	10:700\$000	232:800\$000	211:400\$000
2	Conselho Consultivo . . . . .	3:600\$000	1:200\$000	4:800\$000	2:400\$000	4:800\$000	2:400\$000	43:200\$000	38:400\$000
3	Séde do Instituto . . . . .	115:205\$000	5:929\$800	121:134\$800	107:151\$200	216:426\$400	108:213\$200	1.382:460\$000	1.166:033\$600
4	Secção Técnica . . . . .	18:494\$500	5:889\$000	24:383\$500	12:705\$500	25:311\$000	12:655\$500	221:934\$000	196:623\$000
5	Fiscalização Tributaria . . . . .	61:322\$000	42:230\$000	103:552\$000	44:768\$000	63:860\$000	31:930\$000	735:864\$000	672:004\$000
6	Delegacias Regionais . . . . .	49:900\$000	49:350\$000	99:250\$000	14:822\$100	15:372\$100	7:686\$050	598:800\$000	583:427\$900
7	Desp. de Transporte . . . . .	79:466\$666	51:002\$866	130:469\$532	56:966\$600	85:430\$400	42:715\$200	953:600\$000	868:169\$600
8	Diarias . . . . .	42:891\$666	33:291\$666	76:183\$332	32:672\$100	42:272\$100	21:136\$050	514:700\$000	472:427\$900
9	Gratificação								
	— Pro - Labore Semestral . . . . .	41:666\$666	41:666\$666	83:333\$332	\$	100\$000	\$	500:000\$000	500:100\$000
	— Diversos . . . . .	8:750\$000	6:600\$000	15:350\$000	1:550\$000	3:700\$000	1:850\$000	105:000\$000	101:300\$000
<b>MATERIAL :</b>									
1	Material Permanente . . . . .	10:000\$000	1:194\$200	11:194\$200	2:533\$000	11:338\$800	5:669\$400	120:000\$000	108:661\$200
2	Material de Consumo . . . . .	13:033\$333	6:998\$233	20:031\$566	10:938\$900	16:974\$000	8:487\$000	156:400\$000	139:426\$000
3	Diversas despesas . . . . .	60:775\$333	42:202\$033	102:977\$366	42:416\$100	60:989\$400	30:494\$700	729:304\$000	668:314\$600
		524:505\$164	297:154\$464	821:659\$628	340:523\$500	567:774\$200	283:937\$100	6.294:062\$000	5.726:287\$800

**LUCIDIO LEITE**  
Contador



# ANÁLISE RETROSPECTIVA DA POLÍTICA AÇUCAREIRA NACIONAL

Adrião Caminha Filho.

*Graças à sábia orientação do governo federal, iniciada em 1931, e à criação do Instituto do Açúcar e do Alcool em 1933, é de franca prosperidade e de perfeita estabilidade a situação da lavoura e da indústria açucareira do país.*

A situação da indústria açucareira nacional e, consequentemente, a situação do açúcar é, na atualidade, de relativa estabilidade, muito embora existam fatores complexos de ordem econômico-social a pedir cuidadosos estudos e observações.

O Brasil não podia, constituir uma exceção na crise mundial de após a guerra, quando a produção de açúcar de beterraba baixou em 1919-1920 a 3.331.000 toneladas. Foi naquela ocasião que se apresentou a fúlgaz oportunidade de grandes remessas para o estrangeiro. E os países produtores de açúcar de cana intensificaram e aumentaram consideravelmente a sua produção, como Cuba, ou aproveitaram a ocasião para exportar o produto com grandes lucros. O Brasil enquadrou-se no último caso, e foi, assim, um participante direto da crise, visando lucros mais avantajados.

Como sóe acontecer em tais ocasiões, quando a procura é flagrante por força das necessidades prementes, os industriais se prevaleceram do momento e os preços subiram consideravelmente. O desvario geral não permitiu que eles amealhassem para o futuro ou reorganizassem a sua indústria até então rotineira e a sua lavoura ainda empírica, sob moldes racionais e econômicos. Pelo contrário, as fábricas não foram melhoradas e os baixos rendimentos cultural e fabril permaneceram. Por outro lado, a preocupação dominante era a de produzir de qualquer modo, enquanto que os lucros em espécie, fáceis e vultosos, eram dissipados a mancheias.

Mais uma vez faltou o espírito de previdência.

O veto à exportação provocou a derro-

ta dos grandes preços e a partir daí teve início a crise do açúcar nacional.

Com breves alternativas, a nossa indústria açucareira caminhou penosamente, sujeita aos azares de uma orientação econômica, insegura algumas vezes, contraditória outras, e até mesmo absurda em certas ocasiões.

No governo do dr. Artur Bernardes a situação era grave, principalmente no Estado do Rio de Janeiro que ocupava então o segundo lugar entre os Estados produtores. Foi naquela época que teve início a política do regime protecionista do governo federal, por intermédio do Banco do Brasil, convergindo somente para aquele Estado cerca de 60 mil contos de réis em espécie. Tal política, sem uma apreciação detida e detalhada dos fatores que conduziam a indústria à ruína, não podia apresentar resultados positivos, pelo simples fato de que o comércio do açúcar girava na intrincada rede dos intermediários capitalistas que faziam e usavam o mercado como bem entendiam, na perspectiva dos seus interesses individuais. A situação era similar para os demais Estados produtores.

Quando os industriais despertaram do aturdimento em que se achavam estavam presos aos trusts, sob empréstimos e hipotecas, sendo forçados ao escoamento e entrega do açúcar produzido diretamente aos que manejavam verdadeiramente o mercado nacional do produto.

Assim, o derrame farto de dinheiro não solucionou nem arrefeceu a crise, pelo contrário, agravou-a consideravelmente com grandes danos para os cofres nacionais.

O Banco do Brasil se encontrou na contingência paradoxal de administrar as usinas insolváveis, situação contrária aos seus estatutos. Isso durou cerca de quatro anos, quando aquele estabelecimento de crédito passou o acervo a terceiros com grandes prejuízos.

No momento agudo da crise o governo estabeleceu o plano de Defesa da Produção

do Açúcar, pelos decretos de 7 de dezembro de 1931 e 1.º de fevereiro de 1932.

A Comissão de Defesa da Produção do Açúcar veio dar à indústria em desorientação e derrocada os elementos de resistência que lhe faltavam. Com a finalidade de pôr côbro imediato à situação que se esboçava cada vez mais grave e perigosa foram feitas as primeiras exportações como quota de sacrifício, como veremos mais adiante.

A debacle acentuava-se de ano para ano e em 1933 a situação era muito grave. No município de Campos, de 19 usinas, apenas duas não deviam e apresentavam independência financeira. Tomamos o Estado do Rio como base do presente estudo não só por ser o segundo Estado produtor como porque o seu açúcar é consumido totalmente nos mercados do Rio e São Paulo.

O saneamento industrial e, concomitantemente, o saneamento econômico se impunham, e ao governo federal o dilema apareceu em toda a sua plenitude: ou a solução natural, que teria como resultado a eliminação de um grande número de usinas insolváveis e para as quais não apareciam concorrentes aquisitivos, ou a proteção imediata e indistinta beneficiando a gregos e troianos.

Dentro do espírito da verdadeira economia só devem produzir aqueles que o podem fazer em condições vantajosas, quer dizer, econômicas, e isso é praticamente determinado pela seleção natural. Mas, numa época de crises políticas e sociais profundas, a primeira alternativa teria como corolário a agravação moral e material, e não permitiria uma solução imediata que era o ponto nevrálgico. Sabido é o quadro numeroso de operários que labutam e vivem na lavoura e na indústria do açúcar. Estávamos naquela época (1933) em pleno apogeu da campanha comunista infiltrando-se em todos os meandros da população rural.

O governo federal, pesando naturalmente e criteriosamente a situação extranha e perigosa que atravessava a Nação, resolveu tomar a si próprio a solução enérgica que o momento exigia. A lei do reajustamento enquadrou e igualou assim os que foram imprevidentes e perdulários aos que souberam guardar e produzir, mas foi indubitavelmente a solução.

Ao problema econômico, solução econômica primeiramente. Era preciso gizar uma orientação que oferecesse à agricultura e à indústria nacionais a faculdade de coordenação e harmonização geral das organizações

regionais, determinando uma obra de grande alcance — administrativo, técnico e social, de caráter exclusivamente econômico nacional. Foi o que sabiamente fez o governo federal advertindo que a agricultura é uma indústria de criação, enquanto as demais indústrias são de transformação, e que dela depende a estabilidade econômica nacional.

O Instituto do Açúcar e do Alcool, criado em 1933, foi o órgão destinado a coordenar a indústria açucareira nacional e a velar pela sua estabilidade econômica, regularizando o seu mercado e livrando-o definitivamente dos intermediários. Ele é assim o órgão uno e intangível nas suas atividades — previsora, organizadora, coordenadora e de contról. Cabe-lhe, indubitável e necessariamente, a supervisão e a superorientação da indústria brasileira e é indispensável a sua soberania afim de que a potencialidade dessa mesma indústria se harmonize, discipline e organize para sua verdadeira produtividade e não volte a cair no caos em que se encontrava.

Logo após a sua criação o Instituto tinha como finalidade principal regularizar o mercado interno e assegurar preços razoáveis aos industriais. A sua política baseava-se assim numa modalidade da economia dirigida e, tacitamente, a sua ação inicial importava na aplicação do **dumping** interno ou doméstico. Com a arrecadação da taxa de 3\$000 por saco de açúcar produzido, o Instituto adquiria ao produtor o excesso da produção pela cotação do dia, formava seus estoques e exportava para os mercados externos a preço inferior.

A exportação para o estrangeiro pela Comissão de Defesa da Produção do Açúcar e pelo Instituto, como quota de sacrifício, para estabelecer o equilíbrio entre a produção e o consumo, foi a seguinte no período das safras de 1931/32 e 1935/36:

#### EXPORTAÇÃO

EXPORTADOR	Quantidades em sacos de 60 quilos		
	Com.	Def.	Prod. Açúcar
Safras	Cristal	Demerara	Total
1931/32. ....	—	81.460	81.460
1932/33. ....	296.262	416.644	712.906



Safras	Inst. do Açúcar	Produção
1933/34.	53,880	
1934/35.	18,722	
1935/36.	1,227	
	537,861	

Posteriormente o Instituto limitou a produção individual das usinas, louvando-se para isso na produção do quinquênio.

Esta limitação trouxe consideráveis prejuízos à lavoura. Em 1936 não foram aproveitadas em Campos cerca de 500 mil toneladas de cana trazendo graves consequências econômicas para o município e principalmente para o pequeno comércio que vive, regra geral, do sistema de negócios a prazo, cuja amortização depende dos frutos das colheitas.

Como medida acauteladora destes interesses e correlativa ao plano do Instituto, foram idealizadas as destilarias centrais para a produção do álcool anidro, para ser aproveitado como combustível nos motores a explosão e como sucedâneo da gasolina. Este "desideratum" tem sua grande importância de vez que o álcool anidro é melhor combustível do que a gasolina e o seu emprego reduz a importação daquela e evita uma grande evasão de ouro.

O consumo do açúcar "per capita" no Brasil está estimado em 23 quilos. A política açucareira nacional tem de se ater, sem dúvida, sobre bases restritivas, mas por outro lado ha sub-consumo. Embora o consumo seja estimado em 23 quilos "per capita", são as populações das capitais que determinam o índice, de vez que as populações rurais utilizam muito sobriamente o produto. Em muitas regiões é hábito adoçar o café com o caldo direto da cana, noutras fabrica-se o açúcar purgado e bruto, e noutras ainda, a rapadura, não chegando ali os açúcares cristal e mascavo oriundos das usinas. Este consumo não é computado na estatística respectiva, e o açúcar de usina não pôde ser consumido em tais regiões, dado o seu custo de produção agravado com as despesas de transporte, fretes, impostos, etc.

Sem dúvida que é preciso incentivar e intensificar o consumo, de vez que é o açúcar alimento energético por excelência. Por outro lado, êsse aumento está subordinado diretamente ao preço de custo. O açúcar, sendo um alimento de primeira necessidade é ainda um alimento caro, pouco acessível à bolsa média da população e muito menos à bolsa pobre. E isso não acontece somente no Brasil. Em todos os países do mundo, pro-

dutores e consumidores de açúcar, a situação é similar, e muitas vezes mais agravada ainda. Em muitos deles, além dos direitos alfandegários que se aplicam aos açúcares importados, existem impostos sobre o consumo que gravam tanto os açúcares de importação como os de produção local. Podemos citar como tais os seguintes: Alemanha, Tchecoslováquia, Suécia, França, Polônia, Japão, Perú, Holanda, România, Dinamarca, Itália, Áustria, Hespanha, Inglaterra, Cuba, Bélgica e Irlanda.

Os preços a varejo, por quilograma, para alguns destes países antes da guerra atual eram os seguintes, em n.º da inglesa, valendo o penny aproximadamente 375 reis da nossa moeda.

		PENNY
Dinamarca	14 coroas	1,00
Belgíca	2,85 francos belgas	1,00
Grã Bretanha	1,40 libras	1,70
Est. Livre da Irlanda	1,40 libras	1,70
França	4,33 francos	7,00
Portugal	1,20 escudo	9,20
Polónia	1 sloty	9,00
Furquim	25 piasters	9,80
Tchecoslováquia	6,20 coroas	10,60
Holanda	0,47 florim	12,60
Alemaanha	0,76 R. M.	15,00
Itália	6,15 libras	15,90
U. S. S.	3,80 rublos	27,20
Cuba	9,044 pesos	2,20
Java	1,000 pesos	2,66
Japão	0,3375 yen	1,70
Filipinas	0,20 centavos	1,90
Argentina	0,35 pesos	5,20
Canadá	10,8 centavos	5,30
U. S. A.	10,8 centavos	5,30
Nova Zelândia	1,00 libras	7,70
União Sul Africana	1,00 libras	7,70
Austrália	1,00 libras	8,80
Brasil	1,210 reis	3,30

As diferenças de preços são em parte devidas aos direitos, obrigações e tributos que pesam sobre o produto, que variam substancialmente de um para outro país, sendo muito altos em alguns deles.

No quadro em apreço observamos que Java, Cuba e Brasil são os países onde o açúcar é mais barato no mercado a varejo.

Por aí se observa a veracidade da afirmativa acima sobre a situação por que atravessa o açúcar em todos os países. A verdade é que se trata de um produto caro em qualquer país muito embora haja superprodução mundial.

A limitação da produção na atualidade da indústria nacional é indispensável. Se o Governo permitir a produção livre, os preços cairão subitamente e haverá grandes e novos transtornos.

O Estado de São Paulo, por exemplo, produz atualmente cerca de 2.500.000 sacos e o seu consumo está estimado em 5.000.000. A falta é suprida pelos açúcares procedentes do Norte e do Estado do Rio. Se São Paulo pudesse produzir livremente, o faria para o seu próprio consumo.

O problema açucareiro do Brasil reside, sem dúvida, no sub-consumo e na valorização do produto. Ha interesses os mais diversos de ordem econômica geral e regional. Se o lucro do produtor é grande não é entretanto demasiado. Trata-se de uma indústria pesada, de empregos vultosos de capitais e de mão de obra, com os encargos das entre-safras, e que encerra um todo complexo econômico-social.

Pelo convênio açucareiro internacional de Londres, a quota de exportação do Brasil foi fixada em 60.000 tons. Na última assembléa ficou assentado que seria apenas de 54.000 tons. Diante das condições da produção brasileira, (meio-ambiente, salários rurais, fretes e transportes), não se pode pensar em açúcar para exportação a preços remuneradores, mesmo porque ha superprodução mundial.

E' possível que a atual e lamentavel conflagração europeia venha determinar novamente uma fase de exportação do açúcar nacional e para o que deve o governo pelo Instituto do Açúcar e do Alcool agir cautelosamente, evitando dissabores para o futuro.

Será o açúcar excessivamente caro para o consumidor, com grandes lucros para o industrial? Não parece procedente que assim seja.

O açúcar, em comparação com outros gêneros alimentícios de primeira necessidade e em confronto com as cotações em vigor no ano de 1933, na base = 100, é, depois da batata, o que apresenta menos aumento, conforme se observa no quadro a seguir:

NÚMEROS ÍNDICES

Gêneros	1933	1934	1935	1936	1937
Sal grosso	100	100	116	133	133
Café em pó	100	109	102	131	138
Batatas	100	93	97	120	105
Manteiga	100	95	96	96	150
Milho	100	108	123	123	194
Toucinho	100	88	87	136	130
Carne seca	100	97	104	116	126
Arroz	100	106	104	119	139
Banha	100	104	117	175	191
Feijão preto	100	185	180	194	124
Farinha	100	100	100	107	126
Açúcar	100	108	106	106	106

NOTA — A manteiga e o café, em 1937, foram retirados da tabela dos preços sendo seu índice tomado pelo preço de venda atual, não tabelada.

Comparado com o café em pó que subiu 38%, com o sal grosso, com o milho, com o arroz, com a banha e demais produtos constantes da relação supra, não é o açúcar produto relativamente barato, encaradas a sua origem e a sua indústria relativamente mais pesadas e oneradas?

O café, por exemplo, de que temos superprodução mais acentuada do que a do açúcar e cujas quotas de sacrificio superam largamente as deste produto, transformadas em cinzas, não apresenta preço elevado para o consumidor?

E convem acentuar que as quotas de sacrificio do açúcar desaparecem completamente com a fabricação do alcool anidro, para combustivel. Só essa válvula de grandes vantagens econômicas futuras, mesmo sob a ação do **dumping** se fôr preciso, mas reduzindo a evasão do ouro nacional, vale pela limitação da produção e pela estabilidade do preço. Não é a redução do preço de venda que resolverá a questão do açúcar nacional. E' o sub-consumo que precisa ser a todo transe suprimido. Precisamos intensificar o consumo do açúcar pela propaganda para o meio abastado. Para a bolsa média este consumo será tanto maior quanto melhor seja o índice aquisitivo da população. **O índice consumo-individual** está diretamente relacionado com o **índice capital aquisitivo individual**.

E' preciso estabelecer o justo equilíbrio entre a produção e o consumo.

O acréscimo de consumo não se limita apenas á certas populações nem a certas zonas climáticas do país, como também não é unicamente uma consequência do desenvolvimento normal da população, mas êle se manifesta igual, sinão primordialmente, no consumo individual. Êste, entretanto, está justamente dependente das condições econômicas das populações, isto é, do índice, digamos, econômico individual, capaz de atender, na justa proporção, ao índice aquisitivo dos gêneros de primeira necessidade entre os quais está, indubitavelmente, o açúcar.

O maior consumo será, portanto, a solução mais viavel e este mais se acentuará tanto melhor se tornem as condições econômicas do país, como é de esperar, com as medidas tomadas pelo governo. O problema é mais de ordem geral do que parcialmente relacionado a determinados produtos. Não é só com respeito ao açúcar que ha sub-consumo.



Este existe para quasi todos os gêneros de primeira necessidade e aí estão os entendidos demonstrando que nos alimentamos mal e deficientemente. Se ha deficiência de alimentação nutritiva é porque o capital remunerativo "per capita" nao alcançou ainda o índice indispensável e assim se torna aquisitivamente deficitário.

O Brasil atravessa uma fase de depressão econômica, de crise intensa que atinge fortemente o *standard* geral de vida das populações na diminuição da sua capacidade aquisitiva e, consequentemente, na restrição ou na diminuição do consumo.

No momento em que se restabeleça o nivel econômico de vida com a melhoria geral das condições político-econômicas, a restauração da capacidade aquisitiva naturalmente virá e o índice de consumo voltara ao seu primitivo estado para determinados gêneros e aumentará consideravelmente para outros.

Paradoxalmente, a política açucareira nacional assenta suas bases na limitação devido à superprodução. Será verdadeiramente este o problema a resolver? Acreditamos mais no problema do sub-consumo do que no da superprodução.

A produção brasileira atual é de cerca de 16.000.000 de sacos para um consumo "per capita" de 23 quilos e que, como vimos anteriormente, não reflete o consumo real da população total. Se elevassemos o consumo, o que não é muito difícil se atendermos ao uso industrial do açúcar para outros fins, a 30 quilos "per capita", teriamos uma produção de 22.500.000 sacos. Com um aumento de produção de 6.500.000 sacos a tendência seria de melhora do preço do produto para o consumidor.

A restauração ou o melhoramento da capacidade aquisitiva, e assim, da reativação e poder de consumo, não só do açúcar como de outros produtos básicos da economia nacional, dependem da melhora das condições econômicas gerais subordinada à uma cadeia de fatores que dependem da coordenação dos esforços dos variados departamentos nacionais e da visão administrativa do governo federal, visando o desafogo econômico da Nação. O fato econômico é ação humana e os problemas não são solúveis isoladamente, de vez que são interdependentes. Toda ação econômica tem sua base na lei da mútua dependência.

O aumento dos preços para o produtor e para o consumidor sobre o ano de 1929 demonstra que para este ultimo houve um índice aumento de cerca de 38% enquanto para o produtor o mesmo índice foi aproximadamente de 150%. Mas este acrescimo de 150% para o produtor não significa lucro porque as condições de trabalho foram agravadas sobremaneira a partir daquele ano. Não so os salários rurais foram fortemente majorados. Os encargos sociais que constituem capital anual morto e o aumento excessivo sobre os preços da maquinaria e do ferro de importação que acusa uma diferença para mais de 150% pesam consideravelmente sobre o produtor.

O aparelhamento de uma usina é sempre castigado pelas necessidades de substituições e de transformações e o seu equipamento, quasi na totalidade de importação, sujeito aos preços de câmbio e às despesas de direitos. A maquinaria agrícola igualmente esta nas mesmas condições.

O preço de venda do açúcar não é, como parece à primeira vista, a resultante do jogo da oferta e da procura.

A moderna economia entende que o preço de um produto encerra um complexo de causas e reflete um sentido mais largo e avançado.

O justo preço é aquele que, tendo em conta todas as circunstâncias previsíveis atuais e futuras, permite que fiquem compensadas as existências e as necessidades, a oferta e a procura.

Para se estabelecer o preço de venda do açúcar ha que tomar em conta não só as despesas de fabricação e os gravames que o atingem, (impostos, taxas, fretes, etc.) como também o preço da matéria prima e o seu rendimento industrial. Todos estes fatores são, via de regra, heterogêneos e, por isso mesmo, o custo de produção oscila consideravelmente para cada unidade produtora.

O preço de venda terá assim de compensar não somente o custo unitário de produção como de permitir proveitos reais, capazes de manter a indústria na sua fase de inércia e de dispêndios que é a entresafra. Tal preço deverá fazer face às despesas de administração, remuneração do capital, amortização e depreciação do material. De um modo geral a renda atual dos capitais invertidos na indústria açucareira é relativamente módica.

# PRODUÇÃO E MOVIMENTO DE ALCOOL NO MUNDO

## FRANÇA

Ha alguns anos, surgia em Marselha um processo especial, chamado "processo Tournel", para obter alcool partindo de residuos celulosicos de toda natureza: madeira, palha, bagaço de uva, de cidra, de turfa, etc.

O principio era o seguinte: juntar uma molecula dagua à molecula de celulose para chegar aos açucares fermentesciveis facilmente transformaveis depois em alcool etilico. Essa invenção jamais passou do laboratorio. No ultimo ano, sob o nome de processo Bergius, ela apareceu na Alemanha, e, desde logo, uma usina instalada em Mannheim-Reno, mostrou que, industrialmente, a operação era interessante, a tal ponto que foram projetadas diversas outras usinas, entre as quais a de Regensburg, com uma capacidade de 100.000 hectolitros por ano.

A operação se efetua à temperatura ambiente e à pressão atmosférica; a materia celulosica é reduzida a grãos de grossura sensivelmente igual, que são submetidos, de inicio, numa bateria de difusores, à ação do acido cloridrico concentrado (o acido é quasi totalmente recuperado); procede-se, em seguida, à hidrolise. Além disso, açucares se transformam em alcool, ou recolhem-se subprodutos que não são sem valor, a principio, acido acetico, fosforol, acetona, depois, um residuo insolúvel, a linina, que constitue um combustivel ideal.

Segundo os calculos do sr. Tournel, que levou em conta um tratamento diario de 20 toneladas de residuos celulosicos, avaliada era 50 francos a tonelada, a operação era compensada apenas pela venda dos subprodutos, e o beneficio era constituido por 2.000 litros de alcool.

As grandes necessidades de alcool que vão exigir o Serviço de Polvoras e o fornecimento do país em carburantes deveriam incitar o exame mais detido do negocio, sobretudo em França, onde os residuos celulosicos que ficam totalmente desaproveitados se cifram em muitos milhões de toneladas cada ano.

## HUNGRIA

As medidas de coordenação relativas ao alcool, na Hungria, foram reforçadas em de-

zembro ultimo, mas operou-se um certo afrouxamento das restrições, em favor dos veículos comerciais, principalmente no transporte de produtos agricolas.

A partir de janeiro, a razão de "motalco", (\*) mistura de alcool e essencia, deve ter sido ligeiramente reduzida para as grandes viaturas de turismo, mas as quantidades destinadas a caminhões novos, importados sem percepção de direitos de entradas, serão substancialmente aumentadas.

Maiores quantidades de "motalco" serão igualmente liberadas para os serviços publicos e uso de outros veículos empregados em fins "vitais". As vendas de carburante nas bombas serão submetidas a um controle mais severo a partir do novo ano.

## SUIÇA

Em virtude da elevação de preços no mercado mundial, o Conselho Federal resolveu fixar como se seguem os preços do alcool industrial tomado em quantidade d'agua, menos 10.000 quilogramos em vapor-cisterna:

Alcool industrial puro a 94%: 75 francos, (\*) em lugar de 56; alcool industrial secundario a 92,5%: 75 francos, em lugar de 53; alcool absoluto a 100%: 90 francos, em lugar de 68; alcool para queimar: 72 francos, em lugar de 52 por quintal metrico.

## JAPÃO

O governo japonês resolveu que, a partir de 1.º de janeiro ultimo, todas as essencias vendidas no Japão (exceto a essencia-aviação), deverão conter 10% de alcool. Essa me-

(\*) Chamamos a atenção dos leitores, especialmente dos técnicos, para a absoluta propriedade do termo "motalco", com que na Hungria se denomina a mistura do alcool e a essencia, como carburante dos motores de explosão. Associando o radical da palavra motor com as duas primeiras sílabas de alcool, como que confere predominancia a esse sobre a propria essencia na designação do novo carburante e indica claramente a sua finalidade, embora na composição do carburante entre a essencia em maior quantidade. Todos compreendem, porém, que do ponto de vista da eufonia a palavra, derivada de "alcool" e de "motor", não podia ser mais bem constituída, embora os gramaticos possam insurgir-se contra o hibridismo de sua formação.

(\*) O franco suíço corresponde, mais ou menos, a 48500 na moeda brasileira.



## O AÇUCAR NA ALIMENTAÇÃO INFANTIL

Georgino Paulino.

Dentre os principais elementos constitutivos da alimentação humana — proteínas, hidratos de carbono, gorduras, sais e vitaminas — não se pôde dizer, falando de modo geral, que este ou aquele seja mais importante ou mais necessário ao organismo. Ao contrario, toda vez que um regime alimentar se ressent, demoradamente, da falta de um deles, aparece um desequilíbrio nutritivo ou se instala uma perturbação de maior monta. Isto porque cada um daqueles elementos tem uma peculiaridade nutritiva ou uma finalidade somática diversa um do outro, e diferenciada até nas várias individualidades que alguns deles agrupam.

Para exemplificar, cito as vitaminas, mais ao sabor da moda e por isso mais do conhecimento geral. Um regime alimentar possivelmente correto em todos os outros elementos, mas carente das vitaminas imprescindíveis, determina ao indivíduo a êle submetido uma série de perturbações típicas, catalogadas sob o nome de vitaminose. E mesmo que se incluam no regimen alimentos vitaminados, se esta administração é parcial, isto é, se não abrange todas as vitaminas indispensáveis, manifesta-se a perturbação condicionada à falta da vitamina não fornecida.

Semelhantes distinções de finalidade e consequentes perturbações de carencia ocorrem também com os diversos sais exigidos pelo organismo, para dar outro exemplo, e com os varios ácidos aminados decorrentes das proteínas.

Mas, se de modo geral não é licito esta-

belecer preponderância entre os elementos constitutivos da alimentação humana, e permitido fazê-lo considerando a questão de medo restrito, ou, por outra, encarando a em relação a um determinado periodo da existência ou a um particular sistema de vida. Nestas condições, a própria diversidade na ação nutritiva daqueles varios elementos faz que se atribua a um ou a outro maior relevo, sem ir, porém, ao exagero de dar-lhe exclusividade.

E' o que acontece com a gordura, o mais importante fornecedor de calorías, que, por isso, constitue a base da alimentação dos habitantes das regiões polares. E' o que acontece, igualmente, com os hidratos de carbono, representados principalmente pelo açúcar, que, sendo o alimento primordial da atividade muscular, deve ter posição preponderante no regime dos atletas.

Esta qualidade de ser o açúcar o alimento por excelencia da atividade muscular, e também a circunstância de ser ele o fator relevante no desenvolvimento celular, reservam-lhe destacado logar na alimentação infantil. Realmente, o constante movimento da criança desde a primeira infancia, e o seu intenso processo de desenvolvimento corporal, correspondem, neste trecho da vida, àquelas duas principais indicações do açúcar como alimento — atividade muscular e crescimento.

Aliás, a preferência que têm as crianças pelo açúcar ou pelos alimentos açucarados não tem outra razão senão a satisfação ins-

---

dida deixa prever uma redução das importações de essencia.

Além da fabricação de essencia a partir do carvão e o aumento da produção domestica do alcool bruto, o programa autarquico do governo estabelece o emprego do alcool-carburante, cujos fornecimentos são controlados por uma "régie", criada em 1937.

O plano septenal, inaugurado em 1937 prevê um aumento de produção de alcool, — geralmente derivado da batata e, em parte, da cana de açúcar — de 4 milhões de hectolitros em 1943.

---

O novo plano de três anos, anunciado no começo de 1939, prevê até o fim de março de 1942 um aumento de 1,200% da produção de alcool.

Cinco novas instalações, de uma capacidade de 40.000 "Koku" cada uma (cerca de 7.200 litros) serão concluidas dentro em pouco. Para o ano fiscal em curso 280.000 "Koku" de alcool devem ser fabricados, dos quais 120.000 nas distilarias pertencentes ao Estado e o resto por empresas particulares.

## O ALGODÃO RESOLVERIA O PROBLEMA DA MONOCULTURA

*Na "Revista Industrial y Agrícola de Tucuman", publicada pela Estação Experimental Agrícola daquela provincia argentina. — numero correspondente a Abril-Junho de 1939 — deparamos com excelente artigo do sr. G. A. Kreibohm de la Vega, engenheiro agronomo especialista em algodão, sob o titulo "El atgodon resolveria el problema de la monocultura y otros aspectos del panorama agrícola de Tucuman". Ventila o articulista um tema interessante tambem para os meios açucareiros do Brasil, porque focaliza um problema que se faz sentir tanto neles como em Tucuman, a monocultura da cana. E indica o que se lhe afigura a methor solução, que é a cultura paratela, nas propriedades que exploram essa granúnea, de outros produtos agrícolas, como o algodão, capazes de ocupar a atividade dos trabalhadores, que costumam ser dispensados, lá e cá, durante a entressafra do açúcar. Realmente, é essa uma solução que beneficia tanto os industriais e lavradores, como os seus empregados e a propria cotelividade, sendo de recomendar, por isso, às regiões que comportem, pelas suas condições geológicas e climatericas, as duas espécies de cultura.*

*Reproduzimos abaixo os trechos do referido artigo que mais podem interessar aos agricultores brasileiros.*

Monocultura é um vocabulo de uso corrente em nosso meio, e que parece não soar bem, apesar de sua corrente aplicação, por se achar em conflito com o modo de vêr e pensar de muitas pessoas.

tintiva dessa exigencia organica. Assim, erram as mães que, ao preparar os mingáus de seus pequeninos, adicionam o açúcar em quantidade apenas suficiente para adoça-lo, segundo o seu proprio paladar de adulto. Erram, tambem, as mães que negam aos seus filhos maiores uma proporção razoavel de

Com isso se deseja significar a existencia, no solo da Provincia de Tucuman, de grandes extensões de terreno ocupadas com uma só cultura, como é a da cana de açúcar.

A atividade agrícola de tais terrenos descansa, pois, em um só apoio e constitúe a unica industria, de vez que é o exclusivo meio de vida de numerosas familias, agrupadas em colonias, que dele dependem.

O uso do referido vocabulo não estaria tão generalizado e seria possivelmente menos explorado, se a cana de açúcar nos oferecesse um "calendario agrícola mais completo" e as suas atividades não sofressem interrupções talvês demasiado prolongadas, que muitas vezes compreendem periodos de varios meses, durante os quais as fainas rurais se paralisam quasi totalmente, criando de certo modo situações de apertura para os que dela têm de depender.

Note-se que não ha nem o mais vago desejo de ir de encontro à nossa industria mater, porque isso não seria razoavel, já que a mesma constitue o fundamento mais poderoso, sobre o qual repousa a economia da Provincia; o que se deseja é encher esses claros, essas lacunas que lamentavelmente oferece, com o fomento e desenvolvimento de outras culturas, igualmente remuneradoras, que viriam cobrir essas falhas. "Assim, a atividade seria uma só, ano redondo", com o melhoramento do calendario agrícola.

### PROBLEMA SOCIAL

A falta de trabalho nas ditas zonas, durante periodos mais ou menos longos, que desgraçadamente se repetem anos após anos, cria para Tucuman um problema de vastas proporções, constituindo na atualidade um sério problema de governo.

açúcar, a pretexto de que o açúcar dá lumbrigas, ou por outras superstições igualmente desarrazoadas e prejudiciais.

Os hidratos de carbono, e mais especialmente, o açúcar, devem entrar em farta proporção na alimentação infantil, de modo a atender às suas necessidades essenciais.



A Estação Experimental Agrícola de Tucuman, que sempre teve e tem o empenho de indicar soluções aos importantes problemas da agricultura tucumana, estudou com verdadeiro interesse o assunto, chegando à conclusão de que uma das formulas, para estabelecer a continuidade dos trabalhos nas zonas canavieiras da Província, seria fomentar e desenvolver a cultura do algodoeiro, cuja atividade cessa quando se inicia a safra de cana.

Com as plantações de algodão, desaparecería a miséria, e o jornaleiro da cana teria trabalho seguro, estaria mais bem nutrido e partilharia do bem estar economico que traz consigo o algodão, já que nenhuma outra cultura é capaz de acarretar a riqueza e o progresso que, como força potencial, gera com o seu impulso essa mesma cultura, beneficiando a todo aquele que a produza como faculdade nativa.

Por outro lado, a falta de continuidade das fainas rurais nas zonas referidas obriga o industrial e o proprio lavrador a manter artificialmente o pessoal de que logo precisa para a colheita da cana, criando-se compromissos inoficiosos com o adiantamento de dinheiro na forma de empréstimos forçados que não produzem lucro algum. E' por isso que a Estação Experimental insinúa a conveniencia de derivar esse mesmo capital para a plantação, cultivo e colheita do algodão, na certeza de que não só se fará uma inversão proveitosa, como também se obterão bons dividendos com a renda de algodão vendido.

Num projeto que foi levado à consideração da Comissão Diretora do Museu Social de Tucuman, por intermedio da Comissão de Economia Rural e Problemas Agrarios, incluye-se esse problema, esperando-se que a mencionada Comissão Diretora o apoie e lhe dê maior difusão, afim de que, interpretando o bom desejo que o mesmo encerra, se providencie e se alcance que, em cada colonia canavieira de cinco mil sulcos de cana, plantem-se, pelo menos, dez hectares com algodão.

#### **REDUÇÃO DA AREA PLANTADA COM CANA DE AÇÚCAR**

Com a limitação da produção e a redução da area cultivada com cana, que acarreta a nova Lei Açucareira, tal como o expressou o governador da Província, em mensagem lida à Assembléa Legislativa, a 20 de fevereiro do ano passado, Tucuman perderá parte de sua area naquelas condições, aumentando inesperadamente a grande superficie de terreno in-

culto, cuja exploração racional constituía, um importante problema a resolver.

O governo declarou em sua mensagem que esse problema seria encarado a fundo para resolve-lo com exito, razão por que desejamos frisar nesta oportunidade que a Estação Experimental propoe sejam as ditas extensões dedicadas ao cultivo do algodão, semelhantemente ao que se fez para reduzir parte das extensões de terrenos incultos e a substituição de outros, cujo cultivo não conseguia cobrir as despesas, entendendo que ditas superficies seriam reconhecidas, com a sanção de uma nova lei, mas cujos resultados têm sido diametralmente opostos.

#### **RENDIMENTOS DE ALGODÃO E CANA DE AÇÚCAR**

No engenho "Las Palmas", do Chaco Austral, deparavam-se com muitos inconvenientes, enquanto se restringiram as plantações de algodão, mas quando a realidade das cousas evidenciou a conveniencia de uma mudança de orientação, as dificuldades desapareceram e o citado engenho incorporou definitivamente às suas atividades um novo sustentaculo, o algodão, melhorando as rendas com a soma valiosa que deixa anualmente a colheita de "sete mil hectares" semeados desse textil.

A proposito, cabe recordar aqui as palavras de um grande produtor de açúcar, o sr. Juan Carlos Nonguês, em uma reportagem feita pelo diario "A Gazeta", de Tucuman, em 5 de maio de 1937.

"A evolução que se pode fazer, por outro lado, com o algodão, é algo surpreendente. Fixe-se bem — disse-nos o sr. Nonguês — se eu preciso, para produzir, com o meu engenho, 120.000 bolsas de açúcar, ou seja o valor aproximado de 3.360.000 pesetas (cálculo a bolsa a 28 pesetas), de uma instalação fabril de um milhão e meio de pesos, com a instalação de uma usina descaroadora de algodão, que custa apenas 100.000 pesos, cu movimento 2.000 toneladas de fibra, a 1.050 pesetas a tonelada, são 2.000.000 de pesetas, e 5.200 toneladas de semente, a 60 pesetas a tonelada, são 312.000 pesetas, ou seja um total de . . . . 2.412.000 pesetas. Diante dessas cifras creio que se dispensam comentarios.

Tucuman póde e deve transformar-se em um centro produtor de algodão e, quando isso acontecer, terão desaparecido muitos problemas economico-sociais, que agora nos parecem insolúveis. A obra da Estação Experimental Agrícola de Tucuman, ao estimular o agri-

# INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Publicamos nesta secção resumos das atas da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo do I. A. A. Na secção "Diversas Notas", damos habitualmente extratos das atas desses organismos, contendo às vezes na integra pareceres e debates sobre os principais assuntos discutidos pelos mesmos.

## COMISSÃO EXECUTIVA

### 1.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 8 DE JANEIRO DE 1940

Presentes os srs. Barbosa Lima Sobrinho, Alberto de Andrade Queiroz, Otávio Milanez, J. I. Monteiro de Barros, Alvaro Simões Lopes e Alde Sampaio.

Presidência do sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Lidas e aprovadas as atas da sessão conjunta da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo, em 22 de dezembro e da sessão ordinária de 27 de dezembro de 1939.

**Cancelamento de transferência** — Tendo-se recusado o proprietário do Engenho Novo Mundo, si em Alagoas, a assinar termo de paralisação definitiva dessa fabrica, a Comissão resolveu cancelar a sua decisão anterior que concedeu incorporação da quota da mesma à Usina Conceição do Peixe.

**Liberação de excessos** — A Gerência informa já terem sido vendidos 140.000 sacos de demerara, em Alagoas, e 31.000 sacos, em Pernambuco, por conta da quota de equilíbrio. Por conta dos extra-limite de Alagoas, foi realizada a venda de 3.000 toneladas de demerara, ao preço FOB de 32\$, por sacco. Não fôra, entretanto, possível, até então, realizar-se nenhuma operação de venda por conta dos extra-limite de São Paulo e Estado do Rio, nas condições previamente fixadas pela Comissão Executiva.

**Incorporação de quotas** — E' autorizada a incorporação à Usina Boa Vista das quotas dos engenhos pertencentes aos srs. Candido Olympio do Canto, Carlos Fernandes da Costa, Antonio das Chagas Madeira e Francisco Falco, sitios em Luz, Minas Gerais, uma vez cumpridas as exigências legais.

E' igualmente autorizada a incorporação da quota de 191 sacos da Usina Santa Maria à mesma Usina Boa Vista, uma vez cumpridas as exigências legais.

— Nas mesmas condições, a Comissão autoriza a incorporação das quotas dos engenhos dos srs.

Manoel Galdino dos Santos, Manoel Francisco da Costa, Jonas José do Carmo, Silvino Gonçalves de Moraes, Randolpho Lourenço da Rocha, José Teixeira Dutra, Justino Francisco de Oliveira, Delphina Ferreira de Souza, Jacy Alves Godinho, Ernesto José de Freitas, Francisco Justino das Chagas, Gothardo Soares de Gouveia, Emilio Candido Ferreira, Ambrozio Citelle, Antonio Matos Silva, José Franzini, Laurindo Luiz Viana, Jordão Leite, e Antonio Marinho Amorim à Usina Pontal, de Manoel Marinho Camarão.

— E' autorizada, nas mesmas condições, a incorporação das quotas dos engenhos dos srs. Manoel da Silveira Gomes, Maria Neves das Dores, Manoel de Souza Moreira, Pedro Faustino da Silva, Joaquim Valente de Souza, José de Souza Reis Sobrinho, João Dias Braga, Raimundo H. Moreira Cazé, Joaquim Ferreira Alves, Joaquim Bartolomeu Pedroza, Cyrilo Alves de Abreu, Sebastião Poubel Gomes, José Teixeira de Souza, Silvestre Bazilio de Souza, Antonio Martins da Silva, Nicola Tony, Antonio Lelis Martins Paiva Junior, Andrico Lelli, Belmiro Colatino Cesario, Gabriel Salmen, Teófilo da Silva Pinto, Francisco Pereira Fernandes, Firmino Brum, Francisco Henrique Moreira, Cristiano Nunes Vieira, Agostinho Brandão, Angelo Lelli, João Henrique da Rocha, Raimundo Felixardo Pereira. Horacio Rodrigues Damasceno, Manoel da Silveira Castro, Maria Soares Vieira, Jovelino de Souza Moreira, Hermany Henrique Petersen, Alvaro de Sá Barbosa, Raymunda Antonia de Moraes, Augusto Calian, Eloy Ribeiro da Costa, Belarmino Fernandes da Rocha Sobrinho, Delvindo de Paulo Fortes, João de Almeida, Antonio Ferreira Guimarães, Altivo Leopoldino de Souza, Altivo Valentim Leite, à Usina Jatiboca, de propriedade da Companhia Agrícola Pontenovense.

### 2.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 16 DE JANEIRO DE 1940

Presentes os srs. Barbosa Lima Sobrinho, Alberto de Andrade Queiroz, Otávio Milanez, J. I. Monteiro de Barros, Alvaro Simões Lopes, Tarcisio Almeida Miranda e Alde Sampaio.

Presidência do sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Lida e aprovada a ata da sessão de 8 de janeiro.

**Retrovenda** — O sr. Alde Sampaio presta informações sobre a situação que, no momento, atravessa a indústria açucareira de Pernambuco, devido ao atraso com que se vai processando o escoamento da safra. A produção é ainda maior do que as saídas para consumo, de modo que é

cultor para novas culturas, especialmente para a de algodão, significa para a nossa Provincia oferecer-lhe uma fonte inesgotavel de recursos, pois o algodão é o unico produto procurado cada vez mais, e que menos pode temer o perigo de uma super-produção.

As palavras do dr. Juan Carlos Nonguês exprimem com evidencia as perspectivas dessa cultura e o futuro que representa para a economia da Provincia a incorporação definitiva do algodão.



Insuficiente o volume de 1.300.000 sacos de açúcar — para a quota de financiamento fixada pela Comissão Executiva. Cabendo ao Instituto, de acôrdo com dispositivos legais, retirar, nos mercados produtores, os excessos que, embora temporariamente possam perturbar a manutenção dos preços normais do produto, parece-lhe necessário, segundo informações daquêle Estado, ampliar o limite da quota mencionada, de 1.300.000 sacos para 1.500.000 sacos.

O gerente do Instituto informa considerar suficientes no momento, os recursos contratuais do Instituto disponíveis no Banco do Brasil para atender ao aumento do financiamento solicitado pelos produtores pernambucanos.

Considerando embora justos os motivos alegados pelo sr. Alde Sampaio, o sr. presidente declara que, em face da situação de Alagoas que poderá ainda requisitar uma parte dos recursos disponíveis no Banco lhe parece muito elevado o aumento proposto. Sugere, assim que se elevem as operações de financiamento, em Pernambuco, a um máximo de 1.450.000 sacos, com a condição expressa de que até fins de fevereiro, o mais tardar, o volume do açúcar financiado esteja reduzido, pelo menos, à sua quantidade normal — 1.300.000 sacos de açúcar.

E' unanimemente aprovada a proposta do sr. Barbosa Lima.

**Liberação de excessos** — Não tendo sido possível até então realizar qualquer operação de venda, para o exterior, do açúcar intra-limite da produção de Pernambuco e Alagoas, afim de compensar parte do extra-limite a liberar em São Paulo e Estado do Rio, o sr. Monteiro de Barros alvitrou que se faça a operação somente em relação aos extra-limite de São Paulo, cujos produtores, em duas safras, contribuíram com taxas extraordinárias para fazer face às quotas de equilíbrio estabelecidas pelo Instituto. Foi fixada em 125.000 sacos a quantidade de açúcar a exportar de Pernambuco, para compensar a liberação de extra-limite de São Paulo. Com a cotação de 36\$000 por saco de açúcar cristal FOB, e a sobretaxa de 14\$0 a ser paga por S. Paulo, subsistirá ainda um deficit de 1\$5 por saco, para realizar a operação em Pernambuco aos preços legais internos. Encarregado o Instituto dessa operação, terá este de despende 187.500\$ para custear aquêle depósito. E', por unanimidade, aprovada a proposta do sr. Monteiro de Barros.

**Isenção fiscal** — Tendo o diretor das Rendas Internas, do Ministério da Fazenda, aprovado, em decisão de 22 de janeiro de 1939, o despacho do delegado fiscal de Pernambuco, considerando isentas de contribuição fiscal as operações de financiamento naquêle Estado e em Alagoas, resolve a Comissão Executiva autorizar desde logo o início das operações de retrovenda, nas condições estabelecidas pela Delegacia Regional do I.A.A. em Pernambuco, de acôrdo com o Sindicato dos Usineiros desse Estado.

**Distilaria Central de Pernambuco** — E' autorizada a restituição à Companhia Construtora Nacional da caução, no valor de 581:051\$6, constituída pela retenção, por parte do Instituto, de 10 % sobre o valor dos pagamentos pelos trabalhos de construção da Distilaria Central de Pernambuco.

**Liberação de excessos** — Havendo um saldo de 2.600 sacos na produção de Santa Catarina, resolve a Comissão autorizar a liberação dos excessos das Usinas São Pedro e Pedreira respectivamente, de 1.300 e 468 sacos.

**Incorporação de usina** — E' autorizada a incorporação da Usina Tangará à Usina Ubaense, sitas em Ubá, transferindo-se a esta os maquinismos e a quota de produção daquela depois de cancelado o registro da Usina Tangará e assumido o compromisso pelo sr. Mario Pinto Bonchardet, proprietário da Usina Ubaense e que adquiriu a outra, quanto aos direitos dos fornecedores da Usina Tangará.

**Remoção de fabrica** — E' aprovado o parecer da Secção Juridica para o efeito de ser averbada a transferência do registro da Usina São José adquirida pelo sr. Carlos Trivelato, e de ser procedida diligência para verificar se o maquinismo da mesma fabrica foi removido para a propriedade do requerente, sita em Eloi Mendes, antes de aprovada pela Comissão Executiva a sua remoção.

**Incorporação de quota** — A Casa resolve mandar verificar a situação das lavouras da Usina Pinoba, em Alagoas, para poder dar solução ao pedido de incorporação provisória da quota da referida fabrica à Usina Sto. Antonio.

### 3.ª SESSÃO (EXTRAORDINARIA), REALIZADA EM 17 DE JANEIRO DE 1940

Presentes os srs. Barbosa Lima Sobrinho, Alberto de Andrade Queiroz, Otávio Milanez, Alvaro Simões Lopes, Alde Sampaio e J. I. Monteiro de Barros.

Presidência do sr. Barbosa Lima Sobrinho. Aberta a sessão, o presidente, depois de recapitular os motivos da convocação extraordinária, propõe seja discutida, inicialmente, a materia constante do expediente.

E' aprovada a proposta presidencial.

**Incorporações de quotas** — E' concedida, de acôrdo com o parecer da Secção Juridica, a incorporação das quotas (reduzidas de um terço), dos engenhos dos srs. Rafael Delle Esposti, José Joaquim Vieira, Adelaide Araujo Muniz e José Rodrigues da Silva, à Usina Jatiboca, em Minas, uma vez cumpridas as exigencias legais.

— Nas mesmas condições, é concedida a incorporação das quotas dos engenhos dos srs. José Custodio Siqueira, Antonio Teixeira de Souza, Francisco Concas e Isauro Silvestre da Cruz à Usina Pontal, sita, como aquelas fabricas, em Minas.

— Resolve a Comissão mandar arquivar o processo referente ao pedido de incorporação de diversos engenhos à Usina São Pedro, pertencente à Empresa Industrial Gaspar Ltda., para que o despacho definitivo seja dado em cada um dos processos.

— E' deferido o requerimento do sr. Domingos Ribeiro dos Santos Junior solicitando incorporação da quota do seu engenho à Usina Itaquerê, sendo também autorizada a venda do maquinário desse engenho a uma officina localizada em Ituverava.

— E' mandado arquivar o processo referente ao pedido de incorporação da quota do engenho do sr. José Machado Pereira à Usina Volta

Grande por ter o requerente desistido da pretensão.

— Pelo mesmo motivo, manda a Comissão Executiva arquivar os processos relativos aos pedidos de incorporação dos engenhos dos srs. Lindolfo Rodrigues Gomes, Antenor Lopes Soalheiro, Candido Martins e Manoel Lopes Soalheiro à Usina Jatiboca.

**Protesto** — E' aprovado o parecer da Secção Jurídica, opinando pela volta à Coletoria Federal competente do processo relativo ao protesto do sr. Antonio Silva Branco, contra a incorporação do seu engenho à Usina São Pedro, por não estar revestido o requerimento das formalidades legais.

#### 4.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 24 DE JANEIRO DE 1940

Presentes os srs. Barbosa Lima Sobrinho, Alberto de Andrade Queiroz, Otávio Milanez, J. I. Monteiro de Barros, Alvaro Simões Lopes, Tarcisio de Almeida Miranda e Alde Sampaio.

Presidência do sr. Barbosa Lima Sobrinho. São lidas e aprovadas as atas das sessões ordinárias de 16 e extraordinárias de 17 de janeiro último.

**Liberação de excessos** — O sr. Alde Sampaio propõe que só seja liberado o extra-limite da produção paulista proporcionalmente às parcelas que forem sendo embarcadas em Pernambuco para o exterior, afim de evitar um possível desequilíbrio nos mercados internos. Falando, a seguir, o sr. Monteiro de Barros declara que, ao contrario se impõe a liberação do extra-limite paulista, atendendo-se aos reclamos no sentido de urgente reabastecimento do interior daquele Estado. Só essa medida poderá favorecer o consumidor, impedindo a alta dos preços. Faz outras considerações em defesa desse ponto de vista, observando, inclusive, que a resolução anterior da Comissão sobre o assunto não subordinou a liberação dos excessos aos embarques, para o exterior, do açúcar pernambucano. Depois de se manifestarem sobre a questão os demais delegados, resolve a Casa que a liberação do extra-limite de São Paulo deve ser feita na mesma quantidade de cada lote em Pernambuco, não ficando, porém, a liberação sujeita ao embarque integral ou parcelado, daquele, para o estrangeiro.

— Considerando que se acham em pleno funcionamento as Usinas da Paraíba e que a liberação de extra-limite, para reajustamentos finais, somente poderá ser concedida ao termo da safra de cada Estado, resolve a Comissão, a proposito do requerimento da Usina Santana, daquele Estado, solicitando liberação do seu excesso na atual safra, que os produtores da Paraíba deverão aguardar a devida oportunidade para requerer a liberação dos respectivos excessos.

**Usina Pontal** — Lidas as informações da Secção de Fiscalização e os pareceres da Secção Jurídica sobre o assunto, e após largos debates, resolve a Comissão Executiva aceitar o pagamento das multas impostas à Usina Pontal, sita em Minas, por sonegação de taxas (13.472 sacos) nas condições propostas pelo atuado, isto é, pagamento em quatro promissórias no valor total de 175:136\$, cobrando-se a titulo de garantia do pa-

gamento dessas promissórias uma sobretaxa de 2\$, por sacco, sobre a produção daquela fabrica: considerar o açúcar apreendido (533 sacos) sujeito às sobretaxas e às condições fixadas para o açúcar extra-limite de Minas; e, para decisão final, do caso, requisitar ou pedir os processos, subordinando-os a parecer da Secção Jurídica, para lavratura dos respectivos autos de desistencia e encerramento dos processos.

**Distilaria Central do Estado do Rio** — E' autorizada a compra de um alternador para a Distilaria Central do Estado do Rio, pela importancia de 8:000\$, à vista das informações prestadas pela administração desse estabelecimento.

**Incorporação de quotas** — E' autorizada a incorporação das quotas (com redução de um terço) dos engenhos dos srs. Onofre Ignacio Valentim, Faustino Manoel Rabelo, José Antonio Garcia, José Dias Neto, Luiz Antonio Pereira, Manoel José Moreira e Tiburcio Joaquim Figueira Henrique, todos sítos em Minas, à Usina Pontal, uma vez cumpridas as exigencias legais.

— E' autorizada, tambem com a redução de um terço, e uma vez satisfeitas as exigencias legais, a incorporação da quota do Engenho Pinheiros, sítio em São Paulo, à Usina Itaquerê, no mesmo Estado.

— Com a redução de um terço, e uma vez cumpridas as exigencias legais, é autorizada a incorporação das quotas dos engenhos dos srs. Manoel Nascimento Pedrosa, Jamil Ribeiro de Sales, José Rodrigues Pereira, Candido Antonio de Souza Moreira, Josué Dornelas Filho, João Masquim, Augusto Gregorio e Joaquim Furtado Campos, à Usina Jatiboca, sita em Minas, como aquelas outras fabricas.

— São aprovados os pareceres da Secção Jurídica, contrários à incorporação das quotas dos engenhos dos srs. Antonio de Faria Salgado, Dionisio Oliveira Paubel, Albertina Ferreira de Souza, Augusto Anacleto Pralton, José Carlos de Oliveira, João de Souza Werneck, Antonio Ferreira dos Santos e Balduino Mendonça, à Usina Santa Maria, em virtude de terem os respectivos proprietários desistido dos pedidos.

— Pelo mesmo motivo, é negada a incorporação das quotas dos engenhos dos srs. José Alves de Souza, João de Paula Santos, João Manoel Martins, Irmãos Figueiredo, Conceição Justino Pereira, Antonio Ribeiro de Oliveira, Antonio José Filho, Americo Rodrigues de Paula e Meisés José Dias, à Usina Itaquerê.

#### 5.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 31 DE JANEIRO DE 1940

Presentes os srs. Barbosa Lima Sobrinho, Alberto de Andrade Queiroz, Otávio Milanez, José Inacio Monteiro de Barros, Alvaro Simões Lopes, Alde Sampaio, Tarcisio de Almeida Miranda.

Presidência do sr. Barbosa Lima Sobrinho. E' lida e aprovada a ata da sessão de vinte e quatro de janeiro.

**Liberação de extra-limite** — Depois de uma exposição feita pela Gerência, resolve a Comissão aprovar a liberação imediata dos 112.610 sacos de açúcar de produção extra-limite das Usinas de São Paulo, por conta da exportação de igual volume de açúcar intra-limite de Pernam



## A DEFESA DO BANGUÊ

Agamenon Magalhães.

O governo nacional, em recente decreto-lei, acaba de incluir o banguê no plano de defesa do açúcar. Vai ter o banguê o mesmo amparo que a usina, quer pela limitação da produção, quer pelo financiamento, quer pela garantia de preços. Os banguzeiros terão, ainda, um representante na Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, opinando e influenciando diretamente na defesa do açúcar de engenho.

Essa atitude do governo nacional, amparando o pequeno produtor, tem aspectos de ordem econômica e social que precisam ser considerados. Se a industrialização à grande e em série tem produzido maior riqueza, não ha negar que ela, pela concentração de capital-dinheiro, maquina, braços, terra, vem gerando problemas sociais os mais agudos. Um deles é resultante da absorção da pequena propriedade pela grande, da pequena e da média produção, que não resistem à concorrência da melhor e da maior produção da grande industria. Essa absorção, cada vez maior e mais extensa, vem acabando com uma classe, que era o equilibrio economico, a resistencia, um fator de distribuição da riqueza e do bem estar social.

Se o banguê teve a sua época e fez uma civilização no nordeste, ele e ainda um núcleo, é uma célula territorial tão forte que pode, na transformação da economia agrícola, ter outra função, se o governo assistiu-lo na crise de adaptação e de reforma dos valores. O banguê produzia tudo — desde os magnificos pomares até a casa de farinha. A economia do banguê sempre foi uma economia de consumo.

Se o banguzeiro, que tem amor à terra e sabe trabalhar como ninguém, tiver assistência e credito, que lhe permitam criar, em substituição progressiva da cana, outras culturas agrícolas, se ele tiver, como tem o usineiro, credito do Banco do Brasil, para a irrigação, para o adubo e a aquisição de instrumentos de agricultura mecânica, o engenho criará outra civilização.

Sempre me bati para que o banguê fosse incluído no plano de defesa do açúcar. Não pelo açúcar, mas pela transformação da riqueza do açúcar em outras riquezas.

Ao presidente Getulio Vargas fica a economia nordestina a dever mais esse assinado serviço.

bucu, e mediante o pagamento da sobre-taxa fixada em 14\$. Far-se-á a liberação proporcionalmente às quotas das usinas que participarem da operação. Resolve ainda que as usinas do Estado do Rio que espontaneamente desejarem contribuir com a mesma sc'e-taxa de 14\$, estabelecida para as usinas paulistas, poderão ser contempladas, nas futuras operações da natureza da presente, (liberação de extra-limite), em conjunto com as usinas de São Paulo.

**Incorporação de quota** — Tendo sido verificada a existencia de lavouras de cana na Usina Pindoba, arrendada à firma proprietária da Usina Santo Antonio, sita, como aquela, em Alagoas, é concedida, de acordo com o parecer da Gerência, a utilização da quota da primeira fabrica pela segunda, enquanto estiver em vigor o contrato de arrendamento referido.

### RACIONAMENTO DO AÇUCAR NA ITALIA E NA INGLATERRA

Desde o dia 1 de fevereiro, o açúcar passou a ser vendido na Italia mediante ficha de racionamento. A cada pessoa serão fornecidas quinhentas gramas de açúcar por mês. Depois do café, cuja venda foi radicalmente suspensa durante varios meses, o açúcar é o primeiro produto alimentício a ser racionado na Italia.

O governo britânico também iniciou o racionamento de generos alimentícios, inclusive o açúcar. Um telegrama de Londres, datado de 22 de janeiro, informava que o racionamento do açúcar foi também extendido aos fabricantes. Segundo anunciou o ministro da Alimentação, os fabricantes de drogas receberão 100 por cento das suas necessidades em tempo de paz; aos fabricantes de leite condensado, 75 por cento; aos de xaropes e chocolates, 70 por cento; aos fabricantes de pastas, biscoitos, doces, etc., 50 por cento; aos de aguas minerais e frutas conservadas, 25 por cento. Adianta o despacho que naquela data ainda não se tinha resolvido a percentagem que caberia aos cervejeiros.

## USINA SALGADO

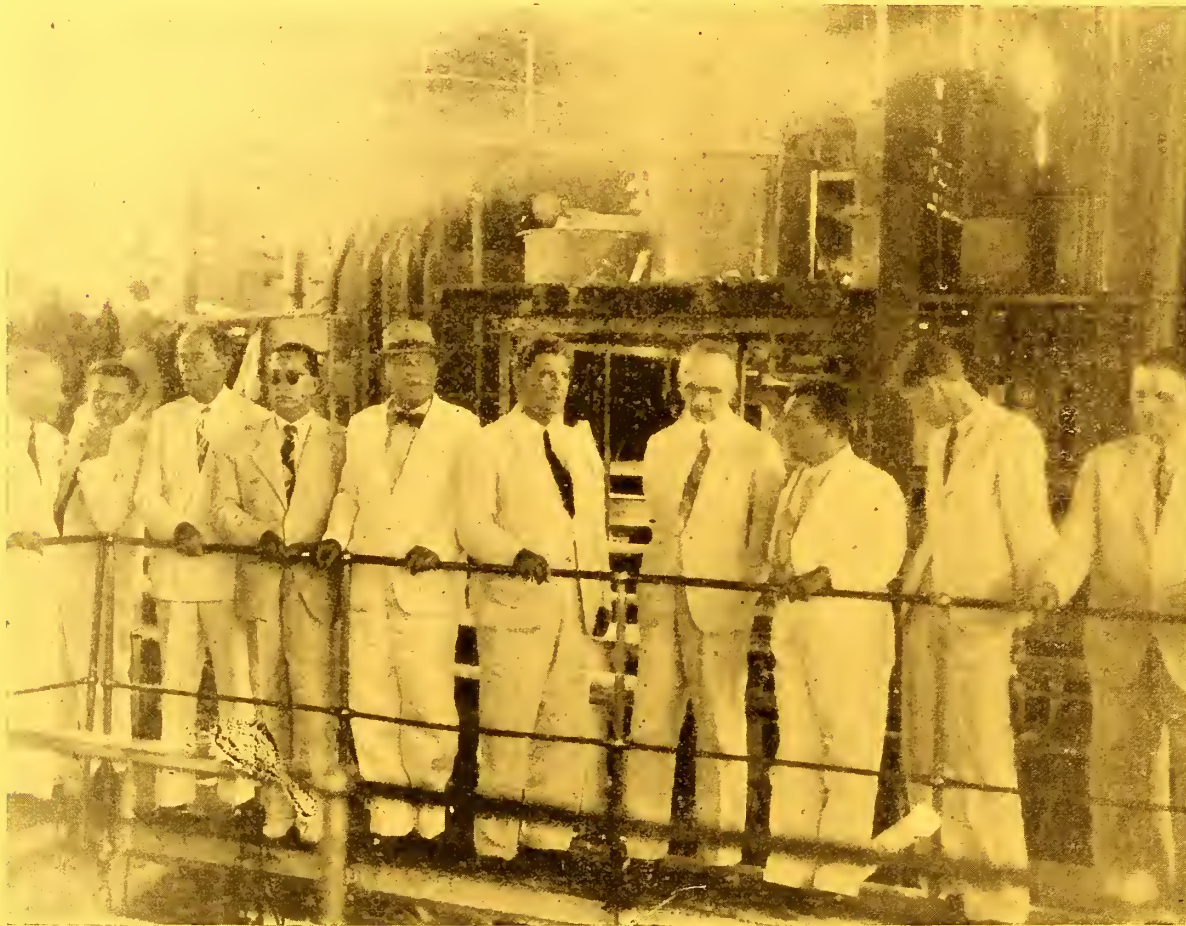
Por ocasião da visita efetuada pelo sr. Barbosa Lima Sobrinho à Usina Salgado, em Pernambuco, o dr. Joaquim Bandeira, saudando o presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, proferiu o seguinte discurso:

“Meu caro Barbosa Lima,

Era uma necessidade, que se impunha, a

favôr da indústria que têm o seu destino entregue à sua inteligência e capacidade administrativa, porém ainda não é tudo, muito esperamos de sua ação dinâmica.

Quando se discutia a transformação da defesa açucareira no atual Instituto do Açúcar e do Alcool, tive, em uma reunião no Ministério da Agricultura, perante o Ministro de então, de dizer que era preciso ter-se



Um aspecto da visita do presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool à Usina Salgado

visita que você está fazendo ao nosso Estado, para, de perto, conhecer a verdadeira situação da indústria açucareira de Pernambuco, cotejá-la, com a dos Estados do Sul e enfim julgar com o seu alto espírito de justiça, desfazendo erros onde encontrá-los.

Muito, muitíssimo você já têm feito a

em vista que a maquinária das Usinas de Açúcar constituía um capital Brasileiro, e, que os braços localizados na zona açucareira, habituados à cultura de cana, não podiam facilmente mudar de trabalho, portanto, não se devia tornar improdutivos capital e trabalho nacionais.



Compreendia a necessidade da limitação do açúcar, com equidade, já se vê de acôrdo com a exigência do consumo interno, mas, com alcool, não como sub-produto como era então considerado, porém, como produto, se devia transformar toda matéria prima produzida pelas regiões canavieiras do Brasil.

Para isso porém era necessário a equivalência de preço entre o açúcar e o alcool.

Sem isso, uma grande fábrica, que tenha tido o infortúnio de uma limitação reduzida, estaria condenada a para o ritmo de seu progresso, forçada por um ditame profundamente injusto.

Veiu-me na lembrança, e relatei então um episódio entre o meu saudoso pai e um agricultor do norte do Estado.

Quando o Capitão Barbosa Lima, governador de Pernambuco, empreendia resolver, com a sua visão de grande estadista, o problema açucareiro de Pernambuco, concedendo empréstimos para Usinas, o meu saudoso pai, repito, perguntou ao Major Neco de Palma, como era conhecido o Jajor Manuel Gaião, senhor do engenho Palma, no Município de Bom Jardim, proprietário de vários outros engenhos e apatacado, porque não

contava também uma Usina, obteve dele, naturalmente ditada pela sua observação de homem simples, porém ainda hoje verdadeira, a seguinte resposta: Não doutor, dizem que Usina é um bicho muito lambão e quando o dono não tem que comer para dar a ela, ela come o dono."

Em Pernambuco muitos proprietários tem sido vítimas das próprias Usinas e elas continuarão vorazes, se não houve uma visão que permita as empresas, darem as suas fábricas comida de acôrdo com suas guelas e estômagos.

Barbosa Lima: Sua inteligência e capacidade de observação, são sobejamente conhecidas, com a visita que você ora faz a Pernambuco, melho observará tudo e desta observação, justo como é, ha de corrigir erros involuntários de seus antecessores que necessitam ser reparados.

Agradecendo a honra que me concedeu com a sua presença a esta tenda de trabalho, que representa o esforço e a tenacidade de uma vida nordestina, bebo pela sua felicidade pessoal e pelo constante acêrto de sua fecunda administração à frente dos destinos da agricultura e indústria açucareira do Brasil."

## PRODUÇÃO DE AÇUCAR DA USINA SALGADO

1934/35	1935/36	1936/37	1937/38	1938/39	1939/40
185.729	153.325	77.124	82.463	133.143	160.000 (Estimativa)

### BORRACHA SINTETICA À BASE DE AÇUCAR

A firma suíça Hevepar conseguiu tirar patente do sistema Kleiber para obtenção de borracha sintetica, partindo de açúcar e terebentina. Afirmase que a borracha assim conseguida possui as mesmas propriedades que a natural.

Como matéria prima para este processo pôde-se empregar tanto o açúcar da cana quanto o de beterraba, ou ainda um produto qualquer que contenha açúcar.

Em primeiro lugar, trata-se a matéria prima com ácido nítrico e ácido clorídrico, durante cerca de dezoito horas; depois, junta-se terebentina e agita-se a massa até tornar-se densa. Chega-se, assim, a um composto complexo de propriedades gomosas.

Os ácidos são neutralizados com soda caustica e a massa é, depois, lavada e enxuta. O resultado final representa de 78 a 83 % da matéria empregada e o produto — afirmam — é vulcanizavel.

O professor Priestly, da Universidade de Sidney, condenava o hábito dos jogadores de "foot-ball", de chupar limões durante os intervalos do jogo. O que o jogador cansado precisa é de alguma coisa que reponha as energias perdidas sem perturbar o sistema nervoso e para esse fim indicava o uso do café com muito açúcar. — Dr. Adrião Caminha Filho.

# INDUSTRIAS LUIS DUBEUX S. A.

## USINA UNIÃO E INDUSTRIA — REFINARIA BOMFIM

### A Usina

A Usina União e Industria, situada no município de Escada, Estado de Pernambuco, dispõe de moderna e eficiente maquinaria, que a habilita, durante a safra, a uma produção diária de 2.200 sacos. Cuidada com o maior desvelo e carinho, o seu funcionamento, através da safra, garante o máximo de rendimento pela entrosagem de todos os serviços, compreendidos desde os campos de cultura até o beneficiamento e a venda dos produtos.

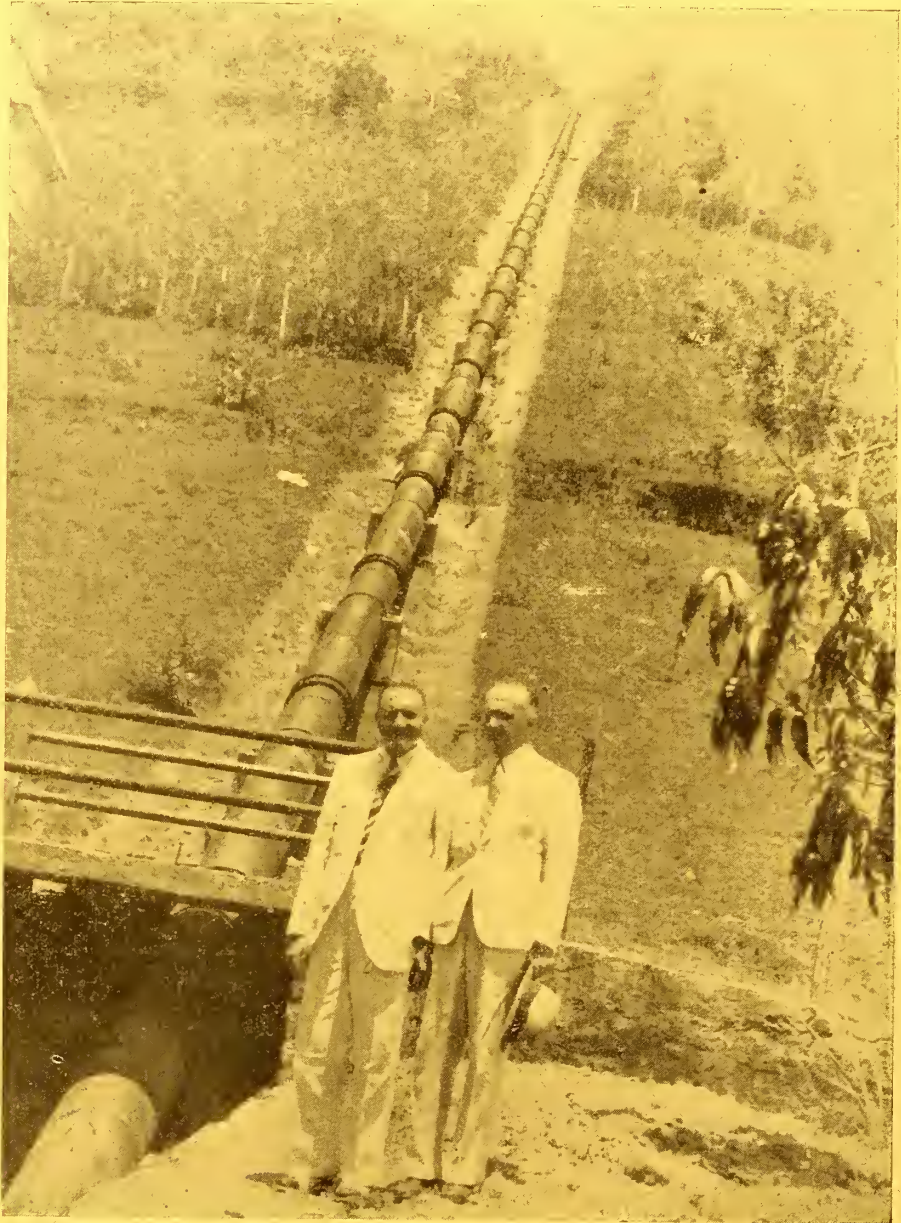
### Campos de irrigação

E' grande a atividade da Usina União e Indústria nos seus campos de cultura. O critério no amanho da terra e na seleção das sementes vai satisfazendo inteiramente às exigências da irrigação. Esta é feita pelo método moderno: oito grandes açudes a realizam com a mais absoluta eficiência.

### Distilaria

A distilaria de álcool, que funciona anêxa à usina, continúa a dar os melhores resultados industriais e comerciais. O famoso álcool "UNIÃO", servido diretamente aos consumidores como carburante álcool-motor, por meio de numerosas

bombas instaladas no Recife, é o mesmo álcool puro UNIÃO, reservado para os dife-



Fotografia tirada por ocasião da visita do sr. Barbosa Lima Sobrinho à Indústrias Luiz Dubeux S/A., vendo-se s.s., com o sr. Luiz Dubeux Junior, junto à estação Central Hidro-elétrica "Mariquita".

rentes mercados de consumo do país, com a mais viva aceitação.



## A Refinaria Bomfim

A Refinaria Bomfim, que tem capacidade para beneficiar cerca de 350.000 sacos de açúcar por safra, continúa a impôr, com o mais franco sucesso, as marcas registradas, BOMFIM, RADIOSO, PRIMOROSO e PER-NAMBUCANO, as quais, cada dia e cada vez mais, merecem a preferência da freguezia de todo o país, pelo esmero e garantia da qualidade.

## Ferro-via

Dispõe a Usina União e Indústria de uma estrada de ferro com 125 quilômetros de extensão. É essa uma secção das mais onerosas, acrescentando a circunstância de ter a usina a seu cargo, sem a mínima subvenção do Estado e do País, os serviços de passageiros e de carga entre Frexeiras e Amaragi.

## Fábrica de Amido

A usina acaba de inaugurar uma excelente e moderna fábrica de amido, para exploração da raiz de mandioca, cultivada em grande escala, nas terras de sua propriedade.

## Assistência social e espiritual

A usina mantém diversas escolas para os filhos de seu operariado, custeando todas as despesas, inclusive as de vestiário. Este ano, para melhor servir aos seus operários, foi criada a "dispensa operária" que adquire na praça do Recife os generos alimentícios necessários, que são entregues para consumo acrescidos apenas de ligeira percentagem para cobrir as despesas de distribuição.

A usina mantém ainda um Centro Beneficente Recreativo, o qual vem prestando bons serviços aos seus associados. Terminada a construção, foi sagrada pelo Revmo. Monsenhor Ambrosino Leite, Vigário geral, a Igreja da Usina, de boa arquitetura e dimensões regulares, celebrando-se duas missas por semana.

Além do seguro contra acidentes de trabalho, estabelecido por lei e das contribuições para a Caixa de Pensões, mantém a usina diversos auxílios a inúmeras famílias de operários, devendo ser inaugurado este ano um pequeno hospital com sala de operações e seis leitos. Os serviços de médico e de far-

macêutico sempre estiveram a cargo da usina.

## Força Hidro-Elétrica

Dispõe a usina de duas estações hidro-elétricas, a saber: "Mariquita", com capacidade para 1.000 H.P. e "Pé de Serra", esta, de menores possibilidades. As duas centrais em aprêço reduzem ao mínimo o consumo de lenha, contribuindo valiosamente para a solução do grande problema nacional de combustível.

---



---

### "FRANKFURTER ZEITUNG UND HANDELSBLATT"

Temos recebido ultimamente, com regularidade, alguns numeros do "Frankfurter Zeitung und Handelsblatt", excelente periodico que se edita na cidade de Frankfort, Alemanha. Trata-se de um jornal à feição dos que se mantêm na vanguarda do periodismo germanico, o que quer dizer que tanto seu feitio material como a materia redacional constituem uma reafirmação do alto indice de progresso a que atingiu a imprensa daquele país. O periodico contem ainda um suplemento sobre assuntos de literatura, historia e arte.

## Telas de Latão "LIEBERMANN"

para Turbinas de Açúcar

Executa-se qualquer pedido deste artigo, SIMPLES, DUPLA ou TRIPLA, em arame de FERRO, COBRE ou LATÃO mediante amostra.

### Pedidos á

Fábrica de Telas e Tecidos de Arame Ltda.

### Escritorio :

R. Libero Badaró, 306 - 5º and.  
Sala 3 - Telefone 2-2790  
Caixa Postal 1720

São Paulo Brasil

## USINA SANTA TEREZINHA

UM EMPREENDIMENTO NOTÁVEL; A FERROVIA SANTA TEREZINHA - PALMARES,  
NO ESTADO DE PERNAMBUCO

A Estrada de Ferro da Usina Santa Terezinha a Palmares é uma obra notável, são 23 quilômetros de estrada com um movimento de terra aproximadamente de um milhão de metros cúbicos. São inúmeros os grandes cortes, aterros e obras de arte, destacando-se entre os vários serviços um tunel de 120 metros de comprimento, todo revestido de Multi Plate Steel, da Armco Internacional Corporation, conceituados fabricantes norte-americanos. Esse tunel tem um gabarito de 4,30 metros de largura por 5 metros de altura. Também é outra obra de vulto a ponte de cimento armado sobre o Rio Una, em Palmares, com um vão de 60 m.

A referida Estrada de Ferro corta vales: o do Rio Jacuípe, Rio Piragibesinho e o do Rio Una, e daí ser das mais acidentadas e custosas a sua construção.

A Usina Santa Terezinha foi a pioneira na construção de uma Estrada de Ferro que ligasse o porto de Tamandaré à cidade de Sertãozinho, idealizada pelo Governo Imperial do Brasil, conforme decreto n. 10.123, de 15 de Novembro de 1888.

Com a fundação da Usina Santa Terezinha no fértil vale do Rio Jacuípe, veio a necessidade urgente de uma Estrada de Ferro que transportasse as suas safras. Assim, o seu Diretor, sr. José Pessoa de Queiroz, entrou em entendimentos e contratou com o proprietário da Usina Catende S.A., sr. Costa Azevedo, a construção de 8 quilômetros de

Estrada de Ferro para ligar as suas linhas férreas à linha férrea da Usina Santa Terezinha. Ao mesmo tempo a Usina Santa Terezinha, contratava com o dr. Estácio Coimbra, a construção de mais 8 quilômetros de



Vê-se nesta fotografia o presidente do I.A.A., em companhia de diretores da Usina Santa Terezinha e outras pessoas, em uma garganta atravessada por um corte de 25 metros de altura, na nova ferrovia de 23 kms. que ligará a Usina à cidade de Palmares.

Estrada de Ferro e também uma Ponte sobre o Rio Jacuípe, em terras da Usina Central Barreiros, para assim ficarem ligadas as linhas férreas das 3 Usinas. Enquanto isto se fazia a Usina Central Barreiros, por força dos entendimentos havidos, construiu 14 quilômetros de linha férrea ligando a sua fábrica ao porto de mar Gravatá.

Estava assim realizado, por particularres, o que não foi possível ser realizado pelo Governo da Monarquia.

A Usina Santa Terezinha além de ligar, por Estrada de Ferro, a cidade de Sertãozinho que dista do litoral 98 quilômetros, li-



gou também com suas linhas férreas a cidade de Leopoldina, no Estado de Alagoas ao porto de mar, de onde dista 95 quilômetros. E deste modo ligou o Norte de Alagoas ao Sul de Pernambuco, tornando aqueles centros, que eram inúteis, em centros produtores, por meio do fácil transporte que a Usina lhes proporcionou.

Ainda mais. A Usina Santa Terezinha esta ligando, pela Estrada de Ferro que está construindo, todas as suas linhas à Great Western. Desse modo aquellas cidades terão ligação directa por Estrada de Ferro à cidade de Palmares, ponto de junção das linhas férreas da Usina às de Great Wertern, o que quer dizer, ligará, o Norte de Alagoas e o Sul de Pernambuco ao Porto de Recife.

José Pessoa de Queiroz realizou mais do que pretendia realizar o Governo da Monarchia construindo simplesmente uma Estrada de Ferro ligando o Porto de Mar à cidade de Sertãozinho. Fundou ainda o grande centro Agro-Industrial que é a Usina Santa Terezinha que produz 20 mil contos de açúcar, alcool e adubos, produtos com os fretes a que estão sujeitos, dão estabilidade às Estradas de Ferro, e tornando aquellas terras que antes nada produziam, em uma das mais ricas zonas do Estado.

## GEOGRAFIA ECONOMICA E SOCIAL DA CANA DE AÇUCAR NO BRASIL

A proposito do seu livro "Geografia Economica e Social da Cana de Açúcar no Brasil", o sr. Gileno Dé Carli recebeu do sociologo norte-americano Rüdiger Bilden a seguinte carta:

"New York, 29 de Janeiro de 1940.

Meu caro dr. Gileno Dé Carli:

Apresento-lhe as minhas sinceras desculpas por não ter acusado mais cedo a remessa da sua interessante monografia "Geografia Economica e Social da Cana de Açúcar no Brasil". Uma doença persistente impediu-me de cumprir esse agradável dever.

Estou realmente encantado em possuir o seu valioso estudo. Vi-o em mãos de Gilberto Freyre no verão passado e logo exprimi o meu grande desejo de ter um exemplar, pois o seu trabalho é de maior interesse para os meus estudos sobre a história economica e social do Brasil, especialmente em relação à escravidão. De fato, o seu livro contém muitas informações de valor inestimável para mim nêsse particular. Agradeço sinceramente a sua gentileza.

Sinceramente seu

(a.) — Rüdiger Bilden."

# LEEDS & NORTHRUP

FILADELFIA — U. S.

Fabricantes dos afamados aparelhos:

MICROMAX para a indicação, registro e controle automatico do pH.,  
aparelho indispensavel na industria açucareira moderna.

POTENCIOMETRO para a determinação da cinza no açúcar.

Peçam informações aos agentes exclusivos para o Brasil

## Empresa Comercial Importadora Limitada

Rua Araujo Porto Alegre, 70 - 8º andar - salas 801/806  
Teles. 42-9460 e 42-9649

# Distilaria dos Produtores de Pernambuco " D. P. P. "

E' o carburante do Nordeste  
PELA ECONOMIA!  
PELA SEGURANÇA!  
PELA EFICIENCIA!

Ajuste o carburador do seu carro e encha o tanque de "D. P. P."

-- Dará, com isso, uma prova de solidariedade na luta pela reconstrução econômica do Nordeste.

À venda em todos os postos de automoveis da Cidade



"Stand" da Distilaria dos Produtores de Pernambuco no pavilhão "Ambiente Açucareiro", durante a Exposição Nacional de Pernambuco



# USINA CATENDE

REPRODUÇÃO, EM CIFRAS, DOS GRAFICOS APRESENTADOS PELA USINA CATENDE S/A NO SEU "STAND" INSTALADO NO "AMBIENTE AÇUCAREIRO" DA EXPOSIÇÃO NACIONAL DE PERNAMBUCO



Estes escoteiros — menores abandonados — recebem instrução escolar e profissional em estabelecimento mantido pela Usina Catende.

DISCRIMINAÇÃO	1934/35	1935/36	1936/37	1937/38	1938/39	Estimativa 1939/40
Açúcar — sacos, . . . . .	371.637	358.678	157.110	308.645	331.385	450.600
Alcool inhidro — litros, . . . . .	2.337.045	2.096.837	1.268.968	2.697.602	5.251.172	6.500.600
Adubo — quilos, . . . . .	—	—	—	2.655.000	3.931.270	4.500.000
Canas Usina, . . . . .	153.974.670	202.086.080	74.808.440	150.161.010	251.059.250	(1938. 260.000)
Ordenados e salarios — Rs, . . . . .	3.946.117\$889	5.361.916\$120	5.175.602\$910	6.602.021\$930	8.142.071\$920	
Gratificações, . . . . .	313.266\$740	336.860\$060	331.017\$100	228.641\$220	309.320\$500	
Impostos federais, estaduais e mu- nicipais, . . . . .	1.978.442\$630	1.705.489\$760	1.369.218\$550	2.001.076\$040	2.003.520\$960	
Assistencia Social, . . . . .	158.231\$860	237.112\$930	243.902\$180	875.396\$030	876.170\$500	
Taxa de defesa da produção, . . . . .	1.118.511\$000	832.728\$000	471.325\$000	925.935\$000	1.305.142\$000	
Escolas primarias (16 c/18 cadeiras)						
Matrícula, . . . . .	724	846	976	1.141	1.250	

# USINA "CENTRAL BARREIROS"

FUNDADA POR ESTACIO COIMBRA

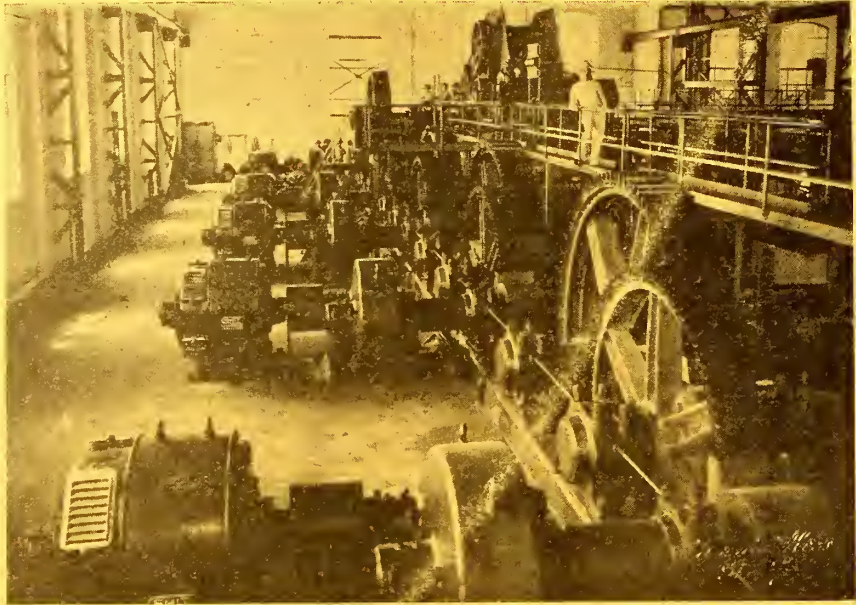
FÁBRICA DE AÇÚCAR :

Capacidade média verificada pelo I. A. A. — 1.594 toneladas de cana em 24 horas

FÁBRICA DE ALCOOL ANÍDRO :

Capacidade em 24 horas — 40.000 litros.

BARREIROS — PERNAMBUCO



Moenda toda eletrificada, comandada por 5 motores de 150 HP. 14 rolos de 32" x 66"



"Stand" da Usina, no pavilhão "Ambiente Açúcareiro",  
Exposição Nacional de Pernambuco



# PRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO, CONSUMO, ESTOQUES E PREÇOS

Secção de Estatística — I.A.A.

## TOTAL DOS TIPOS DE AÇÚCARES DE USINAS

Unidade: Sacas de 60 quilos

Safra de 1939-1940, em confronto com as anteriores

Fevereiro

P E R Í O D O	Estoque inicial	Produção	Importação	Exportação	Consumo	Estoque final	Preço m/ no		
							Cristal sacos 60 ks.	Refinado p/ quilo	
Fevereiro de 1940	4.368.209	1.302.123	0	252.916	1.195.113	4.222.303	N/	18100	
Fevereiro de 1939	3.574.005	968.143	0	220	1.123.901	3.418.030	588500	18100	
Fevereiro de 1938	4.027.613	529.903	0	106	836.415	3.720.995	568500	18100	
Fevereiro de 1937	3.656.648	110.619	0	96	439.395	3.277.776	N/	18100	
<b>JUNHO/FEVEREIRO</b>									
1939/40	1.490.848	12.432.161	0	426.408	9.274.298	4.222.303	—	—	
1938/39	1.589.395	11.548.727	0	654.400	9.065.692	3.418.030	—	—	
1937/38	1.681.811	10.611.213	0	1.502	8.570.527	3.720.995	—	—	
1936/37	1.771.399	9.427.428	0	65.364	7.855.687	3.277.776	—	—	

# PRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO, CONSUMO E ESTOQUES

## TOTAL DE TODOS OS TIPOS DE AÇÚCAR DE USINAS E ENGENHOS

P E R Í O D O	Estoque inicial	Produção	Importação	Exportação	Consumo	Estoque final
Fevereiro de 1940	4.483.896	1.612.801	0	252.966	1.508.635	4.335.096
Fevereiro de 1939	3.679.217	1.453.506	0	520	1.369.781	3.562.422
Fevereiro de 1938	4.141.214	837.136	0	906	1.135.798	3.841.646
Fevereiro de 1937	3.807.541	179.959	0	96	580.530	3.406.874
<b>JUNHO/FEVEREIRO</b>						
1939/40	1.600.537	17.380.246	0	449.186	14.196.501	4.335.096
1938/39	1.628.851	16.867.598	0	657.266	14.276.761	3.562.422
1937/38	1.784.335	16.356.005	0	4.302	14.274.392	3.841.646
1936/37	1.926.412	14.691.710	0	67.364	12.143.284	3.406.874

NOTA: — Consumo — refere-se a saídas para consumo.

Preços — referem-se ao ultimo dia do mês.

Refinado — refere-se ao genero de 1.<sup>a</sup> qualidade no varejo.

# PRODUÇÃO TOTAL DE AÇUCAR

(Usinas e Engenhos)

MOVIMENTO DA SAFRA DE 1939/40

(POSIÇÃO EM 29 DE FEVEREIRO)

Instituto do Açúcar e do Alcool

Seção de Estatística

ESTADOS	A C U C A R				Total das Usinas e Engenhos	ALCOOL (Litros)
	Produção autorizada	(Em sacos de 60 quilos)				
		Estimativa	Total Usinas	A R		
Acre . . . . .	7.738	10.000	—	—	8.674	—
Amazonas . . . . .	8.384	8.000	—	—	6.942	—
Pará . . . . .	27.478	38.500	7.455	—	51.955	29.458
Maranhão . . . . .	49.696	60.000	5.508	—	51.908	—
Piauí . . . . .	42.311	42.600	1.700	—	40.400	—
Ceará . . . . .	319.397	315.000	10.510	—	339.425	—
Rio G. do Norte . . . . .	149.189	146.000	47.585	—	156.694	58.140
Paraíba . . . . .	486.265	477.000	295.689	—	544.302	543.000
Pernambuco . . . . .	5.367.887	5.700.000	4.087.738	—	4.570.933	12.313.950
Alagôas . . . . .	1.958.067	2.250.000	1.397.375	—	1.765.756	4.629.864
Sergipe . . . . .	791.721	820.000	654.670	—	696.823	128.382
Baía . . . . .	1.044.554	1.140.000	653.598	—	999.418	—
Espirito Santo . . . . .	81.226	125.000	40.579	—	120.006	208.360
Rio de Janeiro . . . . .	2.114.227	2.110.000	2.307.314	—	2.426.046	19.492.164
Distrito Federal . . . . .	—	—	—	—	—	—
São Paulo . . . . .	2.290.943	2.650.000	2.464.049	—	2.812.024	26.036.525
Paraná . . . . .	10.942	12.000	—	—	14.836	—
Santa Catarina . . . . .	336.220	323.000	49.391	—	317.918	409.407
Rio G. do Sul . . . . .	13.635	30.000	—	—	35.720	—
Minas Gerais . . . . .	1.927.844	2.411.000	382.820	—	2.265.074	2.108.654
Goiaás . . . . .	88.776	135.000	1.047	—	123.547	—
Mato Grosso . . . . .	33.655	35.000	25.133	—	31.845	20.908
<b>TOTAIS</b> . . . . .	<b>17.150.155</b>	<b>18.838.100</b>	<b>12.432.161</b>	<b>—</b>	<b>17.380.246</b>	<b>65.978.812</b>



# ESTOQUES DE AÇUCAR NOS ESTADOS

Secção de Estatística — I. A. A.

Ano de 1940

ESTOQUES DE AÇUCAR NOS ESTADOS

Unidade : Sacas de 60 quilos

Estações — Açúcar

Posição em 29 de Fevereiro

E S T A D O S	Gran-fina	Cristal	Demerara	Simples	Mascavo	Bruto	TOTAL	Total discriminado por localidade	
								Usinas	Interior dos Estados
Rio G. do Norte	—	11.985	—	—	—	—	11.985	11.985	—
Paraíba	—	107.458	—	—	—	1.156	108.644	76.083	22.958
Pernambuco	80.235	1.749.585	38.511	—	7.437	41.160	1.916.923	1.804.615	—
Alagoas	14.058	61.896	164.462	—	191	43.088	283.695	238.502	45.193
Sergipe	—	381.024	20.830	—	19.398	—	421.252	295.854	45.530
Baía	—	244.539	—	—	—	804	245.343	177.102	68.241
Rio de Janeiro	—	389.327	—	—	200	—	389.527	2.435	—
D. Federal	—	31.275	1.130	—	2.071	—	34.476	34.476	—
São Paulo	—	773.776	—	33.165	2.965	26.555	836.461	200.750	16.872
Minas Gerais	—	66.877	1.836	—	4.554	—	73.267	7.964	—
Demais Estados	—	13.518	—	—	—	—	13.518	—	—
<b>TOTAL</b>	<b>94.293</b>	<b>3.831.260</b>	<b>226.769</b>	<b>33.165</b>	<b>35.816</b>	<b>112.793</b>	<b>4.335.096</b>	<b>2.771.301</b>	<b>119.698</b>

Nota: Disponível na praça de Recife . . . 664.973

## TOTAIS POR ESTADOS

EM IDENTICOS PERIODOS

E S T A D O S	EM IDENTICOS PERIODOS	
	1938	1939
Rio G. do Norte	4.625	4.132
Paraíba	42.747	41.238
Pernambuco	1.404.871	1.819.387
Alagoas	252.322	228.084
Sergipe	313.951	295.584
Baía	212.434	181.355
Rio de Janeiro	671.993	231.748
D. Federal	38.508	112.435
São Paulo	812.699	597.773
Minas Gerais	85.723	49.352
Goiás	1.773	1.334
Demais Estados	—	—
<b>TOTAL</b>	<b>3.841.646</b>	<b>3.562.422</b>

# COTAÇÕES

DURANTE O MÊS DE FEVEREIRO

Instituto do Açúcar e do Alcool

Seção de Estatística

	1 9 3 9			1 9 4 0		
	Cristal	Demerara	Bruto	Cristal	Demerara	Bruto
<b>P R A Ç A S</b>						
João Pessoa . . . . .	46\$000 — 47\$000	—	24\$000 — 26\$000	51\$000 — 51\$000	—	27\$000 — 27\$000
Recife . . . . .	43\$000 — 43\$000	33\$200 — 33\$200	20\$000 — 21\$200	48\$000 — 48\$000	37\$200 — 37\$200	22\$000 — 24\$800
Maceió . . . . .	42\$000 — 42\$000	36\$000 — 36\$000	18\$000 — 22\$000	47\$000 — 47\$000	41\$000 — 41\$000	19\$200 — 23\$200
Aracajú . . . . .	36\$000 — 38\$500	—	16\$000 — 16\$000	42\$000 — 45\$000	—	18\$000 — 18\$000
Salvador . . . . .	44\$000 — 50\$000	—	22\$000 — 22\$000	54\$000 — 54\$000	—	39\$000 — 39\$000
Campos . . . . .	55\$000 — 57\$000	—	—	51\$500 — 58\$500	—	—
D. Federal . . . . .	57\$000 — 60\$000	52\$000 — 54\$000	37\$000 — 39\$000	N/	50\$000 — 51\$000	37\$000 — 39\$000
São Paulo . . . . .	58\$000 — 59\$000	—	35\$000 — 38\$000	64\$000 — 65\$000	—	40\$000 — 41\$000
Belo Horizonte . . . . .	65\$000 — 65\$000	—	—	65\$000 — 67\$000	—	—
<b>MÉDIAS MENSAIS</b>						
João Pessoa . . . . .	46\$000	—	24\$545	51\$000	—	27\$000
Recife . . . . .	43\$000	33\$200	20\$400	48\$000	37\$200	23\$400
Maceió . . . . .	42\$000	36\$000	20\$000	47\$000	41\$000	21\$200
Aracajú . . . . .	37\$772	—	16\$000	41\$480	—	18\$000
Salvador . . . . .	43\$727	—	22\$000	54\$000	—	39\$000
Campos . . . . .	55\$500	—	—	54\$952	—	—
D. Federal . . . . .	58\$500	53\$000	38\$071	N/	50\$500	38\$000
São Paulo . . . . .	58\$500	—	36\$600	64\$500	—	40\$500
Belo Horizonte . . . . .	65\$000	—	—	66\$000	—	—

**ANTONIO GUIA DE CERQUEIRA**  
Chefe da Seção de Estatística



# A INDÚSTRIA AÇUCAREIRA NAS ANTILHAS

A. Dartois.

(Continuação)

## FABRICAÇÃO

A Martinica fabrica açúcar branco, Porto Rico, Cuba e Trindade, açúcar demerara.

A extração do caldo se faz geralmente por moedura e expremedura. Segundo a potência das usinas, as moendas compreendem desfibrador e três ou quatro jogos de cilindros. Na Martinica o desfibrador é quasi sempre do tipo Krajewski com grossos dentes muito salientes, picando bem a cana, mas dando muito caldo e extravasando às vezes, ao passo que nas outras ilhas se emprega geralmente o tipo Fulton, cuja ação é menos brutal. E' preciso igualmente assinalar o emprego corrente na Trindade, Porto Rico e Cuba dos cortadores de cana "Revolving knives", que precedem o desfibrador e que dividem os troncos em pequenos pedaços, facilitando assim a ação do desfibrador e permitindo aumentar a produção do engenho numa sensível proporção. Encontram-se por vezes dois cortadores sucessivos. Esses aparelhos são constituídos por uma série de laminas cortantes, montadas sobre um eixo horizontal, e rodando a uma velocidade de cerca de 600 voltas por minuto. São colocados por cima do transportador, de tal sorte que as extremidades das laminas passam a uma distancia de 3 a 5 centímetros do batedor. Algumas usinas martiniquenses adotaram também esses aparelhos; uma delas suprimiu o desfibrador, de modo que a cana passa diretamente do "corta-cana" ao primeiro jogo de cilindros. Essa disposição é excepcional, porque o trabalho do "corta-canas" não é o mesmo do desfibrador, perdendo-se uma parte das vantagens que se pôde obter daquela.

Nenhuma das usinas francesas se utiliza dos despedaçadores ou "shredders". Os "shredders" são de tipos diversos. São geralmente colocados após a navalha de cana e cortam as canas em pedaços muito finos. A sua utilidade não parece tão incontestável como a das navalhas de cana, mas encontram-se às vezes (raramente) nas usinas das outras ilhas. Em Porto Rico, electrico-magnetos são por vezes montados sobre o batedor que acompanha o desfibrador, para deter a pas-

sagem dos corpos metálicos. Ainda em Porto Rico (que, seja dito de passagem, possui certamente as mais modernas usinas das Antilhas), algumas instalaram um nivelador, constituído por um tambor munido de bicos, montados na parte superior do elevador, em cima do batedor, girando no mesmo sentido que esse último. O seu papel é evitar que as canas se apresentem em grossos feixes aos cortadores ou aos desfibradores e rejeitar uma parte para baixo do elevador. Do mesmo modo, sobre os transformadores intermediários, rolos de madeira, em grossas colunas longitudinais, rodam em sentido inverso dos transformadores, nivelando o leite do bagaço e tornando a embebição mais regular.

Essa última é sempre metódica, isto é, pulveriza-se quer agua quente, quer, em algumas usinas de Martinica e de Porto Rico, agua fria no bagaço, ao entrar no último jogo de cilindros, e o caldo diluído uma vez recolhido é posto sobre o mesmo bagaço, ao entrar no jogo precedente, de modo a obter-se, no fim de tudo, um caldo suficientemente concentrado. As moendas são comandadas por máquina de piston horizontal, tipo Carliss. Às vezes, ha uma máquina para o desfibrador e o primeiro jogo de rolos e uma segunda para os jogos seguintes. O comando por motores electricos não é quasi utilizado.

Algumas fábricas americanas examinam o suco da cana nos basculos automáticos, o que as satisfaz plenamente, porque assegura um contróle mais exato que a simples medição.

De resultados de laboratórios que nos foram comunicados podemos deduzir as seguintes cifras :

	Martinica (8 usinas)	Trindade (8 usinas)	Porto Rico (7 usinas)	Cuba (1 usina)
Açúcar % canas. . . . .	12,1	12,9	13,2	15,5
Fibras % canas. . . . .	14,2	13,3	14,1	17,2
Embebição. . . . .	30,0	22,5	26,2	10,1
Extração. . . . .	93,75	91,5	92,4	94,4
Bagaço % canas. . . . .	2,2	29,0	28,4	24,0
Açúcar % bagaço. . . . .	2,8	3,8	2,9	3,2
Fibras % bagaço. . . . .	52,2	44,9	49,6	75,0
Açúcar do bagaço % de cana. . . . .	0,76	1,10	0,82	0,77

Vê-se que a extração mais elevada é obtida na usina de Cuba, e isso apesar de uma fraca embebição e das canas muito fibrosas, mas a moenda dessa usina é equipada com um cortador de cana, dois desfibradores e cinco jogos de cilindros. Póde assim proceder a uma expremedura muito intensa, que se traduz por um teor em água de bagaço excepcionalmente fraco. Deixemos, pois, êsse caso fóra da série, pois não representa, evidentemente, o trabalho das usinas cubanas, no seu conjunto.

Dentre as outras ilhas, é a Martinica que obtém os melhores resultados, do ponto de vista da extração, mas isso graças a uma forte embebição. De um modo geral, os aparelhos de evaporação ali são lorgamente calculados e permitem não haver preocupação quanto à diluição dos caldos. Como os geradores têm sido modernizados a maior parte, no curso destes últimos anos, a bagaceira basta à sua alimentação.

E' difícil comparar os resultados entre as usinas, do ponto de vista da extração, com os sem cortadores de canas, não sendo as mesmas as diluições e sendo as canas mais ou menos ricas e mais ou menos fibrosas. Com diluição análoga e moendas tendo o mesmo numero de cilindros, as diferenças de extração parecem ser da ordem de 1,5%.

O processo de depuração é evidentemente na Martinica, que fabrica açúcar branco, e nas outras ilhas, que fazem açúcar demerara.

No primeiro caso, os caldos misturados, ao saírem das moendas, são sulfatados a frio nos aparelhos contínuos, (**Quavez** ou colunas verticais), "à chicanes" (1) nas quais o caldo e o gaz circulam à contra-corrente, provindo o anhidrido sulfuroso dos fornos de enxofre), até que o PH tenha sido reduzido a cerca de 4. Em seguida, são enviadas a cubas de agitação mecânica (por vezes munidas de helico-agitadores) e adicionadas de leite de cal, ficando assim o PH do caldo misturado com cal elevado às imediações de 6,8 a 7. O contróle se faz por meio de indicadores coloridos (comparador Hellige). Os caldos sofrem então um requeamento a 80-85° e são enviados aos decantadores, onde são aquecidos a 95° e submetidos mêsmo, por vezes a uma curta ferverdura. A decantação é descontínua. Os caldos claros são, às vezes, filtrados em Philippe, mas a maioria das usinas se contenta em fazê-las passar em peneiras vibrantes, munidas de têlas de bronze com malhas muito finas (cerca de 200 por polegada

linear), porque as têlas de filtros mecânicos se obstruem rapidamente. As fezes são filtradas em filtros-prensa e não são lavados. Quando muito, dilue-se uma parte com água para terminar a filtração. Os caldos filtrados têm um pH um pouco superior (0,1 a 0,21) aos caldos decantados, mas a mistura conserva uma reação ligeiramente ácida.

Excepcionalmente, o método de depuração é modificado da maneira seguinte: mistura de cal com o caldo a frio (pH = 7,5). Requeamento a 90—95°, decantação, peneiração do caldo claro e filtração da borra, evaporação, sulfitação do xarope até pH = 6,5 aproximadamente. A concentração do caldo em meio alcalino não é, entretanto, de recomendar, e a sulfitação do xarope é menos eficaz que a do caldo.

Em Trindade, Porto Rico e Cuba, o caldo é misturado com cal até um pH variando entre 7,2 e 8,5, segundo as usinas, sendo a alcalinidade final, geralmente, menos elevada em Porto Rico que em Cuba e Trindade. Essa mistura de cal se faz nas dornas medidoras, ou nas caieiras com agitadores ordinarios, se bem a agitação mecânica seja substituída por uma mistura de líquidos ao ar comprimido. A oxidação consequente a essa injeção de ar deve aumentar a coloração dos caldos, mas como se faz açúcar mascavado isso não altera o resultado. Muito frequentemente, sôbretudo em Porto Rico, a adição do leite de cal se faz diretamente no rego de evacuação da moenda. O leite de cal é misturado por meio de rodas com copinhos e a medição ou pesada do caldo se faz então com os caldos depurados. Esse método supõe evidentemente uma saída regular da moenda. Não é sempre o que acontece. Em Porto Rico e em Cuba, começa-se a utilizar, para a regularização da mistura em cal, medidores contínuos do pH, do tipo Leeds e Northrup, que asseguram, ao mêsmo tempo, o comando automático da comporta de leite de cal. Os desvios momentaneos de pH são da ordem de 0,5, de uma parte, e, de outra, do pH desejado, e se compensam mutuamente. Esses aparelhos dão resultados satisfatorios e, além disso, têm sido experimentados na França, desde há dois anos, para a sulfitação dos xaropes. O caldo com cal passa, em seguida, para os aquecedores, que elevam a sua temperatura acerca de 102-104°. Os decantadores são mais frequentemente, contínuos (tipo Dorr). Algumas usinas possuem simultaneamente, decantadores contínuos e descontínuos, e esses não têm geralmente serpentinas, fa-



zendo-se o aquecimento totalmente nos aquecedores. Às vezes, os caldos sofrem uma dupla decantação (descontínua). Os caldos claros são enviados diretamente à evaporação ou então, em Porto Rico, coados previamente, como em Martinica. As borras são filtradas, quer em filtros-prensa, quer em filtros contínuos Oliver. No primeiro caso, não são lavadas; diluem-se, por vezes, com a água e reentram na moenda para a embebição; são retidas pela bagaceira. No segundo caso, são misturadas com 5%, mais ou menos, de bagaço fino, tirado por aspiração e que forma suporte filtrante. Podem ser lavadas e essa é a principal vantagem do filtro contínuo. Uma usina em Porto Rico, equipada unicamente com filtros Oliver, acusa por seus bagaços um teor médio em açúcar de 0,6%. As águas da lavagem são misturadas aos caldos filtrados e evaporados ou reenviadas à moenda por embebição.

Em Porto Rico, em vez de misturar os caldos diluídos e concentrados, fazem-nos sofrer frequentemente, nas grandes usinas, um tratamento diferente. O caldo concentrado do desfibrador ou do primeiro jogo de cilindros é misturado com cal até  $\text{pH} = 7,5$  e aquecido a  $103-104^\circ$ , enquanto o caldo diluído, recolhido debaixo do segundo jogo de cilindros, é adicionado duma quantidade de leite de cal mais fraco ( $\text{pH} = 6,8$ ) e aquecido sómente a cerca de  $101^\circ$ . Evitam-se assim, para os caldos diluídos, menos puros, os inconvenientes da mistura com cal em meio alcalino. Os caldos concentrados e diluídos são depois decantados separadamente; os caldos diluídos clarificados são enviados ao decantador, ao passo que as vasas desses são derivadas para o decantador dos caldos diluídos. Aumenta-se, pois, o  $\text{pH}$  do caldo diluído, ao mesmo tempo que diminui o de caldo concentrado, de sorte que a mistura final possui um  $\text{pH}$  de 7,1 ou de 7,2.

Eis, para as usinas a que nos referimos, os resultados obtidos pela depuração:

Caldos misturados :

	Martinica	Trindade	Porto Rico	Cuba
Açúcar % c.c. ....	11,4	12,7	11,7	14,8
Redutores. ....	1,21	1,12	"	0,96
Pureza aparente. ....	79,1	83,0	82,6	84,4

Caldos depurados :

Açúcar % c.c. ....	11,8	12,7	11,7	14,8
Pureza aparente. ....	81,8	81,0	"	84,4

Xarope :

Pureza aparente. ....	"	"	84,1	"
Tortas % canas. ....	1,6	1,9	2,6	1,2
Açúcar % tortas. ....	6,8	1,2	2,4	9,1
Perdas % canas. ....	0,11	0,08	0,06	0,12

Nota-se logo a pureza sensivelmente mais baixa e o teor em redutores um pouco mais elevado das canas de Martinica.

Das purezas indicadas podem-se deduzir as quantidades de não açúcar eliminado pela depuração, em relação ao açúcar preexistente nos caldos. Essas quantidades são as seguintes :

Martinica. ....	15,8%
Trindade. ....	11,1%
Porto Rico. ....	10,2%
Cuba. ....	9,7%

A título de comparação, a depuração dos caldos de beterraba lhes tira cerca de 35% de suas impurezas.

O teor em açúcar das escumas é tanto mais baixo quanto é maior o número das usinas equipadas com filtros Oliver. E', pois, em Porto Rico que se encontram as cifras mais fracas. Em Martinica, como na usina de Cuba dada como exemplo, não ha filtros-prensa, e nessa última usina os bagaços são mais ricos, porque os caldos são mais concentrados e as escumas pouco diluídas antes da filtração (10% de água sómente). Pelo contrário, o peso de tortas por 100 quilogramas de canas é em proporção inversa, mas as perdas da depuração são mais importantes na Martinica que em Trindade e em Porto Rico.

Os aparelhos de evaporação são clássicos; compreendem geralmente um quádruplo efeito com condensador barométrico e bomba de ar seco e funcionam sem vácuo. Em Porto Rico encontra-se às vezes um pre-evaporador acompanhado de quádruplo efeito, mas em Martinica não se faz aquecer os caldos sem pressão. Receia-se assim colorir os xaropes. Em vista da pequena quantidade necessaria para os aquecimentos, os vapores diretos são reduzidos no pre-evaporador. São destinados ao reaquecimento dos caldos alcalinizados (cal) e às caixas de cozimento, quando essas são munidas de feixes tubulares, o que nem sempre acontece. Em Porto Rico encontram-se também aquecedores de caldos claros, antes da evaporação.

Os xaropes obtidos, a 30° Baumé, mais ou menos, são geralmente mais puros de um

meio ponto que os caldos clarificados e o seu pH é um pouco inferior, em consequência dos depósitos que se formam durante a concentração. Na maior parte dos casos, não sofrem nenhum tratamento e são enviados diretamente à cristalização. Entretanto, algumas usinas martiniquenses os aquecem acerca de 90° e os decantam ou filtram em filtros Philippe, ou então ajuntam-lhes a uma pequena quantidade de fosfato bicalcico, para precipitar as materias gordas ou cerosas, aquecendo-as a 80° nas dornas com serpentinas, escumando-as e filtrando-as.

Em Trindade, os xaropes destinados à fabricação do açúcar demerara não são depurados, mas se fabrica ali um pouco de açúcar amarelo em grandes cristais para o consumo direto e, nesse caso o xarope é adicionado com ácido fosfórico em solução, à razão de cerca de 30 miligramas de P<sub>2</sub>O<sub>5</sub> por litro (um pouco menos que em Martinica) e à temperatura de 65°. Em seguida, é sulfitado até pH = 5,8, depois misturado com cal até pH = 6,8 ou 7 decantado e enviado à cozedura. As borras são misturadas com as dos caldos com cal.

Em Porto Rico e Cuba, não se faz nenhuma depuração do xarope.

A aparelhagem utilizada para a cristalização compreende caldeiras verticais com serpentinas e feixes tubulares. Muito frequentemente ha pequenas caldeiras de 60 a 80 hos para a formação do cozimento. Em Martinica um só condensador recebe os vapores do último corpo do aparelho de evaporação e os das diferentes caldeiras de cozinhar, ao passo que nas outras ilhas ha geralmente um condensador para o multiplo efeito e um condensador para cada uma das caldeiras de cozinhar, mas sómente com uma ou duas bombas a vácuo. A regularização do vácuo é mais facil e nem o aparelho de evaporação nem as cozeduras sofrem os efeitos da abertura ou do encerramento das valvulas do vácuo sobre as outras caldeiras. Os misturadores são de resfriamento espontaneo para o primeiro e segundo jatos, e de serpentina agitadora para o último jato. Encontram-se por vezes misturadores Lafeuille. As turbinas são quasi todas suspensas; em Porto Rico, algumas usinas são equipadas com turbinas munidas de reguladores de marcha e de clarificação. Podem-se, pois, regular as operações de tal forma que, ao fim de um tempo determinado de turbinagem, a clarificação se faça automaticamente durante um tempo e com um volume d'agua igualmente determinados (a

clarificação a vapor é feita raramente); a velocidade da turbina se modera depois e raspadores fazem automaticamente o despejo. O operario só intervem então para a admissão da massa cozida e a desamarração. Essa regularização do tempo da turbinagem e da clarificação é evidentemente interessante, com a condição, porém, de que não precise modificar a regularização para cada misturador turbinado, isto é, que a fabricação seja ela propria regulada, tanto do ponto de vista do volume dos cristais como da pureza e viscosidade do esgoto.

O comando das turbinas se faz geralmente por transmissão ou por motor hidraulico, porque a eletrificação das usinas está ainda pouco adiantada, salvo em Porto Rico.

O esgotamento dos meis ricos se fás normalmente em três jatos e às vezes em quatro (Porto Rico, Cuba), excepcionalmente em dois jatos (Martinica e Trindade). O método mais empregado em Martinica e Porto Rico é o método dito de Java, que consiste em misturar o açúcar demerara de terceiro jato com xarope e em constituir assim uma massa cozida artificial, em finos cristais, chamada "magma" na Martinica e "semence" em Porto Rico e Cuba, e que servirá de pé de cozedura para o primeiro e segundo jatos.

Tem-se assim o esquema geral seguinte :

1.º jato (Massa cozida A)	{ Magma Xarope	{ Açúcar A Meis ricos A
2.º jato (Massa cozida B)	{ Magma Espostos A	{ Açúcar B Meis ricos B
3.º jato (Massa cozida C)	{ Pé de cozedura de xarope virgem Meis ricos B	{ Açúcar C Melaço

Em Martinica, as massas cozidas A são misturadas durante duas e quatro horas, as massas cozidas B durante uma vintena de horas e as massas cozidas C durante quatro ou cinco dias. Os açúcares A e B são clarificados à agua e a vapor ou a vapor sómente e dão do n.º 3 ou do n.º 2 bis.

Em Porto Rico e Cuba a massa cozida A e mesmo, por vezes, a massa cozida B são apenas misturadas. Os açúcares A e B são ligeiramente clarificados à agua.

Eis os resultados obtidos por esse método, numa usina de Martinica :

	Brix	Polarização	Pureza
Xarope . . . . .	51,4	40,2	78,3
Magma . . . . .	86,9	77,5	89,2
Massa cozida A . . . . .	94,2	75,5	80,1
Meis ricos misturados A . . . . .	80,2	46,2	57,6



Massa cozida B. ....	96,3	66,1	68,6
Meis ricos misturados B. ....	76,2	58,2	46,2
Massa cozida C. ....	96,8	53,8	57,2
Melago. ....	89,4	27,9	34,2
Açúcar A. ....	89,4	99,8	31,2
Açúcar B. ....	"	99,1	"

Meis ricos A. ....	81,7	59,9	62,1
Massa cozida B. ....	94,8	61	68,1
Meis ricos B. ....	88,2	42,8	48,5
Massa cozida C. ....	94,9	51,0	57,1
Melago. ....	86	27,1	34,1
Açúcar A e B misturado. ....	"	96,5	"

A baixa pureza do xarope e a diminuição da viscosidade acarretada pela sulfitação permitem, como se vê, uma compressão energética das massas cozidas, sem formação de falsos grãos.

Em Porto Rico e Cuba, a pureza do xarope atinge frequentemente de 83 a 85. Tem-se procurado introduzir esgotos A na massa cozida de primeiro jato, de modo a reduzir essa pureza a 80-81. Os produtos obtidos no curso do esgotamento têm sensivelmente a mesma composição que no caso precedente, mas as massas cozidas são geralmente menos comprimidas. O esgotamento é menos rápido, como o mostram as cifras seguintes, colhidas em Porto Rico:

	Brix	Polarização	Pureza
Xarope. ....	71,7	59,8	83,4
Magma. ....	"	"	"
Massa cozida A. ....	92,4	74,6	80,8

Em vez de recolher meis ricos em primeiro jato, pode-se conservar uma pureza relativamente elevada na massa cozida A, mas deve-se então comprimir menos que no caso precedente (Brix cerca de 90 no primeiro jato). E' o caso da usina americana, da qual são os seguintes resultados infelizmente incompletos:

	Brix	Polarização	Pureza
Xarope. ....	"	"	84,1
Magma. ....	"	"	85,1
Massa cozida A. ....	"	"	86,1
Meis ricos A. ....	"	"	69,7
Massa cozida B. ....	"	"	79,9
Meis ricos B. ....	"	"	59,6
Massa cozida C. ....	"	"	74,0
Meis ricos C. ....	"	"	48,4
Massa cozida D. ....	"	"	67,9
Melago. ....	86,8	26,2	30,2
Açúcares A, B e C. ....	86,8	97,1	33,2

(Continúa).

# ANUARIO

## AÇUCAREIRO

DE 1935, 1936, 1937, 1938 E 1939

PREÇO DO EXEMPLAR:  
 BROCHURA ..... 10\$000  
 ENCADERNADO ..... 20\$000

### ANUNCIOS:

Página a cores ..... 1:000\$000  
 Página de 1 cor ..... 800\$000

A' venda nas Delegacias Regionais do Instituto do Açúcar e do Alcool nos Estados da Paraíba, Pernambuco, Alagôas, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro (Campos), São Paulo e Minas Gerais e na Séde do Instituto

RUA GENERAL CAMARA, 19-7.º and. - s. 12  
 Secção de Publicidade ou Caixa Postal 420

TEL. 23-6252

DISTRITO FEDERAL

# OS EFEITOS DAS CHUVAS SOBRE AS CANAS CORTADAS

*“La Revue Agricole de l'île Maurice” assim resume a memoria apresentada à ultima conferencia anual da Associação dos produtores de açúcar da Australia pelos srs. H. W. Kerr e J. M. Mac Gibbon, versando as experiencias realizadas com o fim de determinar os efeitos da chuva sobre o peso e a riqueza das canas carregadas em vagões :*

O método empregado foi o de utilizar

as canas de um plantador que fornece e ao menos seis vagões por dia. O conteúdo de cada vagão foi pesado sêco; em seguida, metade submetida durante uma a duas horas à ação da agua pulverizada. Depois de escoado o excesso, a massa foi novamente pesada. Amostras do caldo das canas de cada vagão foram tiradas nas moendas e analizadas. Ao todo fizeram-se oito experiencias, cada uma delas compreendendo tres vagões de canas sêcas e tres de canas molhadas. Os resultados obtidos foram os seguintes:

Experiência N.º	Variedade e Classe		Brix	Pol.	Pureza	Riqueza	% do aumento de peso
1	Q. 813 P. Bt. ....	Sêco	20.93	19.09	91.2	14.87	1.5
		Molhado	21.93	20.32	92.2	15.81	
2	E. K. 28 P. Gr. ....	Sêco	21.92	20.32	92.2	15.81	1.3
		Molhado	21.90	20.21	92.2	15.68	
3	M. 1900 P. Br. ....	Sêco	22.66	20.77	91.7	16.12	2.4
		Molhado	22.50	20.75	92.2	16.16	
4	M. 1900 P. Gr. ....	Sêco	22.60	21.11	93.4	16.68	1.4
		Molhado	21.47	19.97	93.05	15.73	
5	E. K. 28 P. Bt. ...	Sêco	24.10	22.19	92.1	17.14	1.9
		Molhado	23.06	20.81	90.2	15.90	
6	E. K. 28 Gr. ....	Sêco	23.86	21.85	91.6	16.86	2.2
		Molhado	23.16	21.06	90.8	16.18	
7	M. 1900 P. Bt. ....	Sêco	22.20	20.51	92.4	16.18	2.7
		Molhado	21.26	19.47	91.6	15.29	
8	E. K. 28 P. Gr. ...	Sêco	23.87	21.86	91.6	16.86	1.8
		Molhado	23.27	21.06	90.5	16.16	
	Média . . . . .	Sêco	22.77	20.96	92.05	16.32	1.98
		Molhado	22.23	20.34	91.5	15.79	



As cifras médias mostram que para um aumento de peso de 2 por cento, a riqueza baixou de 0,53. Deve-se notar também que a pureza do caldo das canas secas é mais elevada que a das canas molhadas. Isso se deve possivelmente ou às impurezas mais solúveis introduzidas pelo bagaço molhado que concorreram para baixar a pureza e a riqueza ou ao fato de serem as canas usadas na experiência a seco ligeiramente superiores às que foram empregadas na experiência húmida. Trabalhando com uma média de 24 vagões, submetidos aos dois tratamentos, esse último fator pode ser em grande parte eliminado.

Relativamente às experiências feitas para determinar o conteúdo de fibra nas canas, observou-se que as materias estranhas geralmente contem uma proporção de materias solúveis superior a 10 por cento; e uma série de experiências nas fábricas, com adição de bagaço, revelou que a pureza do caldo obtido baixara pela presença das impurezas desse mesmo bagaço.

Póde-se admitir que o bagaço seco não modifica a pureza do caldo da primeira moagem, mas a imbebição de agua quente nas moagens seguintes solubilizam as impurezas prejudiciais à fabricação. Em outras palavras: deve-se afirmar que o bagaço é sempre um inconveniente à fabricação para o usineiro, mas quando está húmido, o plantador deveria assumir em parte as consequências decorrentes.

E' claro que as canas cobertas de materias estranhas retêm maior quantidade de agua do que as que são limpas. Assim, foram empreendidas experiências para demonstrar qual a quantidade de agua retida pelas canas limpas e pelo bagaço. Observou-se que as canas que não apresentam fendas ou buracos absorvem pouca agua pela casca e a absorção tem lugar principalmente pelas extremidades secas do caule. Em quatro ensaios com canas limpas, obteve-se uma média de 1,27 por cento, enquanto o bagaço retém o seu peso de agua e até mais, segundo o seu ponto de dessecção ou a sua natureza. A média de 72 ensaios é de 166 por cento.

Das cifras referidas acima, deduz-se que a chuva caindo sobre as canas acumulas em vagões produz uma diminuição de meia unidade na riqueza e um aumento de 2 por cento no peso. Isso quer dizer, que, com açúcar a 15 libras e canas de 16 de riqueza, uma tonelada de cana seca vale 24 sh. 6d, ao passo

que 1,02 toneladas de cana molhada vale 33sh e 9d.

Ao mesmo tempo, é prudente acrescentar que se as canas das experiências não tivessem impurezas aderentes, o aumento do peso pela agua teria sido de cerca de 1 por cento e a perda na riqueza menos da metade da taxa encontrada. Porque não passando qualquer impureza solúvel no caldo da primeira moagem, essa perda se aproximaria de 0,2 e então chegaríamos a este resultado: 34sh 6d para uma tonelada de cana seca; 34sh para uma tonelada de cana molhada.

Se toda a cana cortada chegasse a ser afetada pela chuva, teríamos nesse caso um sério problema, mas como é provavel que mesmo no norte 20 por cento seja uma proporção elevada, o que equivaleria a 1 penny por tonelada; e no sul, as canas molhadas não iriam a mais de 5 por cento, o que equivale a menos de um terço de penny por tonelada.

Sem dúvida ha vantagem para o agricultor em que se tirem amostras de suas canas após uma ligeira chuva, mas ha tantos fatores em jogo, como a quantidade de impurezas aderentes no momento da chuva, que é de todo impossível estimar a perda. Não é preciso dizer, entretanto, que o plantador pode, em grande parte, reduzir a um mínimo essa perda, bastando para isso que entregue somente canas limpas, porque as impurezas, em comparação com estas, teem um poder de retenção de agua de 50 a 100.

## Alcoometria, Estereometria

### e Analise do Alcool

Livro do dr. Anibal R. de Matos

À venda na Secção de Publicidade do

Instituto do Açúcar e do Alcool

# O RESTABELECIMENTO DO SISTEMA DE QUOTAS NOS ESTADOS UNIDOS

A conhecida publicação norte-americana "Facts about Sugar", no seu numero de janeiro, divulga a seguinte correspondencia de Washington sobre o restabelecimento do sistema de quotas :

"O secretário da Agricultura acaba de anunciar a estimativa do consumo de açúcar nos Estados Unidos para o ano de 1940 e a distribuição de quotas às diversas áreas produtoras, na conformidade do ato presidencial que anulou a suspensão das quotas. Com essas medidas, a administração completou os passos necessários para fazer voltar a indústria açucareira ao regime de regulamentação que a governava desde 1937. A assinatura de um acôrdo comercial supletório entre os Estados Unidos e Cuba, por força do qual foi restaurada a tarifa especial de 0,90 cent. a libra de açúcar bruto cubano, já havia sido anteriormente anunciada pelo Departamento de Estado, em 18 de dezembro. O acôrdo estabelece que essa tarifa deverá ser aplicada enquanto houver limitações na venda e importação de açúcar cubano nos Estados Unidos. A proclamação do presidente, tornando sem efeito a suspensão das quotas, deu valor a essa determinação, desde o momento em que a proclamação se tornou válida, isto é, desde 26 de dezembro último.

## NOVAMENTE EM VIGOR O PROGRAMA AÇUCAREIRO

A proclamação, além de diminuir a taxa que incidia sobre o açúcar cubano, revalidou também as demais determinações do programa açucareiro que se tinham tornado inefectivas com a suspensão das quotas. Simultaneamente com a declaração acima aludida, o secretario Wallace anunciou que, em vista do restabelecimento do sistema de quotas, seriam adotadas imediatas providências afim de iniciar um programa açucareiro para 1940 em todas as áreas produtoras do país, inclusive a retomada dos pagamentos condicionais aos produtores de açúcar, de cana e beterraba que concordaram com as condições em que tais pagamentos deviam ser feitos, se-

gundo o estabelecido na lei de 1937. Acrescentou o secretario Wallace que os pagamentos condicionais em 1940 dependiam da doação de fundos necessários pelo Congresso.

De acôrdo com a declaração oficial sobre o restabelecimento das quotas, as necessidades do consumo nos Estados Unidos em 1940 são estimadas em 6.725.100 toneladas curtas, valor bruto. Essa cifra baseia-se em dados conhecidos em 30 de dezembro e está sujeita a correções quando forem conhecidos os dados adicionais.

## QUOTAS

Na conformidade dos termos da lei açucareira, a quota total foi dividida em duas partes, uma de 55,59 por cento destinada às áreas produtoras do país e outras de 44,41 por cento para as Filipinas, Cuba e outros países estrangeiros. A lei fixa também as percentagens para cada uma das áreas, dentro da divisão geral. A distribuição dos 6.725.100 toneladas, de acôrdo com a formula legalmente estabelecida, dá para êste ano o seguinte resultado:

Área	Tons. curtas valor bruto	% da base
Açúcar de beterraba dos Estados Unidos . . . . .	1.559.695	41,72
Açúcar de cana dos Estados Unidos . . . . .	422.823	11,31
Hawai . . . . .	946.967	25,25
Porto Rico . . . . .	303.026	21,48
Ilhas Virgens . . . . .	8.972	0,24
Áreas produtoras do País . . . . .	3.738.483	55,59
Filipinas . . . . .	1.036.356	34,70
Cuba . . . . .	1.923.680	64,41
Outros países estrangeiros . . . . .	26.581	0,89
Áreas estrangeiras . . . . .	2.986.617	44,41
Total da quota . . . . .	6.725.100	100,00



## A FIBRA DA CANA

O pagamento que um plantador de cana recebe, escreve H. W. Kerr, em "Cane Growers' Quarterly Bulletin", é determinado pelo peso da cana entregue e o conteúdo de açúcar do caldo. O peso do açúcar acrescenta, obtém-se subtraindo o conteúdo de fibra do peso da cana. O conteúdo de fibra é determinado geralmente numa cifra média que se estabelece uma vez por semana sobre amostras tiradas das canas que entram na usina.

A determinação do conteúdo de fibra tem sido sempre um motivo de divergências entre o plantador e o usineiro. Alguns plantadores entendem que a determinação do conteúdo de fibra das suas canas deve ser feita independentemente das médias conhecidas para uma zona de produção. À primeira vista essa exigência parece justa. As variedades de cana diferem em conteúdo de fibra e a mesma variedade crescendo em solos diferentes apresenta conteúdos de fibra variados. Assim, dois plantadores que cultivavam POJ 2878 colheram canas tendo 11,9 e 9,8 por cento de fibra, respectivamente. Uma comparação semelhante com POJ 213 deu como resultado 16,6 e 14,8 por cento. Naturalmente, o plantador que produz cana com um baixo conteúdo de fibra acha que está sendo prejudicado quando a sua cana entra no cálculo de média juntamente com as canas de alto conteúdo de fibra de outros produtores. Outro caso: alguns plantadores entregam canas limpas e bem podadas em contraste com outras mal cortadas e cheias de palha. Nesse

caso, a determinação do conteúdo de fibra favorece uns em detrimento de outros. Além disso, o conteúdo de fibra varia com a idade e a classe da cana. Normalmente, a cana planta tem menos fibra que a cana soca. Da mesma maneira, a cana de um ano, seja planta ou soca, tem menos fibra do que as canas mais velhas.

Todavia, realizar experiências separadamente com as canas de cada um dos plantadores é econômica e quasi materialmente impossível. Numa fabrica que recebesse 50, 100 ou mais entregas de cana por dia, seria necessário criar um grande laboratorio e numerooso pessoal para realizar as experiencias, o que é impraticavel, a menos que os plantadores concordassem em pagar as despesas. Nas condições atuais, o sistema mais conveniente é fazer experiencias periodicas medias e classificar as entregas segundo sua especie e condição. Assim, na base de experiencias realizadas em algumas usinas de Queensland, as canas podem ser classificadas da seguinte maneira: cana "limpa", a que tem cerca de 1,2 por cento de materia estranha; "meio-suja", a que tem 2 por cento de materia estranha, cana "suja", a que tem 3,4 por cento de materia estranha.

Essas "correções", concluc o autor, obrigam os plantadores a ser mais cuidadosos nos processos de colheita. Outra classificação baseia-se na especie, seja a cana planta, soca ou velha, cada uma delas sendo "correta" na base do conteúdo medio de fibra conhecido mediante antigas experiencias.

Para 1939 a primeira quota fixada elevou-se a 6.832.157 toneladas curtas, valor bruto. Essa cifra foi posteriormente reduzida pela revisão da estimativa das necessidades do consumo, de modo que, ao serem suspensas as quotas em 11 de setembro, era de 6.755.386 toneladas. Nos primeiros onze meses de 1939 as entradas de açúcar somaram 6.387.361 toneladas, assim distribuidas: 4.493.303 toneladas das areas estrangeiras e insulares; 1.559.252 toneladas de açúcar de beterraba norte-americano e 334.806 toneladas de açúcar de cana norte-americano.

Conforme os termos da lei açucareira, a determinação inicial das necessidades do consumo no ano seguinte, feita em dezembro, é

fundada nas entregas de açúcar nos doze meses que terminaram em 31 de outubro, com descontos e ajustamentos para aumento ou diminuição de estoques e estimativas de aumento ou diminuição das necessidades consumtivas. As entregas durante os doze meses que terminaram em 31 de outubro, segundo os dados da Divisão do Açúcar, totalizaram 7.081.616 toneladas curtas, valor bruto.

Verifica-se, portanto, que a quota de 1940 e foi fixada numa cifra que é inferior em 107.000 toneladas à quota inicial de 1939 e 365.500 toneladas abaixo da cifra que exprime as entregas dos doze meses de novembro a outubro."

# CONVENIO DE AÇUCAR ENTRE AS PRAÇAS DO RECIFE E DE SANTOS

No Relatório da diretoria da Bolsa de Mercadorias de S. Paulo, correspondente ao exercício de 1939, ha algumas páginas dedicadas ao Convênio de Açúcar existente entre as praças do Recife e de Santos, dando conta dos seus resultados no referido exercício. Tratando-se de uma modalidade de comércio açucareiro talvez pouco conhecida em todos os centros produtores do país, julgamos interessante reproduzir aqui os dados a respeito que figuram naquele trabalho.

“Os serviços do Convênio do Açúcar — informa o dito Relatório — embora limitados às variedades “somenos” e “mascavo”, prosseguiram durante mais este exercício sem qualquer senão.

Houve algumas intervenções da Bolsa, é verdade, para cumprimento de contratos cuja execução estava sendo protelada.

Tudo ficou, porém, harmonizado a pleno contento, devido não só à boa vontade como, e principalmente, ao acatamento dispensado, tanto por exportadores como por importadores, às exigências regulamentares ou deliberações emanadas da diretoria das duas instituições responsáveis por essa execução.”

Depois de se referir à representação da Associação Comercial de Pernambuco junto à Bolsa de Mercadorias de São Paulo, bem como à cooperação da Companhia Docas de

Santos na boa marcha dos serviços, conclue o Relatório em apreço:

“O movimento de açúcares vindos pelo Convênio elevou-se ao total de 318.494 sacos, contra 238.226 no ano anterior, sendo neste ano (1939) 142.400 sacos de somenos e 176.094 de mascavo.

O quadro seguinte, porém, esclarece melhor o movimento verificado:

## CONVÊNIO DE AÇUCAR COM A PRAÇA DE RECIFE

Movimento do Departamento de Santos  
durante o ano de 1939  
(janeiro a dezembro)

Mês	Mascavo	Somenos	Total
Janeiro . . . . .	23.500	6.000	29.500
Fevereiro . . . . .	14.750	11.300	26.050
Março . . . . .	13.500	19.150	32.650
Abril . . . . .	15.204	14.850	30.054
Maiio . . . . .	14.750	17.650	32.400
Junho . . . . .	3.006	20.450	23.456
Julho . . . . .	7.644	22.600	30.244
Agosto . . . . .	10.330	16.150	26.480
Setembro . . . . .	15.960	2.500	18.460
Outubro . . . . .	23.500	2.250	25.750
Novembro . . . . .	21.450	3.250	24.700
Dezembro . . . . .	12.000	6.250	18.250
<b>TOTAL . . . . .</b>	<b>176.094</b>	<b>142.400</b>	<b>318.494</b>

### A ATIVIDADE CEREBRAL E A ALIMENTAÇÃO AÇUCARADA

Investigações realizadas em centros científicos de reputação universal revelam que o açúcar é indispensavel para o complexo das funções cerebrais, sendo muito recomendável para os pessoas sujeitas a um continuo cansaço mental. Constitue um estimulante muito eficaz para a memória e vigoriza sensivelmente a atenção.

Estudos fisiológicos demonstram o papel fundamental de energético desempenhado pelo açúcar no metabolismo basal e a sua função transformadora na “miolina”, substancia essa última de ação decisiva no processo associativo. Um trabalho intelectual muito prolongado determina um desgaste de atenção que se conjura com o consumo de alimentos e bebidas açucaradas.



Demonstração das classificações, vistorias na sacaria e arbitragens efetuadas em lotes de açúcar vindos durante o ano de 1939.

Qualidade	Lotes vendidos	Clas. de amostras			Vistoria na sacaria			Arbs. da qualidade		
		Solici- tadas	Com di- ferença	Sem di- ferença	Solici- tadas	Com di- ferença	Sem di- ferença	Solici- tadas	Com di- ferença	Sem di- ferença
Somenos . . . . .	392	47	37	10	—	—	1	1	—	—
Mascavo . . . . .	333	192	152	40	42	41	2	1	1	1
TOTAL . . . . .	725	239	189	50	42	41	3	2	1	1

Demonstração do estado da sacaria dos lotes vindos durante o ano de 1939

Qualidade	Lotes vendidos	Bem suja	Algo suja	Man- chada	Algo Mancha- da	Algo Mancha- da e algo melada	Mancha- da e algo melada	Mancha- da e me- lada	Suja e algo mo- lhada
Mascavo . . . . .	333	68	28	9	208	9	8	2	—
TOTAL . . . . .	725	79	230	9	208	9	8	2	1

# A PRODUÇÃO AÇUCAREIRA MUNDIAL EM 1939-1940

Willet and Gray, que editam o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", divulgam, no numero de 18 de Janeiro dessa publicação, a seguinte estimativa de produção açucareira mundial no ano agrícola de 1939-1940:

PAÍSES	PRODUÇÃO (tons.)
Estados Unidos — Luisiana . . .	375.000
Flórida . . . . .	88.000
Porto Rico . . . . .	982.000
Havai . . . . .	850.000
Ilhas Virgens . . . . .	7.000
Cuba . . . . .	2.793.000
Índias Ocidentais Britânicas —	
Trinidad . . . . .	125.000
Barbados . . . . .	110.000
Jamaica . . . . .	114.000
Antígua . . . . .	14.000
St. Kitts . . . . .	27.000
Outras possessões . . . . .	10.000
Índias Ocidentais Francesas —	
Martinica . . . . .	60.000
Guadeloupe . . . . .	50.000
República Dominicana . . . . .	445.000
Haiti . . . . .	44.000
México . . . . .	300.000
América Central — Guatemala	35.000
Salvador . . . . .	14.000
Outros países . . . . .	40.000
América do Sul — Demerara . .	190.000
Colômbia . . . . .	45.000
Surinam . . . . .	15.000
Venezuela . . . . .	22.000
Equador . . . . .	18.000
Perú . . . . .	400.000
Argentina . . . . .	520.000
Brasil . . . . .	1.112.000
<b>Total da América . . . . .</b>	<b>8.805.000</b>
Índia Britânica (Gur) . . . . .	3.300.000
(Branco) . . . . .	900.000
Java . . . . .	1.566.000
Japão . . . . .	1.482.000
Filipinas . . . . .	990.000
<b>Total da Ásia . . . . .</b>	<b>8.238.000</b>
Austrália . . . . .	825.000
Ilhas Fiji . . . . .	135.000
<b>Total da Austrália e Polinésia</b>	<b>960.000</b>

Egito . . . . .	155.000
Mauritius . . . . .	270.000
Reunião . . . . .	80.000
Natal . . . . .	425.000
Moçambique . . . . .	72.000

**Total da África . . . . . 1.002.000**

**Europa — Espanha . . . . . 13.000**

**Total do açúcar de cana . . . . . 19.018.000**

**Europa — Alemanha . . . . . 2.415.000**

Tchecoslováquia . . . . . 524.000

Hungria . . . . . 130.000

França . . . . . 1.150.000

Bélgica . . . . . 260.000

Holanda . . . . . 245.000

Rússia e Ucrânia . . . . . 2.500.000

Polónia . . . . . 430.000

Suécia . . . . . 307.000

Dinamarca . . . . . 246.000

Itália . . . . . 540.000

Espanha . . . . . 111.000

Suiça . . . . . 15.000

Bulgária . . . . . 28.000

Rumania . . . . . 162.000

Inglaterra (1) . . . . . 540.000

Irlanda (1) . . . . . 60.000

Iugoslávia . . . . . 125.000

Outros países . . . . . 185.000

**Total da Europa . . . . . 9.883.000**

**Açúcar de beterraba dos Estados Unidos . . . . . 1.435.000**

**Açúcar de beterraba do Canadá . . . . . 73.000**

**Total do açúcar de beterraba . . . . . 11.391.000**

**Total geral . . . . . 30.409.000**

(1) Açúcar refinado.

O açúcar utilizado na alimentação é totalmente aproveitado pelo organismo sem deixar resíduos ou cinzas como acontece com as substâncias graxas e proteicas, e não produz fadiga orgânica pelo pouco trabalho que dá ao estômago a sua digestão. Dr. Adrião Caminha Filho.



## CONSUMO DE AÇUCAR

O boletim correspondente à 2.<sup>a</sup> quinzena de janeiro último, elaborado pela Seção de Estatística do Instituto do Açúcar e do Alcool, insere um quadro sobre o consumo de açúcar no Brasil — tipos de usina — por ano civil, no periodo de 1935-1940. Examinando-se esse quadro, verifica-se que o consumo no segundo semestre de cada um dos anos em apreço foi sempre superior ao do segundo semestre respectivo.

E' o que demonstra o seguinte resumo dos numeros relativos aos dez semestres do quinquenio referido, pois ha que excluir o ano de 1940 em inicio:

ANOS	1.º Semestre	2.º Semestre
1935. . . . .	4.525.067	5.650.929
1936. . . . .	4.194.799	5.878.773
1937. . . . .	3.973.157	6.101.749
1938. . . . .	4.776.899	6.212.425
1939. . . . .	5.721.442	6.126.435

As médias mensais de consumo nos citados semestres mais realçam as diferenças decorrentes dos resultados acima. Ei-las :

ANOS	1.º Semestre Média	2.º Semestre Média
1935. . . . .	753.844	941.826
1936. . . . .	699.133	979.795
1937. . . . .	662.193	1.016.958
1938. . . . .	796.150	1.035.404
1939. . . . .	953.574	1.021.077

Como se vê, o fenomeno se repete com a regularidade de uma regra invariavel. Deve haver, portanto, uma causa permanente da superioridade do consumo no segundo semestre sobre o do primeiro de todos os anos.

A falta de melhor explicação em virtude de um inquerito, poder-se-ia atribuir o fato a duas razões de ordem cronológica. A primeira seria o inverno, exigindo maior quantidade de calorías para os organismos mais sensíveis ao frio. A segunda, as festas de Natal e Ano Bom, durante as quais a industria de doces aumenta a sua produção.

Mas nenhuma dessas razões procede. O inverno no Brasil se inicia em maio e se acentua de junho a agosto. Entretanto, nesses meses e em quasi todos os anos, conforme se observa no referido quadro, é consumido menos açúcar que nos outros, como os de outubro e novembro. Da mesma forma em dezembro, que é o denominado mês das Festas.

Final, o que explica verdadeiramente o maior consumo de açúcar nos segundos semestres e que nesse periodo coincide a safra do Sul com o começo da do Norte, havendo assim muito mais saídas do produto para o mercado, onde foram os chamados "estoques invisíveis", que vão suprindo as necessidades da população. São esses estoques que garantem o dominio da lei da oferta e da procura, conciliando-a com a ação intervencionista do Instituto do Açúcar e do Alcool, dentro do regime de controle por ele mantido, porque atenuam a intensidade da primeira e atendem os interesses da segunda. Aliás, nada mais logico que a fusão das duas safras imprima maior movimento ao comercio do açúcar, tanto assim que o fenomeno inverso, caracterizado pela quasi paralisação dos negocios, ocorre sempre nas entre-safras de cada região.

Aí está como é mais facil interpretar dados estatísticos recorrendo à simples compreensão das realidades sobre que versam, quais os referentes ao consumo do açúcar no Brasil, do que formulando quaisquer hipóteses à margem de seus algarismos. Prova isso que a estatística, quando elaborada com exatidão, é sempre um reflexo da verdade e não um jogo de numeros, que se prestam a qualquer interpretação.

### "ANUARIO AÇUCAREIRO DE CUBA" 1940

Nova edição, publica os últimos dados da estatística açucareira, abrangendo todas as usinas, dando de cada uma a situação, proprietários, ano de fundação, nacionalidade total de cana moída, percentagem de rendimento; produção e exportação de açúcar e melações, xarope, alcool, aguardente e rum. Terras, colonias, período de moagem, precipitação de chuvas, total das safras, preços e valores. 7 mapas, mostrando os portos públicos e particulares, distancias, estradas de ferro e de rodagem, rotas aereas, rês telefônicas. Armazens de deposito, taxas, leis e detalhadas estatísticas de Cuba, Estados Unidos e áreas açucareiras de todo o mundo.

Volume cartonado — 2 dollars — Encadernação especial — 3 dollars

(Pelo Correio — 2,25 dollars e 3,3 — Havana)

Organizado e editado por

CUBA ECONOMICA Y FINANCIERA

Cxa. Post. 2549 - Lonja 441-442 - Havana, Cuba

# A INDUSTRIA AÇUCAREIRA ARGENTINA EM 1938

*Traduzido do numero de dezembro da revista "La Industria Azucareira", publicamos, em continuação, o relatório apresentado ao Ministerio da Fazenda da Argentina pela Direção Geral de Estatística sobre as atividades da industria açucareira da vizinha republica, em 1938 :*

"No presente relatório estão consignados os dados correspondentes à indústria do açúcar no ano de 1938, de conformidade com os resultados do levantamento da estatística industrial de 31 de dezembro do referido ano.

Em 1938 funcionaram 41 estabelecimentos, dos quais 28 se acham situados na provincia de Tucuman. As provincias de Santa Fé e Jujuy contam com 3 estabelecimentos cada uma; Salta, 2; Corrientes, Chaco e Rio Negro, 1 cada. Na capital existem dois estabelecimentos que se dedicam à refinação do açúcar.

As referidas fábricas, até a data do levantamento da estatística, isto é, até 31 de dezembro, empregaram 1.176 auxiliares e 5.931 operarios.

As somas despendidas com o pagamento de ordenados e salarios elevaram-se a..... 16.090.000 pesos, sendo 11.714.000 para os operarios e 4.376.000 para os auxiliares.

Convem assinalar que tanto as cifras referentes ao pessoal como as que dizem respeito aos ordenados e salários pagos correspondem exclusivamente aos auxiliares e operarios ocupados na fabricação do açúcar, não se levando em conta os que trabalham nas plantações de cana e nas operações da safra.

O valor das materias primas empregadas, no periodo em apreço, elevou-se a..... 74.081.000 pesos. O custo dos combustiveis e lubrificantes consumidos para mover as máquinas e motores dos estabelecimentos, assim como os utilizados nas caldeiras, fornos, etc., excluidos os que se empregaram para tração, foi de 3.705.000 pesos. No mesmo ano, o custo da energia elétrica consumida como força motriz foi de 63.000 pesos.

O valor total do açúcar e sub-produtos obtidos no exercício de 1 de janeiro a 31 de dezembro alcançou a importancia de. .... 123.816.000 pesos.

Em comparação com os resultados assi-

nalados para 1937, as cifras de 1938 registram aumento na atividade desenvolvida pela indústria no país. Embora o número de fábricas se tenha conservado o mesmo, o de empregados no dia do levantamento da estatística de 1937 e 1938 assinala neste último um aumento de 2,3 por cento, correspondendo também ao número de operarios ocupados em 1938 um aumento de 9,4 por cento. O exercício de 1938 ultrapassou o de 1937 nas somas pagas em salarios e ordenados em 17 por cento; no valor das materias primas empregadas em 23,2 por cento; nos combustiveis e lubrificantes utilizados em 16,2 por cento; no custo da energia elétrica comprada em 4,4 por cento; no valor da produção em 18,8 por cento.

Consoante se advertiu anteriormente, as cifras mencionadas que correspondem ao número de operarios ocupados reportam-se ao dia 31 de dezembro, data em que, anualmente, se procede ao levantamento da estatística industrial.

## FAZENDEIROS, USINEIROS!

COMPREM diretamente da produtora  
TORTA DE MAMONA  
para adubação dos canaviais  
OLEO DE RICINO  
ótimo lubrificante para moendas  
OFEREÇAM diretamente á consumidora  
A SUA PRODUÇÃO  
DE OLEO FUSEL

Dirijam-se á

## CIA. QUIMICA RHODIA BRASILEIRA

Caixa Postal 1329

S. PAULO



### AGENCIAS :

S. Paulo — Rua Benjamin Constant, 55

Rio — Rua Buenos Aires, 100-100 A

Recife — Rua da Assembléa, 1

Porto Alegre - Rua Chaves Barcelos, 167



O quadro que se segue mostra as cifras da ocupação mensal de operarios registrados em cada um dos doze meses de 1938 e 1937 e bem assim nos meses que correspondem ao exercicio de 1 de julho de 1934 a 30 de junho de 1935, a que se referiu o censo industrial dêste último ano :

MÊSES	Numero de operarios		
	1938	1937	1935
Janeiro. . . . .	5.646	4.932	5.630
Fevereiro. . . . .	5.457	5.266	6.095
Março. . . . .	6.744	6.705	6.137
Abril. . . . .	7.467	7.125	6.925
Maió. . . . .	8.134	8.442	7.940
Junho. . . . .	17.433	17.285	16.807
	1938	1937	1934
Julho. . . . .	18.847	18.764	17.318
Agosto. . . . .	17.448	15.744	16.058
Setembro. . . . .	11.814	7.931	6.837
Outubro. . . . .	4.807	5.348	4.719
Novembro. . . . .	5.873	5.316	5.150
Dezembro. . . . .	5.931	5.421	4.904

No tocante ao pessoal operario empregado nas plantações e safras pelas companhias que exploram engenhos — do que tambem se ocupou a estatística — o quadro da coluna seguinte, no alto, fornece estas cifras :

MÊSES	Numero de operarios		
	1938	1937	1935
Janeiro. . . . .	16.255	16.273	18.031
Fevereiro. . . . .	14.092	15.217	14.668
Março. . . . .	14.958	12.810	13.336
Abril. . . . .	13.991	13.476	13.152
Maió. . . . .	15.212	18.091	15.255
Junho. . . . .	26.928	31.155	24.792
	1938	1937	1935
Julho. . . . .	27.843	34.235	28.357
Agosto. . . . .	29.294	31.769	28.409
Setembro. . . . .	24.111	25.857	23.634
Outubro. . . . .	22.040	21.096	21.070
Novembro. . . . .	18.808	19.859	18.854
Dezembro. . . . .	18.748	18.314	17.608

Os dados gerais da estatística referentes ao número de estabelecimentos, auxiliares, operarios, salarios e ordenados pagos, combustivel e lubrificantes consumidos, materias primas empregadas, energia elétrica comprada e produtos elaborados, que correspondem ao censo de 1935 e à estatística industrial dos anos de 1937 e 1938, expressos em valores absolutos, assim como as diferenças percentuais entre as cifras de 1938 em relação com as de 1937 e 1935, acham-se consignadas no quadro seguinte :

	Dados no dia do levantamento			Diferença em 1938	
	1938	1937	1935	%	
				Sobre 1937	Sobre 1935
Número de estabelecimentos. . . . .	41	41	39	0,0	+ 5,1
Empregados. . . . .	1.176	1.149	1.041	+ 2,3	+ 13,0
Operarios. . . . .	5.931	5.421	4.131	+ 9,4	+ 43,6

#### Dados correspondentes ao exercicio considerado, em pesos

Somas pagas em salarios e ordenados. . .	16.089.854	13.747.634	12.679.854	+ 17,0	+ 26,9
Materias primas empregadas. . . . .	74.081.043	60.122.206	52.921.771	+ 23,2	+ 40,0
Combustiveis e lubrificantes consumidos	3.704.800	3.188.244	2.428.420	+ 16,2	+ 52,6
Energia elétrica comprada. . . . .	62.689	60.049	53.168	+ 4,4	+ 17,9
Produtos elaborados. . . . .	123.815.629	104.235.295	98.739.795	+ 18,8	+ 25,4

NOTA — O dia do levantamento da estatística industrial de 1937 e 1938 é 31 de dezembro de cada um dos referidos anos; o do censo de 1935 é 31 de outubro do mesmo ano. Os exercicios considerados são, respectivamente, 1º de janeiro a 31 de dezembro para os anos de 1937 e 1938 e de 1º de julho de 1934 a 30 de junho de 1935 para o censo.

Os valores que correspondem às matérias primas empregadas na fabricação do açúcar durante os três exercícios considerados,

acham-se discriminados por classes, com indicação das quantidades respectivas, no quadro que se segue :

CLASSES	Quantidades em toneladas			Valores, pesos		
	1938	1937	1935	1938	1937	1935
Cana de açúcar. ....	5.225.130	4.209.679	3.891.439	64.452.107	52.105.890	46.247.327
— de produção própria..	3.150.123	2.437.437	2.434.393	33.315.271	27.009.925	25.804.086
— comprada. ....	2.175.007	1.772.242	1.457.046	31.136.836	25.095.965	20.443.241
Beterraba. ....	3.332	8.633	33.340	140.653	216.000	726.000
— de produção própria. ..	791	1.120	1.207	24.942	20.500	26.000
— comprada. ....	2.451	7.513	32.133	79.711	195.500	700.000
Cal. ....	7.519	6.441	7.187	397.045	329.704	308.888
Enxofre. ....	1.805	1.607	1.483	393.238	332.423	293.887
Açúcar bruto para refinaria (1). ....	13.699	12.329	12.454	4.774.313	3.976.826	4.236.577
Outras. ....	—	—	—	727.417	509.212	747.346
Vasilhames. ....	—	—	—	3.232.270	2.652.151	361.746
T O T A L. ....	—	—	—	74.081.043	60.122.206	52.921.771

(1) Utilizado nas refinarias situadas na Capital Federal.

Conforme se observa no quadro acima, a quantidade total de cana de açúcar empregada em 1938 excede a que corresponde ao ano anterior em 1.115.451 toneladas, ou seja, 26,5 por cento; e a empregada no exercício considerado no censo em 1.433.691 toneladas, ou seja, 36,8 por cento.

Do mesmo modo o valor correspondente à cana utilizada em 1938 se elevou em 23,7 por cento comparado com o do ano de 1937 e em 39,4 por cento em relação a 1935.

Quanto às cifras referentes à beterraba empregada, nota-se que elas acusam uma sensível diminuição em 1937 e 1938 relativamente às do exercício correspondente ao censo de 1935.

Do ponto de vista da utilização total da cana de açúcar nos engenhos durante o ano de 1938, corresponde o primeiro lugar aos engenhos situados em Tucuman, com 3.647.480 toneladas, ou seja, 68,5 por cento do total. Seguem-se: Jujuy com 820.967 toneladas ou 15,4 por cento; Salta, com 518.752 toneladas ou 9,7 por cento; Santa Fé, 204.356 toneladas ou 3,8 por cento; Chaco, com 114.973 toneladas ou 2,2 por cento; e Corrientes, com 18.602 toneladas ou 0,3 por cento.

Finalmente, as quantidades e valores que se referem à produção de açúcar, classificados por tipos e que correspondem a cada um dos três exercícios estudados, estão detalhadas no seguinte quadro :

PRODUTOS	Quantidades em toneladas			Valores, pesos		
	1938	1937	1935	1938	1937	1935
Açúcar. ....	478.021	383.586	369.353	123.376.653	102.871.985	95.814.855
— pilado. ....	255.599	187.119	198.049	66.053.537	51.520.778	52.441.764
— granulado. ....	204.072	176.496	153.099	51.268.915	45.781.027	37.671.773
— em pães. ....	6.467	6.368	7.121	2.988.368	2.602.035	2.898.510
— produtos baixos e para refinaria. ....	11.883	13.603	1.084	3.065.853	2.968.145	2.802.808

NOTA — As cifras dizem respeito aos açúcares pilado, em pães e baixos produtos e para refinaria, correspondente aos três (3) exercícios considerados, e incluem os dados da produção das refinarias situadas na Capital Federal.



# ESTIMULO AOS PRODUTORES DE MATERIA PRIMA PARA A INDUSTRIA DO AÇUCAR E DO ALCOOL NA ITALIA

Lutando pela realização do plano de auctarquia no dominio da produção de açúcar e do alcool, tanto o governo quanto os grandes usinciros italianos estão desenvolvendo cerrada campanha junto aos agricultores para conseguir o aumento da quantidade e a melhoria da qualidade da materia prima utilizada.

O "Grupo Açucareiro de Padua", por exemplo, instituiu um concurso entre os agricultores dessa zona, sob inspiração da Inspetoria Regional de Agricultura — e independentemente de tres concursos de fabrica, com premios num total de 160.000 liras, interessando não apenas os produtores de materias primas, mas tambem os mestres, diretores, agentes, etc., etc. — concurso esse referente ao rendimento da materia prima. Nas suas instruções podia ler-se: "Ao concorrente que, com o produto de uma superficie não inferior a um campo paduense (3.862 m<sup>2</sup>), produzir a maior quantidade de açúcar, será dado um premio de 10.000 liras".

Todas as provas foram controladas de perto pela Inspetoria Regional de Agricultura e revelaram uma media de produção muito maior que o minimo exigido — 55 quintais de açúcar pela produção de um hectare de terreno. Dos 34 concorrentes um superou a média de 80 quintais por hectare e

13 a de 70. Apenas 7 concorrentes não atingiram a média de 55 quintais por hectare.

Entretanto, levando em conta o deficiente preparo do terreno, o juri do concurso resolveu distribuir as 10.000 liras entre os seis primeiros concorrentes (que produziram mais de 75 quintais por hectare), considerando ainda que em um concurso nacional anteriormente realizado já se havia atingido até 120 quintais por hectare de plantação. Este ano o concurso deverá ser novamente realizado, com maior numero de premios.

Enquanto se faz isso, sob inspiração official, na zona de Padua, a usina de Sermide, terminada a safra açucareira, apresentou um balanço dos resultados obtidos a todos os seus plantadores, fazendo destacar os bons indices alcançados com a maioria da materia prima utilizada e ressaltando a necessidade de incrementar a utilização da técnica na agricultura. De um lado, compromete-se a dar assistentencia, por intermedio de seus agronomos, a todos os plantadores, e por outro prontificase a fornecer bombas de irrigação e adubos, fornecimento que será pago com parte da materia prima entregue à usina. O aumento da produção, dessa maneira, compensaria, por si mesmo, as despesas feitas com a melhoria da técnica.

(Dados do "Boletim Mensal do Consorcio dos Produtores de Açúcar da Italia").

De acôrdo com as cifras insertas no quadro antecedente, a produção de açúcar pilado durante o ano de 1938 subiu a 255.559 toneladas. Esta cifra comparada com as registradas em 1937 e 1935 assinala os aumentos de 36,6 e 29,0 por cento, respectivamente.

Em 1938, a elaboração de açúcar granulado se elevou a 204.072 toneladas, mostrando um acrescimo de 15,6 por cento em relação a 1937 e de 33,3 por cento em comparação com o exercicio do censo de 1935. O açúcar em pães, consideradas as quantidades fabricadas, acusa em 1938 o pequeno aumento de 1,6 por cento sobre 1937 e uma diminuição de 9,2 por cento sobre 1935.

A produção de açúcares pilado, granulado e baixos produtos durante o ano de 1938 alcançou na provincia de Tucuman 300.677 toneladas, que representam 62,9 por cento do total; em Jujuy foi de 83.526 toneladas ou 17,5 por cento; em Salta subiu a 52.514 toneladas ou 11 por cento; em Santa Fé, 17.109 toneladas ou 3,6 por cento; em Buenos Aires, 13.326 toneladas ou 2,8 por cento; no Chaco, 9.146 toneladas ou 1,9 por cento; e em Corrientes, 1.333 toneladas ou 0,3 por cento. O açúcar de beterraba produzido em 1938 no territorio do Rio Negro foi de 391 toneladas, ou seja 0,1 por cento da produção total".

# OS SUB-PRODUTOS QUE PODEM SAIR DE UMA USINA DE AÇUCAR

O sr. Carlos L. Locsin preparou para a Comissão de Sub-produtos da Indústria do Departamento Nacional de Açúcar das Fili-

pinas a seguinte lista de derivados da cana de açúcar, publicada, com os respectivos comentários, em "Sugar News", de novembro do ano passado :

Bagaço	Combustível	Caldeiras. . . . .	} Cinza para adubo ou fabricação de garrafas
		Locomotivas Forno de cal Serviços de entre safra Trabalhos de campo Distilaria	
	Taboas	} Material fibroso. . . . .	} Papelão Papel Sêda
	Cellulose. . . . .		
Produtos de destilação a sêco		} Substâncias carburantes	
Torta do filtro	} Adubo Cêra Combustível	Alcool. . . . .	} Combustível para motôr Combustível domestico Perfumarias e bebidas Borra para adubaçãõ
Melaços	} Industrias bioquimicas. . . . .  Forragem Adubo Material de pavimentação Substâncias plasticas	Acido acetico Acido latico Acetona e butanol Acido citrico Acido butirico Acido gluconico Fermento comprimido Glicerina Gêlo sêco	
Pela eletricidade	} Soda elétrolitica Hipoclorina  Blanquina Hidrogenio		

**Bagaço** — No processo ordinario de moagem, a quantidade de bagaço produzida é de 25 a 26% de cana moída, quando o conteúdo fibroso desta última é de 11,5 a 12%. Da quantidade acima de bagaço, um maximum de 84% póde ser utilizado como combustível para as caldeiras, na produção de vapor e 7% nas locomotivas, tambem como combustível, no transporte de cana de açúcar; tais porcentagens podem ser ampliadas mediante

certas medidas de economia no tocante a combustível e vapor. Os 9% restantes poderão ser empregados em qualquer outro trabalho subsidiario da usina, requerendo força e vapor. Quando tais fábricas trabalham articuladas com uma usina de açúcar bruto, melhoram consideravelmente as possibilidades de um mais eficaz aproveitamento de vapor e conseqüente economia de combustível. O emprêgo de variedades de cana que,



aiém do alto rendimento de açúcar, dispõem ainda de alto teor de fibra de boa qualidade, como a POJ 2883, dá margem também a uma maior reserva de bagaço.

**Combustível para a usina** — Os usos conhecidos do bagaço para tal fim, entre nós, das Filipinas, são:

a) — Combustível para as caldeiras da fábrica, produzindo força e vapor para:

- 1 — a usina propriamente dita.
- 2 — a destilaria.
- 3 — a refinaria.

O bagaço excedente a essas necessidades é ordinariamente ensacado em unidades de 85 a 90 libras-pêso e armazenado ou amontoado em pilhas para uso da entre-safra ou então queimado em incineradores especiais. O que se destina à combustão na usina é tirado diretamente das moendas para as fornalhas por meio de transportadores apropriados.

Uma usina trabalhando conjuntamente com a destilaria pôde economizar 13 a 14% de sua produção de bagaço, o mesmo podendo-se dizer duma fábrica operando também com uma refinaria, tudo dependendo da respectiva capacidade. Todavia, se se deseja realizar o máximo de economia, urge então organizar esquemas adequados colimando tal fim.

b) — Combustível para locomotivas — Uma central de açúcar pôde ficar inteiramente independente no que tóca ao uso de outro qualquer combustível que não o bagaço para o seu sistema de transportes; representa isto, em média, cerca de 70% de economia de combustível para as locomotivas em comparação com outros combustíveis. De modo que a questão do aproveitamento do bagaço deve figurar como coisa de primeiro plano para qualquer grande usina.

O bagaço armazenado com 25 a 40% de umidade pôde ainda ser utilizado, se bem fosse preferível seu emprêgo com um teor de umidade abaixo de 25%. Em boas condições de armazenagem, por exemplo, em galpões bem ventilados, a umidade do bagaço ensacado e armazenado cai de 50 para 30% no primeiro mês; de 30 para 22, no segundo; e daí em diante, cerca de 2 a 3% por mês, alcançando um equilíbrio de 13 a 14% dentro de 5 ou 6 meses de armazenamento.

c) — Combustível para o forno de cal — Existem usinas que fabricam sua própria cal. O bagaço ensacado presta-se muito bem

para comburir as pedras de cal, contanto que o seu teor em umidade não exceda de 30%. Com um tipo apropriado de fornalha, pode-se manter perfeitamente uma temperatura de 1.000 a 1.300° F.

d) — Combustível para a entre-safra — Os trabalhos de destilaria, na entre-safra, dependem, na sua maior parte, do aproveitamento do excesso de bagaço, por representar êste uma fonte baratíssima de combustível. Uma central, que move, aqui, nas Filipinas, uma outra fábrica dessecação de amendoas de côco, sempre lançou mão desta fonte de energia.

Em condições normais, as unidades de força, na entre-safra, saem, via de regra, mais baratas, trabalhando-se com óleo combustível.

e) — Para serviços domesticos — Com fogões apropriados, muita vez fabricados na propria usina, algumas centrais têm utilizado com exito o bagaço ensacado para combustível domestico de seus trabalhadores.

f) — Taboas — Durante 1937, importámos 2.625.780 quilos de taboas de papelão, para divisões de parede, num valor de . . . . 337.567.00 pesos. (1). Admitindo-se que seja todo esse papelão de bagaço, o que, aliás, não é verdade, pesando 650 libras por 1.000 pés quadrados, o equivalente total em pés quadrados do material acima importado ascende a 8.900.000 e a média do valor declarado por pé quadrado corresponde a 0,038 pêso filipino. O preço de retalho de tais taboas de papelão à base de bagaço, em Manila, em tempos normais, é de cerca de 0,08 peso por pé quadrado ou seja aproximadamente 270 pesos por tonelada. Pôde o bagaço ser transformado em papelão para divisões de compartimentos pelo custo de 60 pesos a tonelada; de modo que, admitindo-se que o preço de fábrica saia pela metade do do retalho, isto é, a 135 pesos a tonelada, e um custo de fábrica a 80 pesos por tonelada, teremos aí uma apreciavel fonte de lucro, uma boa margem para inversão de capitais.

Cerca de 2 toneladas e meia de bagaço fazem uma tonelada de papelão. Essas divisões de papelão são fabricadas nos Estados Unidos (Celotex), no Hawai (Cancc), em Cuba e na Australia.

g) — Celulose — Na estado sêco tem o bagaço de 55 a 60% de celulose total, sendo 43 a 45% de celulose alia ou de alto grau. Logo que sai das moendas, apresenta o bagaço um teor em umidade de 45 a 50% e,

assim, o conteúdo de celulose é de apenas a metade das cifras acima enunciadas.

A celulose é a matéria de estrutura das plantas e como tal, fóra do ar e da água, não ha nada mais abundante na natureza. No seu estado original como madeira ou como material fibroso, tem servido ao homem de todas as maneiras. Dado seu conteúdo fibroso, é usada intensamente nas industrias texteis e de papel. Se na sua estrutura primitiva é ela tão util, com a destruição ou a modificação dessa mesma estrutura, levada a cabo pela quimica moderna, as suas applicações, sob multiplas formas, são incontaveis: sêda, celofane, vestes de inverno e uma infinidade de artigos moldados são nomes genericos que compreendem uma galaxia de produtos a surgirem todo o dia garantindo o conforto necessário ao homem e, mesmo, o luxo.

O aproveitamento do bagaço como fonte de celulose para tais usos tem sido e continúa a ser objeto de acurados e pacientes estudos em varias partes do globo. Seu grande vulto, sua alta porcentagem de cerne, suas derradeiras libras encurtadas constituem problemas especiais e que não aparecem quando se trata de madeira. Tais problemas têm sido investigados em referência às condições particulares pertinentes a cada região. É assim que em certas misturas é a celulose utilizada na fabricação de varios tipos de papel — de embrulho, "crepon" e caixinhas de papelão — tendo sido instalada uma fábrica em Formosa, Japão, para trabalhar-la na fabricação da sêda, ou simples ou de mistura com polpa de madeira.

No laboratorio da "Victoria Milling Company à sêda e o celofane são feitos à sua base, cogitando-se já da instalação de uma outra fábrica em Baís, trabalhando polpas de alto grau. O que é evidente é que se os problemas referentes ao bagaço têm sido e ainda são motivo de estudos especializados, deverão ser empreendidos em maior escala e continuados com mais afinco, colimando a descobêrta de novas applicações, independente dos trabalhos já levados a efeito pelas duas empresas citadas.

A utilização da energia potencial contida na matéria medular, que se separa, a qual preenche de 30 a 40% do material hidrocarbonado do bagaço, é outro campo de pesquisa aberto à espera do toque criador do quimico industrial. Dependendo da natureza do produto que se pretenda fazer, uma tonelada de polpa requer de 4 a 10 toneladas de bagaço molhado.

**Distilação a sêco do bagaço** — Alguns trabalhos a êsse respeito levados a efeito em Cuba nos são relatados por Fernando Guerrero. Os produtos obtidos foram: alcool metilico, alcatrão e carvão vegetal "ativado" empregado nas refinarias de açúcar. O rendimento de carvão beira os 12,5% do bagaço original e do acido piro-lenhoso, 22%.

A proporção dos constituintes no produto resultante é:

	% de bagaço sêco
Acido piro-lenhoso bruto. . . . .	43,39
Carvão. . . . .	25,09
Gazes. . . . .	31,52

e o conteúdo médio de acido piro-lenhoso:

	% de acido piro-lenhoso
Alcatrão e produtos similares. . . . .	12,35
Alcool metilico. . . . .	1,19
Acidêz: calculada em função do acido acetico. . . . .	3,01

Tais rendimentos estão muito abaixo daqueles obtidos com a distilação a sêco da madeira, mas condições especiais podem determinar um negocio lucrativo a esse respeito numa usina de açúcar. O alcool metilico é de bom emprêgo como desnaturante para o alcool etilico derivado de melaços.

**Cinza de bagaço como adubo** — Tem o bagaço de 1,5 a 2,5% de cinza, conforme a variedade da cana moída. Ha uma boa quantidade de potassa nesta cinza, mas parte dela combina-se com a silica para formar a escoria vitrea das fornalhas, parte se vai pela chaminé e o que resta nas grelhas contem uns 5% de potassa e pequena quantidade de acido fosforico. Esta cinza póde ser levada ao campo como fertilizante.

No fabrico de garrafas, a cinza de bagaço tem sido empregada em certa escala como fonte de silica, somente quando se manufaturam garrafas coloridas, utilizando-se necessariamente uma certa quantidade de garrafas velhas.

**TORTA DO FILTRO** — a) — como adubo. São os seguintes os resultados obtidos com as analises de amostras médias da torta do filtro, passada pelos caixilhos e pelas placas:



	Vict. Mill Co. -Saftm 1928/29 Média	Col. Agri. da Univ. da Flórida	Haw. I. Indus. Fabr. de Açúcar de Natal	Univ. de Cuba
Nitrogenio. . . . .	1,32	1,52	1,37	2,03
Anidro fosforico. . . . .	2,24	8,35	2,25	2,38
Oxido de potassio. . . . .	0,69	—	0,72	1,13
Oxido de calcio. . . . .	7,97	9,98	5,92	3,21
Cinza. . . . .	—	35,32	27,72	—

Na forma com que vem da usina, contem, a torta do filtro 65 a 70% d'água, de modo que estes constituintes são automaticamente diluídos quando a torta é aplicada fresca, como aliás deve ser, no campo de plantação. Da parte solida cerca de dois terços são constituídos de materia orgânica, a maior parte bagacilho, e um terço de materia mineral. A maior parte do acido fosforico do caldo de cana expremido nas moendas precipita-se como fosfato de calcio, durante a clarificação, e vai deter-se na torta do filtro. Compreende-se assim facilmente quão necessaria se torna a applicação da torta em terras deficientes em fosfato. As applicações de tal adubo vão de 75 a 100 toneladas por hectare, devendo-se espalhar a torta uniformemente no campo. As despesas com essa applicação vão de 40 a 50 centavos mais ou menos por tonelada, mas como estas quantidades de torta dispensam muito bem o uso de adubos quimicos, sem se falar nas grandes vantagens nos sólos acidos e em deficit de fosfato, os rendimentos dão margem a compensar muito bem as despesas realizadas. Em terras abundantes de fosfatos e de cal, os resultados não se apresentam assim tão compensadores e, além disso, em virtude de seu alto custo e das dificuldades de sua applicação, muitos plantadores não o utilizam; o que não resta duvida é que ela beneficia grandemente o campo de plantação.

Se bem que os elementos fertilizantes da torta de filtro não se percam quando se armazena aquele adubo, em pilhas, exceção talvez de um pouco de nitrogenio amoniacal, torna-se muito mais pratico applica-la fresca. Quando empilhada ao ar livre, ela póde comburir expontaneamente ou póde ficar melada pela ação das chuvas. Levando-se em consideração as despesas de sua applicação, a torta do filtro, como adubo, póde ser estipulada, valor liquido, em cerca de 20 centavos por tonelada bruta.

b) — Cêra da torta do filtro — Num número de "Sugar News", de 1921, escrevia G. H. Halden: "A "Natal Cane By-Products Co.

Ltd." (Companhia de Sub-produtos da Cana de Natal), de Durban, Natal, Africa do Sul, fabricava, ha poucos anos, cêra de torta de filtro. Tal cêra e dura, tem um alto ponto de fusão, adquire ótimo polimento e mostra-se praticamente igual à melhor cêra de carnauba ou de abelha varias toneladas do novo produto já foram embarcadas para Londres, onde existe grande procura do artigo por parte dos fabricantes de moveis e de pastas para calçados. A cêra da torta da prensa é uma mistura de diversos compostos organicos, cerea de dois terços dos quais são glicerides dos ácidos oleico, stearico, palmitico e varios outros junto com resina e substâncias aromaticas; o restante é constituído, na sua maior parte, de alcoois saturados.

Deerr e Norris, trabalhando em 1909 com tortas de prensa dum certo número de usinas do Hawai, encontraram uma média de 9,55 partes de cêra por cento de amostras, sêca. Se a cana fôr queimada antes da época de colheita, baixa consideravelmente o conteúdo de cêra".

Experimentalmente, cêra de torta de filtro foi preparada nas Filipinas, no Colégio de Agricultura, pelo Dr. M. L. Roxas, e na Central Bais por Miguel Rosales. O primeiro relata que conseguiu uma extração de eter de 9,59% na torta sêca.

c) — Torta de filtro como combustivel — Algumas usinas costumam mandar a escuma da clarificação para as moendas ao invés de toca-la para os filtros. Dessa maneira, perde-se o valor fertilizante da torta, mas recupera-se o teor calorifico, sabido que a torta contem dois terços de bagacilho. A celulose tem 4.000 calorías por quilo; os açúcares, 3.900; e as gorduras e cêras, 9.000. Considerando-se tais valores na escuma produzida e acrescentada ao bagaço das moendas, estima-se que o valor calorifico deste ultimo aumenta de 2,5 para 5%.

(Continúa).

(1) O peso filipino está estabilizado em 50 centavos americanos.

NOTA — Na preparação do presente relatório, foram usadas as seguintes referencias: "Industrial Engineering Chemistry", "Philippine Journal of Science", "Philippine Agriculturist", "Facts About Sugar", "Farm Chemurgic Journal", "Hawaiian Sugar Planters', Experiment Station Record", "Chemical Industries", "Allen's Commercial Organic Analysis", "Roger's Manual of Industrial Chemistry"; "Riegel's Industrial Chemistry"; "Nash and Howe's Motor Fuels and Their Preparation", "Arnstein's The Utilization of Molasses", "Sugar News", "Spencer's, Deerr's, Geerlig's and Browne's Sugar Handbooks", "The Cuban Technologists' Proceedings" e as anotações de laboratorio da "Victoria Milling Company".

## DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA NA ÍNDIA

A Índia é tida geralmente como o berço de origem da cana de açúcar, datando a produção de açúcar ali de mais de 3.000 anos. Talvez devido à sua alta antiguidade é que a indústria vem adotando mui lentamente os métodos modernos e que o grosso da safra indiana, que ascende a perto de 5.000.000 de toneladas anuais, é ainda produzido e largamente consumido sob a forma dum açúcar bruto conhecido por "gur". — Na sua fabricação, a cana é esmagada em moendas de engenhos primitivos, as quais extraem, apenas de 60 a 70% de caldo, que é purificado somente pela descumação e decantação. O produto resultante é rico em glicose e pobre em sacarose, mas apresenta um sabor interessante e goza das preferencias da maior parte da população nativa, que pretere o refinado. Em virtude das deficiencias técnicas de cultivo e extração, o rendimento médio de cana, por acre, fica abaixo de 20 toneladas e o de açúcar vai a um pouco menos de 1 tonelada.

Se bem que a cana viceje facilmente em qualquer parte da Índia, a produção principal está centralizada nas Provincias Unidas, Bihar, Orissa, Bengala, Madras e Bombaim. As terras ao longo do tradicional rio Ganges constituiram também, durante muito tempo, o coração da industria açucareira indiana.

Nos ultimos anos aumentou consideravelmente a procura do açúcar branco. Importações deste tipo, principalmente de Java, alcançaram cerca de 1 milhão de toneladas anuais ou mais. Em 1932, afim de libertar o país da dependencia do açúcar estrangeiro e encorajar a produção local, o governo decidiu levar a cabo uma politica protecionista do açúcar, estabelecendo tributações sobre o produto alienigena. Essa legislação logrou incrementar grandemente a industria, construindo-se novas usinas, na sua maior parte de proporções moderadas, mas todas com equipamento dos mais modernos e com organização modelar. O numero de tais fabricas, trabalhando na safra de 1937/38, foi de 138, alcançando á cifra de 165 o numero total, incluindo as instalações em construção ou projetadas. 11 destas organizações trabalharam apenas como refinarias de "gur". E' a seguinte a distribuição das usinas, por provincias: Provincias Unidas, 79; Bihar e Orissa, 37; Madras, 13; Punjab, 12; Bengala,

12; Bombaim, 9, Burma, 3; India Central, 1; Estados nativos de Mysore e Travancore, 1 cada.

A produção de açúcar da Índia, nestes ultimos vinte anos, foi a seguinte, em toneladas metricas:

1919.	2.495.000
1920.	3.088.000
1921.	2.562.000
1922.	2.656.000
1923.	3.091.000
1924.	3.370.000
1925.	2.577.000
1926.	3.035.000
1927.	3.307.000
1928.	3.266.000
1929.	2.779.000
1930.	2.805.000
1931.	3.269.000
1932.	4.033.000
1933.	4.759.000
1934.	4.950.000
1935.	5.385.000
1936.	5.285.268
1937.	5.857.657
1938 (Estimativa).	4.994.920

### **E. G. Fontes & Co.**

Exportadores de Café, Açúcar,  
Manganez

E outros productos nacionaes

Importadores de tecidos e mercadorias em geral

Instalações para produção de  
alcohol absoluto pelo processo  
das Usines de Melle

Rua Candelaria Ns. 42 e 44

TELEFONES: } 23-2539  
                  } 23-5006  
                  } 23-2447

CAIXA DO CORREIO N. 3

Telegrammas AFONTES . RIO

RIO DE JANEIRO



# A SAFRA DE AÇUCAR DE BETERRABA DA EUROPA EM 1938-39

H. C. PRINSEN GEERLIGS.

Durante o ano estatístico 1938-39 (1 de setembro a 31 de agosto), a área plantada de beterraba na Europa foi de 1.763.239 hectares contra 1.641.041 hectares em 1937-38. O aumento verificado, de 122.198 hectares ou seja 7,4 por cento, foi distribuído igualmente entre os diversos países.

A chegada antecipada da primavera obrigou os plantadores a fazer a semeadura mais rapidamente, o que, no entanto, foi compensado por um período longo, frio e sem chuvas, durante os meses de maio e junho. Essa circunstância explica a baixa percentagem do rendimento de beterraba por hectare, observado em quase todos os países produtores.

Além disso, a produção de açúcar por hectare foi ainda pior, mediante 3.595 quilos de açúcar bruto contra cerca de 4.336 no ano anterior.

O total da safra açucareira foi de 6.348.011 toneladas métricas, valor bruto, contra 7.115.101 toneladas em 1937-38. Verifica-se que, não obstante o aumento da área de cultivo, a produção de 1938-39 caiu em relação à anterior de 767.090 toneladas, correspondente a 10,9 por cento.

A cifra oficial do consumo é de 9.785.000 toneladas, valor bruto, contra 9.097.000 em 1937-38. Não é, porém, absolutamente certo que essa quantidade tenha de fato sido consumida. Muitas pessoas, acautelando-se de possível escassez em tempo de guerra, adquiriram e acumularam estoques, que ainda existem e podem ser considerados como estoques invisíveis, embora tenham sido computados no consumo.

Mas, o certo é que o consumo europeu excedeu a produção, de sorte que, como, aliás, tem acontecido em outros anos, houve necessidade de importar grandes quantidades de açúcar para atender não só às exigências dos consumidores como dos exportadores de refinados para a Ásia Menor, África do Norte, África do Sul e outros mercados.

Os estoques visíveis sofreram uma redução bastante sensível, caindo de 2.316.841 toneladas em 31 de julho ou agosto de 1938 a 1.728.212 toneladas nas mesmas datas de 1939. Parte desse estoque foi reservado para ser utilizado em caso de emergência, reduzindo-se desse modo ainda mais o açúcar disponível para o público.

O quadro que acompanha estas notas inclui as cifras referentes às áreas plantadas, expressas em hectares, e ao açúcar produzido, expresso em toneladas métricas, valor bruto. Figuram também dados idênticos relativos a 1937-38.

PAÍSES	1937-38		1938-39	
	Hectares	Tons.	Hectares	Tons.
Alemanha . . . . .	427.954	2.367.442	510.410	2.109.693
Tchecoslovaquia . . . . .	166.918	759.877	—	—
Boemia-Moravia . . . . .	—	—	113.634	279.216
Slovaquia . . . . .	—	—	13.900	51.320
Hungria . . . . .	37.700	111.027	45.200	127.517
Franga . . . . .	233.600	953.809	241.388	848.831
Belgica . . . . .	47.757	237.384	50.053	193.494
Holanda . . . . .	41.951	235.953	42.270	205.734
Dinamarca . . . . .	40.400	250.869	38.900	191.800
Suecia . . . . .	57.241	346.286	50.756	292.178
Polonia . . . . .	147.600	562.072	149.478	545.801
Italia . . . . .	110.000	248.333	125.000	397.778
Espanha . . . . .	85.000	161.100	95.000	135.000
Dantzig . . . . .	4.850	13.809	5.768	15.141
Iugoslavia . . . . .	14.582	37.370	22.066	85.809
Rumania . . . . .	29.628	75.676	55.677	155.446
Bulgaria . . . . .	10.188	30.040	11.718	19.761
Reino Unido . . . . .	127.056	414.212	133.500	325.266
Irlanda . . . . .	23.745	91.749	19.625	60.840
Suiça . . . . .	2.400	12.100	2.900	13.000
Finlandia . . . . .	3.345	11.026	5.186	15.264
Letonia . . . . .	12.826	50.194	14.211	37.036
Lituania . . . . .	8.300	28.673	7.590	23.086
Turquia . . . . .	10.000	15.000	9.000	19.000
	1.641.041	7.115.101	1.763.230	6.348.011

Nota — O quadro acima não inclui a Rússia nem as partes asiáticas da Turquia.

(De "The International Sugar Journal").

# PUBLICAÇÕES

Mantendo o Instituto do Açúcar e do Alcool uma Bibliotéca, anexa a esta Revista, para consulta dos seus funcionários e de quaisquer interessados, acolheremos com prazer os livros, gentilmente enviados. Embora especializada em assuntos concernentes á industria do açúcar e do alcool, desde a produção agricola até os processos técnicos, essa Bibliotéca contém ainda obras sôbre a economia geral, a legislação do país, etc. O recebimento de todos os trabalhos que lhe forem remetidos será registrado nesta secção.

## ANNUAIRE SUCRIER — Paris — 1940.

Já no 66.º ano de sua publicação, o "Annuaire Sucrier" de França é um dos trabalhos mais acreditados do mundo no genero. A edição correspondente à safra de 1939-40 e que entrou em circulação no começo deste ano não desmerece desse conceito.

Pela abundancia de seus dados e informações, essa obra permite lançar vistas gerais sobre a situação açucareira não só da França, como de todos os países produtores. Com referencia particularmente à França, ela publica desde a relação de todas as fabricas, refinarias, distilarias, etc., quer no continente, quer nas colónias e protetorados, acompanhadas de notas concisas sobre cada uma, até os últimos atos administrativos a resolução legislativa da grande República sobre a matéria.

Na parte dedicada aos outros países açucareiros, ocupa o Brasil 20 páginas, sendo 16 com a relação das usinas, proprietários, localidades e capacidade das moendas, e 4 de texto bem orientado.

Refere-se sucintamente à organização e atuação do Instituto do Açúcar e do Alcool, contendo ainda as tarifas aduaneiras sobre o produto e as taxas de exportação dos diversos Estados.

Elaborado com espirito pratico, recorrendo sempre às melhores fontes de informações, o Anuario Açucareiro de França é um guia seguro, para todos os que precisam conhecer as atuais condições da industria do açúcar e do alcool em todas as partes da terra.

## BOLSA DE MERCADORIAS DE S. PAULO — Relatório do exercício de 1939.

Apresentado à assembléa geral ordinária de janeiro deste ano, o Relatório da Diretoria da Bolsa de Mercadorias de S. Paulo, correspondente ao exercício de 1939, aparece agora em grosso volume de perto de 400 paginas, com o texto intercalado de numerosos quadros estatísticos.

Centro dos grandes negócios que se realizam em torno dos principais produtos de exportação e importação, a ação da Bolsa de Mercadorias de S. Paulo se estende a todos os setores da economia paulista. Por isso, o relatório de seu presidente, Sr. Carlos de Souza Nazareth, contém valiosas informações sobre as atividades economicas do grande Estado durante o ano findo.

## JORNAL AGRICOLA — Rio — Fevereiro de 1940.

A imprensa especializada do país acaba de ser enriquecida com um novo órgão, "Jornal Agrícola", cujo programa está implicito no proprio titulo. Dirigido pelo sr. J. A. Silva e com um corpo de redatores habilitados, esse periódico apresentou no seu primeiro numero, de fevereiro deste ano, um conjunto de artigos e notas interessantes sobre assuntos agricolas do Brasil. Além disso, publicou um "Retrospecto do noticiário oficial do Ministério da Agricultura", cuja utilidade é evidente para as classes produtoras.

## O COQUEIRO NO BRASIL — Gregorio Bondar — Baía — 1939

Consultor técnico do Instituto Central de Fomento Economico da Baía, o engenheiro agronomo Gregorio Bondar publicou valioso estudo sôbre um dos produtos tradicionais daquêlê Estado, pois que é conhecido geralmente como "côco da Baía", embora seja explorado tambem em outros pontos do Brasil. O mérito do seu trabalho é atestado pelo prefácio de um mestre da agronomia brasileira, o sr. Artur Torres Filho, diretor do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura e presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

O sr. Gregorio Bondar elaborou completa monografia sôbre "O coqueiro no Brasil", estudando-o sob todos os pontos de vista, com abundancia de ensinamentos, observações próprias e dados estatísticos. Quem quer que se dedique à cultura e industrialização do rico vegetal não pôde prescindir da leitura dessa monografia.

## ACCION INDUSTRIAL — Buenos Aires — 1940.

Periódico dedicado à industria argentina, já no segundo ano de existência, "Accion Industrial" publicou excelente edição do Ano Novo. Dividida em duas secções e fartamente ilustrada, com abundantes editoriais e notas sôbre assuntos de sua especialidade, essa edição reflete brilhantemente o grande progresso industrial da Republica Argentina.

## DIVERSAS

BRASIL: — Informador Comercial, n.º 17; Revista da Associação Comercial do Maranhão, n.º 173; Anuario da Associação Comercial da Pa-



raiba, 1939; Hamann, n.º 40; Boletim do Sindicato Médico Brasileiro, n.º 134; Vida Cariocã, n.º 155; D.N.C. 77; Boletim da Associação Comercial do Rio de Janeiro, n.º 215; Revista Bancária Brasileira n.º 85; Vida Militar, dezembro; Boletim do Ministerio da Agricultura, julho-setembro; Nossa Terra, outubro-novembro; Boletim da Associação Comercial do Rio de Janeiro, 26 de janeiro; Boletim do Instituto Baiano do Fumo, n.º 6; Revista do DAC, n.º 9; Economia, n.º 8; Revista de Química Industrial, n.º 92; Revista do Instituto do Café, n.º 152; Cruz de Malta, n.º 20; Mundo Automobilístico, n.º 72; A Panificadora, n.º 171; Revista Agronomica, n.º 36; Boletim da Associação Comercial do Rio de Janeiro, 2 de fevereiro; Ajuri, n.º 4; Maquinas e Construções, n.º 1; Boletim da Bolsa de Mercadorias de S. Paulo, n.º 75; Boletim da Camara de Comercio Chileno-Brasileira, n.º 35 e 36; O Economista, janeiro; Boletim do Ministerio das Relações Exteriores, nos. 48, 49, 50 e 51; Revista da Associação Comercial do Maranhão, n.º 174; Revista Comercial do Pará, n.º 44; O Coqueiro Anão, R. Fernandes Silva; Boletim do Ministerio da Agricultura, julho-setembro; Produção e Credito, n.º 6; Boletim Economico do M. do Trabalho n.º 17; Informador Técnico Industrial, n.º 1; Boletim da Associação Comercial do Rio de Janeiro, nos. 218 e 219; Boletim de Informações da Bolsa de Mercadorias de S. Paulo, nos 76 e 78; Revista da Agricultura, nos. 11-12; Industria de Bebidas, n.º 18; Economia, n.º 9; Observador Economico e Financeiro, n.º 49; Mensario Estatístico, n.º 11; Revista de Química Industrial, n.º 93; Revista Bancária Brasileira, n.º 86; Tecnologia Brasileira n.º 7; A Voz do Comercio, n.º 67; Eternit, n.º 3; Vida Militar, Janeiro; Boletim da Associação de Assistência dos Tuberculosos Proletarios, ns. 5 e 6; Revista do Instituto do Café, n.º 153; Revista do D.N.C., n.º 78; A Panificadora, n.º 172; Boletim do Centro de Importadores de Fortaleza n.º 64 a 66; O Economista, Fevereiro.

**EXTERIOR:** — Belgique Amerique Latine, n.º 20; Revista de la Camara de Comercio Uruguayo-Brasileña, n.º 9; L'Industria Sacarífera Italiana, n.º 12; Weekly Statistical Sugar Trade Journal, nos. 1-2; Commerce Reports n.º 1; The Philippine Agriculturist, n.º 7; Cuba Economica y Financeira, n.º 165; Boletim Estadística Agropecuaria, n.º 509; Boletim del Consorcio de Centros Agricolas de Manabi, nos. 7, 8, 9 e 10; Fortnightly Review, nos. 8, 83 e 84; Rivista di Política Economica, dezembro; F. O. Licht, 31 de dezembro; Revista de Agricultura, n.º 121; Weekly Statistical Sugar Trade Journal, n.º 3; Facts about Sugar, n.º 1; The International Sugar Journal, Janeiro; Sugar News, dezembro; Bulletin Mensuel de Statistique Agricole et Commerciale, dezembro; Journal des Fabricants de Sucre, n.º 52; Revista Vinicola, n.º 121; Boletim de Policia Sanitaria de los Animales, n.º 167; Boletim de Estadística Agropecuaria, n.º 509; Argentina Fabril, n.º 853; Banca Y Comercio, n.º 1; Conservacion de flores en camara fria, por Delia Rodrigues Lopez; La Revue Agricole de l'Íle Maurice, n.º 107; Re-

vista de la Camara de Comercio Uruguayo-Brasileña, n.º 10; Statistical Bulletin of the International Sugar Council, n.º 1; The Weekly Statistical Sugar Trade Journal, n.º 4; El Rotariano Argentino, n.º 155; M. A. N. ; Journal des Fabricantes de Sucre, n.º 1; "Sugar Beet Journal", n.º 4; Weekly Statistical Sugar Trade Journal, nos 5 e 6; Gaceta Algodonera, n.º 192; Bulletin Mensuel de Statistique Agricole et Commerciale, n.º 1; Bulletin Mensuel de Renseignements Techniques, n.º 1; The Philippine Agriculturist, n.º 8; L'Industria Sacarífera Italiana, n.º 1; Belgique Amérique Latine, n.º 1; Fortnightly Review, n.º 86; Revista de la Camara de Comercio Argentino-Brasileña, n.º 292; Boletim de Estadística Agropecuaria, n.º 12; Boletim de Policia Sanitaria de los Animales, n.º 168; Revista Vinicola, n.º 122; Monthly Report on Sugar, Janeiro; Cuba Economica, n.º 1; La Vida Agricola, n.º 194; Belgique Amérique Latine, n.º 2; The Australia Sugar Journal, n.º 10; Banca y Comercio, n.º 2; W-E-Z, n.º 1; Revista de la Camara de Comercio Guayaquil, nos. 373, 372 e 374; Commerce Reports, n.º 6; Instruções para combatir la oruga de la hoja del algodónero, J. A. de la Vega; Facts about Sugar, fevereiro; Journal des Fabricants de Sucre, n.º 5; Weekly Statistical Sugar Trade Journal, n.º 8; Bulletin Mensuel de Renseignements Techniques, n.º 2.

## Coletânea da Legislação Federal

SOBRE

**Açúcar e Rapadura  
Alcool e Aguardente  
Petróleo e Gasolina  
Isenção e redução de direitos**

Obra completa, com extenso índice alfabético e remissivo, contendo, ainda, as principais decisões ministeriais e as do INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL, desde 1931 até junho de 1939.

Preço: Brochura ..... 30\$000

**L. VELLOSO**

Rua Gal. Camara 19-6º andar

RIO DE JANEIRO

Ou por intermedio da Secção de Publicidade do I. A. A.

## COMENTARIOS DA IMPRENSA

A transcrição de notas e comentários da nossa imprensa, nesta secção, não significa, convem deixar bem claro, concordancia, da nossa parte, com os conceitos nêles exarados.

### O COMBUSTIVEL NACIONAL

O sr. Barbosa Lima Sabrinho, na entrevista coletiva que concedeu aos representantes da imprensa, salientou o interesse do Instituto que preside, em fomentar a produção do combustível nacional.

Nesse sentido é que o Instituto instalou as grandes destilarias, as quais visam absorver o excesso das safras, transformando-o em alcool, em vez de ser exportado a preços vis para o estrangeiro.

A importancia que o alcool vai tendo, como sucedaneo da gasolina, toma sabretudo nesta hora uma significação especial, dado o grande consumo do petroleo no mundo, como indispensavel à guerra.

O Brasil tem de pensar na melhor maneira de acionar os seus veiculos motorizados admitindo a possibilidade de ir rareando o combustível estrangeiro. Se todos os países beligerantes absorvem cada dia maior quantidade de petroleo, não podemos prever até onde irá esse volume, si a guerra atual tiver o prolongamento da de 1914.

Pensar no alcool-motor é realizar uma obra de previdencia e ao mesmo tempo de interesse pela defesa nacional. Hoje não se discute mais se o alcool é ou não é um bom carburante.

Toda a questão está em aumentar a produção e elevar a quota para a mistura com a gasolina, a qual de 10 por cento poderia ser de 30.

Quanto mais alcool produzirmos, e por preço que compense a substituição da essencia, maior autonomia economica teremos adquirido. E por isso mesmo é que, limitando-se a produção de açúcar, afim de evitar a superprodução, nunca se impoz limites à lavoura canavieira.

Aliás, não sendo a cana o unico elemento sucetivel de fornecer combustível para motores, o Brasil terá de operar larga politica de aproveitamento de todos os carburantes, inclusive o gasogeneo, afim de evitar o escoamento de dinheiro para fóra do país.

O combustível é um problema tão im-

portante quanto a alimentação. Assim como nos sentimos um tanto humilhados, porque compramos fóra artigos para a nosso proprio sustento, do mesmo modo devemos nos julgar sem a necessaria autonomia, se para acionar os nossos motores dependemos do que compramos no exterior.

("Diario de Pernambuco", 13-2-40).

### AÇÚCAR E RAPADURA

A produção de rapadura havia sido favorecida, antes do decreto-lei n. 1831, por uma situação especial, que a distanciava até mesmo do regime estabelecido para a fabricação de açúcar batido. Basta lembrar que a produção de açúcar era limitada em todo o Brasil e sujeita a uma taxa de 300 réis. A rapadura podia ser produzida livremente e não pagava nenhuma taxa.

Convenhamos que a produção de rapadura e a de açúcar cristal devem ser tratadas diferentemente. São artigos distanciados nos metodos de fabricação e no consumo. Mas entre a rapadura e o açúcar instantaneo, as diferenças se tornam insignificantes. O açúcar batido é apenas a rapadura triturada. Destina-se ao consumo de uma zona muito limitada, muitas vezes de uma fazenda, e serve apenas ao pobre. Isso não impedia que fosse tratado com rigor. Um pobre diabo, que possuía moenda de madeira e alguns tachos, mas não havia cuidado, em tempo, de sua inscrição, era obrigado a desistir dessa fabricação, sofrendo prejuizos que estavam acima de sua capacidade de resistencia. Era a ruina, imposto pela lei, que proibia a montagem de novos engenhos, sem fazer distinção entre os generos de produção.

Daí resultava, aliás, outro inconveniente. Interdita a instalação de novos engenhos, mas permitida a produção ilimitada de rapadura, sucedia que os engenhos atuais de rapadura podiam aumentar a sua produção livremente, enquanto se negava a um pobre diabo a instalação, ou o funcionamento de sua moenda de madeira. Onde a justiça dessas normas?

O decreto-lei n. 1831, de 4 de Dezembro do ano passado, não limita a produção de novos engenhos de capacidade reduzida. O que ele proíbe, sim, é a produção ilimitada de engenhos; que tenham mais de cem car-



gas por ano. Desde que se adotou o privilegio, cumpre estendê-lo ao maior numero possível de pessoas. Quem tiver a sua pequena fabrica de rapaduras não será mais obrigado a fechá-la. Mais do que isso: esse pequeno produtor não está sujeito a nenhuma taxa ou imposto sobre a sua produção. O decreto-lei n. 1831 o isenta de contribuições, desde que ela produza menos de cem cargas de rapadura por ano.

No momento em que a lei tratava de proteger o pequeno produtor de rapadura, era justo que cuidasse tambem de amparar o pequeno produtor de açúcar batido. Os engenhos de menos de cem sacos de produção ficam livres da taxa que antes os onerava, e equiparados à situação dos pequenos rapadureiros. Com essas medidas, a isenção alcançará, pelo menos, a dois terços dos engenhos existentes. Em suma, o decreto-lei numero 1831, mantendo a situação dos pequenos fabricantes de rapadura e isentando os pequenos produtores de açúcar batido, estabeleceu uma taxa nova, e moderada, sobre os engenhos de produção maior de rapadura, convencido de que o vulto dessas fabricas poderia comportar uma tributação de menos de 10 réis por quilo.

("Jornal do Brasil", 8-2-40)

### DESEQUILIBRIO

Segundo se verifica pelos dados estatísticos do mais recente numero do "Brasil Açucareiro", todos os Estados, excetado apenas o Distrito Federal, são produtores de açúcar, embora alguns figurem com pequenas parcelas, sendo verdadeiramente grandes centros produtores, classificados em ordem decrescente, Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Alagôas. A partir da Baía vai caindo a cifra que assinala o volume das safras, ficando estas — estatísticas de 1939 entre 694.109 sacos na Baía e 5.100 sacos no Amazonas.

Poderia parecer que demos um salto por cima do Acre. Nada disso. É que o territorio já produz mais açúcar do que o Amazonas. No ano proximo findo o produto das usinas atingiu 9.726.745 sacos, sendo a maior contribuição procedente dos tres Estados colocados nos tres primeiros logares: Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro, que, além de possuírem as maiores lavouras, dispõem dos mais

aperfeiçoados estabelecimentos para a fabricação de açúcar.

Não vamos, porém, reproduzir e acompanhar todos os algarismos estatísticos divulgados pelo "Brasil Açucareiro" sobre a safra de cada Estado e o resultado global. São de outra ordem economica as considerações que as cifras nos sugerem. Possivelmente a maioria dos Estados produz para o respectivo consumo, embora exportando um pouco. Mas para onde?

A autorização para o fabrico e a exportação para o estrangeiro estão condicionadas ao regimen das quotas estabelecidas respectivamente pelo Instituto do Açúcar e pela Conferencia Internacional do Açúcar, organismo de que é membro o Brasil. É verdade que Estados grandes produtores, como São Paulo, em virtude do contróle exercido por aquele aparelho são compelidos a importar parte da mercadoria para o seu consumo. Aproximamo-nos do objetivo deste comentario, que é o seguinte: em relação ao açúcar, como a outros produtos, não ha o equilibrio que seria para desejar e que incontestavelmente beneficiaria a economia interna.

Extenso como é, dotado de variadas zonas climatericas para mais de uma especie de cultura, o Brasil poderia equilibrar, distribuindo-a convenientemente, sua opulenta produção, prevenindo a super-produção que resulta, em regra, dessa concorrência dos Estados para o mesmo rumo de trabalho agricola. O proprio café não tem escapado à regra.

("Correio da Manhã", Rio, 2-3-40).

## "Alcool Absoluto"

pelo

**Dr. Anibal R. de Matos**

Brochura 6\$000

**A' venda no Instituto do  
Açúcar e do Alcool**

# BRASIL AÇUCAREIRO

ORGÃO OFICIAL DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA GENERAL CAMARA N. 19-7.º and.-s. 12  
TELEFONE: 23-6252 — CAIXA POSTAL, 420

OFICINAS — RUA MAYRINK VEIGA, 22 — TELEFONE 23-3990

DIRETOR — Miguel Costa Filho

Redator principal — Joaquim de Melo

Redatores — Gileno Dé Carli, José Leite e Renato Vieira de Melo

Assinatura anual, para o Brasil . . . . .	25\$000
Assinatura anual, para o exterior . . . . .	30\$000
Numero avulso . . . . .	3\$000
Numero atrasado . . . . .	5\$000

Acham-se esgotados, para venda avulsa, os numeros de março, abril e maio de 1934, abril e junho de 1935 e janeiro e março de 1936.

Vendem-se, porém, coleções desde o 1.º numero, solidamente encadernadas, por semestres, ao preço de 35\$000 o volume.

As remessas de valores, vales postais, etc., devem ser feitas ao Instituto do Açúcar e do Alcool e não a BRASIL AÇUCAREIRO ou nomes individuais.

## ANUNCIOS:

1	Pagina. . . . .	400\$000
1/2	" . . . . .	200\$000
1/4	" . . . . .	100\$000

Os anuncios com colocação determinada pagarão mais 20%.

Os recibos só serão válidos quando assinados pelo diretor.

Agentes de publicidade: em Pernambuco — **Otávio de Moraes;**

Em Porto Alegre — **Heitor Porto & Cia.**

Representante para as Republicas Argentina e do Uruguai :

**Gaston T. G. DE MOL** — Caixa Postal 793 - BUENOS AIRES.